



Tiago Rebelo

A Maldição do Marquês

ROMANCE

Do autor
bestseller
Mais de
90.000
EXEMPLARES
VENDIDOS



VISIT...

LANZAROTE
Caliente.COM

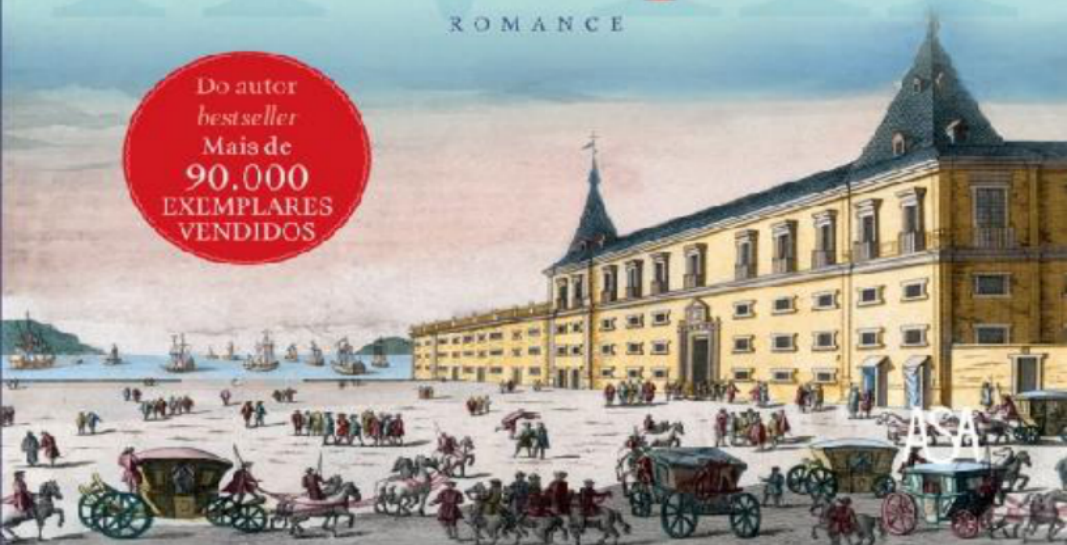


Tiago Rebelo

A Maldição do Marquês

ROMANCE

Do autor
best seller
Mais de
90.000
EXEMPLARES
VENDIDOS



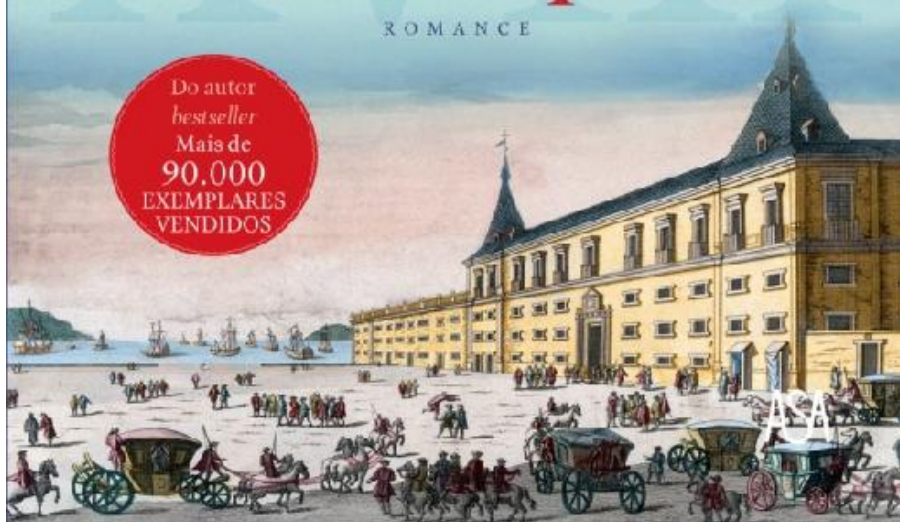


Tiago Rebelo

A Maldição do Marquês

ROMANCE

Do autor
bestseller
Mais de
90.000
EXEMPLARES
VENDIDOS



Ficha Técnica

Título original: A Maldição do Marquês

Autor: Tiago Rebelo

Editora: Marta Ramires

Revisão: Eurico Monchique

Capa: Maria Manuel Lacerda

ISBN: 9789892347080

Edições ASA II, S.A.

uma editora do Grupo LeYa

R. Cidade de Córdova, n.º 2

2160-038 Alfragide – Portugal

Tel.: (+351) 214 272 200

Fax: (+351) 214 272 201

© 2019, Tiago Rebelo e Edições Asa II, S.A.

Todos os direitos reservados de acordo com a legislação em vigor

www.asa.leya.com

www.leya.pt

Por vontade expressa do autor, o livro respeita
a ortografia anterior ao actual acordo ortográfico

TIAGO REBELO
A MALDIÇÃO
DO MARQUÊS

Quando, ao final da tarde, José Policarpo de Azevedo desembarcou no Paço Real da Ribeira, Lisboa estava a arder, ou o que restava dela. A cidade desabara à hora da missa e encontrava-se em escombros.

Era sábado, 1 de Novembro de 1755, dia de Todos os Santos. O Sol erguera-se na sua máxima força e a manhã radiosa avançara doce, transparente e tranquila, sem qualquer prenúncio de desgraça. Havia meses que não chovia e o Verão entrara inclemente pelo Outono adentro, notando-se a canícula nos caminhos poeirentos e nos campos secos onde não brotava uma erva, não se via um pedaço de verde.

Lisboa acordou mole e pachorrenta e, ainda estremunhada, preparou-se para a missa. São Roque, Santa Catarina, São Paulo, a Sé de Lisboa, o Loreto, o convento do Carmo, muitas dezenas de outras igrejas, estariam em breve sobrelotadas para o serviço religioso mais importante do dia. O povo ia à missa.

Nobres e burgueses vestiam os seus melhores fatos e destilavam de calor, acotovelando-se nos templos a deitar por fora, em redor dos quais enxameavam mendigos esfarrapados, cocheiros ocupados com os seus cavalos irrequietos, vendedores de bugigangas e crianças órfãs que dormiam pelas ruas e que, desde bem cedo, eram atraídas pelo toque dos sinos às igrejas onde afluíam as gentes ricas.

Ainda não eram oito horas quando D. Carlota Justina Vasconcelos de Mattos, filha única do conde de Montargil, abriu um olhinho rameloso, esticou um braço fora das cobertas, espreguiçou-se muito indolente, deixando depois cair o braço na cama, como que hipnotizada a fitar os anjos desenhados no dossel, por cima dela.

Sentiu-se preguiçosa, capaz de ficar mais uma hora à deriva nas intermitências do sono, mas não, hoje era um dia importante, era preciso reagir. Deitou a mão à mesinha-de-cabeceira, agarrou na pequena campainha e agitou-a com energia, fazendo bater o badalozinho estridente.

Logo acudiram a criada Arlete e a ama, dona Consolação. A rapariga abriu a porta do quarto, afastou o grosso reposteiro de veludo pesado, enquanto dona Consolação aguardou atrás com os dedos das mãos entrelaçados à frente do peito como que em oração, muito direita, de queixo erguido, grave no seu vestido fúnebre, um fio ao pescoço e uma grossa cruz de prata.

D. Carlota Justina ergueu-se na cama e ficou sentada a fazer beicinho, exaurida, dir-se-ia enferma, ou a chocar um resfriado. Mas não, no auge dos seus 17 anos, era já uma mulher feita e senhora do seu nariz empoado, uma «frança», como se usava chamar às mais requintadas do reino, seguidoras incondicionais da moda francesa. Pois bem, D. Carlota Justina não padecia de nenhuma febre e dona Consolação não fez caso dos modos

contrariados da menina, que mais não eram do que a atitude chique que se esperava de uma donzela excessivamente elegante.

Arlete apressou-se a ajudar a menina a sair do leito, a pôr os chinelos de veludo, a envergar o *robe de chambre*. A ama ocupou-se do *petit-déjeuner*, um prato de fruta variada, descascada, cortada em pedacinhos.

D. Carlota Justina segurou um pequeno espelho de prata e observou-se olhos nos olhos, cheia de melancolia.

— E *monsieur* Marcel? — perguntou, distraída.

— Está a chegar — disse a ama. — Ficou de vir às oito e meia.

— E ainda não são?

— Faltam quinze minutos.

O cabeleireiro chegou pontualmente à hora combinada. Saltou da sua sege de luxo, imobilizada por baixo do pórtico que dava passagem para o jardim, e subiu a escadaria que conduzia ao primeiro andar. Percorreu em passo alegre e saltitante os corredores marmoreados, os sucessivos e imensos salões pintados com frescos, atravessou aquela casa apalaçada onde moravam somente D. Carlota Justina e o paizinho, e um batalhão de criados, naturalmente.

A mãezinha expirara minutos depois do parto, vítima de uma complicação inesperada, uma hemorragia que os médicos não puderam conter. Desde então, nunca mais ninguém vira o conde interessar-se por outra mulher.

Monsieur Marcel instalou-se na antecâmara do quarto de D. Carlota Justina com todos os seus frasquinhos mágicos de pós coloridos, de perfumes, os papelinhos, os instrumentos para encanudar o cabelo, para armar um penteado de uma altura inacreditável, cheio de laçarotes e flores. D. Carlota Justina veio ter com ele e cumprimentaram-se com dois beijos no ar, como velhos amigos. O cabeleireiro era um íntimo dela, muito afectado, muito divertido, sempre cheio de mexericos para contar. Sabia todos os amores e todos os escândalos da Corte e não se inibia de os contar, um mimo!

Uma hora passou, enquanto *monsieur* Marcel trabalhava sem parar, tagarelava sem parar, cheio de espírito, erguendo a sua escultura com a cabeleira de D. Carlota Justina como só ele sabia fazer, como um artista criando a sua obra de arte. Por fim, subiu a um banquinho atrás da cadeira onde ela se sentava protegendo a cara com uma máscara em forma de cone bicudo e deixou cair sobre o seu cabelo uma nuvem de pó branco. E quando a nuvem assentou o artista saltou do banquinho dando gritinhos de entusiasmo e ofereceu-lhe um espelho de mão para que ela visse como estava linda.

— Liiiinda!! — esganiçou-se o artista.

D. Carlota Justina, comovida com o resultado, bateu palminhas de contentamento e soltou um riso estridente, quase histórico.

Monsieur Marcel foi-se, cantarolando palacete fora, radiante por ter deixado a cliente satisfeita, satisfeito consigo mesmo, convicto de que era um génio, não fosse ele o cabeleireiro mais disputado pelas mulheres mais nobres do reino. Sim, que lá ele só servia a fidalguia!

Arlete, a fiel criada de D. Carlota Justina, confidente e cúmplice dos seus romances, tantas vezes portadora secreta dos seus recadinhos de amor, quase amiga íntima, correu para a ajudar a enfiar-se num impossível vestido de bambolins armado com galhos de vime para alargar o tecido nas ancas, que mal lhe permitia passar a direito por uma porta mas era tão chique e tão na moda que valia todos os incómodos.

Arlete segurou o espelho de mão em frente da patroa enquanto ela colocava delicadamente no rosto uma constelação de moscas de tafetá.

— Estou bem? — perguntou.

— Maravilhosa — disse, mostrando-se feliz por ela.

Embora soubesse manter-se no seu lugar, Arlete gostava genuinamente de D. Carlota Justina. Não passava de uma rapariga simples de aldeia que viera servir na residência dos senhores condes ainda novinha, com o intuito de ajudar a cuidar da bebé recém-nascida. De modo que acompanhava D. Carlota Justina desde o berço e, hoje em dia, quase não se notava a diferença de idades entre as duas. D. Carlota Justina tinha-lhe grande estima e, não fora dona Consolação impor a devida distância entre as duas, teriam crescido como irmãs.

Com a morte da condessa, o marido atravessara uma época particularmente difícil, custara-lhe muito aceitar a tragédia, fechara-se em casa a vaguear pelos corredores louco de dor, embrutecido, de barba desgrenhada. Desorientado, nem a filha bebé visitava no quarto onde montavam guarda, à vez, dona Consolação e uma Arlete que na época nem os 12 anos completara, mas que vigiava a bebé diligentemente quando a ama precisava de se ausentar, nem que fosse para comer ou dormir.

O conde, no discernimento exíguo que lhe restava, chamara dona Consolação para lhe passar a recomendação solene de se encarregar da bebé.

— Que não lhe falte nada, tudo... tudo o que for necessário — disse do fundo da poltrona aquela voz taciturna e derrotada.

O conde estava um farrapo e a dona Consolação não lhe restou senão aquiescer.

— Não se preocupe, senhor conde, que a bebé está muito bem — disse.

De qualquer modo, já lhe ganhara uma grande afeição e trazia-a ao colo e alimentava-a e lavava-a e vestia-a com um desvelo maternal. Dona Consolação também tivera a sua tragédia com o desaparecimento do seu homem, praça colocado na guarda do Paço Ducal de Vila Viçosa, espezinhado de morte pelos cascos de um quadrúpede desembestado, uma

fatalidade que a trazia de luto o resto da vida. E, não tendo chegado a ter filhos, apegou-se à bebé como se fosse sua. Mas era necessário manter os sentimentos discretos, guardar distância, e a ama, sempre grave, escondia da criadagem o amor pela bebé, aparentando até um rigor e uma indiferença excessivos. Já no segredo dos seus aposentos, para onde a levava para ficarem sozinhas, segurava-a ao colo, dava-lhe o biberão e cantava-lhe canções de embalar com o coração apertado, muito enternecida.

Amava-a às escondidas com medo que lha tirassem. O pai não lhe ligava, meses a fio mergulhado numa tristeza lúgubre, parecia não dar conta da existência da filha. Contudo, a ama não queria ofender o seu luto, se um dia por descuido dela o patrão tivesse a impressão de que tinha o descaramento de pretender ser mais do que era e tomar o lugar da mãe. Nos seus mais secretos devaneios, sonhava um grande romance com o senhor conde, fazê-lo esquecer a falecida condessa, partilhar o leito com ele, até casarem e ser ela a condessa! E assim ficar com a bebé para si! Mas era só uma fantasia, evidentemente, um absurdo. Não passava de uma empregada e não tinha a ilusão de que um dia seria mais do que isso.

Aos 11 meses, a bebé teve um febrão severo e dona Consolação, aflita, mandou chamar o médico de urgência. Veio o médico, desabafou-a, aplicou-lhe pachos de água tépida, fez-lhe de tudo, mas a bebé, muito vermelha, berrou até à exaustão, teve uma convulsão, revirou os olhos sem dar acordo de si, sem sentidos, com o corpo contraído e os lábios roxos, como morta.

Surpreendido pelos gritos de pânico da ama, o conde despertou da insana letargia de eremita que o trazia fechado em casa há quase um ano, indiferente ao mundo, e, cuidando que havia morrido alguém, teve um pensamento fatal: «A bebé!» Caiu-lhe a alma aos pés, não, não, não, não podia ser. Deitou a correr desembestado, seguindo a agonia que ressoava pelas paredes do palacete até ao quarto da filha, onde irrompeu com um ímpeto brutal.

Foi dar com o médico debruçado sobre o berço e, atrás, dona Consolação, pálida como a morte, largada numa histeria desmesurada. Mas aquele rosto de barba de naufrago, cabelos espetados, olhos muito abertos, logo endureceu e a voz assumiu a autoridade de outrora.

— O que se passa aqui?! — disparou, imperativo.

— É... é a bebé — balbuciou —, que não dá acordo de si.

— O que tem ela? — perguntou, dirigindo-se ao médico. Este, concentrado na bebé, de costas para eles, ignorou-o, por estar ocupado, ou porque não o ouviu.

— Cale essa boca, mulher! — ordenou o conde, exasperado. Ela emudeceu num ápice. Ele voltou-se de novo para o médico. — O que tem a bebé?

O facultativo endireitou-se e virou-se lentamente com a bebé segura no braço e a cabecinha encaixada na sua mão enorme.

— Não é nada de mais — tranquilizou-o, olhando ainda a bebé. — Teve uma convulsão, mas já está bem. Adormeceu, coitadinha...

Dona Consolação abateu-se como um peso morto no sofazinho de apoio com um longo suspiro de alívio. O conde recebeu nos braços a criança que o médico lhe passou e, todo atrapalhado, segurou-a sem jeito, embaraçado por mostrar que não sabia pegar na própria filha. Era a primeira vez que a tinha ao colo e a sua face ruborizou-se ao contemplar aquele rosto rosado e frágil que dormia agora em paz, sem qualquer constrangimento, na segurança dos braços do pai. Os seus olhos brilharam humedecidos, comovidos.

O episódio da convulsão da bebé fez pensar aquele homem derrotado, de camisa desfraldada, que se tinha tornado um velho enfezado em menos de um ano. Assustou-se só de imaginar a desgraça que teria sido morrer-lhe a filha, sentiu-se culpado por a ter negligenciado desde o nascimento.

A sua longa agonia dissipou-se num momento, ao aperceber-se da tolice que era ignorar a filha para se sepultar num refúgio mórbido e perene que não fazia justiça ao sacrifício da sua amada mulher, que dera a vida pela vida daquela menina linda que florescia a cada dia. Ela teria querido que ele se dedicasse à filha com todo o seu amor e teria ficado profundamente magoada se, ao invés, ele culpasse a menina pela fatalidade da mãe e a castigasse com a indiferença, condenando-a ao desgosto de ser órfã de mãe e, ainda por cima, não receber mais que migalhas de atenção do pai.

Na manhã seguinte, o conde alvorou com a primeira claridade e, pela primeira vez em muito tempo, saltou da cama com vontade de encarar o dia. Bem cedo, começou a gritar ordens com uma vitalidade que apanhou de surpresa a criadagem. Ordenou que lhe preparassem um banho quente, mandou chamar o barbeiro, rapou a barba e cortou o cabelo de um ano, convocou o alfaiate para lhe encomendar roupas novas.

Nessa manhã gloriosa, abriram-se portas e janelas e o palacete bafiento voltou a respirar ar puro. Dona Consolação, pressentindo a revolução, desceu ao andar de baixo, bateu palmas energicamente, assumiu o comando, pôs toda a gente a mexer-se. O pessoal doméstico, que andava adormecido e sem rumo desde o tempo da senhora condessa, foi repreendido pelo seu desleixo. Fizeram-se limpezas profundas e puseram-se flores em todas as jarras.

O conde rejuvenesceu, voltou a ter 27 anos e, ao almoço, provou todos os pratos com um apetite voraz e mandou servir o seu melhor vinho, porque cismou que podia morrer a qualquer instante e não fazia sentido guardar o néctar para um futuro incerto.

À tarde, rejubilante, pediu à ama que lhe trouxesse a petiza à sala,

sentou-se com ela ao colo cheio de curiosidades e esteve deliciando-se uma hora inteira a conhecer a filha.

Dois meses passaram e a menina disse a primeira palavra, «papá», outro mês passou e deu os primeiros passinhos. Um prodígio!, exclamava o conde a cada nova façanha, sinceramente convicto de que tinha ali um verdadeiro talento, um diamante em bruto, pequenino e genial.

Mas era uma emoção vê-la agora acordar de manhã com tanta energia, tanta alegria, descer com ela aos largos jardins da propriedade e encher-se de orgulho vendo-a correr livremente pela relva, entre os labirintos de arbustos, soltando gargalhadas, perseguindo o *Besugo*, o pequeno podengo-português que ele comprara recentemente e lhe oferecera ainda cachorrinho com um laçarote ao pescoço. Ele próprio também corria atrás do *Besugo* e jogava às escondidas com a menina. Vinham estafados e felizes do jardim, entregava-a à ama e ia de alma cheia para o escritório olhar para os livros, tratar das contas atrasadas. Sentia-se revigorado para retomar as suas responsabilidades.

Por vezes, dava consigo hipnotizado, olhando os ramos das árvores dobrados pelo vento, através do vidro da janela do escritório açoitado pelas primeiras chuvas de Outubro. Assaltava-o uma saudade da mulher e ficava melancólico, mas já não sentia culpa por continuar a viver sem ela, e sentia-se quase feliz.

Desde essa reviravolta inesperada, o conde dedicara-se à sua menina, que venerava como um milagre de Deus. Carlota Justina era o seu mundo.

Arlete acompanhou D. Carlota Justina à porta, onde o pai já a aguardava para irem à missa a São Roque. A patroa ia alegre, cantarolando. A criada ajudou-a com o vestido, para não se prender nas portas e não se enredar nos delicados sapatos em seda bordada. D. Carlota Justina usava um vestido bem decotado com uma saia que arrastava pelo chão, de modo a não revelar nem um pouco do pezinho, pois não seria de bom-tom. Mas ia segura da sua beleza, com o seu penteado extraordinário, altíssimo, as faces empoadas muito rosadas e enfeitadas com moscas de tafetá. A missa em dia santo era um acontecimento, uma oportunidade para sair daquela casa onde só entravam padres; para encontrar as amigas e comparar *toilettes*; para provocar algum belo rapaz a quem deitasse um olhar insinuante por detrás do leque que estaria abanando no calor sufocante da igreja.

D. Carlota Justina suspirava por um grande amor, no entanto, o pai preocupava-se há muito com o seu casamento e ela sabia que já lhe andava a preparar um noivo de conveniência.

Também Arlete estava secretamente empolgada e sonhava com o amor. O Verão, passara-o em jogos de sedução com um rapaz forte e bem parecido que trabalhava para um dos fidalgos mais poderosos do reino, o duque de Aveiro. Esse rapaz, da sua graça José Policarpo de Azevedo, vinha ocasionalmente de Azeitão, onde ficava o palácio do duque, e, uma vez em Lisboa, montava guarda ao palacete dos condes de Montargil, ali na Rua Formosa. Arlete ficava deslumbrada com os recursos de José Policarpo, que engendrava os expedientes mais engenhosos e deliciosamente loucos para conseguir vê-la. Sentia-se recompensada e envaidecida quando um bilhetezinho lhe chegava por mãos desconhecidas e com os pretextos mais enviesados, convocando-a por amor de Deus para estar no dia tantos a tal hora em determinado local, quando não, ele seria capaz de cometer uma insensatez para a ver, talvez mesmo saltar os muros do palacete do conde e entrar-lhe porta adentro a gritar por ela. Arlete lia aqueles recados desesperados e o seu peito arfava de excitação. Ele era tão louquinho!

Ora saía para fazer compras pela manhã e deixava-se seguir por José Policarpo até ele a abordar num recanto de uma travessa pouco movimentada ou na desordem de um mercado cheio; ora se escapulia do palacete a altas horas e esgueirava-se pelas sombras da noite para cair nos braços dele em algum recanto escuro.

Recentemente, já o Sol se pusera num desses dias que iam ficando mais pequenos nos finais do estio, à hora de recolher ao quarto depois do jantar, Arlete enfiou uma capa negra de capuz por cima da farda de touca branca e vestido vermelho com avental branco, tomou a porta mais discreta do palacete e saiu noite fora.

Foi rua acima encostada à parede, voltando depois a esquina para se arriscar por uma viela sombria onde se sentiu puxada pelo braço por um salteador emboscado que a arrastou para uma passagem estreita entre dois prédios, fazendo o seu coração explodir num sobressalto de medo. Estava tão escuro que não conseguiu ver quem a agarrava, mas logo reconheceu José Policarpo pelo coração quando ele a abraçou e a beijou com um fervor apaixonado.

Arlete queria resistir-lhe, sonhava ainda com um casamento casto, em que se entregaria a ele pura e dar-se-ia a descobrir na plenitude da sua virtude numa gloriosa noite de núpcias. Imaginava deixar a rosa vermelha na alvura dos lençóis como incontestável e orgulhosa prova de que ele era e seria o único homem de uma vida inteira.

Mas José Policarpo encurralou-a contra a parede e Arlete engoliu em seco, faltou-lhe a força, fraquejou sem um lamento, sem um esboço de oposição, porque não teve vontade própria quando umas mãos robustas e impacientes lhe arrepanharam o vestido e os folhos e lhe arrancaram as cuecas como se fossem de papel.

«Não», gemeu numa voz débil e rouca de desejo, não era assim que queria que acontecesse, pensou. Mas agarrou-se ao pescoço dele para não se abater nas pernas trêmulas que lhe falhavam ao sentir os dedos experientes que a tocavam debaixo da saia e exploravam despididamente o seu corpo nas suas partes mais reservadas, provocando-lhe maravilhosos arrepios de prazer que lhe eram estranhos.

Ele beijou-a sem palavras e amparou-a de modo a elevá-la bem alto, puxou-a bruscamente, e ela, resignada à sua sorte, saltou-lhe para o colo numa derradeira rendição de amor, assoberbada pela volúpia que a envolvia e dominava todos os seus sentidos.

Rodeou-lhe a cintura com as pernas, ficando assim irremediavelmente à mercê da virilidade daquele homem que lhe invadiu a sua intimidade, investindo bestialmente contra ela, aproveitando-se descaradamente da sua vulnerabilidade, provocando-lhe primeiro uma dor forte e depois um deleite que lhe foi subindo da barriga até à alma.

Quando ele terminou e afrouxou a pressão dos braços, Arlete escorregou lentamente pelo seu corpo enorme até os pés encontrarem o chão, encostada à parede, arfante, com o coração a correr à desfilada. Olhou aquele rosto duro, quadrado, aqueles olhos escuros que a fitavam profundamente, e sentiu uma emoção no peito, teve um arrepio agradável. Então, era assim que as coisas aconteciam entre um homem e uma mulher!

Voltou para casa toda a tremer, caminhando o mais depressa que as pernas bambas lhe permitiam, de braços cruzados sob a capa escura. Tinha pressa de chegar ao quarto, enfiar-se na cama, ter um largo momento a sós, ter a tranquilidade necessária para pensar no que lhe acontecera.

Na escuridão do quarto, deitada de olhos abertos sem nada ver senão o

que o espírito ainda recordava como se ainda estivesse a acontecer — ela nos braços de José Policarpo, trespassada pelo maior prazer que alguma vez sentira —, Arlete esfregou o ventre com a mão. Destapou-se toda com bruscos pontapés para se livrar das cobertas. Era um Outubro quente como não havia memória e ela estava encharcada em suor. Fazia muito calor, realmente, mas não podia ser só disso.

Arlete estava apaixonada!

Supunha que, depois daquela noite, estivesse noiva do homem que amava. Enfim, ao menos era razoável acreditar que fosse a sua rapariga.

Efectivamente, José Policarpo não deu sinal de que se tivesse enfastiado da sua companhia, bem pelo contrário, continuou a procurar Arlete, e até com maior empenho. Encostava-se à parede, no outro lado da rua, esperando vê-la quando saísse para as compras. E quantas compras ela fazia por aqueles dias. De tal forma, que dona Consolação já andava desconfiada.

Até D. Carlota Justina, sempre tão concentrada nela própria e distraída da criada, estranhou a alegria despropositada de Arlete, os risinhos abafados, os modos descontraídos, a nova luz nos seus olhos brilhantes.

— Andas muito alegre, ultimamente, rapariga. Que é isso?

Não era nada, só estava feliz porque sim, porque fazia calor e estavam dias lindos.

— Pois sim, hás-de contar-me mais sobre esses dias lindos quando voltar da missa.

Às 9h20 o conde esperava a filha junto à porta, muito elegante, com a peruca branca bem composta, o tricórnio debaixo do braço, envergando um magnífico casaco castanho debruado a ouro e aberto à frente, por cima dos culotes e da meia branca. De luvas e lenço brancos, luneta e bastão, estava pronto e aborrecido com a interminável *toilette* de D. Carlota Justina. Mas a filha lá veio a fazer beicinho para o papá, enfasiada com a vida.

— Bom dia, papá — beijou-lhe a mão esticada.

— A menina está pronta?

Ela estava prontíssima, embora incomodada com o calor excessivo que fazia, e tão despropositado em Novembro, que maçada.

— O meu leque! Onde está o meu leque?

Não podia ir sem o leque. Arlete correu a buscar o leque e logo voltou para o entregar.

Um criado afastou o reposteiro verde-escuro onde pontuava, imponente, o brasão da família, abriu a porta, passaram. Desceram vagarosamente a escadaria de pedra branca que conduzia ao pátio que ligava o portão da rua ao jardim, onde já estava o coche pronto a partir. Arlete, sempre solícita, ajudou D. Carlota Justina, que se agarrava ao braço do papá para não tropeçar no vestido. Ao fundo da escada, outro criado aguardava-os com a porta do coche aberta. O cocheiro, de chicote na mão, controlava os cavalos para os manter quietos. Os animais, estranhamente, resfolegavam impacientes, batiam com os cascos na pedra. Desde manhã cedo, os animais estavam invulgarmente inquietos, até os cães das redondezas lhes dera para uivarem todos ao mesmo tempo.

Em baixo, D. Carlota Justina apoiou o pezinho no estribo, subiu para o coche, acomodou-se. O conde seguiu-a, ia a galgar o estribo quando se ouviu um rumor forte, como se alguém viesse a arrastar algo pesado. Foi então que o pesadelo começou.

Incompreensivelmente, o chão moveu-se e o conde desequilibrou-se, caiu para trás desamparado, bateu brutalmente com a nuca no degrau da escadaria.

Havia sangue a brotar da cabeça do conde, uma poça vermelha na pedra branca. Arlete horrorizou-se, soltou um grito que foi abafado pelo ribombar monstruoso que vinha de baixo da terra. Tentou dar um passo na direcção do conde mas o chão não parava quieto e ela caiu de lado na escadaria. Os cavalos empinaram-se e escoucearam em pânico e o boleeiro carregou furiosamente no travão para impedi-los de fugir desenfreados com o coche aos tombos. Atrás, o criado precipitou-se tentando socorrer o patrão.

Dentro da carruagem, que abanava como uma diversão de feira, D. Carlota Justina lutou contra o largo vestido que a atrapalhava, impedindo-a de sair, ao mesmo tempo que se debatia desesperada contra os movimentos bruscos que a projectavam de um lado ao outro da cabina.

Rachas começaram a abrir em ziguezagues dramáticos nas paredes exteriores da casa. O tecto abobadado do pórtico por cima deles estalou.

Num esforço supremo, D. Carlota Justina arrancou-se do assento e atirou-se para fora. Um segundo depois, toda a pedra suspensa do tecto soltou-se e abateu-se com um estrondo medonho e a carruagem, o boleeiro, os cavalos, desapareceram sob toneladas de pedra. Uma nuvem de pó branco cobriu o espaço apertado da passagem que antes era coberta e agora ficou a céu aberto. D. Carlota Justina, o papá, Arlete, o criado, todos eles foram engolidos por essa espessa nuvem de pó de cal, que se misturou com um cheiro pestilento a enxofre. O ar tornou-se irrespirável.

Durante dois longos minutos, a terra agitou-se, tremendo com vida própria em ondas horizontais, abanando casas, palácios, igrejas, conventos, hospitais, colégios, teatros, todos eles estriados de rachas ameaçando o colapso. As paredes abriram fendas medonhas, abateram, cobriram de destroços as ruas estreitas da parte baixa da cidade, onde multidões em pânico que tentavam fugir se viram encurraladas entre a devastação das ruínas, as crateras que se abriram no solo, soltando o empedrado das calçadas, e o caos das carroças voltadas com os animais por terra a escoucear, das bancas das vendas destruídas, dos barris pesados a rolarem livremente, a atropelarem pessoas, até se despedaçarem com grandes estrondos.

As casas tremiam numa desordem interior que fazia os móveis abanar ao ponto de caírem os livros das estantes e jarros e *bibelots* e tudo que havia em cima das mesas, até as próprias estantes se despenharem nos sobrados e as tábuas destes saltarem do chão e os estuques se esboroarem, cobrindo de pó salas, quartos, cozinhas.

Lá fora, caíam varandas, voavam telhas que se soltavam dos telhados e vidros partidos das janelas. A cidade desfazia-se em mil bocados e o povo assustado acreditou que era o fim do mundo por castigo de Deus.

Subitamente, tudo sossegou. Caiu um silêncio sinistro sobre as ruas e o casario feridos de morte. Lentamente, começaram a ouvir-se os lamentos, os gritos e os gemidos dos sobreviventes. As pessoas, incrédulas, começaram a levantar-se do chão e a olhar em volta, confusas. Havia muitos mortos, corpos espalhados por todos os lados, gente soterrada, braços e pernas a despontar de montes de entulho. As ruas desimpedidas, onde minutos antes circulavam transeuntes, carroças e coches, onde se vendiam flores e bugigangas, estavam atulhadas de destroços que não se conseguiam ultrapassar. Um homem desorientado debalde procurava a mulher e a filha; outro, ferido, deambulava a pingar sangue do rosto desfeito e coberto de pó; um cão de pata partida arrastava-se a ganir.

Mas, um minuto depois tudo recomeçou. E a réplica, de três minutos,

foi ainda mais furiosa e destruidora que o primeiro abalo. Desta vez, verificaram-se ondas verticais, que acabaram de demolir as paredes que tinham ficado de pé. Os edifícios partiram-se como cascas de ovo e desabaram inteiros. Uma densa nuvem escura de poeira libertada pela derrocada de centenas de edifícios cobriu a parte baixa da cidade, desde o Paço Real da Ribeira até ao Rossio.

À hora em que o terramoto apanhou Lisboa de surpresa, centenas de pessoas da cidade e das aldeias próximas passeavam pelas ruas onde se realizava o grande mercado de Todos os Santos. Mas a maioria da população celebrava o feriado. Todas as igrejas de Lisboa estavam repletas de crentes, cheias até mais não de gente que tinha ido à missa. Famílias inteiras acotovavam-se nos bancos ou de pé para assistirem à cerimónia. Os padres preparavam o sermão quando a terra começou a tremer e nas igrejas monumentais, chocalhadas pelos abalos violentos, os sinos puseram-se a tocar livremente nos seus campanários, enquanto as grossas paredes centenárias começaram a esboroar-se e a derrocar sobre aquela pobre gente atónita que tentava fugir para a rua.

Mas havia demasiadas pessoas e os bancos corridos atrapalhavam a fuga e as portas eram demasiado estreitas para passarem tantos ao mesmo tempo. Uma tragédia. Homens, mulheres e crianças atropelaram-se no pânico, e os que não morreram espezinhados sucumbiram debaixo das traves dos tectos, das toneladas de pedra que desabaram das paredes, das vigorosas colunas que se desconjuntaram com uma facilidade de pascar. Finalmente, estilhaçaram-se as bancadas onde centenas de velas votivas eram acesas pelos fiéis, assim como as lamparinas de azeite ardente se soltaram dos seus apoios e os candelabros, suspensos ou de pé, caíram ao chão, fazendo rolar livremente as velas. E os incêndios começaram.

A parte baixa da cidade foi a mais afectada pelo terramoto. Ali, todos os que puderam fugiram dos escombros e das chamas que consumiam os edifícios, para o Paço Real da Ribeira. O largo espaço daquele terreiro a céu aberto rodeado pelas águas frescas do Tejo oferecia segurança. Foi um alívio sair do inferno do casario em ruínas, do fumo denso dos incêndios e da sufocante nuvem de poeira provocada pelas derrocadas. Grupos de sobreviventes começaram a reunir-se e a dar graças a Deus por terem escapado à tragédia. Entre eles, havia padres piedosos que rezavam, ofereciam a extrema-unção aos moribundos e a absolvição aos devotos aterrados, porque estes presbíteros cegos pelo divino, não encontrando melhor explicação para as igrejas desabarem sobre milhares de fiéis em dia santo, berravam ao vento que chegara a hora da expiação e que o desastre, a morte e o sofrimento eram a paga do Senhor aos homens pecadores que deviam arrepender-se dos seus vícios malditos. E não faltava quem erguesse as mãos ao céu a pedir perdão e misericórdia a Deus.

No entanto, como alguém comentou no meio daquela multidão esfarrapada, hoje era o dia dos milagres funestos. Com efeito, quando já não se podia imaginar nada mais terrível do que aquele inferno, aconteceu o pior. O Tejo de águas tranquilas que cintilavam vivamente ao bater de um Sol que, desde cedo, tudo aquecia com o seu brilho generoso num céu muito azul, sem uma nuvem importuna para o contrariar, convidando à pasmeira dos pobres que amoleciam nas margens contemplando a graça dos barcos atracados no cais e as velas que balançavam ao largo, esse rio que hoje corria monótono e inofensivo, secou num instante.

Incriticavelmente, a margem do Tejo recuou e, ao acuar o rio, deixou tombados no fundo seco de lodo os barcos agarrados ao cais, e levou consigo as embarcações que ainda há pouco navegavam sem percalços em águas calmas.

Ouviram-se gritos de alarme e todos os olhos se voltaram para o rio. Um silêncio de espanto caiu sobre a praça, logo secundado pelos primeiros gritos abafados de horror, porque tão depressa o rio se afastou, como, na ressaca desse movimento insólito, tornou a avançar, mas agora formando uma onda maior do que alguém ali já tinha visto.

A imensa massa de água, que – juraram mais tarde os poucos sobreviventes – superava os 10 metros de altura, aproximou-se a uma velocidade estonteante, galgou as muralhas da margem e avançou imparável sobre a cidade. Pelo caminho, o adamastor engoliu todas as almas que pôde.

O Paço Real da Ribeira desapareceu debaixo de água e a onda gigante, carregando consigo veleiros, barcas e faluas, embateu com um troar de canhões na primeira linha de edifícios em chamas, infiltrou-se com maior pressão ainda pelas ruas estreitas da Baixa e só parou muito depois da Praça do Rossio. A esta onda seguiram-se outras duas igualmente destruidoras, que tudo e todos arrastaram numa fúria bíblica.

Mas a invasão do rio não chegou para apagar os incêndios, que rebentavam por todos os lados, nas igrejas e nas cozinhas das casas, e, durante seis dias, as chamas avançaram de edifício em edifício, por maus ventos levadas, e consumindo tudo o que havia de combustível, de Alfama a São Paulo, com a Baixa inteira pelo meio. Arderam as casas, os negócios, os armazéns, as igrejas e os palácios. Do Palácio Real, da Ópera do Tejo e do Hospital Real de Todos os Santos só restaram cinzas e ruínas que sepultaram centenas de almas soterradas sem que fosse possível valer-lhes. E estes incêndios foram piores e causaram mais destruição que todos os estragos do terramoto e do maremoto juntos.

Nos oito dias que se seguiram ao cataclismo, a terra continuou a tremer e sentiram-se mais de 30 abalos, uns mais pavorosos que outros.

Cerca de 17 mil casas ficaram destruídas, quase metade das que havia em Lisboa, e, no Centro da cidade, a zona mais populosa, não restou

praticamente nenhum edifício seguro para ser habitado. Nos meses seguintes, os lisboetas foram viver em barracas improvisadas nas praças, terreiros e jardins, enfrentando ao relento o frio do Inverno, a fome e as doenças.

Nunca foi possível contar ao certo quantas almas o terramoto levou consigo, porque muitos cadáveres foram soterrados pelos escombros, arrastados para o rio pelas correntes de água fortíssimas, ou desfeitos em cinzas pelos incêndios que chegaram a atingir temperaturas de 1000 graus centígrados. Falou-se em 10 mil mortos, mas também se falou em 50 mil ou até em 100 mil, sendo certo que, quando o terramoto aconteceu, havia cerca de 150 mil habitantes em Lisboa.

José Policarpo atravessou o rio numa pequena chalupa por ele próprio custeada a preço de ouro e desembarcou no Paço Real da Ribeira ao início da noite desse sábado amaldiçoado.

Viera cavalgando desde o palácio do seu senhor, o duque de Aveiro, em Azeitão, onde a notícia do terramoto chegara como um rastilho. José Policarpo pedira de imediato licença para montar e correr a Lisboa, sendo certo que, se não tivesse obtido a licença, teria roubado o cavalo e desertado, nem que fosse a tiro, tal era o seu desespero que estava disposto a tudo. Como poderia ele ficar ali parado em segurança sem saber o que sucedia com Arlete?!

Imaginava-a em sérios apuros, mas, até avistar desde a outra margem Lisboa a arder, nem por um instante admitiu que lhe tivesse ocorrido realmente algo de grave. Contudo, a visão diabólica do que restava da cidade, envolvida em incêndios medonhos, donde ascendiam centenas de colunas de fumo negro, foi muito além do que estava preparado para encarar. Os relatos que ouvira, ainda que extraordinários, não faziam justiça ao desastre e José Policarpo, descoroçoado, ficou um momento largo, lívido, a observar o apocalipse.

Desmontou o cavalo, deu alguns passos à frente, deixando o animal a pastar tranquilo na colina onde se detivera. Tinha as pernas a tremer, abateu-se no chão de terra com os olhos em lágrimas. Aquilo era simplesmente inacreditável. Lisboa ardia.

Temeu por Arlete. Perguntou-se onde estaria ela naquele momento. Seria possível que tivesse sobrevivido?

Encheu-se de coragem, respirou fundo, levantou-se, desceu pouco seguro a colina íngreme, dando passos pequenos, deslizando na pedra solta, foi ao encontro de um grupo de barqueiros de várias idades que embasbacava na margem do Tejo.

Eram uns quinze rústicos mal vestidos, de sandálias, barba por fazer, bigode farto e cigarro ao canto da boca. Conversavam respeitosamente em surdina, submissos aos clarões alaranjados que se viam ao longe, no outro lado do rio, sob a luz pálida do dia que fenecia. A espaços, via-se ali e acolá uma ou outra explosão, o fogo a recrudescer à medida que encontrava material inflamável pela frente. E ainda havia tanto por queimar.

A noite caía, uma sinistra penumbra começava a envolver aquela que fora a capital do império, das descobertas, da expansão, o centro comercial do Novo Mundo, que vivia da riqueza do ouro e dos diamantes do Brasil, e da qual agora só restava desolação e ruína.

José Policarpo interrompeu os barqueiros humildes, perguntou se havia ali alguém disposto a transportá-lo à outra margem. Baixaram os olhos. Estava a fazer-se noite, disse um, não era seguro; o rio já afundara muitos

barcos hoje, disse outro, alguns bem grandes, e continuava muito agitado.

Com efeito, os barquinhos deles, de velas em baixo, balançavam furiosamente, sacudidos de um lado para o outro, debatendo-se com os cabos que os prendiam, e os seus mastros finos inclinavam-se quase tocando com a ponta na água turbulenta. José Policarpo não podia censurar aqueles homens por se recusarem a levá-lo. De resto, os barqueiros mais afoitos tinham partido mais cedo, ansiosos por resgatar os náufragos, e ele percebeu que não restava ali ninguém com coragem para atravessar o rio, tão largo e tão traiçoeiro. O Tejo que aqueles homens conheciam de olhos fechados nunca se tinha revoltado como nesse dia e eles, que pensavam já ter visto tudo, ainda estavam chocados com as sucessivas vagas gigantes provocadas pelo maremoto. Via-se nas suas faces humildes que acreditavam ter testemunhado um fenómeno sobrenatural. Ou Deus ou o Demónio, um deles estava zangado.

De modo que se propôs tomar ele próprio uma daquelas chalupas a troco de todo o dinheiro que trazia e deixar o seu cavalo como penhor, para garantir que a devolvia. Não foi um negócio fácil, porque os barcos eram o ganha-pão deles, mas lá conseguiu demover um rapaz mais desembaraçado.

Entrou no barco e perguntou como se içava a vela e o que fazer com o leme para ir a direito até à outra margem. O jovem abanou a cabeça, já arrependido. Era garantido que virava o barco antes de chegar ao meio do rio, e que ia ao fundo como um parafuso, com as suas botas de montar.

— Vossemecê não sabe navegar?

— Não, mas aprendo depressa — disse José Policarpo, procurando mostrar-se confiante. — Diga-me só o principal, que cá me arranjo.

O rapaz suspirou, com as mãos a agarrar o barco, e, sem pensar duas vezes para não mudar de intenções, disse:

— Oh, homem, chegue-se para lá!

E, num impulso, saltou para dentro, soltou as amarras, subiu a vela, tomou conta do leme e preparou-se para enfrentar o fortíssimo vento de nordeste, que soprava naquele dia e que tanto ajudava o fogo a progredir na cidade. O barquinho tomou rumo, ganhou velocidade, avançou a todo o pano.

Ao desembarcar no Paço Real da Ribeira, José Policarpo sentiu-se imbecilizado, incapaz de decidir para que lado se voltar. E não era caso para menos, pois não havia verdadeiramente um caminho óbvio que pudesse tomar sem hesitação.

Sabia bem que ruas tomar para o palacete do senhor conde de Montargil, onde ansiava chegar sem demora, no entanto, de um primeiro relance de olhos pelo Terreiro do Paço, ficou-lhe a impressão aflitiva de que não havia por onde passar. As ruas tinham literalmente desaparecido!

Era aquilo a primeira de muitas noites que a cidade ferida teria de enfrentar. Seriamente, não se podia senão imaginar a extensão da tragédia. O terramoto já acontecera há longas horas, mas ele supôs que ainda houvesse milhares de feridos encurralados nos escombros, incapazes de se mover, à espera de um socorro impossível, porque não havia força humana capaz de apagar tanto fogo a tempo de salvar aqueles que estavam cercados pelos incêndios.

Este pensamento tempestivo trouxe-lhe ânimo para agir. Era preciso ter iniciativa, fazer alguma coisa, alcançar o palacete do senhor conde a qualquer preço!

Continuava mortalmente preocupado com Arlete, a sua Arlete, pequenina, de pele alva e olho de mel. Recordava-a sempre com genuína afeição, desde que se apegara a ela e se via impelido a ir a Lisboa em cada desafogo da vida, quando não se agarrava mesmo a um pretexto para fazer a viagem da província à capital só para a ver. Ultimamente, surpreendia-se muitas vezes a sonhar acordado, revivendo aquela noite em que a tomara nos braços no segredo de uma rua escura e tivera-a por inteiro. Andara uns dias receoso, cismando com a possibilidade de Arlete se ter sentido forçada e ter ficado irremediavelmente ofendida. Porque fora impulsivo — brusco, na verdade, era necessário reconhecê-lo —, mas não se contivera e amara-a sem um pinga de romance.

José Policarpo podia ser um homem rude e sem arte, mas sabia que as mulheres não gostavam do amor sem romance. E como Arlete era a melhor coisa que lhe acontecera na sua penosa vida de lutas e trabalhos, ficara seriamente preocupado, porque ela se despedira com os olhos no chão, como que envergonhada, e retirara-se apressada e com poucas palavras. Mas entendera mal os sinais de Arlete. Ofendida não, constrangida sim. Ela não estava preparada para sofrer um assalto assim e, se fora fraca e sucumbira às mãos fortes que a conduziram à devassa, não era menos verdade que logo se vira roída por um sentimento de culpa. Teve medo que José Policarpo pensasse que era depravada e de moral duvidosa, que não fosse, enfim, mulher de boa têmpera para ele encarar seriamente como aquela que um dia lhe poderia dar uma descendência decente.

Felizmente, qualquer contrariedade que qualquer um deles julgasse

poder interpor-se entre os dois desvaneceu-se como por encanto no encontro seguinte, assim que os seus olhos se viram, a brilhar muito, espelhando a sinceridade incontestável de uma paixão.

José Policarpo estudou por um momento o vasto fogo que ardia diante de si e depois, armado de uma determinação, decidiu meter pelo que lhe pareceu o atalho mais viável para a casa do conde. Iria subindo pela esquerda, na direcção do Bairro Alto. Atou um lenço para tapar o nariz e a boca e embrenhou-se nas ruínas fumegantes.

Quanto mais avançava mais difícil se tornava ultrapassar os obstáculos. Debaixo do fumo denso que tapava o luar, só as labaredas que devoravam edifícios inteiros alumiam o caminho traiçoeiro, mas eram tão intensas que José Policarpo sentia a pele a arder e a roupa demasiado quente colar-se-lhe ao corpo, tornando-se quase impossível suportar o calor que o queimava. Com muito cuidado a ver onde pisava, lá ia contornando os escombros, fugindo de uma parede que abatia ao lado, resistindo à tentação de se deter junto aos corpos ensanguentados que jaziam por terra para verificar se encontrava alguém com vida. Dizia de si para si que era demasiado perigoso parar e pensava em Arlete e na necessidade de a encontrar sem demora.

Mas era como dar um passeio pelo Inferno, tal e qual se podia imaginar, um ambiente vermelho-vivo, ardente e pejado de mortos. Deparava-se com mulheres inertes, abraçadas a filhos pequenos, já sem vida; velhos que não tinham conseguido fugir aos destroços que lhes caíam em cima; gente de todas as idades, ricos e pobres, fidalgos e plebeus, todos mortalmente apanhados pelas pedras e pelas telhas que tinham caído nas ruas estreitas, sem abrigo possível. Parecia-lhe inacreditável o labirinto de entulho em que se haviam transformado aquelas ruas, que antes conhecia de cor e onde agora só se orientava por instinto.

A Baixa costumava ser a zona mais animada da cidade, fervilhante de vida, onde todos passeavam ou faziam os seus negócios. Os bufarinheiros vendiam as suas bugigangas, os aguadeiros distribuíam água em carroças que atravancavam as ruas e discutiam com cavaleiros e carruagens; cães vadios revolviam as imundícies ou disputavam às moscas os restos sangrentos dos talhos. Era quase campestre ver as aves de capoeira sendo transportadas engaioladas ou a passagem de cabras e vacas pela zona nobre da cidade. A isto, um «faceira» peralta, um valdevinos com modos afectados, a luneta de um vidro entalada no olho, de cabeleira postiça e rosto empoado pintalgado de moscas de tafetá, torcia o nariz e afastava-se, saltitando entre as poças, a caminho da igreja, onde ia cheio de jactância rezar um pouco e namoriscar as mais belas «franças», a morder o lencinho, derretido, vendo-as casquinhar umas com as outras, muito excitadas.

Nada disto havia já, senão «faceiras», «franças», cavalos, cães, burros e

galinhas espalhados pelo chão, cobertos de cinzas, poeira, pedras, traves. Homens, mulheres, crianças, velhos, todos mortos, mortos, mortos! Era de enlouquecer. José Policarpo tentava não olhar, ignorar os corpos, encontrar o caminho.

Cruzou-se, no entanto, com um farrapo andante que não pôde ignorar, um homem desorientado que deambulava entre as ruínas e que, ao vê-lo, agarrou-se a ele com as duas mãos.

— A minha mulher e as minhas filhas, viu-as?!

— Não, senhor, não as vi.

— Não percebo, elas estavam comigo e agora não as encontro.

— Não sei, senhor, mas tem de sair daqui e ir para um lugar mais seguro.

Gritaram ao ouvido um do outro para se fazerem ouvir debaixo do crepitar ensurdecedor do fogo. José Policarpo adivinhou o que acontecera à família do desgraçado, mas não disse nada. Tentou debalde convencê-lo a encaminhar-se para os lados do rio. O homem, em choque, só se agarrava a ele e repetia-se, perguntando pela mulher e as filhas. Impotente para o ajudar, José Policarpo obrigou-o a soltá-lo e afastou-se, deixando para trás o pobre, confuso e aos tombos.

O ar sombrio da poeira dos desabamentos e do fumo dos incêndios generalizados tornava-se, cada vez mais, irrespirável. José Policarpo estugou o passo.

Entre o Terreiro do Paço e a Ribeira das Naus, fronteiras ao rio Tejo, o complexo do Paço da Ribeira — com o Palácio da Ribeira, centenária residência oficial dos reis, o Palácio Patriarcal, a Casa da Índia e a sumptuosa Ópera do Tejo, acabada de construir — sucumbiu ao terramoto, ao maremoto e aos incêndios, juntamente com os seus incalculáveis tesouros. O mesmo aconteceu com a cadeia da Galé, paredes-meias com a Igreja Patriarcal, onde estavam presos bandidos, assassinos e desertores. Esses vilões da pior lavra tiveram no terramoto um desastre providencial. Em boa hora para eles a terra tremeu e, de um instante ao outro, as paredes intransponíveis que os tinham confinados e sem esperança desabaram. Foi só passarem por cima dos escombros para saírem da prisão e regressarem ao mundo, ainda que mais parecesse o fim do mundo.

No entanto, o caos era-lhes favorável, porque agora não havia ninguém preocupado em recapturá-los, e, entre a desordem e o medo, estes energúmenos sem escrúpulos podiam vadiar e roubar à vontade. A confusão convinha-lhes tanto que alguns deles concorreram para a aumentar, ateando vários fogos em destroços a que tiveram acesso e que ainda não tinham ardido, como a Casa da Índia.

Um dos que escaparam da cadeia da Galé foi o mouro Hassan, preto atarracado, forte como um buldogue. Trazia sempre as orelhas de abano entaladas num lenço à corsário para que não o motejassem, pois era um toco de maus fígados, com braços da grossura das pernas e mãos poderosíssimas, que já tinham partido o pescoço a alguns infelizes que calhara gracejarem dos seus apêndices em forma de clarim. O mouro Hassan andara muitos anos na pirataria, percorrendo mundos e mares em busca de fortuna, até ser capturado pelos portugueses. Colocado a ferros e enfiado para sempre numa cela com chão de palha, havia anos que ansiava por uma oportunidade de regressar a casa, no Norte de África.

Mas sentia muita raiva aos portugueses por o terem agrilhoadado com desdém e esquecido no cárcere imundo onde penara aquele tempo todo, na companhia de ratos e percevejos. De modo que, ao transpor as paredes derrubadas da cadeia, olhou em redor com um sorriso maléfico, agradado com o aspecto destroçado da cidade em chamas, e foi por entre as ruínas ardentes farejando riquezas que pudesse saquear, antes de descer aos Algarves e ir pela Andaluzia, disposto a regressar a casa atravessando o estreito de Gibraltar, nem que fosse a nado.

O mouro Hassan passeou-se pelos restos do Palácio da Ribeira, onde havia tesouros extraordinários, mas teve de escapar dali porque estavam soldados a chegar e paredes a cair. Seguiu então em direcção ao Rossio, fintando o fogo e as brasas, com a ideia de descobrir alguma igreja para roubar o ouro. Já se embrenhara profundamente pelos incêndios quando

vislumbrou em frente um vulto incerto no fumo.

Já não mudava de roupa há meses, porque na prisão davam-lhe uma farda de sisal muito grosseira, que só trocavam depois de bastante usada, ao ponto de o deixar esfarrapado e quase nu. As calças que usava agora eram já uns calções desfiados e apodrecidos. Mas, pior que isso, o mouro Hassan calçava apenas umas sandálias singelas que pouco ou nada o protegiam das brasas, dos vidros, dos detritos afiados de toda a espécie que havia por ali em abundância. A qualquer momento poderia ter um pé trespassado por um prego enferrujado ou uma farpa fatal que o inutilizasse para andar, e isso não podia acontecer.

Foi-se aproximando do homem que caminhava à sua frente, estudando-lhe o físico e a roupa. Verificou que trajava roupa decente e calçado apropriado. Era uns bons palmos maior do que ele, mas sempre poderia arregaçar as mangas e enfiar as calças para dentro das botas. Sobretudo, cobiçou as botas do outro. Desejou ter ali uma faca, que o abria logo ao meio como um porco, mas, não tendo, resignou-se a matá-lo com as próprias mãos. Ao menos, não teria de vestir roupa ensanguentada.

José Policarpo pressentiu a presença do mouro Hassan antes de o enxergar verdadeiramente. Foi um subtil movimento registado pela visão periférica que o alertou. Voltou-se por instinto, mas só viu fumo. Ficou um momento a perscrutar, na esperança de encontrar um aliado que se juntasse a ele contra os perigos. Nisto, surgiu-lhe à frente, rompendo a nuvem de fumo, um negro sólido que lhe pareceu um pirata naufragado e, num segundo idiota, José Policarpo imaginou que o outro fosse um marinheiro de alguma fragata atirada para terra pelo maremoto, e que, por milagre, se tivesse salvado do barco estilhaçado e andasse agora à deriva no fogo.

Baixou amigavelmente o lenço que lhe tapava o rosto para o convidar a acompanhá-lo, mas nem chegou a abrir a boca, porque o pirata investiu contra ele com o impulso do seu corpo compacto e desferiu-lhe uma sequência brutal de três murros na cara. O primeiro rebentou-lhe o lábio, o segundo abriu-lhe o sobrolho e o terceiro partiu-lhe a cana do nariz. E, como se tivesse sido atingido três vezes seguidas por um martelo, José Policarpo abateu-se direitinho no chão. Num instante, o seu cérebro desligou-se. No entanto, quando abriu os olhos surpreendeu o negro debruçado a descalçar-lhe uma bota. Confuso, reagiu sem pensar, fazendo uma rotação com o corpo e dando-lhe um pontapé na ilharga com a perna livre.

José Policarpo era forte, seco, de músculos desenvolvidos pelo trabalho duro no palácio do seu patrão, onde fazia um pouco de tudo, desde domar cavalos a cortar lenha e carregá-la nos braços, mas o pontapé violento que atirou ao pirata em nada o afectou, não teve senão o efeito de o enraivecer. E o negro saltou para cima dele com duas manámulas inverosímeis que se fecharam em torno do seu pescoço e começaram a apertá-lo. José Policarpo

debateu-se desesperadamente, mas era impossível libertar-se daquelas mãos de pedra que o asfixiavam, e assim, escasso de oxigénio, começou a perder o fôlego e a ver turvar-se a carantonha negra do pirata quase colada ao seu rosto, desfigurando-se, enquanto perdia as forças e começava a desmaiar.

Num derradeiro esforço para se soltar, José Policarpo assentou as palmas das mãos no chão, tentando erguer-se, rodar o corpo para fazer desequilibrar o outro e atirá-lo para o lado. Mas foi tudo inútil, porque o negro continuou inamovível em cima dele, apertando-lhe friamente o pescoço, olhos nos olhos, determinado a matá-lo.

Contudo, a mão direita de José Policarpo encontrou às cegas um paralelepípedo solto do pavimento e, um instante antes de perder os sentidos, teve o reflexo de agarrar na pedra e, fazendo um movimento de braço em arco, dar com ela violentamente na cabeça do negro. Ouvia perfeitamente o barulho seco do crânio do pirata a estalar, a abrir-se como um coco, a espirrar um esguicho de sangue. E o negro soltou-lhe o pescoço, desabou lentamente para o lado, caiu morto de olhos abertos, ainda a fitá-lo espantado.

José Policarpo sentou-se a custo, depois de afastar as pernas do pirata de cima de si, gastou algum tempo a recuperar a respiração, apesar do fumo, levantou-se com dificuldade, deitou um último olhar incrédulo ao pirata morto. Nunca chegaria a saber o nome do mouro Hassan nem do seu sonho de voltar rico a casa, que morreu com ele numa rua despedaçada de Lisboa.

O inadvertido e desumano ataque do mouro Hassan afectou muito o moral de José Policarpo, que se afastou cambaleante, confuso, assustado e com espírito beligerante do local onde o deixou morto. Doravante, teria redobradas cautelas com as pessoas que se cruzassem no seu caminho.

Nessa época Lisboa não era segura depois do entardecer. O povo trancava-se em casa mal a noite caía e as ruas, mal iluminadas, ficavam à mercê de quadrilhas de salteadores, frades aventureiros e de poucas virtudes, mulheres de má vida, mendigos, soldados prepotentes e matilhas de cães que pululavam às centenas pelas trevas, entre o lixo acumulado e todo o género de imundícies atiradas pelas janelas, porque não havia esgotos nem civismo e as mulheres despejavam os baldes de águas sujas e excrementos gritando só o aviso prévio: Água vai!

Mas José Policarpo tomou consciência, com o assalto do mouro Hassan, que apenas os incêndios tinham tomado conta da cidade, logo hordas de malfeitores assassinos deviam ter-se embrenhado nas ruas estreitas e impunes para espalhar a desordem, matar e saquear. Era de crer que, se antes não se podia sair à noite, agora seria ainda mais grave. Havia portanto que desconfiar de todos e retaliar sem escrúpulos se quisesse sobreviver àquela noite sangrenta e caótica. Começou mesmo a arrepender-se de, na pressa de montar o cavalo e ir a Lisboa procurar Arlete, não lhe ter ocorrido armar-se com uma espada ou, ao menos, uma navalha que fosse.

De qualquer modo, não tinha alternativa, era preciso continuar. José Policarpo seguiu em frente pelas ruínas e já começava a pensar que não conseguiria escapar ao cerco das chamas, cada vez mais intensas, quando descobriu uma ruela desimpedida que não estava tomada pelos incêndios e subia para o Chiado. Meteu por aí a correr e só parou no topo da rua estreita, onde finalmente pôde respirar ar puro e sentir-se a salvo do fogo.

Continuou a andar até ao Largo do Chiado e aí começou a ver grupos de pessoas na rua. Os que tinham perdido a casa no terramoto e os que, embora ainda tivessem paredes e telhado, não se atreviam a voltar para dentro por medo, procuraram instintivamente a segurança dos espaços abertos, das praças, dos jardins públicos. Era gente desorientada e sem iniciativa que se unia no pânico e se limitava a esperar que alguém viesse dizer o que fazer. Nesses grupos, só os padres — quando os havia e estavam lúcidos — orientavam o rebanho, procurando organizar as pessoas e tratar dos feridos.

José Policarpo não se deteve para falar com ninguém, até aproveitou haver menos destruição nesta parte da cidade para estugar o passo. Agora que já estava tão perto da rua de Arlete ficou ainda mais ansioso.

Desceu apressado a Calçada do Combrio até chegar finalmente à Rua Formosa, morada do palacete do conde onde morava Arlete. Deteve-se no

início da rua, que subia estreita e comprida, observando os estragos. Ao longe, viu o palacete. Ainda estava de pé, graças a Deus!

Tinham passado tantas horas, D. Carlota Justina não sabia dizer quantas, perdera a noção do tempo, ali presa debaixo das pedras, em sofrimento, mais pelo papá do que por ela própria que, à parte uma grande dor no tornozelo e o frio que lhe dava arrepios, não se sentia verdadeiramente ferida. No entanto, permanecia tolhida e sem capacidade para se libertar. Não compreendia porque não vinha a ajuda, ninguém os socorria, e se ela gritara, gritara tanto que já não tinha voz. Estava rouca, presa nos destroços, uma inútil, tão perto do paizinho que quase o podia tocar, ali dois, três metros à direita dela. Mas não podia, nem conseguia fazer nada, senão esperar.

O conde, com a sua perna direita esmagada por toneladas de pedra, gemia muito, dizia coisas sem nexos, delirante. Durante horas, implorara à filha que o ajudasse, e esse foi o maior tormento de D. Carlota Justina, incapaz de se mover para o socorrer. E depois ele calava-se, desmaiava, e D. Carlota Justina entrava em pânico, cuidando que ele lhe tivesse morrido. Mas a seguir o conde voltava aos gemidos e tornava-se um alívio ouvi-lo sofrer. Ao menos, estava vivo!

D. Carlota Justina não imaginava como seria a vida se o papá morresse. Tinha ataques de pânico só de pensar nisso, começava a debater-se como louca, querendo libertar-se à força, magoando-se. Mas era tudo em vão, as pedras não se moviam e o pé não se soltava.

Ao seu lado esquerdo, Arlete, despontando de uma placa de pedra que a cobria até à cintura, falava com ela para a acalmar. Se não fosse Arlete, D. Carlota Justina achava que já teria enlouquecido, mas a sua fiel criada, apesar de lívida como a cera, nunca perdera a consciência e, à medida que a noite caía e as horas se arrastavam, conversava com ela, dava-lhe esperança. Que coragem, pensava D. Carlota Justina com admiração.

Às vezes, ouviam barulho na rua, passos de gente a correr, gritos de aflição, e gritavam também, mas ninguém as ouvia, ou ignoravam o desespero delas.

Arlete repetia e voltava a repetir à menina para não se afligir, pois alguém acabaria por vir. Ela também teve as suas alucinações, porque D. Carlota Justina ouvia-a falar em voz alta com alguém que não estava ali e repetir o nome de um desconhecido. Arlete pensava em José Policarpo, sabia-o longe, no palácio do seu patrão lá para os lados de Azeitão, mas acreditou que apenas a notícia do terramoto chegasse ao seu conhecimento, logo ele haveria de ir a Lisboa à desfilada para se certificar de que ela estava bem. E essa crença firme de que José Policarpo viria salvá-la deu-lhe alento para resistir. Tinha de aguentar para o ver, nem que fosse uma última vez, era necessário aguentar viva até ele chegar!

Mas as horas arrastavam-se e Arlete não sentia nada da cintura para baixo, como se as pernas não estivessem lá, e se se apercebia de que estava por um fio, prestes a desmaiar, concentrava-se muito e respirava fundo repetidamente para se manter à tona. Teve momentos em que pensou que José Policarpo tinha chegado, viu-o à sua frente e até falou com ele, sorriu-lhe. Mas logo a imagem do amado se desvanecia e ficava só a noite escura, os destroços e a voz inquieta de D. Carlota Justina a chamá-la.

— Arlete, Arlete, Arlete, Arlete!

— Sim, menina, estou aqui.

— Com quem falavas, Arlete?

— Com ninguém, menina.

— Falavas, pois, se te ouvi!

— Não era nada, menina.

— Quem é esse José Policarpo de que te ouvi dizer o nome?

E Arlete emudecia, a fantasiar que ele vinha, tinha de vir!

— Arlete!

— Sim, menina.

— Quem é ele?

— Quem?

— Esse José Policarpo.

— É... é um amigo.

— Um amigo, Arlete?

E ali, naquele cenário de tragédia que as unia sem os constrangimentos sociais, Arlete falou à vontade, quase como se fossem amigas. Contou-lhe sobre José Policarpo, relatou-lhe os pormenores secretos, as suas audácias para o ver, que saía muito à rua para ir ao encontro dele e até que se aventurara uma noite para estar com ele numa rua escusa. E o que fizera ela com esse extraordinário e misterioso homem numa rua escusa, quis saber D. Carlota Justina, já muito interessada e quase esquecida daquela situação terrível em que se encontravam. Ora, tinham feito o que faziam os amantes! Mas assim, na rua?! Assim, sem mais, sem a privacidade de um quarto, o conforto de uma cama?, pasmou D. Carlota Justina. Pois se eles não tinham dinheiro nem vagar para passar a noite num quarto, que podiam fazer?

O lado rebelde de D. Carlota Justina adorou a história de Arlete, com o seu picante. Menina, que atrevida ela era!, exclamou, cheia de admiração, e era capaz de apostar que a missa ainda ia a metade. A partir de agora, queria saber tudo o que acontecesse entre eles. Arlete, pálida de morte, corou e até ganhou um bocadinho de cor. De qualquer modo, desculpou-se, era coisa séria, haveria de se casar com ele.

Foram interrompidas pelo papá, que recomeçou a gemer, a pedir ajuda, a agonizar. E o sofrimento do conde trouxe-as de novo à realidade, reavivou-lhes o desespero. D. Carlota Justina tentou primeiro acalmá-lo com palavras doces mas, como ele não entendesse porque não o ajudava a

filha, ela gritou por socorro mais uma vez.

— Aí vou, aí vou! — disse uma voz desconhecida. Um vulto aproximou-se, trepando os destroços, resvalando nas pedras soltas.

— Graças a Deus! — disse D. Carlota Justina, com a voz embargada.
— Aqui, aqui, estamos aqui!

José Policarpo aproximou-se às apalpadelas na escuridão, debruçando-se à vez sobre os feridos, verificando se Arlete era um deles. Viu o conde, passou a D. Carlota Justina. E Arlete, perguntou, onde estava Arlete?

— Está ali — apontou ela.

Ele deixou D. Carlota Justina, acudiu a Arlete.

— Estou aqui, estou aqui, já cheguei, não temas, que já cheguei — disse José Policarpo, mais aflito que ela, atirando-se logo à placa de pedra que a esmagava, tentando levantá-la com as mãos, mas debalde gastou as suas forças, porque a placa não se moveu um centímetro.

Aproximou o rosto do rosto de Arlete.

— Vou tirar-te daqui — prometeu.

— Eu sabia que vinhas, tinha a certeza — disse ela.

— Claro que vinha, como podia não vir?

Os olhos dela brilharam, lágrimas escorreram-lhe pela face. Já se sentia segura, não tinha medo, bastava-lhe a presença dele, ouvir a sua voz.

— Onde há ferramentas? — perguntou José Policarpo. Arlete apontou-lhe uma casinha no canto do jardim, ali ao lado.

— Venho já — disse ele. — Tem calma, vou libertar-te.

Voltou com um ferro grande em forma de cunha, enfiou-o por baixo da placa, usou o peso do corpo para a erguer, mas nada, a placa não se mexeu. No entanto, José Policarpo recusou-se a desistir, continuou a lutar com a placa impossível, até Arlete o interromper, o obrigar a parar. Pediu-lhe então que fosse libertar a menina D. Carlota Justina e o senhor conde e depois podia ir buscar ajuda, pedir a alguém que viesse ajudá-lo a levantar a placa.

— Não, primeiro tu!

Ele estava em pânico, numa desesperação; ela falou-lhe docemente, tranquilizou-o, chamou-o à razão.

— José Policarpo, faz o que te digo, não vais conseguir levantar a pedra sozinho.

Resignado, acariciou-lhe o rosto, depositou-lhe um beijo na testa, fez que sim com a cabeça, foi ajudar os outros.

Começou por D. Carlota Justina, que lhe pareceu menos ferida e podia depois valer-lhe a socorrer o conde. Conseguiu libertá-la muito rapidamente. D. Carlota Justina quis levantar-se de imediato, mas tinha as pernas dormentes e um pé torcido. Mal apoiou o pé no chão, sentiu uma dor excruciante até à alma. Caiu para trás, sentada, enquanto José Policarpo começava a retirar as pedras de cima do conde.

Mal retirou a pedra que fazia maior pressão sobre o conde, verificou com horror que pouco restava da perna esmagada. E do couro espirrou sangue para o ar e para cima de José Policarpo. O conde esvaía-se, era

preciso estancar a ferida! Olhou em redor, descobriu um pedaço da correia de um cavalo, deitou-lhe a mão, apertou firmemente a tira de couro à volta do que restava da perna estraçalhada, conseguiu parar a sangria.

Com o conde estabilizado e D. Carlota Justina a salvo e quase ilesa, José Policarpo voltou-se de novo para Arlete.

— Não há mais ninguém em casa? — perguntou.

— Creio que não, devem ter fugido todos, porque ninguém nos acudiu nestas horas todas — disse D. Carlota Justina.

— Nesse caso, ajude-me a senhora.

D. Carlota Justina apoiou-se nele para se aproximar de Arlete e, colocando a força toda no pé são e as duas mãos no ferro que José Policarpo agarrava, fizeram força ao mesmo tempo para levantar a placa que constrangia Arlete. Mas, mais uma vez, foi inútil, o maldito bloco de pedra não se movia.

— Tem de ir chamar alguém — disse D. Carlota Justina. — Eu fico aqui com ela.

José Policarpo ignorou-a. Não queria sair de perto de Arlete. Relanceou uns olhos desvairados em redor.

— E os cavalos, onde estão os cavalos?

— Morreram todos, estão ali debaixo. — D. Carlota Justina apontou para o monte de pedras onde o pórtico se abatera. — A carruagem estava mesmo aqui, caiu-lhes tudo em cima.

Ele observou os destroços incrédulo, abanou a cabeça, era difícil acreditar que estivesse ali debaixo uma carruagem, os cavalos, o cocheiro.

Arlete interrompeu-os com uma vozinha débil.

— A menina tem razão, há que ir pedir ajuda, um ou dois homens, uma mula que seja.

José Policarpo olhou-a pensativo, hesitando.

— Vai — insistiu ela. — Quanto mais depressa, melhor. Não sei quanto tempo mais aguento aqui.

Ele assentiu.

— Seja, eu vou, mas escuta-me bem: vais aguentar até eu voltar, ouviste?

— Eu aguento, meu querido — disse Arlete, oferecendo-lhe um sorriso frágil. Era a primeira vez que o tratava assim, e ele sentiu-se impotente, caiu-lhe a alma aos pés. Segurou-lhe as mãos, beijou-as.

— Não te atrevas a desistir — disse.

— Nunca...

Saiu a correr para a rua e foi subindo, batendo a todas as portas, clamando acudam, acudam, há aí alguém que me valha?! Porém, de balde gritou, bateu aldrabas, pontapeou portas, pois não apareceu uma só pessoa. Os prédios, silenciosos, às escuras, com as paredes a estalar, estariam porventura abandonados.

Mais acima, de um portão saiu à desfilada uma carruagem excelente mas bastante escavacada, de gente fidalga, puxada por dois cavalos poderosos e frescos, incentivados a toques de chicote e pelos gritos de um cocheiro determinado. A carruagem desceu a rua a galope, passou veloz por José Policarpo, que se encostou à parede para não ser atropelado.

Furioso com a sua pouca sorte, amaldiçoou Deus e os homens, continuou a percorrer a rua a bradar por ajuda, a bater às portas. Ninguém lhe valeu.

Uma ronda surgiu no topo da rua a marchar a passo marcial. José Policarpo não sabia, mas fora ordenado à tropa que sáísse à rua para manter a lei e a ordem e, sobretudo, prender os vagabundos que andassem a roubar, os prisioneiros fugidos das cadeias, os escravos, os desertores. Todos os soldados que não andavam por aí dispersos pela tragédia e se encontravam disponíveis foram reunidos com uma disciplina férrea, invulgar na enxovalhada tropa portuguesa, e mandados em patrulha.

A ronda aproximou-se de José Policarpo, que suspirou aliviado por ter a quem pedir ajuda, finalmente. Porém, os soldados já levavam nove maltrapilhos enquadrados e não estavam ali para ajudar, mas para prender. E, vendo José Policarpo com a camisa encharcada do sangue do mouro Hassan e do conde ferido, o sargento-mor Pedro Teixeira, que os comandava, não hesitou.

— Alto — disse, levantando a mão. A patrulha parou. — Está ferido, rapaz?

— Não — respondeu José Policarpo —, não é sangue meu.

— Onde vem?

— Dali — apontou para o palacete.

— Mora ali?

— Não, eu...

— Trabalha ali?

— Não, fui lá para ajudar.

Claro que não morava nem trabalhava no palacete. O sargento-mor Pedro Teixeira não era idiota nem apreciava ser tomado por tal. A camisa ensanguentada de José Policarpo incriminava-o, evidentemente. E, de qualquer modo, todos os vagabundos que prendera a vasculhar casas nobres tinham-lhe dado a mesma resposta: que estavam a ajudar. Pois sim.

— Prendam-no — ordenou, seco, imperativo.

José Policarpo foi tomado pelo pânico, começou a recuar perante dois soldados que avançaram para o agarrar.

— Não está a perceber, eu não estava a roubar, fui ajudar as pessoas daquela casa, há ali gente soterrada.

O sargento-mor olhou para ele impante, voltou-se para trás, olhou o palacete incólume, olhou outra vez para José Policarpo, disse:

— Há ali gente soterrada, hem?

— Sim, há uma mulher presa debaixo de uma placa, a minha rapariga, e um homem muito ferido. Venham lá comigo, por favor.

— A tua rapariga mora ali?

— Mora, sim, senhor.

O sargento-mor teve uma risada curta.

— Estás a gozar comigo, rapaz?

— Não, senhor, ela é criada dos senhores da casa.

Pedro Teixeira bufou, irritado, muito pouco disposto a fazer a vontade ao desconhecido. Bem podia ser verdade o que José Policarpo dizia, todavia pareceu ao sargento-mor que ele só pretendia ganhar tempo ou iludi-lo para se safar. Visto dali, o palacete que ele referenciava não parecia afectado pelos tremores de terra e o sargento-mor não quis dar parte de fraco nem ser ridicularizado por um pilha-galinhas frente aos seus soldados. De modo que encolheu os ombros e repetiu:

— Prendam-no.

— Não! — gritou José Policarpo, assustado. — Estou a dizer a verdade, ajudem-me, suplico-vos!

Não podia ser detido, se o levassem preso Arlete morreria! Tinha de se livrar da tropa, custasse o que custasse. Os dois soldados avançaram para o prender e ele deixou de ver, atacou o primeiro, fê-lo vacilar com um soco no queixo. Logo atirou-se ao segundo, mas este, mais lesto, fez uma rotação rápida e evitou-o. José Policarpo decidiu fugir, correr sem pensar. Antes um tiro nas costas, morrer ali na rua, que deixar-se prender!

Ao invés de uma bala, derrubou-o uma coronhada na cabeça. Foi uma pancada muito violenta que o deixou zonzo, fê-lo perder as forças, cair na calçada.

Mãos fortes agarraram-no e arrastaram-no, desorientado, a desfalecer, sem poder resistir mais.

Um pouco acima do palacete do conde de Montargil, na Rua Formosa, tinha a sua morada Sebastião José de Carvalho e Melo, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, mas que, por tantas responsabilidades e tantos poderes acumulados, mais correcto seria designá-lo de *o ministro* de D. José, já que o rei o sobrecarregava cada vez mais com a missão de governar o reino, que por herança e obrigação cabia ao monarca. Mas D. José era mole e desinteressado, aborrecia-se com os negócios do Estado, gostava dos prazeres mundanos, da ópera, de caçar, de jogar cartas.

O ministro acordara cedo e, apesar de ser feriado, atirara-se ao trabalho, vício alimentado pela ambição pessoal e pela aspiração de fazer obra para ficar na História. Muito penara Sebastião José de Carvalho e Melo enquanto enviado português em Londres e depois em Viena. Só ele sabia como o ressentimento por uma humilhação se eternizava na alma ofendida, enquanto o regozijo de um triunfo se dissolvia na glória passageira. Jamais esquecia uma afronta e nunca se contentava em derrotar um inimigo. Era necessário destruir todos os que se atravessavam no seu destino.

Mas era um caminho estreito aquele que trilhava há cinco anos. Embora fosse o preferido de D. José, só o era pelo seu trabalho, pela sua imensa capacidade de encontrar soluções para os vastíssimos problemas do país, de que o rei não desejava ocupar-se nem saberia resolver satisfatoriamente. Ser filho da pequena nobreza valeu muitas desconsiderações a Sebastião José de Carvalho e Melo, malquisto pela alta nobreza, que dele desconfiava e escarnecia na Corte de D. João V.

Enquanto embaixador do rei em St. James, vendo bem como as riquezas do império português eram canibalizadas pelos putativos aliados ingleses, ficava doente por os seus amiudados relatórios sobre as intenções britânicas serem sistematicamente ignorados por Lisboa.

Tanto esperara ele pelo seu momento! No entanto, a oportunidade surgira há seis anos. A 31 de Julho de 1750, Portugal recebeu a notícia da morte de D. João V. O rei morrera ao fim de oito anos a padecer no seu leito de inválido, rodeado de médicos e padres inúteis, a definhar, tal como o país que nada produzia e tudo comprava com as riquezas do Brasil. Um desperdício total, que só favorecia os ingleses e muito agastava Sebastião José de Carvalho e Melo.

Já em 1749, a rainha regente, Maria Ana de Áustria, que nessa época, ainda que mal, tomava conta dos destinos da nação em nome do seu marido agonizante, mandou chamar de Viena Sebastião José de Carvalho e Melo para que ocupasse o lugar de secretário de Estado no seu governo de velhos incapazes. Conhecendo bem o príncipe herdeiro do trono, seu filho, a rainha já preparava o futuro, aconselhada por D. Luís da Cunha, o mais prestigiado dos embaixadores portugueses e patrono de Sebastião José de Carvalho e Melo.

O novo rei, D. José, não teve de pensar muito, senão seguir o judicioso parecer de sua mãe para que se apoiasse naquela obscura e discreta figura, ao tempo pouco conhecida, mas já gozando nos meios do poder da reputação de homem sério e muito bem preparado, dedicado, minucioso, perseverante.

O ministro soubera tornar-se indispensável aos olhos do soberano, contudo, andava há cinco anos a pisar cuidadosamente terreno armadilhado, fazendo uma política de reformas com métodos dissimulados, para não alertar os nobres próximos do rei, que se empenhavam em menoscar a sua competência.

Por tudo isto, Sebastião José de Carvalho e Melo nunca descansava e não baixava a guarda por um dia que fosse, para não ser apanhado desprevenido pelas intrigas da Corte, exercício em que ele próprio, com a experiência dos seus 56 anos, também era exímio.

O ministro embrenhou-se nos documentos oficiais com o empenho de sempre. Naquele feriado de Todos os Santos a família real estava fora da cidade, em Belém, e o ministro não teria de ir a despacho. Assim, livre da audiência no palácio real, ocupou a manhã a trabalhar descontraidamente em mangas de camisa por baixo de um largo *banyan* de seda, no seu escritório em casa, aproveitando o silêncio para ponderar estratégias, redigir documentos. No entanto, o tempo passava depressa e, quando deu por isso, já eram horas de sair para a missa. Tocou a chamar o criado para o ajudar a vestir-se, ordenou que lhe preparassem a carruagem.

O criado ajudou-o a colocar a cabeleira, a vestir o casaco, a pôr os sapatos. Entretanto, o ministro tinha a cabeça noutro lado, cismando com o problema de sempre: o que fazer para proteger os interesses comerciais de Portugal, tão severamente esbulhados pelos ingleses, e, simultaneamente, não comprometer a aliança militar com Inglaterra, vital para conter a sempre presente ameaça espanhola. Mas o ministro tinha grandes planos para o país, e ali estava ele a pensar no futuro de Portugal sem poder imaginar que este mudaria dramaticamente dentro de segundos.

Sebastião José de Carvalho e Melo, de pé no centro da antecâmara do seu quarto — rodeado de armários brancos debruados a ouro e espelhados, que reflectiam a sua imponente pessoa, envergando um casaco *bordeaux* até aos joelhos, quase pronto para sair —, sentiu o chão mexer-se ao mesmo tempo que um rumor medonho irrompia das entranhas da Terra. O criado assustado desequilibrou-se, caiu de joelhos; o ministro arrogante aguentou firme, enquanto todo o palacete era abanado de um lado para o outro, o ar se enchia de um pó branco que se soltava do tecto, os espelhos à sua volta estilhaçavam e ele viu a sua imagem estranhamente fragmentada em mil pedaços.

Mas não era homem de se intimidar e, muito menos, de se deixar

derrubar, isso não, nem pela mãe Natureza! De modo que fincou os pés no soalho bamboleante, aferrou as mãos na cintura e esperou no alto do seu orgulho que a casa acabasse de abanar, estalar, gemer. Entretanto, das outras divisões chegava-lhe o alvoroço, os gritos de pânico, os passos de gente a fugir pelas escadas, pelos corredores. Quando os abalos cessaram, o ministro, impávido, marcial, fez só um comentário cortante para ninguém em especial:

— Históricos.

Passou a porta da antecâmara, que se abria sozinha, e foi verificar os estragos, esquecido do criado pálido de medo que ficou para trás, sentado no chão.

Dali a pouco a terra voltou a revoltar-se e Sebastião José de Carvalho e Melo, paciente, apoiou a mão na parede grossa do corredor onde foi apanhado pelo segundo abalo. Mais uma vez, o palacete resistiu a tudo, para satisfação do ministro, que viu nisso uma prova da boa construção das paredes centenárias da casa onde nascera.

Foi encontrar a mulher, os filhos, os criados, todos lá fora no jardim a tropeçar nas galinhas aterrorizadas que corriam sem norte para lá e para cá, entre as pernas das pessoas.

Sebastião José de Carvalho e Melo certificou-se de que ninguém ficara ferido, para além das almas perplexas de tamanho susto. Abraçou com demora a mulher, segurou-lhe as mãos, disse-lhe:

— Tenho de ir ver o que se passa lá fora. Foi um terramoto muito forte, pode haver vítimas.

Nesse momento ainda não tinha noção da verdadeira dimensão da tragédia, mas o espírito em alerta apelava já à urgência de tomar conta da situação. Era necessário ir para a rua sem delongas, não podia ficar um minuto na ignorância. Preocupou-se com o povo, absolutamente, mas também cuidou que era imperativo ser a primeira autoridade a chegar ao desastre, que ninguém o ultrapassasse na emergência!

A mulher do ministro, Maria Leonor Ernestina Daun, com a sua expressão grave, os seus modos distantes e rígidos, aparentava ser mulher de poucos afectos e pequena simpatia. Tinha olhos tristes, tez muito branca e pele quase transparente que lhe conferiam um aspecto enfermo de mulher frágil, com pouca saúde. Nada mais falso, não havia nada de frágil no temperamento austero desta austríaca de boa linhagem, de educação fina e desassombrada, sobrinha de um herói de guerra, o marechal Heinrich Richard, que salvara a monarquia austríaca na Guerra da Sucessão, quando atacada em várias frentes pela Rússia, Baviera, Saxónia, Espanha, França e Sardenha.

Com efeito, depois de passar por aqueles eventos dramáticos, a condessa de Daun nada tinha de assustadiça. E quando o marido a avisou que a ia deixar por sua conta no meio do desastre, compreendeu: o dever

chamava-o. A condessa assentiu, compreensiva.

— Vá, aqui estamos todos bem — disse. — Mas com uma condição.

Ele ergueu uma sobranceira, preparando-se para negociar os termos do acordo.

— Qual?

— Tem de vir a casa à hora de almoço, para eu saber que está tudo bem consigo.

— Minha querida, claro que está tudo bem comigo — protestou. — Não se preocupe.

— Como não me preocupo? Ora essa! É como lhe digo, tem de vir a casa.

— Mas, se ainda não sei em que estado vou encontrar a cidade.

— Pois bem, se não puder vir, envie um emissário.

E assim ficaram. Minutos depois do terramoto, Sebastião José de Carvalho e Melo partiu a toda a pressa para ir testemunhar a destruição total do Centro da cidade, a Baixa, esse pedaço medieval onde vivia a maior parte dos lisboetas. E ainda o marido entrava na carruagem, batia a porta, já a condessa se virava para trás a dar ordens secas à criada assustada.

A carruagem desceu a Rua Formosa a galope. Sebastião José de Carvalho e Melo, sozinho com o seu cocheiro, aventurou-se sem pensar nas consequências. Mandou bater para a Baixa.

— Vamos, homem, depressa!

Mas era impossível, as ruas estavam bloqueadas pelos destroços das casas destruídas, os incêndios brotavam em todas as ruas e a população aflita, reconhecendo o ministro no coche, cercava-o, trepava pelos estribos, pelas rodas, suplicava ajuda. Miúdos de rua, mulheres apavoradas, peraltas esfarrapados e em estado de choque, frades perdidos, mendigos piolhosos, homens feitos de lágrimas nos olhos, todos exigiam a providência do ministro. Para se livrar da turba, o cocheiro resolutivo fez estalar o chicote por cima das cabeças e fustigou os cavalos, e a carruagem pesada avançou aos sacolejos, atirando ao chão os que tentavam trepar por ela, atropelando os incautos.

— Chega! — gritou o ministro. — Vamos para cima!

Subiram uma colina, onde se podia alcançar toda a extensão da tragédia. Sebastião José de Carvalho e Melo apeou-se, contemplou assombrado a velocidade das chamas levadas por um vento fortíssimo, saltando de edifício em edifício, as explosões ocasionais, os rolos de fumo negro elevando-se no céu, espalhados ao longo de quilómetros.

— Santo Deus... — murmurou. Era muito pior do que pensara.

Viu ao longe uma igreja desabar com estrondo, engolida por uma nuvem de poeira, e imaginou centenas de mortos só ali. E chegou ainda a tempo de assistir ao espectáculo terrível das ondas gigantes a avançarem pelo estuário do Tejo, a galgarem as margens e a varrerem a cidade com uma inacreditável força destruidora.

Passado um pouco, sacudiu a letargia do choque, começou a ponderar prioridades. Era preciso organização, convocar a tropa, reunir todos os médicos, verificar os hospitais que continuavam em condições de funcionar, socorrer as pessoas. O rei, lembrou-se, tinha de ir falar com o rei!

Desceu a Belém, onde a família real se encontrava essa manhã porque, afortunadamente, D. José acedera ao desejo das princesas de passarem o feriado fora da cidade. O coche de Sebastião José de Carvalho e Melo rodou a galope, seguindo por uma estrada de terra precária que desafiava a resistência da carruagem, fazendo-a saltar e abanar perigosamente ao longo da margem do Tejo. Mas os cavalos poderosos que a puxavam mantiveram-na a direito na estrada, apesar dos buracos e das pedras que ameaçavam partir-lhe as rodas. Lá dentro, o ministro segurou-se como pôde, jogado aos trambolhões como um boneco, batendo com a cabeça no tejadilho. Amaldiçoou o cocheiro, mas resignou-se porque este só cumpria

a sua ordem de bater à desfilada ao palácio real.

Foi encontrar o rei, a rainha, as princesas e a restante Corte nas relvas do jardim do palácio. Desceu da carruagem com ganas de mandar enforcar o seu fiel cocheiro em represália pelo mau bocado que acabara de o fazer passar.

Mas que triste cenário se lhe deparou. Embora aquela freguesia de Santa Maria de Belém quase nada tivesse sofrido com o terramoto, pela graça de Deus, aquela gente nobre deambulava incerta e assustada pelo relvado, como órfãos desorientados sem saberem o que fazer. E o rei, lívido, tremia todo, aterrorizado, e era o último capaz de reunir e tranquilizar o seu rebanho tresmalhado.

Sebastião José de Carvalho e Melo passou por entre os espectros pálidos de olhos esbugalhados que rodeavam o rei.

— Aqui estou, Majestade — anunciou-se —, às suas ordens.

O rei voltou-se num repente.

— Oh, Sebastião José, você está vivo!

— Vivíssimo! E pronto para o que o meu rei mandar.

D. José tocou em Sebastião José de Carvalho e Melo, apoiou as palmas da mão no seu peito, como que para ter a certeza que não era uma alucinação. O rei nunca tocava nos seus súbditos.

— Que bom vê-lo, Sebastião José. Não apareceu ninguém do meu governo, não tenho governo. Sabe de alguém?

— Não vi ninguém, não sei quem está vivo, quem fugiu.

— Que tragédia, meu Deus, que tragédia... — abanou a cabeça, descoroçoado.

— Terrível, um desastre incomensurável.

— Há muitos mortos?

— Milhares, certamente.

O rei baixou a cabeça, roeu uma unha.

— E o meu palácio? — perguntou.

— O seu palácio arde, senhor.

D. José fez beicinho, mostrando as favolas.

— Não tenho nada para vestir — disse.

— Certamente que se providenciarão todas as suas necessidades aqui em Belém, Majestade.

O rei abanou muito a cabeça.

— Não, não, não, não, não — disse —, é melhor levar a Corte para fora da cidade. Para Mafra, ou mesmo Coimbra. Em Coimbra estamos bem, não lhe parece?

— Absolutamente, Majestade, em Coimbra está-se muito bem.

Os olhinhos do rei brilharam.

— É isso, Coimbra. Vamos, então.

Sebastião José de Carvalho e Melo inspirou fundo, enchendo-se de paciência.

— Se o meu rei me permite, Coimbra é uma excelente ideia, organizar uma base forte em terreno seguro, dirigir dali o país, restabelecer a ordem.

— Sim, sim — ia dizendo o soberano, concordando com aquela visão de uma base segura onde a terra não tremia.

— No entanto, preocupa-me o que o povo possa pensar — disse em tom de comentário Sebastião José de Carvalho e Melo.

— O meu povo?

— Sim, Majestade.

— Como assim?

— O povo é de vistas curtas — disse —, não compreende.

— Mas o que há para compreender?

— Sabeis como é o falatório: Se o rei se afasta para coordenar o socorro, planejar uma reconstrução sólida, o povo vai pensar que o rei tem medo, que fugiu.

D. José fitou-o, assombrado, perplexo.

— Crê então que me vão desconsiderar se for para Coimbra?

— Em contrapartida, se ficar perto da tragédia, todos vão dizer que aqui há coragem, que é um rei de fibra, que não volta as costas ao perigo e ao seu povo.

— Então, você acha...

— Meu rei, é um momento crucial para o país e todos os gestos contam, uma percepção errada seria catastrófica, persegui-lo-ia toda a vida.

— Você acha que devo ficar?

— Acho, Majestade. É incontornável.

Incontornável, uma palavra definitiva! O rei balbuciou, ia chorar, pensou Sebastião José de Carvalho e Melo, desconcertado.

— Mas — apressou-se a dizer — imagine, Excelência, a glória, o exemplo supremo de um soberano que está presente na tragédia, que não falha ao seu povo.

D. José teve de concordar com Sebastião José de Carvalho e Melo, ficar e ser um herói era muito conveniente, realmente.

— Ademais — acrescentou o ministro —, vaticino um horror em todas as estradas que saem de Lisboa. Vejo milhares em debandada. Nestas ocasiões, as pessoas fogem e entopem todas as estradas, todos os caminhos. Não é seguro levar a Corte para fora. Iríamos esbarrar com muita gente desesperada.

— Justamente, justamente — disse o rei.

— Ainda há pouco, tive dezenas de indigentes pendurados na minha sege. Foi preciso enxotá-los a chicote.

— E onde esteve você?

— Estive em todo o lado, na Baixa, em São Pedro de Alcântara, nas ruínas, enfim, onde foi possível passar, porque ainda há muitos incêndios.

Não tinha estado em tantos sítios assim, exagerou um pouco, mas que mal fazia passar a impressão de que se aventurara pelo perigo de peito

aberto, que assumira o controlo? Alguém tinha de o fazer e não tencionava deixar em mãos alheias aquele momento decisivo e histórico que o país vivia.

— E agora, que fazer? — perguntou o rei, esmagado com a dimensão da responsabilidade.

— Agora, sepultar os mortos e cuidar dos vivos — disse, simplesmente, Sebastião José de Carvalho e Melo.

Dito assim, parecia uma tarefa fácil, que não oferecia dúvidas ou obstáculos impossíveis, mas a determinação inabalável que ele transmitiu animou o rei.

— Vá então, meu bom homem, vá lá salvar essa pobre gente.

— E o senhor, meu rei?

— O rei fica aqui.

— É uma decisão sábia, no palácio de Belém fica bem e não tem nada a temer.

— Não, no palácio não! Ficamos nos jardins. Há-de se arranjar umas tendas.

Regressado ao centro da crise, Sebastião José de Carvalho e Melo encetou um plano que se foi desenrolando ao sabor das necessidades. O odor nauseabundo dos cadáveres a apodrecerem ao ar livre foi o primeiro grito de alerta!

Parou a sua carruagem no Rossio, apeou-se, olhou em redor. O Hospital Real de Todos os Santos, o maior da cidade, conhecido pelo hospital dos pobres — um magnífico edifício de três pisos com uma fachada de 100 metros, que se estendia por toda a face leste da praça, e a sua igreja ao centro com uma escadaria monumental —, estava destruído, derrubado pelo terramoto, consumido pelas chamas.

Na praça encontrava-se uma infinidade de feridos que, tendo escapado aos desabamentos, já não tinham força para se arrastar para mais longe. Pelo chão de terra batida daquele largo espaço havia estropiados cobertos de sangue, com pernas e braços partidos, ossos lascados, cabeças rachadas, traumatismos indescritíveis. Grande parte deles iria certamente morrer, e muitos já tinham mesmo perecido sem que os vivos lhes tivessem valido.

Sebastião José de Carvalho e Melo notou uma mãe cantando baixinho uma canção ao seu bebé com uma cor de pele arroxeadas, que embalava nos braços.

No entanto, não havia tempo a perder e, estando ali perto um oficial, arrogou-se do seu cargo de secretário de Estado da Guerra para o chamar com autoridade inequívoca.

— Capitão, sabe quem sou eu?

— Sei, sim, senhor — respondeu o oficial extraviado, apurando-se no seu uniforme encarvoado e batendo-lhe respeitosa continência.

— O que lhe aconteceu? — perguntou-lhe, reparando no desmazelo dele.

— Estava na missa das dez, ali na Igreja de Nossa Senhora da Misericórdia, quando o terramoto começou e as paredes estremeceram e começaram a cair pedras e havia gente a fugir, muitos feridos, muitos mortos, foi... foi uma...

— Pronto, pronto — disse Sebastião José de Carvalho e Melo, interrompendo a ansiedade do militar. — Capitão, atente bem nas minhas palavras: quero que vá buscar um general que venha reunir-se comigo neste mesmo lugar dentro de uma hora.

— Que general, senhor?

— Um qualquer, capitão, o primeiro que encontrar.

— Mas, senhor, eu não sei onde...

— Capitão, tem as suas ordens — disse, secamente.

— Sim, senhor, com a sua licença, senhor.

— Vá, vá — disse, com um gesto vago, virando costas, voltando já a atenção para um sacerdote debruçado a prestar socorro a um ferido, a enfaixar-lhe uma ferida na perna. Aproximou-se dele.

— Senhor padre, uma palavrinha, por gentileza.

O cura, espreitando por cima do ombro, reconheceu Sebastião José de Carvalho e Melo. Disse ao ferido que segurasse a ligadura, ergueu-se, alisou o hábito emporcalhado, curvou a cabeça humildemente — uma reacção que a imponente figura de Sebastião José de Carvalho e Melo provocava habitualmente nas pessoas.

— Acaso sabe onde se encontra o cardeal? — perguntou-lhe.

— Ouvi dizer que está para o Rato, acamado numa maca — respondeu o padre.

— No Rato, heim?

— Sim, excelência.

— Obrigado, senhor padre. Não se prenda por minha causa, essas pessoas precisam de si.

O cardeal patriarca, ele não podia convocar como os generais. Havia que ir ao Rato conferenciar com Sua Eminência o mais depressa possível.

O capitão enviado por Sebastião José de Carvalho e Melo foi tão diligente que não lhe trouxe um, mas dois generais. O ministro viu um bom augúrio na chegada dos generais com os seus ajudantes-de-campo, os oficiais subalternos, uma escolta de soldados. Sempre era um princípio de organização, um passo para começar a dar ordem ao caos.

Abriu-se uma mesa de campanha, trouxeram-se cadeiras, sentaram-se. Os praças armados estabeleceram um perímetro em redor para que não fossem incomodados e, ali mesmo, no meio do Rossio dilacerado, cercados de ruínas e incêndios, fizeram o primeiro conselho que permitiu pôr as coisas a andar.

Os generais eram nobres arrogantes, de temperamento grave, que viam com desprezo o estado deplorável a que chegara o Exército de Sua Majestade, desleixado como todo o país desde o reinado do senhor D. João V, que só se interessava em gastar o ouro do Brasil em palácios sumptuosos e igrejas faustosas carregadas de tesouros. E o resto era uma latrina, a cidade cheirava mal com o seu lixo acumulado nas ruas; os pedintes esfomeados, doentes, enxameavam as portas das igrejas, as praças públicas, os mercados. Não havia segurança, a noite estava entregue a corjas de bandidos e assassinos, e no entanto o Exército, à míngua, pedinchava recursos. Contudo, à falta de uma guerra, Lisboa de rastos, o estado de emergência, dava-lhes ânimo para saírem dos quartéis, fazerem alguma coisa de útil.

Sentaram-se à roda da mesa e Sebastião José de Carvalho e Melo começou por informar os generais que recebera instruções directas de Sua Majestade.

— O rei encontra-se bem. Está com a Corte em Belém. Vim de lá não faz uma hora — disse.

D. José confiara-lhe a responsabilidade de coordenar o socorro à

população e, a partir de agora, era ele quem mandava. Os generais compreenderam a mensagem e colocaram-se à disposição.

Era preciso constituir equipas para combater os fogos; montar hospitais de campanha para os feridos e armar todas as tendas disponíveis para os desalojados.

— Aqueles que não estiverem feridos, homens, mulheres, gaiatos, têm de ajudar. Não há excepções — decretou Sebastião José de Carvalho e Melo. — E ninguém tem autorização para sair da cidade.

Em breve cairia a noite e, com ela, viria o frio e a fome. Haveria milhares de desalojados ao relento, por isso teriam de agir rapidamente para dar a essa gente abrigo e uma sopa quente.

Os generais concordaram que não havia tempo a perder. Iriam empenhar todos os efectivos nessas prioridades. Debateram depois a segurança, porque a ladroagem começara assim que a terra tremera e, pior ainda, havia muitos criminosos à solta, sabia-se lá por onde, desde que as prisões tinham colapsado.

— Multipliquem as rondas nas zonas afectadas. E as patrulhas que sejam impiedosas com os que apanharem a roubar — disse Sebastião José de Carvalho e Melo. — A partir deste momento fica decretada a lei marcial.

O que mais preocupava Sebastião José de Carvalho e Melo não eram os incêndios. Que a Baixa inteira seria queimada até à última tábua já ele sabia. Não tinha ilusões quanto a isso, considerou até um dever patriótico deixar arder esse coração da velha Lisboa medieval para lhe dar uma alma nova e moderna num futuro próximo. Que diabo, o mal estava feito e o espírito arguto de Sebastião José de Carvalho e Melo já via naquele desastre uma oportunidade providencial. Mas haveria tempo para pensar a reconstrução. Agora tinha de ir ao Rato, ao cardeal patriarca.

Nessa praça triangular quase rural que era o Rato, um pouco abaixo da Mãe d'Água, reservatório onde terminava o Aqueduto das Águas Livres e onde os aguadeiros se iam abastecer, já se improvisava um acampamento muito rústico. Por ter resistido melhor aos abalos do terramoto, o descampado do Rato recebeu muitos dos desalojados da parte baixa da cidade, que ali afluíram, improvisando abrigos com os restos resgatados às casas destruídas, a tábuas que estavam ali à mão, a qualquer recurso que servisse para construir um abrigo.

Sebastião José de Carvalho e Melo embrenhou-se naquela confusão de feira, foi andando pelo labirinto de desalojados que disputavam o seu espaço assentando um colchão, uma mesa, um tabique. O seu fiel cocheiro ia à frente, abrindo caminho a resfolegar como um touro. Foram dar com a velha raposa combalida e acoitada numa barraca indigna de tão venerável prelado, tapada com os pesados reposteiros de veludo, meio chamuscados, debruados com o brasão cardinalício sobre um fundo purpúreo.

D. José, nomeado cardeal patriarca de Lisboa há ano e meio, um dos 16 filhos do quarto conde de Atalaia, descendia da poderosa família Távora, da velha nobreza, que muito rancor guardava a Sebastião José de Carvalho e Melo, de maneira que o ministro inspirou fundo, apelando ao seu lendário sangue-frio, e preparou-se para um confronto difícil.

O cardeal jazia num leito de campanha, aparentemente sem sequelas graves da parede que lhe desabara em cima. No entanto, fez um gesto lento, sofrido, para que o ministro se aproximasse. Sebastião José de Carvalho e Melo abeirou-se do leito, o cardeal esticou a mão e ele dobrou-se para lhe beijar o anel. Não tendo onde se sentar, permaneceu de pé, com as mãos apoiadas na bengala. Mas ao velho ladino não lhe agradou entabular conversa com o *protégé* do rei a partir de tão baixa perspectiva. O corpanzil bestial de Sebastião José de Carvalho e Melo parecia preencher todo o lúgubre espaço da tenda, a peruca branca que lhe engrandecia a cabeça roçava a cobertura de lona branca. O ministro agigantava-se naquele pardieiro indigno e o distinto membro do colégio cardinalício, estendido ao comprido e desprovido de toda a magnificência, sentiu-se em desvantagem. Incomodado, deu para fora um gritinho estridente a chamar uma das freiras benevolentes que lhe montavam guarda à barraca.

Uma cabecinha humilde espreitou para dentro.

— Sua Eminência chamou?

— Chamei, irmã. Arranje uma cadeira, um banco, qualquer coisa para o senhor ministro se sentar.

— Não há necessidade — protestou levemente Sebastião José de Carvalho e Melo, mas o presbítero ergueu uma mão mole para o calar.

Dali a pouco veio um caixote de fruta vazio que a freirinha piedosa virou ao contrário com muitos pedidos de desculpa por não conseguir melhor.

— Serve perfeitamente — disse Sebastião José de Carvalho e Melo, fazendo-se o mais jovial possível, dada a situação. Sentou-se lentamente, cuidando que o caixote se iria estilhaçar e deitá-lo por terra.

O cardeal fez-se compungido por não lhe poder proporcionar um assento apropriado, intimamente satisfeito por ver o ministro incómodo, todo dobrado, sem saber o que fazer às pernas demasiado grandes. Agora sim, podiam conversar.

Sebastião José de Carvalho e Melo demorou-se um momento a olhar em redor a tenda frágil, onde se sufocava de calor.

— Se houver algo que possa fazer por Vossa Eminência, não hesite — ofereceu-se, prestável.

Sua Eminência, de rosto sanguíneo, a derreter suores, encolheu os ombros.

— Veja Vossa Excelência a minha precária situação. A fúria divina abateu-se sobre os pecadores que se recusaram a ouvir a voz da razão da Santa Madre Igreja.

— Sem dúvida — contemplou Sebastião José de Carvalho e Melo, pensando que, se fosse o caso, se aquela besta-quadrada tivesse razão no que dizia, como se justificava que a maioria das vítimas estivesse debaixo dos escombros das igrejas?

— Vai ser uma tarefa monumental reconstruir o patriarcado, as igrejas todas.

— E as casas.

— E as casas, claro.

Que besta, pensou novamente.

— Mas, se me permite, a maior aflição agora são os mortos.

— Os mortos?!

— Sim, milhares de cadáveres a decomporem-se ao ar livre são um perigo para a saúde pública.

— Com efeito, com efeito. Há que apressar os funerais.

— Justamente, mas é impossível, não há gente que chegue para tamanha tarefa. Não há um padre para cada funeral; não há carpinteiros para os caixões; não há coveiros para abrir milhares de covas.

— O que sugere, então?

— Simplificar os funerais, é inevitável.

— Mas como, por Deus?!

— Abrindo valas comuns.

O digníssimo arregalou o olho redondo.

— Enterrar os mortos sem lhes dar um nome? Sem uma bênção? É um sacrilégio!

— E, no entanto, uma necessidade incontornável.

— Uma profanação — rosnou.

— Compreendo. Mas, então, ponho-me nas mãos de Vossa Eminência, acatarei o que aprouver ao seu sábio discernimento.

O cardeal benzeu-se, ergueu os olhos aos céus.

— Santo Deus — disse.

— Veja — continuou Sebastião José de Carvalho e Melo —, quando as epidemias começarem, acampamentos como este serão dizimados, haverá muito mais mortos.

A ideia da morte ali à sua porta assustou o santo homem.

— Nosso Senhor nos livre disso — afirmou, abstendo-se de dar a sua bênção aos funerais sem rosto, mas sem coragem de os proibir.

Estendeu a mão a Sebastião José de Carvalho e Melo, que lhe beijou o anel, fincou a bengala na terra para se erguer do caixote, dobrou-se numa vénia respeitosa, partiu com pressa de ordenar as valas comuns. Porque Nosso Senhor não livraria Lisboa das epidemias se os homens nada fizessem para as evitar.

As horas que se seguiram foram poucas para todas as medidas urgentes que era preciso tomar. Sebastião José de Carvalho e Melo esfalfou os seus cavalos que o levaram a todo o lado, conduzidos pelo seu incansável cocheiro.

A uma ordem sua, constituíram-se equipas de bombeiros para combater os fogos ou, pelo menos, contê-los. E, no entanto, era pouca a água disponível. Uma seca de meses esgotara os recursos e os poços fechados ou bloqueados não serviam de muito.

Hospitais de campanha e conventos que ficaram de pé receberam tantos feridos quanto foi possível recolher, pois não se conseguiu chegar a centenas de estropiados que agonizavam ainda vivos. Esses, sofrendo tormentos excruciantes, não constituindo prioridade, lá ficaram sem ajuda, presos nos destroços durante horas ou dias até morrerem sem surpresa. Ao leme de todas as decisões, Sebastião José de Carvalho e Melo tomava medidas duras e frias, sacrificando muitos para assim salvar a maioria.

Outras equipas organizaram-se para recolher os mortos. A tropa obrigou presos, escravos, desertores e indigentes a carregar os cadáveres. Os enterros, simples e rápidos, foram acompanhados por padres que benziam as covas cheias de mortos sem nome.

Como não fossem suficientes as valas comuns, Sebastião José de Carvalho e Melo voltou ao cardeal patriarca para lhe arrancar a autorização escrita para transportar cadáveres em barcaças e largá-los no mar alto. Era um trabalho medonho, os prisioneiros vomitavam para o lado enquanto transportavam cargas de braços e pernas.

— E o que se faz com os restos humanos sem corpo? — perguntou um capitão aturdido com a enormidade da ordem.

— Não se lhes faz nada. Tudo borda fora — disse Sebastião José de Carvalho e Melo, imperturbável. — Deus lá no Céu saberá a ordem correcta dos corpos.

Enfim, era preciso evitar as epidemias, a todo o custo. No entanto, por mais que se fizesse para melhorar as condições, de fora só chegavam más notícias. Às portas de Lisboa, em Benfica, a igreja matriz de Nossa Senhora do Amparo, em construção, ficara arruinada; em Odivelas tinha morrido gente no convento; a vila de Cascais, arrasada, perdera as suas duas paróquias e contava centenas de mortos; havia zonas costeiras do Algarve completamente destruídas. Uma calamidade!

Deixado ao seu critério pelo rei medroso, Sebastião José de Carvalho e Melo apoiava-se no Exército e nos próximos que o coadjuvavam. Como não podia valer a todos, concentrava-se por ora em resgatar do caos a capital do reino.

Ao final do dia, esgotado, o ministro foi a casa sossegar a sua mulher, comer uma sopa, descansar um pouco. Mas logo voltou a sair na carruagem

escavacada por tantas provações. Já era noite quando, puxada por uma parelha de cavalos frescos, a sege desceu a rua a galope e passou à desfilada por um homem desesperado que baldadamente demandava por ajuda.

Enterrado no fundo da carruagem, absorto nas suas preocupações, Sebastião José de Carvalho e Melo nem viu esse pobre diabo perdido de angústia com quem se cruzou, e, mesmo que tivesse visto, não o reconheceria, pois nunca lhe havia sido apresentada tal estranha e insignificante pessoa.

Por seu lado, José Policarpo também não imaginou que era a sege do ministro que quase o atropelou sem cuidar de saber se precisava de algo.

A patrulha comandada pelo sargento-mor Pedro Teixeira atirou José Policarpo inconsciente para cima de uma carroça. Levaram-no, juntamente com outros infelizes arrebanhados à sorte pelos soldados, que poucas perguntas lhes faziam por não terem interesse nas respostas. De qualquer modo, eram homens válidos e o Estado iria precisar deles em breve. Transportaram-nos para a prisão do Forte de São João da Junqueira.

No caminho, José Policarpo recuperou a consciência e deu consigo de pés e mãos acorrentados. Ainda atordoado pela pancada e apesar dos solavancos, conseguiu erguer-se e sentar-se, encostando-se a custo a um dos lados da caixa da carroça. Tentou recordar o que lhe acontecera, mas levava uma valente coronhada na cabeça e estava difícil juntar duas ideias coerentes. José Policarpo teve a certeza de uma urgência, embora não soubesse dizer o que era. Quis perguntar o que acontecera, para onde o levavam, mas por algum motivo não conseguiu falar. Um cheiro intenso a incêndio empestava o ar, a carroça dava muitos solavancos, uma sombra negra desceu sobre ele, turvou-lhe a visão, voltou a perder os sentidos. A cabeça pendeu-lhe para o peito, o corpo escorregou para o lado.

O Forte de São João da Junqueira era a mais tenebrosa prisão do regime, tinha três pisos subterrâneos: dois para os cárceres e um mais abaixo a que chamavam cemitério, pois era aí que enterravam anonimamente os presos que não resistiam ao tratamento desumano a que eram submetidos no segredo daquelas paredes do inferno.

José Policarpo abriu lentamente os olhos, atormentado por uma dor de cabeça paralisante. Acreditou que estava numa caverna, à meia-luz de duas lamparinas que bruxuleavam em suportes de pedra nas paredes. As chamas, açoitadas pelo sopro frio das correntes de ar, desenhavam fantasmas no chão, nas paredes. Deitado de lado em cima de uma camada de palha húmida, José Policarpo relanceou os olhos pelo espaço côncavo. Uma voz tonitruante ribombou na sua cabeça,

— Do' miu bem, home'?

José Policarpo torceu o pescoço para trás e espreitou por cima do ombro, procurando a origem da voz que ecoou no cárcere vazio. A mesma voz invisível soltou para o ar uma gargalhada escarninha. José Policarpo fez um esgar de sofrimento, porque a sua cabeça massacrada não suportava o som áspero daquela gargalhada. Uns dentes fortes, muito luzidios, brilharam no canto escuro do cárcere e, um momento depois, um negro possante em tronco nu surgiu do ângulo sombrio das duas paredes, quando se inclinou para a frente, mas logo voltou a encostar-se e desapareceu na escuridão.

— Onde estamos? — perguntou, a custo, José Policarpo. Tinha a voz empastada, como se tivesse bebido uns jarros de vinho.

— Na p'isão, home'.

— Onde?

— Na p'isão! És su'do?

Não percebeu se o negro tinha uma deficiência na fala ou se gozava com ele.

— Qual prisão?

— Na Junquei'a.

José Policarpo cerrou os olhos, fez uma careta assustada.

— Oh, Deus! — gemeu.

— Deus não te vale de nada aqui, home'.

A Junqueira era o pior lugar do mundo, pensou, ninguém saía dali vivo.

— Mas porquê?! — bradou aos céus.

— Po'quê o quê? — perguntou o negro.

Não lhe respondeu.

— Po'quê o quê? — insistiu o outro.

— Há quanto tempo estou aqui?

— Eu sei lá!

— Dez minutos, quinze?

— Mais.

De repente lembrou-se de tudo! O terramoto, os incêndios, Arlete!

— Meu Deus, Arlete!

Pôs-se de pé num salto improvável, procurou dar um passo incerto, mas o calcanhar agrilhado fê-lo cair para trás. Olhou espantado para o pé. Estava preso a uma corrente que vinha de uma argola de ferro cravada na parede.

— Guarda! Guarda! — começou a gritar possesso, e ao negro, surpreendido com a berraria, deu-lhe para rir. E quanto mais ele gritava, mais alto o negro ria.

Veio o guarda, um carcereiro mole, encurvado, com um bastão de madeira na mão. Meteu a chave à porta de grades, abriu-a, entrou na cela. O negro emudeceu.

— O que vem a ser esta berraria? — rosnou.

— Senhor, é um engano — disse José Policarpo.

— O que é um engano?

— Eu, isto, não posso estar aqui.

— E quem te pediu a opinião, cabrão?

— Senhor, a minha rapariga precisa de mim.

— Ah, ela precisa?

— Sim, senhor, ela está em perigo, ficou presa debaixo de uma parede que desabou.

— E então? Queres que te liberte?

— Tenho de ir salvá-la, por favor — implorou.

— Tem juízo — disse o carcereiro, voltando-lhe as costas.

— Não, senhor!

O carcereiro deu meia volta.

— Vais continuar a gritar? — zangou-se. — Vais continuar a gritar? — repetiu. — Vais continuar a gritar?! — e enquanto dizia isto espetava-lhe a ponta do bastão na barriga, fazendo-o recuar mais um pouco.

— Senhor, por favor...

— Vais continuar a gritar?!

José Policarpo deitou as mãos ao bastão, num gesto irreflectido de autodefesa, agarrou-se a ele com todas as suas forças, apanhando o carcereiro desprevenido, e arrancou-lho das mãos. O homem avançou enraivecido, quis esmurrar José Policarpo, mas ele, disposto a tudo, ripostou com o bastão, acertou-lhe na queixada e o homem desabou sem um pio, mesmo ali à frente.

Ficou um momento espantado a observar o carcereiro fora de combate. No canto, o negro soltou um «xiiiiiii...».

— O que tu fizeste, home'...

José Policarpo debruçou-se sobre o carcereiro, tirou-lhe o molho de chaves do cinto, foi experimentando cada uma até achar a que abria a grillheta presa ao tornozelo, soltou-se. Foi espreitar para fora da porta, não viu ninguém. Atrás, o negro excitado disse-lhe baixinho:

— Espe'a, home', solta-me qu'eu vou contigo!

Ignorou o negro e avançou cauteloso pelo corredor que se estendia à sua frente. Logo encontrou uma escadaria e subiu-a, tentando não fazer barulho com os saltos das botas nos degraus de pedra. Ali tudo ressoava. Chegou ao topo, que dava para um corredor curto, percorreu-o, virou à direita noutro corredor vazio, este longo a perder de vista, com portas seguidas de ambos os lados, todas fechadas. Depreendeu que fossem celas. Continuou a andar, tendo a impressão que, tirando o carcereiro, não havia mais ninguém naquele lugar sinistro. Mas nisto alguém gritou atrás:

— Alto!

José Policarpo gelou. Voltou-se e viu um soldado de espingarda aperrada, apontada a ele, e na ponta do cano da arma uma longa baioneta

capaz de o trespassar de um lado ao outro do corpo.

— Mãos no ar! — ordenou o soldado.

Ele obedeceu.

— Que fazes aqui?

— Perdi-me, senhor — disse José Policarpo, dando um passo em frente como que a entabular uma conversa amigável. — Ia à procura de...

— Pára, ou disparo — avisou o soldado, e o tom de voz não deixou espaço para dúvidas.

Estou perdido, pensou José Policarpo.

Do alto da sua mui nobre posição, D. José de Mascarenhas da Silva e Lencastre, marquês de Gouveia, conde de Santa Cruz e duque de Aveiro, homem altivo e consciente do enorme poder que detinha por pertencer a uma das mais aristocráticas e ricas famílias portuguesas, não aceitava desaforos a ninguém. Havia uma semana que um criado seu, José Policarpo, lhe desaparecera com um cavalo da sua casa de Azeitão. Embora o animal lhe tivesse sido emprestado, ele nunca regressou a casa. A notícia chegara-lhe por intermédio de outro criado, cunhado de José Policarpo, que fora numa aflição a Belém, onde o duque de Aveiro tinha residência principal num dos maiores palácios do reino.

Não sabia dizer o que o transtornava mais: se a possibilidade de o criado lhe ter fugido com um cavalo, se a hipótese de alguém ter atacado um dos seus criados e lhe ter roubado um cavalo. Mas ambas eram uma afronta insuportável e o duque não descansaria enquanto não deslindasse o mistério do desaparecimento do homem e do cavalo.

A probabilidade de José Policarpo roubar o seu senhor era praticamente inexistente, pois devotava-lhe uma lealdade inabalável e ser-lhe-ia fiel até à morte, porém o duque de Aveiro era demasiado cheio de si para, na sua soberba, pensar que havia neste mundo pessoas incapazes de trair. De facto, estava capaz de matar José Policarpo por lhe ter falhado. Mas antes teria de o encontrar.

Seria só uma questão de tempo, evidentemente. O duque de Aveiro tinha uma influência enorme, que rivalizava até com a da real Casa de Bragança, e em breve um dos seus espiões haveria de descobrir qualquer informação e trar-lhe-ia uma pista sobre o paradeiro de José Policarpo.

O duque andava supinamente irritado com esta contrariedade, como se não tivesse sido suficiente a tragédia do terramoto. Parecia que o mundo desabava e o estado normal das coisas não pudesse ser repostado. Mas com ele ninguém se metia e não se conformaria até encontrar o seu homem, não ficaria pedra sobre pedra até resolver o assunto, ou não se chamasse ele José de Mascarenhas, duque de Aveiro!

Com efeito, chegou-lhe de fonte segura a informação de que José Policarpo estava detido na prisão da Junqueira. O informador, um guarda devidamente recompensado com um punhado de moedas, não vira o homem em questão, mas ouvira comentar que tinha sido preso um criado do senhor duque de Aveiro. De mais a mais, o indivíduo tinha espancado o carcereiro e tentado a fuga, o que provocara um tremendo alarido na cadeia. Agora, encontrava-se fechado na solitária e em muito mau estado.

No dia seguinte, o duque de Aveiro foi em pessoa à prisão da Junqueira, onde se apresentou impante com uma impressionante comitiva de guarda-costas, homens de leis e até o seu secretário pessoal. À porta,

reinava uma severa ordem marcial. Soldados armados de semblante grave montavam guarda no exterior e na entrada, isolada por pesados gradeamentos fechados à chave. Para lá desses portões invioláveis, um corredor árido de pedra escura fenecia na penumbra do fundo negro que conduzia às entranhas da prisão.

O alvoroço da comitiva do duque de Aveiro veio quebrar o silêncio intimidante que ninguém ousava perturbar.

— Exijo falar com o comandante imediatamente — empertigou-se o duque de Aveiro perante um guarda habituado a tratar a pontapé qualquer besta que viesse desafiar a sua autoridade. Mas o duque de Aveiro sabia ele bem quem era e o duque não se tratava a pontapé.

O guarda pôs-se em sentido; veio o comandante.

— Senhor duque, a que devo a honra da visita de Sua Senhoria? — perguntou, cheio de mesuras.

— Traz-me aqui um criado meu que me disseram estar retido nos calabouços indevidamente.

E o comandante, muito interdito, gaguejou que só podia ser um engano, que não tinha conhecimento de nenhum criado de Sua Senhoria nos calabouços.

— Qual engano, qual quê! É meu criado e está nos seus calabouços, comandante. Faça-me o obséquio de confirmar.

Abriram-se as grades dos portões, franquearam-se os frios corredores ao duque de Aveiro, que acompanhou o comandante, seguido pelo eco dos passos da sua circumspecta comitiva a ressoar nas paredes nuas, onde bruxuleavam sinistras tochas em suportes de ferro. Desceram escadas e percorreram mais corredores espartanos, atravessando gradeamentos que o comandante ia abrindo e voltando a fechar depois de todos passarem. O chocalhar metálico das grandes chaves numa argola de ferro que o comandante levava na mão era o único som que se misturava com o bater dos saltos das botas na pedra. O comandante tentou amenizar a indignação de Sua Senhoria tartamudeando satisfações, mas o duque não estava para brincadeiras e a conversa morreu rapidamente enquanto percorriam aquele labirinto medieval.

Enfim, viram-se perante uma porta sólida e o comandante foi buscar uma das tochas que ardiam na parede antes de a abrir com mais uma das chaves que trazia na argola de ferro.

Há dias que José Policarpo não via uma nesga de luz. Estava metido no buraco negro, onde só havia escuridão e silêncio. Duas vezes por dia abria-se uma portinhola na parte de baixo da porta e atiravam lá para dentro um tabuleiro de metal com um naco de pão duro e uma sopa de água suja. E se a porta se abria era para os guardas entrarem um momento, justamente o tempo de o espancarem com bastões de madeira. De sorte que, quando a

porta se abriu, um José Policarpo aterrorizado começou a gritar que não, que o deixassem em paz!

Os homens do duque entraram para o resgatar do chão coberto de palha húmida, mas ainda precisaram de acalmar o farrapo humano que encontraram a debater-se com os vultos que estenderam os braços e o agarraram. Pior do que a pancada era o isolamento na escuridão total, capaz de quebrar os espíritos mais corajosos e de enlouquecer em poucos dias as mentes mais robustas.

O duque esperou à porta, ao lado do comandante, cobrindo o nariz com um lenço perfumado. Todo ele era um esgar de repugnância e fúria por ver o seu criado com o rosto desfigurado, as pálpebras tão inchadas que mal conseguia ver quem estava à sua frente; os braços e as pernas cobertos de chagas e nódoas negras. O seu cabelo parecia de palha e a roupa fedia a fezes e urina.

Tiveram de o carregar em braços, porque José Policarpo estava incapaz de se ter nas próprias pernas.

— Francamente, comandante, não há dúvida que sabem como tratar uma pessoa nesta esterqueira — rosnou o duque.

— Ele atacou um guarda — desculpou-se o comandante. — Deixou-o em muito mau estado.

O duque, ardendo numa ira, com a face a rebentar de vermelha, deitou chispas pelos olhos enquanto prometia que aquilo não ficaria assim, que alguém haveria de pagar muito cara a afronta.

— Por amor de Deus, Vossa Senhoria, não se tratou de uma afronta — balbuciou o comandante, jurando-lhe que tinha sido tudo um mal-entendido, que não sabia que o homem era criado dele.

— Alguém se deu ao trabalho de lhe perguntar?!

— Não, mas ele também podia ter-nos dito. — Ia-se lá saber, uma pessoa só cumpria ordens com a melhor das intenções.

— E de quem foram as ordens?

— Do secretário da Guerra, o senhor Sebastião José de Carvalho e Melo, naturalmente.

— Naturalmente — disse o duque de Aveiro, lívido de ressentimento. Odiava esse Sebastião José que a todos se pretendia impor com os favores do rei.

Passou um mês. José Policarpo tinha sido levado para o palácio do duque de Aveiro, em Belém, onde convalescia. Nos primeiros dias não dava acôrdo de si, ardia numa febre maligna, delirava.

Mais que não fosse por uma questão de orgulho, o duque teimou que o seu homem não haveria de morrer. Via no seu provável falecimento uma derrota pessoal e, assim, convocou dois dos mais reputados facultativos do reino e a esses médicos de craveira exigiu que o criado não morresse.

Mas eram muitas e muito graves as lesões de que padecia José Policarpo. Uma infecção corroía-lhe o corpo e quase claudicou na luta titânica com a doença. Na sua agonia, tinha alucinações com Arlete. Via-a deslizar de baixo da placa de pedra que a esmagava e elevar-se no céu, pairando num esvoaçante vestido branco que adejava ao vento, enquanto ela subia a uma altitude impossível e se perdia contra uma luz branca que feria os olhos a José Policarpo. Contudo, essa luz era o sol de fora que batia na vidraça da janela do quarto e que ele não suportava devido a uma lesão resultante de uma pancada na cabeça.

Conseguiu vencer a infecção, não tanto pelos expedientes medicinais dos sábios facultativos que lhe rodeavam a cama com pachos frescos e sangrias, mas mais pelo seu corpo vigoroso, de músculos esculpido pelo trabalho no campo, imune às doenças e aos traumatismos até ter dado entrada na prisão da Junqueira. As feridas também foram sarando com a passagem dos dias, mas uma perna partida a golpes de cacete contrariava-o muito, levando mais tempo a solidificar o osso.

Deu os primeiros passos vacilantes ao fim de um mês, agarrado a dois médicos cansados e, sobretudo, à sua vontade férrea de recuperar a saúde e a vida de antigamente. Estivera tanto tempo acamado e com tantos danos físicos, que era desconcertante vê-lo atravessar o quarto num esforço tremendo para se manter em pé. Fazia lembrar uma criança a aprender a andar, dando passinhos desastrados.

No entanto, os médicos elogiaram-no pelos progressos estupendos que conseguira em tão pouco tempo.

— Quem diria que quase nos morria nos braços há um mês! — comentou um deles desvanecido, vendo-o já ir e vir de um lado ao outro do quarto só apoiado em muletas.

O doutor Osório era o decano dos médicos do reino, com uma carreira impressionante, um nome respeitadíssimo, mas só queria ir para casa descansar e esquecer aquele pesadelo. Encurvado, movendo-se com gestos cautelosos de ancião, espreitava o mundo por umas grossas lunetas encavalitadas na ponta do nariz. O doutor Osório confidenciou ao seu colega mais novo que já não tinha coração para aquelas aventuras.

Com efeito, os médicos sentiam-se mais aliviados com a recuperação do seu paciente do que ele próprio, pois receavam a fúria do duque de

Aveiro. Nem queriam imaginar o que lhes teria acontecido se tivessem falhado depois de Sua Senhoria os ter avisado que não era aceitável o criado morrer. O duque seria capaz de lhes arruinar a reputação, acabar com eles, esmagá-los num dos seus lendários ataques de cólera.

Durante a convalescência de José Policarpo, o duque foi-se interessando vagamente pela sua luta heróica pela vida, teve conferências esparsas com os médicos, aqui e ali, enquanto montava a cavalo no picadeiro ou no escritório do palácio onde se refugiava para não aturar as tolices da duquesa. Ouvia-os distraidamente durante uns cinco minutos e a tudo respondia «Sim, sim, vão lá, o homem que não morra».

Mas, concluído o trabalho dos médicos, recebeu-os pela última vez para os ouvir dizer que José Policarpo estava vivo e em franca recuperação, e dispensou-lhes largos encómios, felicitou-os e mandou pagarem-se regamente por esse milagre.

— Nunca pensei que sobrevivesse — confessou, impressionado e bem-disposto.

À saída do palácio, o doutor Osório obsequiou o colega com um cumprimento fatigado. Este respirou fundo o ar fresco da manhã, deleitado com as águas resplandescentes do Tejo ali ao lado, que faiscavam o brilho prateado de um Sol muito forte de Dezembro, e, depois de um longo suspiro, desabafou:

— Sinto-me renascer. E o colega?

— Eu cá vou para casa reformar-me — disse o bom doutor Osório com um derradeiro aceno.

Só Deus sabia o que José Policarpo sofreu aquelas semanas preso à cama, feito uma ruína, inutilizado, sem força para erguer a cabeça da almofada. Queria reagir, levantar-se, sair daquele quarto abafado que o oprimia, mas era uma frustração, o corpo não lhe obedecia, recusava-se a mexer as pernas, os braços. Tinha o pescoço rígido e a cabeça pesava-lhe toneladas. Por duas vezes tentou sair da cama e por duas vezes acabou estendido no chão, paralisado. Teve de desistir, humilhado por ser preciso o auxílio de mãos amigas para o deitarem outra vez na cama. Só lhe restava o tédio de ficar deitado de costas a ver o tecto e esperar até ser capaz de se mexer.

Doía-lhe a alma por não ter conseguido levar o socorro a Arlete, e todos esses dias no leito teve pesadelos com ela desvalida debaixo daquela placa de pedra, enquanto tentava erguer-se do leito para a ajudar.

Bem sabia que, passado tanto tempo, de nada valia fazer o que quer que fosse, pois era tarde para mudar o destino de Arlete. O que lhe tivesse acontecido já era passado, não merecia a sua intervenção. Mas sentia-se responsável por lhe ter falhado, por não ter cumprido a sua promessa de voltar para a salvar, e não havia paliativo na torturada mente daquele homem destruído que ajudasse a mitigar a tristeza e os pensamentos funestos.

Em todos esses tenebrosos dias de angústia, não perguntou por Arlete a ninguém nem pediu que fossem saber dela, porque não tinha ilusões quanto à sua sorte. Por isso, adia cobardemente a pergunta, para não ter de se confrontar com a terrível e definitiva resposta. Julgava-a morta e tantas vezes desejou também que a negra nuvem que pairava sobre a sua cabeça o engolissem e o levasse de vez. Isso sim, seria um alívio ser ceifado pela foice brutal que o isentaria da tremenda culpa que o consumia.

Apesar de todos os esforços dos médicos para o manter vivo, José Policarpo não se achava digno de viver, como podia, se Arlete não estaria a seu lado para caminharem juntos o resto da vida?

Porém, à medida que a natureza impunha a sua lei e o corpo ia recuperando o vigor independentemente da vontade do paciente, a alma foi-se resignando à inelutável certeza de que sobreviveria. E que podia fazer, se não ia morrer, além de se libertar daquela maldita cama onde jazia inválido?

Os médicos incentivavam-no; as caridosas empregadas da casa, que o alimentavam e lhe mudavam os lençóis, cuidavam que nada lhe faltasse; os familiares vinham visitá-lo imensamente gratos por não lhes ter morrido; toda essa gente desejava ardentemente que José Policarpo se pusesse bom. E assim, encurralado pela bondade, ele assumiu a nova responsabilidade de não defraudar a dedicação e a esperança daqueles que tanto se tinham

esforçado para o salvar.

Agora, só pensava em pôr-se bom. Queria tornar-se novamente um homem válido e livrar-se do embaraço de ser um fardo para as outras pessoas. Ansiava pela frescura dos campos verdes, a liberdade do ar livre, poder voltar a montar a cavalo rompendo a galope pelo restolho das planícies amarelas, ou agarrar num machado para rachar a lenha até estoirar.

Melhorando o corpo, melhorava também o moral. José Policarpo recuperava o músculo e o ânimo. O exercício físico exigente espantava os maus pensamentos e dissipava a miséria da depressão. Não havia dia que não pensasse em Arlete, mas já não tanto com a severidade e o desespero daquelas primeiras semanas acamado. O tempo tudo abrandava, até as ideias mais inflexíveis, e o pobre José Policarpo, ainda que destruído, começava a conseguir perdoar-se a si próprio.

No entanto, não esquecia, e alguém haveria de arcar com a culpa da sua desgraça. A tragédia de Arlete não poderia cair no vácuo das memórias curtas, isso ele não permitiria. Bem sabia que tinham morrido milhares e que, não havendo uma pessoa naquela cidade que não tivesse sofrido uma perda, a vida de Arlete era só mais uma baixa, um número, enfim, uma gota de água na catástrofe maior que desfizera famílias inteiras, esmagara uma população inteira, derrubara o país. Mas para ele a catástrofe maior tinha sido perder Arlete.

A fúria de José Policarpo, essa não se extinguiu, era até, porventura, o que mais o fortalecia nesses longos dias de lenta recuperação, porque se havia coisa que ele dava como certa era que, mal estivesse em condições, iria tirar satisfações a essa besta do sargento-mor Pedro Teixeira, que era a quem ele agora atribuía inteira responsabilidade de todo o mal que pudesse ter acontecido a Arlete.

Sempre que se lembrava do sargento-mor, José Policarpo tinha pensamentos assassinos. Cerrava os punhos, tremia todo numa ira furiosa, ficava muito vermelho e suava copiosamente, ao ponto de enxugar o rosto encharcado com um lençinho que ficava a pingar. Era uma obsessão, queria matá-lo, fazia planos: desafiá-lo para um duelo ou, se o outro recusasse, uma emboscada, porque o sargento-mor tinha um Exército a protegê-lo e ele não tinha ninguém. Mas haveria de o apanhar numa esquina, surpreendê-lo sozinho, e então abrir-lhe-ia a barriga de alto a baixo, espetar-lhe-ia a faca uma e outra vez até se cansar. Abandoná-lo-ia prostrado numa viela escura, como um cão, a esvair-se em sangue, sem socorro, como ele fizera a Arlete.

Planear o assassinato do sargento-mor acalmava-o, dava-lhe um propósito. Ansiava pela vingança e não descansaria enquanto não se desforrasse daquele soldadinho emproado. Mas o homem era tão próximo do rei que haveria de ser o bom e o bonito quando o descobrissem estripado

na rua. José Policarpo não queria saber, não tinha nada a perder, sem Arlete a vida já não lhe interessava verdadeiramente.

Mais de um mês depois do terramoto, Lisboa continuava de rastos. As ruínas fumegantes tinham-se enfim extinguido, restavam as cinzas e os destroços enegrecidos dos incêndios que só tinham cedido quando já nada havia para arder.

Os dias passavam e parecia que nada acontecia, mas muito se havia feito, efectivamente. Sob o comando determinado de Sebastião José de Carvalho e Melo, resolveram-se os problemas mais emergentes: o perigo de epidemia foi contido, enquanto o frio e a fome que ameaçavam a população desprotegida foram minimizados.

O Terreiro do Paço era agora um imenso acampamento, coberto de tendas onde os desalojados se abrigavam. Cozinhas de campanha serviam uma malga de sopa quente a todos os que nada tinham para comer.

O Exército mobilizou-se.

— Há que mandar estafetas a todas as guarnições mais próximas e trazer os regimentos para Lisboa — disse Sebastião José de Carvalho e Melo.

— E reforçar os Algarves, que estão vulneráveis a uma invasão — acrescentou o circumspecto comandante supremo do Exército, o marquês de Abrantes.

— Absolutamente — concordou o ministro. — Coitados, estão para lá abandonados à sua sorte.

Foram os estafetas a Estremoz, a Abrantes, a Santarém, a Peniche. Vieram colunas militares para Lisboa, enquanto na capital se reorganizava o Exército desbaratado pelo terramoto, que matara muitos homens e dispersara muitos outros. A tradicional incúria, que já grassava nas fileiras do Exército antes da tragédia, tornou-se bem mais grave depois do colapso da cidade. Havia soldados desgarrados e esfomeados, perdidos dos seus regimentos, mais interessados em conseguir um pedaço de pão na rua do que em voltar aos quartéis. Não obstante, a necessidade de segurança levou a medidas enérgicas para meter a tropa na ordem e os praças foram novamente reunidos e enquadrados por novas chefias.

José Policarpo saiu cambaleante do palácio do seu amo. Foi a primeira vez desde o dia em que o tinham trazido quase morto, exangue, numa carruagem para onde fora levado a braços, fazendo depois uma viagem que lhe pareceu interminável, em que cada buraco onde as rodas caíam, cada pedra que saltavam, o sacudia como um saco de ossos sem préstimo. Um tormento, que só fora atenuado por uma providencial perda de sentidos a meio do caminho.

Enfim, voltava a ver a luz do Sol, muito pálido da convalescença passada como o condenado a cumprir a sua pena, preso à cama, encerrado num quarto sombrio nas catacumbas do palácio, destinadas aos criados,

onde a água escorria pelas paredes e lúgubres manchas negras de humidade alastravam desde o tecto até ao chão.

Deu uns primeiros passos incertos na rua, desajeitado com a muleta de pau firme enterrada no sovaco, coxeando, mas saboreando essa curta caminhada com a deliciosa satisfação de uma vitória gloriosa. Quem o visse agora, sem saber pelo que passara, cuidaria que estava um trapo que dava pena, mas não poderia supor que diferença fazia do fantasma despedaçado que o seu amo resgatara aos calabouços da Junqueira.

Estava magro, exíguo, sem músculo, sobrava-lhe pano da camisa, generosamente entalada nas calças demasiado largas, que só não lhe escorregavam pelas pernas porque estavam presas por um cinto afivelado no último buraco. Mas, apesar do aspecto insignificante, podia orgulhar-se de estar de pé outra vez, calçar as suas botas e caminhar.

Tomou um transporte para a cidade. Recostado no banco da carruagem nesse lindo dia de um lânguido azul, muito límpido e caloroso, foi observando o novo quotidiano desfilando a trote na modorra soalheira do meio-dia. O cocheiro tomou a estrada de terra ao longo da margem do Tejo, onde as lavadeiras tratavam da roupa com as pernas nuas mergulhadas na água fresca do rio, de saia arregaçada, cantarolando umas, conversando outras.

Mas em chegando aos arredores de Lisboa e entrando vagarosamente nas entranhas da cidade, foi começando a descobrir os primeiros edifícios danificados, prédios desconjuntados, casas a que faltavam paredes e onde era possível testemunhar a vida dos inquilinos que decorria no interior aparentemente intacto: a sala, o quarto, a cozinha. Pareciam cenários de teatro com actores anónimos e involuntários.

Atentou que havia muita tropa na rua. Sentinelas montavam guarda às ruínas dos palácios onde se sabia haver muito ouro para desenterrar dos destroços; patrulhas armadas impediam os tumultos e perseguiram os ratoneiros com os seus expedientes astutos para as despistar. A pilhagem atraía a ladroagem, que tentava a sua sorte na caça ao tesouro, mesmo sabendo que lhe esperava a pena de morte se fosse apanhada.

Aqui e ali, nas colinas de Lisboa, avistavam-se corpos inertes, pendentes de forcas, a apodrecer ao calor com o seu cheiro pestilento, servindo de sério aviso aos vadios com ideias de roubar.

Era aquilo semelhante ao que José Policarpo imaginou que seria uma cidade devastada pela guerra, ainda que nunca tivesse visto nenhuma, mas certamente que não seria diferente.

A carruagem deixou José Policarpo na Rua Formosa, à porta do palacete do conde de Montargil. Apeou-se lentamente, um pouco reticente, pagou a corrida ao cocheiro e ficou apoiado na muleta, hipnotizado, a olhar as ruínas do pórtico na entrada lateral do palacete. Estava tudo tal como se

lembrava, ainda que os destroços tivessem sido afastados para retirar os corpos das pessoas e dos cavalos. Havia agora só um monte de pedra branca, luzidia, brilhando ao sol. Era uma cena muito nítida à luz do dia, sem as sombras daquela noite tremenda, e era quase difícil de imaginar que tivessem morrido ali pessoas.

Finalmente estava de volta, um mês depois, acabrunhado e derrotado, coberto de vergonha e sem determinação. O grande momento apanhou-o de chofre e José Policarpo paralisou. Ficou parado defronte da casa, sem conseguir dar o passo em frente e bater à porta.

Mais de 30 minutos passaram.

José Policarpo não se decidiu. Não se moveu, embatucado, com os pés colados ao chão. Febril na sua perplexidade, pingando suores frios da testa, das fronteiras, apoiado na muleta, viu-se de pensamento suspenso e incapaz de uma resolução.

Agora, faltava-lhe a coragem para perguntar por Arlete. Receava a resposta fatal que, tinha quase a certeza, lhe dariam: que a mulher que ele amava mais do que a vida já não era deste mundo.

Não se sentia preparado para receber a notícia e enfrentar a realidade que, no fundo, já sabia, mas que mataria definitivamente a pequenina esperança irracional que brilhava há semanas num cantinho do seu cérebro.

Mas também não recuava, porque ser-lhe-ia insuportável ir-se embora sem ter a certeza. Afinal, que espécie de homem seria ele se voltasse as costas e se afastasse dali sem descobrir o que acontecera a Arlete?

Passou uma hora.

José Policarpo desfalecia no pino da calma, agarrando-se com as duas mãos à muleta. O seu corpo fraco oscilava, quase a tombar para o lado.

Tinha de fazer aquilo, inevitavelmente, era necessário bater à porta e perguntar. Precisava só de mais um instante.

Uma hora e meia passou.

D. Carlota Justina abanava-se na sala com um leque impaciente, que tanto lhe atirava um morno sopro para o rosto como a seguir se recolhia num golpe de mão. D. Carlota Justina estava zangada com o mundo, contrariada com a reviravolta que a sua vida tivera em tão pouco tempo. De um momento para o outro, na verdade, já que num dia era uma menina de sociedade radiante de felicidade, sem preocupações, e no outro caíram-lhe sobre os ombros responsabilidades impensáveis, para as quais não estava preparada.

Com efeito, até se dar o terramoto era tudo fácil, tudo um esplendor de luxo e alegria, não havia problema que desviasse a sua linda cabecinha dos assuntos mundanos, realmente emocionantes. E se ela tinha tanto em que pensar. Sentia-se especialmente apreensiva por ainda não ter noivo. Embora soubesse que o paizinho andava empenhado em conseguir-lhe um bom casamento para breve, D. Carlota Justina inquietava-se. Afinal, fizera 18 anos havia duas semanas, duas outras após a tragédia, e nem pudera festejar convenientemente a ocasião. A festa monumental que estava a ser preparada há muito tempo, um baile com centenas de convidados que teria sido o seu verdadeiro e definitivo debute, fora cancelada.

D. Carlota Justina desconfiava que o paizinho teria concluído o acordo com o pai do noivo a tempo da festa, não fora o terrível acontecimento que deitara tudo a perder. Ela tinha as suas suspeitas sobre um rapaz bem-apegoado, primogénito de uma família de mui nobre linhagem, mas o pai não lhe contava nada e ela andava num frenesim, a morrer de ansiedade, sem aguentar a excitação.

Mas o destino pregara-lhe uma partida feia e deitara tudo a perder. D. Carlota Justina nem sequer sabia se o rapaz ainda estava vivo e não podia sentir-se mais desconsolada. O mundo desabara, o paizinho convalescia numa cama e ela nem sabia para onde se virar com a governança da casa só com meia dúzia de criados.

A casa resistira bem ao terramoto, apesar de tudo, embora tivesse sofrido alguns prejuízos. Havia fissuras, paredes estaladas, o pórtico da entrada destruído, vasos partidos, loiças valiosas feitas em cacos. D. Carlota Justina nem imaginava quando se conseguiria arranjar mão-de-obra capaz para fazer obras.

Não ia à rua, evidentemente, e o pouco que ia sabendo do horror que se passava lá fora ia sabendo por notícias esparsas que os criados lhe iam trazendo. Actualmente não recebia, nem sequer havia ninguém para receber, porque as pessoas andavam todas ocupadas em sobreviver. Os amigos, os íntimos da casa, tinham-se evaporado e ela nem para a missa saía ainda, de modo que não encontrava ninguém. Aqui e ali recebia uma carta com esparsas linhas apressadas de alguém de família, de alguma amiga, e lá mandava uma resposta lacrada através de uma criada, mas era

tudo. Em breve, se Deus quisesse, seria possível recomeçar a viver.

Hoje em dia, nem sequer se encontravam víveres para uma refeição decente. Os mercados estavam na penúria, o racionamento de alimentos mal permitia que uma pessoa arranjasse o suficiente para pôr comida na mesa. As reservas da capital, os armazéns de víveres junto ao Tejo, tinham sido invadidos pela água que tudo estragara. Recorrera-se a todas as povoações em redor de Lisboa, mas o fornecimento era limitado e as estradas difíceis de circular devido ao êxodo de milhares de pessoas em fuga, que tinham acabado com as carroças atascadas, também elas sem nada para comer nos acampamentos improvisados ao longo dessas estradas caóticas.

D. Carlota Justina mandava o cozinheiro às compras e ele regressava com o cesto quase vazio. Algumas batatas, uma couve e pouco mais, não havia nada para comprar. Era desesperante. O mercado-negro, que florescia não obstante todas as proibições e todas as ameaças das autoridades, tinha preços ruinosos. Apesar disso, D. Carlota Justina ia recorrendo aos vendedores clandestinos para ir abastecendo a casa.

Enfim, ia-se resistindo às contrariedades. Mas ela mal dormia de preocupação. Estava a viver um pesadelo. Nos primeiros dias andara demasiado ocupada para ter medo ou recear o futuro. Não tivera tempo para pensar em nada senão nas urgências que a assoberbaram. O pai tinha uma perna desfeita e corria perigo de vida! D. Carlota Justina correria ela própria a chamar o cirurgião da família, que morava perto, e foi uma sorte encontrá-lo em casa, no meio daquele caos. Salvou o pai.

Mas não foi possível recuperar a perna. O cirurgião teve de amputá-la. Usou um serrote para cortá-la pelo joelho. D. Carlota Justina assistiu-o durante a operação, porque não havia mais ninguém.

Ainda hoje não sabia como fora capaz de aguentar tamanha provação. E era assaltada pela terrível visão do médico a serrar a perna do pai, dos gritos dele antes de desmaiar sem cor, enquanto ela o segurava pelos ombros para o imobilizar, do sangue que espirrava, da luta do facultativo para o estancar.

E quando tudo acabou finalmente, D. Carlota Justina olhou o médico e percebeu horrorizada que ele tinha o rosto salpicado de vermelho até aos cabelos, e os óculos, a bata, as mãos, os braços, todo ele ensopado de sangue! Olhou em redor, os restos da perna enrolados num lençol atirado para um canto, o soalho escorregadio do sangue derramado, o calor do quarto abafado, sentiu-se desfalecer. Lívida, cambaleou para fora do quarto e foi sentar-se no chão sem forças nas pernas, a tremer muito, a respirar com dificuldade, tomada por um ataque de pânico, antes de cair num pranto. Lembrava-se de ter chorado muito tempo, até o médico ir ter com ela e sossegá-la.

— O seu pai não vai morrer — disse. — Graças a Deus, cheguei a

tempo.

Agora, algumas semanas passadas sobre o terror dos primeiros dias, D. Carlota Justina tinha mais tempo livre e começava a tomar consciência de como fora obrigada pelas circunstâncias a tomar decisões vitais para impedir a ruína da casa, que fora sempre administrada pelo pai. Mas com o pai incapacitado, tivera de tomar as rédeas à situação e garantir que a desordem e o desmando não se instalassem.

Os criados tinham fugido como uma manada assustada assim que a terra começara a tremer. Só ficara a ama, dona Consolação, que D. Carlota Justina fora encontrar escondida nas entranhas de um grande armário de roupa na ala dos criados. Ali permanecera miseravelmente encolhida no canto mais escuro a tremer, acobardada como uma rola assustada, todas as horas que D. Carlota Justina, o pai, Arlete, presos nos destroços, gritavam desesperadamente por auxílio.

Não lhe perdoara. A sua primeira resolução importante assim que percebeu que não havia mais ninguém para tomar decisões foi expulsar a ama. D. Carlota Justina, indignada, furiosa, indicou a porta da rua à mulher. Mandou-a juntar as suas coisas e sair, friamente, sem um pinga de piedade, indiferente ao choro e às súplicas de dona Consolação para que a deixasse ficar.

— Não tenho para onde ir, menina. Por amor de Deus, não me mande embora que não tenho quem me acolha — implorou a ama, com as lágrimas a escorrerem-lhe pelo rosto.

— Isso é problema seu — replicou insensível, de queixo erguido, braços cruzados. — Tem até ao fim do dia para juntar os seus pertences e sair desta casa.

A ama escorraçada foi viver na rua como uma pedinte, atarantada, com o seu vestido negro enxovalhado, acabando por se acomodar no acampamento que entretanto se montara no Terreiro do Paço.

Os outros criados, aqueles que foram voltando nos dias subsequentes, mereceram uma atitude mais misericordiosa de D. Carlota Justina, que, tendo recuperado um pouco de serenidade de espírito e sentindo-se mais tolerante, os recebeu de volta. Mas a ama não, a ama que tinha sido como uma mãe para ela, que tinha a obrigação de ser a primeira a protegê-la, que a abandonara ao perigo de morte, pagara pela cobardia e pela traição. Dona Consolação jamais seria perdoada e bem recebida naquela casa.

Quem os salvara fora aquele homem conhecido de Arlete. D. Carlota Justina perguntou-se muitas vezes o que lhe teria acontecido, porque não o tinham tornado a ver depois de os ter libertado dos destroços e de ter ido buscar socorro para Arlete.

Deviam a vida a esse misterioso salvador, mas Arlete nunca chegara a explicar-lhe quem ele era exactamente e donde o conhecia. Uma pena,

porque D. Carlota Justina gostaria muito de lhe agradecer pessoalmente e de o recompensar pelo que fizera por eles.

Sentada na sala, abanando-se com o leque, mal contendo a irritação, D. Carlota Justina sentia-se desconsolada. Os dias corriam cada vez mais devagar. Pela manhã ela tinha ainda com que se ocupar, agora que fazia quase de governanta e dava as suas ordens para a cozinha, para as limpezas, enfim, de tudo se encarregava para que a casa não descambasse. Tratava ainda do pai, era a sua enfermeira, cuidava de lhe mudar a ligadura e de lhe limpar a ferida para que não infectasse. Lavava-o, mudava-lhe a roupa, os lençóis da cama, dava-lhe de comer. E o conde, homem sério e orgulhoso, aguentava estoicamente todas as humilhações que também embaraçavam a filha, embora ela fosse prática e expedita, não permitindo que o constrangimento a impedisse de fazer o que tinha de ser feito.

O almoço, frugal, tomava-o sozinha na sala de jantar, servido por um escudeiro grave e fardado com a cerimónia de sempre, apesar da refeição simples que nada tinha a ver com a abundância que havia antes do terramoto.

A seguir ao almoço entretinha-se a fazer o seu bordado de ponto-cruz, mas uma lúgubre melancolia tomava a sala com o andar da tarde, a claridade sendo submergida pelas sombras que desciam as paredes. Um criado vinha acender as lâmpadas e a noite chegava sem uma visita, sem que D. Carlota Justina tivesse alguém com quem conversar. Sentia-se estupidificar.

Nesse início de tarde, compondo com mãos hábeis o bordado florido sentada no sofá da sala, D. Carlota Justina reflectia no futuro vago e imprevisível. A vida, a sua vida nunca mais seria a mesma. Não conseguia prever ao certo o que mudaria, apenas tinha a sensação de que a vida, ela, o país inteiro, nunca mais seriam iguais. O triste sentimento de que a sua felicidade se esfumara no dia em que a cidade desabara deixou-a petrificada.

Por um momento não pôde fazer nada, os dedos trémulos falharam o ponto onde devia espetar a agulha no desenho do tecido. Uma enorme angústia apoderou-se dela, atirou para o lado o bastidor com a agulha cravada de qualquer maneira, respirou fundo, arfante. Faltava-lhe o ar, sufocava! Agarrou no leque e abanou-o em frente ao rosto.

Subitamente, toda a sala pareceu estremecer debaixo de um estrondo monumental que ecoou pelos corredores. D. Carlota Justina deu um salto no sofá e viu-se de pé, assustadíssima, com as mãos no peito. Ficou um instante imóvel, em estado de alerta, com o coração aos pulos. Mas tinha sido só um prenúncio de tempestade. Fora, o dia escureceu, um céu cinzento de trovoadas escondeu o Sol brilhante que ainda há pouco tudo abafava. Levantou-se uma ventania brutal e, logo, uma bátega forte

desabou. D. Carlota Justina correu para a janela que estava aberta de par em par por causa do calor. Fechou-a e ficou a ver as gordas gotas de chuva rebentando contra o vidro. Impressionantes raios de luz riscaram o céu enegrecido, seguidos do retumbar assustador dos trovões.

O aguaceiro passou tão depressa como começou e, minutos depois, já só se ouvia os pingos a escorrer das goteiras. Em baixo, a relva molhada brilhava. D. Carlota Justina recomeçou a abanar-se com o leque. O coração, mais descansado, sossegou, mas tinha a roupa colada ao corpo da transpiração.

D. Carlota Justina voltou para o sofá, tentou retomar o bordado no ponto onde ficara, mas estava sem cabeça, não foi capaz. O susto da trovoadade deixou-a com os nervos em franja, a suar calores, desorientada. Que seca, pensou irritada, perder a compostura com uma simples tempestade. Não, era de mais, estava a enlouquecer ali fechada em casa sozinha!

Uma criada veio interromper-lhe os pensamentos.

— Está um homem lá fora, minha senhora.

D. Carlota Justina endireitou-se no sofá, querendo recuperar a compostura.

— Um homem? — estranhou. — Quem é?

— Não sei, minha senhora, estava na rua à chuva.

— Não disse o que queria?

— Não, minha senhora, só pediu para falar consigo.

— E onde está essa criatura extraordinária?

— Bateu à porta de serviço, mas não quis entrar. Ficou à espera lá fora.

— À chuva?

— Sim, ele não quis entrar.

— Já percebi, mulher! Pois bem, mande-o entrar agora.

— Sim, minha senhora.

— Não, espere! Eu vou lá.

Levantou-se, saiu da sala em passo firme, seguida pela criada, percorreu o corredor de mármore, desceu a escada para o piso térreo, atravessou a passagem estreita que desembocava na cozinha. O cozinheiro voltou-se, parou o que estava a fazer, ensaiou uma ligeira vénia. Mais rápido, o ajudante de cozinha tirou o barrete, baixou a cabeça. Ela ignorou-os e entrou na copa, onde duas criadas, sentadas a uma longa mesa de madeira a tagarelar à volta das pratas que areavam, emudeceram e levantaram-se, surpreendidas com a inusitada aparição da patroa. D. Carlota Justina passou por elas e abriu a porta de serviço.

Um vulto enorme preencheu a soleira da porta. Ela não o reconheceu, embrulhado numa capa negra, com o rosto sombreado por um chapéu preto de abas e enterrado até aos olhos, donde pingavam restos de chuva. Sentiu-se intimidada pelo desconhecido agigantado contra a luz que vinha de fora, tão alto que teria de baixar a cabeça para passar a porta.

— Quem é vossemecê? — perguntou, de nariz empinado, na defensiva. — Que me quer?

O homem tirou o chapéu, respeitosamente, segurou-o pelas abas com as duas mãos junto ao peito. Mesmo assim, ela não viu naquele rosto esquelético parelha com alguém que conhecesse.

— Então? — disse, altiva. — Que deseja?

— Vossa Senhoria não se lembra de mim?

— E devia lembrar-me?

Ele ergueu o ombro, incomodado com a muleta que o magoava, mudou o peso do corpo para a perna sã.

— É natural que não se lembre da minha cara, estava escuro naquela noite...

Quando ele disse aquilo, D. Carlota Justina estremeceu toda. Um vislumbre passou-lhe pela mente. O vulto naquela noite!

— Era você? — murmurou.

Ele abanou a cabeça lentamente e gravemente.

— Era eu — disse.

Ela estendeu os braços, perturbada, não para o abraçar, enfim, sem saber porquê. Deixou cair os braços novamente. Nos seus olhos marejados brilhou uma emoção e por um momento não pôde falar. Abriu a boca mas as palavras presas na garganta não lhe saíram. Engoliu em seco, reprimindo um soluço de comoção.

— Entre, entre — conseguiu finalmente falar. — Entre, por amor de Deus, aí à chuva.

Afastou-se para o deixar passar. José Policarpo apoiou-se na muleta, entrou.

D. Carlota Justina disse-lhe para tirar a capa encharcada e, com a alma num alvoroço, disparou ordens às criadas estupefactas: que fizessem um chá bem quente, que o servissem na sala, que acendessem a lareira.

— Venha, venha — disse a José Policarpo. — Vamos para cima, lá estamos melhor.

— A senhora não se incomode por minha causa, não é necessário — protestou ele, muito constrangido.

— Absolutamente, insisto. Precisa de se secar!

Subiram ao andar nobre, ela à frente, destemida, segurando as saias para não tropeçar na armadilha do vestido que arrastava pelo soalho, ele muito vermelho, ofegante, escalando os degraus com a ajuda da muleta, embaraçado com a lentidão dos seus passos. D. Carlota Justina parou no topo da escada e voltou-se à espera com um sorriso de simpatia.

Na sala, um criado de joelho no chão já fazia crepitar o lume na lareira quando entraram.

— Venha sentar-se aqui para conversarmos — convidou-o, indicando-lhe uma poltrona enquanto se sentava no sofá onde estivera entretida com o seu bordado.

José Policarpo olhou desorientado para o tecido de luxo do cadeirão.

— Não vale a pena — disse. — Vou molhar a cadeira.

— Não faça caso, sente-se, sente-se. — E logo, mudando de ideias: — Olhe, vamos antes ali para junto da lareira para que se seque.

Ocuparam enfim duas cadeiras frente ao lume. José Policarpo pousou a

muleta no chão e sentou-se na borda da cadeira, muito direito, calado, ainda a segurar o chapéu, fixado nas primeiras chamas que envolviam a lenha seca. Ficaram assim um momento em paz, gozando o calor das labaredas vivas que subiam para a chaminé.

D. Carlota Justina quebrou o silêncio a olhar a lareira, como que pensativa.

— Não imagina o que me tenho perguntado o que lhe sucedeu naquela noite, para nunca mais o termos visto.

— Foi uma noite do diabo — disse ele numa voz profunda, sem se atrever a levantar a vista do fogo reconfortante.

D. Carlota Justina observou-o, espantada, procurando descobrir se ele se referia *mesmo* ao Diabo ou se era só uma forma de expressão. Mas José Policarpo continuou a falar.

— Estava tudo contra mim, contra nós — disse, a pensar em Arlete.

Ela esfregou as mãos lentamente. Depois deteve-se, apontou com o queixo para a muleta no chão.

— O que lhe aconteceu?

— Partiram-me a perna.

— Deus do céu! Quem?

— Os soldados — disse José Policarpo. Em seguida contou o que lhe sucedera desde o instante em que deixara aquela casa para pedir socorro. Tinha pedido ajuda aos soldados da ronda e acabara desmaiado numa carroça a caminho da Junqueira. Ali enterrado numa cela imunda tentara a fuga, explicou. — O que fui fazer... — abanou a cabeça, como se ainda lhe custasse acreditar na aventura que vivera. Encolheu os ombros. Mas, estava desesperado, disse, acrescentando que na altura teria feito qualquer coisa para fugir, porque só pensava em Arlete. — Olhe, apanharam-me e encheram-me de porrada. A senhora desculpe-me a linguagem.

D. Carlota Justina esboçou um sorriso compreensivo.

— Fui salvo pelo meu amo, o senhor duque de Aveiro, mas estive à morte, um mês de cama, nem sei como sobrevivi.

Efectivamente, pensou ela, era a sombra do homem extraordinário que tentara levantar sozinho o bloco de pedra que prendia Arlete.

— Que bestas — disse D. Carlota Justina, repugnada. — Dão-me asco.

Ele fez que sim com a cabeça. Inclinou-se para a frente na cadeira, com os cotovelos nos joelhos, a rodar o chapéu pelas abas nas mãos. Por fim, perguntou:

— E Arlete?

Em cima da secretária de Sebastião José de Carvalho e Melo, um molho de cartas com um aspecto inocente aguardava para chegar às mãos certas. Eram tão comprometedoras que olhava para elas como uma bala de canhão prestes a disparar.

Decorria o ano de 1756 e ele tinha grandes planos para o país. Era agora o homem de maior confiança do rei D. José e ganhava poder a cada dia que passava. Impressionado com o vigor e a determinação com que Sebastião José de Carvalho e Melo assumira a liderança perante a desgraça do terramoto, tomando todas as providências para salvar o povo e tirar o país da letargia do choque desde a primeira hora, o soberano responsabilizou-o pela pasta de secretário de Estado dos Negócios do Reino. Tornou-se assim o principal membro do governo. Mas antes disso ainda teve de afastar algumas pedras do seu caminho.

Algumas personalidades mais próximas do rei tinham caído em desgraça, deixando espaço a Sebastião José de Carvalho e Melo para ganhar a primazia no governo.

Era o caso do desembargador do Paço, António da Costa Freire, valido do rei e muito influente que, quando do terramoto, fugiu apavorado para Santarém, sua terra natal. Pagou com o desterro o pecado de não ter ficado ao lado do rei. Fortemente incentivado por Sebastião José de Carvalho e Melo com palavras fortes e habilidosas, o rei expulsou Costa Freire da Corte.

— O meu rei, que foi um exemplo para todos nesse momento crítico do nosso país, não deve, não pode tolerar cobardias dos seus próximos — disse o ministro.

— Um homem que prezávamos tanto, com tantas qualidades — lamentou o rei. — Enfim, seja, que não haja lugar a fraquezas.

D. José ordenou que, já que tinha fugido para Santarém, António da Costa Freire deveria lá ficar até morrer, de modo a que não sofresse mais sustos.

Já Diogo de Mendonça Corte Real, figura eminente do governo, onde ocupava a pasta de secretário do Ultramar, e que rivalizava com ele pela atenção do soberano, também entrou em pânico com o terramoto e não apareceu ao rei nas primeiras horas, o que o deixou muito malvisto. Mas, para grande transtorno de Sebastião José de Carvalho e Melo, o secretário do Ultramar movia-se com habilidade sibilina pelos tortuosos corredores da Corte, e era mestre na arte da sobrevivência política.

Após o terramoto, D. José recusou-se terminantemente a regressar a qualquer dos seus palácios, onde poderia acomodar-se com a dignidade e a segurança que convinha ao rei de Portugal e Algarves. Na impossibilidade de se demover D. José, irredutível na sua fobia às paredes de pedra, ergueu-

se um complexo de tendas no Alto da Ajuda, em Lisboa, na realidade um luxuoso abarracamento de madeira. Aí haveria de morar a família real até à morte do soberano, para espanto de muitos dignitários estrangeiros de visita a Portugal, que ficavam desconcertados ao constatar que o rei vivia acampado.

Já Sebastião José de Carvalho e Melo, sujeitado à ingrata situação de acompanhar o seu rei nas horas boas mas também nas más, não vacilou e foi o primeiro a mudar-se com a família para uma larga barraca de muitas divisões, mandada erigir na Calçada da Ajuda, onde tinha igualmente o seu gabinete. Estas miseráveis acomodações seriam o seu lar durante os restantes 22 anos de reinado de D. José.

Obrigado a morar junto do rei nessa barraca, Sebastião José de Carvalho e Melo resignou-se a arrendar a sua casa apalaçada da Rua Formosa à firma inglesa Purry, Mellish e Vismes pelo absurdo valor de quatro mil cruzados ao ano. A firma, que negociava a nobre madeira de pau-brasil, pagava a excessiva renda da casa do ministro sem regatear, já que beneficiava de um contrato muito favorável com o Estado, o qual lhe proporcionava um lucro fabuloso que, evidentemente, lhe convinha manter.

Caminhando desabridamente de um lado ao outro do gabinete, de mãos atrás das costas, Sebastião José de Carvalho e Melo exasperava, sentindo-se encurralado. Possante mesmo sem a cabeleira correcta que usava em todas as circunstâncias públicas, e que transmitia uma imagem ainda mais imponente do poder que já lhe era intrínseco e que emanava por todos os poros — na expressão grave, na voz pausada que intimidava sem se elevar, nos gestos ponderados —, Sebastião José de Carvalho e Melo movia-se de lá para cá, de cá para lá, como um leão enjaulado. O chão de madeira estalava sob os seus passos, as paredes cediam à sua aproximação e toda a barraca estremecia.

O seu colega de governo Diogo de Mendonça Corte Real estava a despacho com o rei, e fazia questão de ser recebido sozinho para que Sebastião José de Carvalho e Melo não pudesse contraditar as suas propostas. Mas o secretário do Ultramar aproveitava sempre os momentos a sós com o rei para instilar subtil veneno na percepção de grande admiração e confiança que D. José nutria por Sebastião José de Carvalho e Melo. E ele, que só lograra conquistar os favores do rei com incansável labor e dedicação, estava possesso a pensar que depois ia a besta do Corte Real por trás e insinuava falhas, desleixos e perigos que não existiam, mas que deixavam o rei perplexo e inseguro, sem saber o que fazer.

Felizmente, já tomara providências para acabar com essa guerra suja travada na dormência dos gabinetes, onde a intriga fina seguia o seu caminho por via das conversas reservadas.

Era certo que tinham sido muitas as ocasiões em que invadira a área de

actuação do Corte Real mas, que diabo, ele tinha os Negócios Estrangeiros e a Guerra, o outro os assuntos ultramarinos. Era inevitável!

Tudo tinha justificação na cabeça dele, se bem que Sebastião José de Carvalho e Melo tivesse aquela necessidade de controlar tudo e todos. Não suportava sucesso que lhe fizesse sombra, não concebia governo que não fosse liderado por ele.

A correspondência de Corte Real com os seus próximos, cheia de tiradas exaltadas, pedindo sangue, sugerindo conspirações contra Sebastião José de Carvalho e Melo e os seus aliados, talvez não fosse mais do que retórica privada para inflamar os espíritos e motivar as tropas, mas fora desse contexto reservado parecia-se muito com a preparação de um golpe de Estado.

Estas cartas secretas tinham chegado à posse de Sebastião José de Carvalho e Melo por intermédio do secretário de confiança de um aliado ferrenho de Corte Real, persuadido a colaborar em troca de uma boa colocação. Era isso ou a ruína heróica com o seu chefe, e o funcionário medroso e mole, que nada tinha de herói, foi entregar as cartas obedientemente, encorajado pela esperança de ser bem recompensado pela sua traição. Todo ele suava, muito pálido e pequenino, quando as ofereceu ao ministro.

— Não será esquecido — foi só o que ele disse, voltando as costas ao funcionário assustado.

Sebastião José de Carvalho e Melo estacou no centro do gabinete. Sacou com mãos trémulas o relógio de corrente que consultava a cada momento e voltou a ver as horas. O tempo não passava, caramba! Enervava-se, mas logo a visão do molho de cartas explosivas na secretária renovou-lhe a confiança.

Guardou o relógio no bolso, retomou a caminhada de parede a parede e foi-se acalmando, arrumando os pensamentos, preparando as palavras que iria dizer ao rei e que haveriam de lhe sair fluentes, precisas, demolidoras para a reputação do pobre secretário do Ultramar.

Já era noite, fazia-se tarde, não porque o rei fosse um trabalhador incansável, mas porque dedicava o dia inteiro aos cavalos e a outras actividades que lhe davam prazer, deixando um bocadinho ao fim da tarde para os assuntos do Estado. Sebastião José de Carvalho e Melo já se habituara a ser recebido pela noite adentro e a adiar o jantar indefinidamente.

Quando finalmente entrou na tenda real, encontrou D. José supinamente irritado.

— O Corte Real só me fala em desordens e conspirações entre os meus ministros — disse. E, virando-se para Sebastião José de Carvalho e Melo,

apontou-lhe o dedo. — E, segundo ele, sois vós a fonte de todos os problemas.

Sebastião José de Carvalho e Melo baixou a cabeça humildemente. O rei moveu-se nervosamente pela sala.

— Intrigas e mais intrigas, tenho um bando de intriguistas no meu governo. Umas donzelas caprichosas e mexeriqueiras, é o que parecem!

O ministro juntou as mãos caídas ao longo do corpo com as cartas à espera, ergueu a cabeça com uma expressão condoída, carregada de compreensão.

— O meu rei tem toda a razão, intriga-se demasiado — disse. — E há tanto para fazer, tanto ainda por reconstruir, o Estado para reorganizar...

— Pois então, porque gastais tantas energias em querelas inúteis?

Sebastião José de Carvalho e Melo respondeu com um silêncio de grande significado. Não estava nas suas mãos acabar com essas atitudes empertigadas, dizia o seu silêncio, que o rei, incomodado, entendeu como uma censura muda. O soberano encarou-o carrancudo e ele baixou os olhos.

— Que papéis são esses que trazeis aí? — perguntou enfim bruscamente, erguendo o queixo como a apontar para as cartas nas mãos dele.

Sebastião José de Carvalho e Melo soltou um curto suspiro pesaroso.

— Mais problemas e mais intrigas desprezíveis, infelizmente, mas tão graves e tão urgentes que receio não poderem esperar.

— Mas o que vem a ser isso, homem de Deus?!

— Provas dessas conspirações que o meu colega lhe trouxe ao conhecimento, e que realmente põem em causa a estabilidade do governo, mas que demonstram o contrário do que ele lhe disse quanto à origem das intrigas.

O rei deixou escapar um profundo suspiro, como um pai resignado com a insensatez dos filhos. Depois foi sentar-se à secretária.

— Deixe-me lá ver isso.

Sebastião José de Carvalho e Melo depositou as cartas em cima da mesa.

— É uma correspondência?

— Efectivamente, Majestade.

— De quem?

— Cartas trocadas entre o secretário Corte Real e um seu confidente. Vieram-me parar às mãos.

— Imagino — resmungou o rei, ainda rancoroso.

Mas, começando a ler aquelas infâmias que falavam em eliminar Sebastião José de Carvalho e Melo e até em estratégias para enredar o rei numa teia de influências, D. José foi-se melindrando mais e mais.

A oposição feroz de Diogo de Mendonça Corte Real tornara-se

portanto tão obstinada que os ataques antes subtis foram ganhando brado de guerra aberta, e o rei, conduzido pela oratória sedutora e inteligente de Sebastião José de Carvalho e Melo, começou a suspeitar fortemente das intenções do seu secretário do Ultramar. Consequentemente, ordenou um inquérito, desejando com essa devassa averiguar porque *houve pessoas tais, e tão bárbaras, que se atreveram a proferir que poderia haver quem atentasse contra a vida de alguns ministros que comigo despacham e executam as Minhas Reais Determinações.*

E em breve, de facto apenas três meses depois de Sebastião José de Carvalho e Melo ter sido nomeado para a pasta dos Negócios do Reino, Diogo de Mendonça Corte Real foi demitido e desterrado, ordenando-se-lhe que se mantivesse pelo menos a 40 léguas da Corte. Foi em Agosto, D. José afastou-o devido à *desordem e inquietação em que tem motivado com bárbaros e infiéis pretextos.* Foi o seu fim.

Sebastião José de Carvalho e Melo tinha pressa de reerguer a cidade, mas nada se fazia bem e depressa. Ali estava ele num descampado, reunido com os architectos da cidade nova, junto a uma maqueta de tamanho real, onde soldados a marchar parados simulavam um terramoto para se confirmar que a estrutura resistia aos abalos.

— Não se hão-de construir mais casas que sejam derrubadas por outro terramoto — disse o ministro, que não se cansava de repetir que uma tragédia igual à de 1755 não seria aceitável.

No entanto, os engenheiros estavam muito entusiasmados com o seu modelo anti-sísmico, que era o primeiro testado em todo o mundo.

— Não serão, excelência, não serão — disse o vetusto general Manuel da Maia, architecto e engenheiro-mor do reino, que, com os seus quase 80 anos de sabedoria, coordenava a equipa de reconstrução.

E de facto a estrutura aguentava-se.

— Notável, notável — comentou Sebastião José de Carvalho e Melo, impressionado.

— É uma estrutura em gaiola de madeira com muita elasticidade — explicou o capitão Eugénio dos Santos. — Envolve o edifício inteiro.

— Hão-de esboroar-se os estuques e rachar as paredes, mas o edifício não cai, garantidamente! — acrescentou o coronel Carlos Mardel no seu sotaque magiar.

Mardel havia participado com Manuel da Maia na construção do Aqueduto das Águas Livres, e Eugénio dos Santos, homem de confiança do general, já tinha imaginado uma nova e monumental praça, a que chamariam Praça do Comércio, em frente ao rio, donde saíam as majestosas ruas paralelas que atravessariam o Centro da cidade. Ali havia sabedoria, grandes ideias práticas e inspiradas que Sebastião José de Carvalho e Melo reconhecia e aproveitava.

Estavam todos de acordo em que a nova cidade seria geométrica, teria ruas direitas e desafogadas, com uma largura extraordinária, como não havia em mais nenhuma capital europeia. As ruas principais teriam quase 20 metros de largura e vastos passeios, enquanto as ruas secundárias teriam 12,5 metros. E haveria outra inovação: os edifícios seriam separados por paredes corta-fogos para que os incêndios não pudessem alastrar descontroladamente como acontecera no terramoto.

O povo continuava a dormir em acampamentos em redor do gigante buraco negro que outrora fora o Centro de Lisboa e onde agora equipas de trabalhadores se ocupavam da tarefa impossível de desimpedir dos escombros para se começar a reconstrução.

O ministro pressionava toda a gente para apressar os trabalhos, por isso os prédios haveriam de ser todos semelhantes e a indústria nacional estava a ser utilizada para fabricar materiais iguais para todos os edifícios. Era mais rápido e estimulava a economia.

Sebastião José de Carvalho e Melo pensava em tudo, até na altura dos prédios, que seria nivelada, e nem mesmo as igrejas poderiam ser mais altas, porque, dizia:

— Acima de todos, só o rei!

No Século das Luzes, Sebastião José de Carvalho e Melo defendia acerrimamente o Iluminismo, mas também o absolutismo real. Ele era o primeiro guardião do poder do soberano e, bem vistas as coisas, sem o rei não seria nada, porque a sua autoridade provinha de D. José, de quem ele era, digamos, uma extensão.

Assim, se casar o Iluminismo com o absolutismo parecia uma contradição, para Sebastião José de Carvalho e Melo fazia todo o sentido juntar os dois conceitos. Haveria de derrotar os velhos do Restelo, as superstições anquilosadas da Igreja, a ignorância do povo e as exigências de uma alta nobreza que cheirava a mofo e só pretendia impedir o progresso para manter os seus privilégios. Haveria de derrotar o obscurantismo religioso e o misticismo que minavam a evolução do Homem, e levar ao povo uma educação baseada no pensamento racional, livre da manipulação religiosa das almas.

Mas para acabar com os poderes instalados e fazer prevalecer a razão era necessário o punho de ferro da autoridade do rei, do absolutismo, em suma.

Sebastião José de Carvalho e Melo aprendera muito sobre o funcionamento das sociedades modernas durante os seus anos em Londres e em Viena e, regressado a Portugal e tendo um poder que não parava de aumentar, todas as reformas que vinha implantando era com o propósito de fazer deste um país tão moderno e grandioso quanto as outras potências da Europa. Mas era obstáculo atrás de obstáculo, não se contrariava impunemente as forças de bloqueio que há séculos impunham o rumo dormente de um país adormecido ao som das novenas. Portugal era preguiçoso, preconceituoso, avesso à mudança.

Corria o ano de 1757, o mês de Fevereiro, quando rebentou no Porto uma revolta popular de pouca monta. Chamaram-lhe Revolta dos Taberneiros, porque foram estes que se rebelaram contra a Companhia do Alto Douro, que Sebastião José de Carvalho e Melo mandara criar para acabar com os abusos e as falsificações que vinham a destruir a reputação e o valor do vinho produzido naquela região.

A Companhia assumiu o monopólio do comércio e até o vinho servido a copo nas tabernas passou a ser exclusivamente fornecido por ela. Os taberneiros, que queriam à força recuperar a liberdade de comprar e vender o vinho de que dependia o seu negócio, invadiram e pilharam as casas dos administradores da Companhia.

Quando as primeiras e preocupantes notícias da revolta chegaram ao

conhecimento de Sebastião José de Carvalho e Melo, e este comunicou ao rei que a plebe andava à solta nas ruas do Porto de paus e pedras nas mãos, D. José indignou-se.

— Mas isso é... é intolerável!

— Sem dúvida, Majestade, sem dúvida.

— Quantos são e quem os comanda?

— Pelo que me chegou ao conhecimento, não passam de cinco mil. Ainda estamos a averiguar quem são os cabecilhas, mas são taberneiros, gente ignorante, não é de supor que sejam muito organizados.

O rei deteve-se um momento em ponderação.

— Organizados ou não, é uma rebelião — disse depois —, e não podemos permitir que andem revoltosos a desafiar a autoridade do rei.

— Tem absoluta razão, Majestade.

— Hoje são cinco mil arruaceiros, amanhã sabe Deus quantos serão. Os maus exemplos podem incitar outros à sedição.

O rei, muito pálido, sentado à secretária de punhos cerrados, ergueu-se num ímpeto e atirou um murro à mesa.

— É esmagá-los! — exclamou. — Esmagá-los já!

Sebastião José de Carvalho e Melo viu naquela explosão real um reflexo do medo. O rei queria sangue porque estava assustado.

— Não se preocupe, Majestade, já estão a ser tomadas medidas adequadas.

— Pois sim, mas quais? — perguntou D. José, movendo-se agora nervosamente de um lado para o outro.

Sebastião José de Carvalho e Melo entendeu que era um daqueles momentos em que se impunha uma atitude inabalável. O rei tremia todo com uma revolta insignificante e ele era uma rocha que nada receava e tudo resolvia. E assim, enquanto D. José deambulava perturbado pelo gabinete, o ministro expôs o seu plano tranquilamente ali de pé, sem se mover, falando com muita objectividade e assertividade, esvaziando com essa postura segura os receios do soberano.

O seu rei podia confiar que ele acabaria com a desordem nas ruas do Porto muito depressa, e a escumalha seria dispersada imediatamente. Bem vistas as coisas, aquela revoltazinha vinha até a calhar, porque serviria de exemplo a outros conspiradores mais sofisticados que, depois desta, haveriam de perder a coragem e não se atreveriam a levantar um dedo contra a Coroa. Ele, com o assentimento de Sua Majestade, nomearia governador de armas do Porto o coronel João de Almada e Melo, que actualmente comandava a guarda real. E seriam enviados 2000 soldados para reforçar os cerca de 2500 já colocados na cidade.

O rei concordou, tudo o que ele quisesse, desde que exterminasse aquelas baratas atrevidas!

Sebastião José de Carvalho e Melo não deu ao rei explicações minuciosas, pois preferiu não se estender em pormenores, mas tinha uma estratégia pensada para o Porto que fazia parte de um plano mais vasto e que só a sua mente meticulosa abarcava. De resto, ele nunca revelava a ninguém as suas intenções na totalidade. A informação era facultada apenas consoante a necessidade de saber de cada um. E em circunstância alguma o ministro pensava o momento actual por si só, porque entendia a necessidade de prever consequências e antecipar o futuro.

João de Almada e Melo, primo de Sebastião José de Carvalho e Melo, comandava o regimento de Cascais quando fora chamado a proteger o rei depois de a guarnição militar da Corte ter sido destruída pelo terramoto. Fora Sebastião José de Carvalho e Melo, que tinha muita confiança nele, quem propusera o seu nome ao rei para essa missão providencial, e agora queria aproveitar esta nova oportunidade para o colocar numa posição ainda mais importante e assim ocupar um lugar de suma importância no Norte do país.

Mas o que ele tinha em mente para lidar com a revolta dos taberneiros não seria nada bonito de se ver, pelo que se tornava necessário tomar providências para proteger João de Almada e Melo, de modo a assegurar que tivesse condições para continuar no Porto por muitos e profícuos anos.

Sebastião José de Carvalho e Melo sentia-se feroz, queria cortar cabeças, ver o sangue a escorrer pelas sarjetas das ruas do Porto, não por maldade, mas para que o povo nunca mais tivesse semelhantes veleidades.

Por isso, encarregou João Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo de conduzir um inquérito oficial aos acontecimentos no Porto. Pacheco Pereira era um magistrado decano e director da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro. Sebastião José de Carvalho e Melo sabia-o ponderado e razoável, ao contrário do seu filho José Pacheco Pereira, também magistrado, porém ambicioso, pouco escrupuloso e com tendências sanguinárias. Como lhe convinha, sugeriu Pacheco Pereira pai ao rei e nomeou o filho como adjunto do progenitor na tarefa da devassa que ordenou. Depois convocou Pacheco Pereira filho à sua presença com o pretexto de poupar uma viagem a Lisboa a Pacheco Pereira pai, velho e de saúde frágil.

Quando o magistrado se apresentou no seu gabinete, humilde e desejoso de agradar, Sebastião José de Carvalho e Melo recebeu-o grave e formal. Falou em traição e em perigos escondidos e instruiu-o sem rodeios.

— O que se está a fazer no Porto é um crime de lesa-majestade — disse —, antes de mais porque uma revolta contra as determinações reais é uma revolta contra toda a nação e os traidores passam-se pela espada; depois porque a Companhia do Alto Douro que esses taberneiros vituperam defende os interesses nacionais e, como tal, não pode, em circunstância

alguma, ser posta em causa. Aquela gatinha ignorante não entende o alcance transcendente das disposições tomadas pela Companhia, mas o senhor certamente compreende que o que se está a fazer é um grande avanço para proteger o vinho nacional e a economia.

— Absolutamente, Excelência — concordou o magistrado, sentado muito direito na cadeira defronte da secretária do ministro.

— É para o bem da nação, uma empresa extraordinária, mas neste país as coisas só se conseguem fazer a chicote — lamentou Sebastião José de Carvalho e Melo, condoído com esta infeliz realidade portuguesa.

Pacheco Pereira abanou a cabeça em concordância com essa trágica idiossincrasia nacional.

— É verdade — disse —, é bem verdade o que Vossa Excelência diz. Este país não tem remédio senão a chicote.

— O senhor seu pai é um extraordinário desembargador, dos melhores. O outro teve um sorriso de satisfação.

— Tenho de concordar mais uma vez com Vossa Excelência — disse.

— Mas, segundo me informaram, não tem andado bem de saúde, e agora esta agitação toda deve tê-lo deixado muito perturbado.

— Efectivamente, o meu pai já vai tendo alguma idade.

— É por isso que preciso que o senhor o ajude nesta difícil missão e que assuma as tarefas mais complicadas, que o desobrigue dos trabalhos implacáveis, porque não há dúvida que é uma missão de nervo, que exige sangue-frio e determinação. Mas é uma incumbência de vital importância para o rei e eu confio inteiramente em si para a levar a bom porto.

Pacheco Pereira corou todo de prazer, de olho brilhante, emocionado por ser o eleito de Sebastião José de Carvalho e Melo para salvar o país e tirar o rei de dificuldades.

— Pode confiar, Excelência.

— Está nas suas mãos agir com rapidez e sem piedade, para que as coisas voltem a encarregar, se me faço entender.

— Perfeitamente, perfeitamente.

— Que não fique pedra sobre pedra!

Pacheco Pereira filho tomou à letra as instruções e, uma vez chegado ao Porto, assumiu o poder, decretou o estado de sítio, impôs o recolher obrigatório à noite e proibiu as reuniões. Saiu à rua com os soldados e mandou prender a oito culpados e inocentes, taberneiros, agitadores e até gente influente que nada tinha a ver com o assunto, mas cujos nomes sonantes conferiam outra importância à rebelião. Tornou enfim a pequena revolta num espectáculo de guerra civil para dar mais imponência à sua autoridade.

O pequeno ditador de dente afiado acabou com os protestos e as desordens num abrir e fechar de olhos. Queria tanto agradar ao ministro que o usava como cão de fila, que não lhe ocorria ter dó das suas vítimas.

Animava-o a perspectiva das compensações régias, imaginando que quanto mais torpe e cruel fosse, maior seria a recompensa. No entanto, fazia gosto no trabalho sujo, pois sentia-se poderoso a atormentar os detidos algemados nos interrogatórios. Percorrer o Porto com os soldados, invadir estabelecimentos, casas familiares, perseguir pessoas indefesas em nome da justiça — e para seu gáudio — era glorioso, ainda que nunca desarmasse a expressão de pedra de oficial da justiça sem opinião nem sentimentos. A lei era para se fazer cumprir sem estados de alma.

Entretanto, prendeu quase 500 pessoas e comprazeu-se a aterrorizar a cidade, arrastando os detidos agrilhoados pelas ruas à vista do povo chocado.

O processo estendeu-se ainda por seis meses, acabando os julgamentos na execução pública de 14 condenados à morte em meados de Outubro. Os seus corpos posteriormente esquartejados com requintes de selvajaria foram expostos aos bocados espetados em estacas para que todos pudessem apreciar a justiça exemplar. Nesta devassa sem quartel foram condenados quase todos, e os que escaparam à força não se livraram de ser chicoteados na praça pública, presos ou degredados para a Índia ou para Angola. Foi, enfim, um massacre jurídico, todo ele fundamentado nas leis violadas, num processo legal, no tribunal. E aí estava o que bastava para justificar as torturas, as humilhações, as mortes.

O rei, no entanto, ficou furioso com tamanha brutalidade em seu nome. Os suplícios que espalharam o pânico no Porto ensombraram D. José.

Foi um rei muito pálido que Sebastião José de Carvalho e Melo encontrou na tenda que lhe servia de gabinete de trabalho. Entrou, fez meia vénia, perguntou:

— Mandou chamar-me, Majestade?

— Pois claro que o mandei chamar. Não está você, porventura, à minha frente?

Sebastião José de Carvalho e Melo baixou a cabeça, respeitosamente. O rei indicou a cadeira em frente com um gesto seco. O ministro sentou-se.

— O que anda esse Pacheco Pereira a fazer no Porto, que só me chegam relatos de horror e pesadelos?

— O que lhe ordenou, Majestade: acabou com a revolta, prendeu os culpados, levou-os a julgamento.

— Pois sim, mas quando o mandámos acabar com a revolta não era para lançar o terror sobre toda a cidade, bem entendido.

Sebastião José de Carvalho e Melo fechou os olhos um momento, como que pesaroso.

— Houve alguns excessos, realmente, estas situações tendem a descontrolar-se, infelizmente.

O rei socorreu-se de um lençinho branco rendilhado. Sufocava-se na tenda e Sua Majestade, muito vermelha, suave miseravelmente. Limpou o rosto, a papada e, enquanto isso, destruiu a vida de Pacheco Pereira com

uma simples frase de repúdio.

— Essa besta do Pacheco Pereira fez de nós bárbaros.

Sebastião José de Carvalho e Melo lembrou-se logo do primo e pensou que em boa hora tomara a providente decisão de o proteger, arranjando outro que desse a cara pela repressão para não ter de o sacrificar. João de Almada e Melo estava a salvo, o mesmo não se podia dizer de Pacheco Pereira. O ministro ensaiou uma ténue e desinteressada defesa do seu homem.

— Era necessário dar um castigo exemplar aos revoltosos — disse.

O rei não ficou satisfeito com a justificação. Queria esmagar a revolta, exterminar aquela gente, mas não queria ficar com a responsabilidade moral. A reputação de tirano insensível não lhe servia.

— Quando ele prende, somos nós quem prende, quando espeta corpos em paus, somos nós quem os espeta. O povo vai odiar-nos por causa das suas brutalidades. E nós não podemos ser odiados!

— Não sereis, Majestade, prometo-vos.

Na promessa de Sebastião José de Carvalho e Melo a D. José estava implícito que Pacheco Pereira cairia em desgraça, porque em circunstância alguma o ministro faltaria com a sua palavra ao rei. Assim, falando devagar, como a improvisar ali mesmo uma estratégia de recurso, o ministro propôs, com a anuência de Sua Majestade, nomear Pacheco Pereira conselheiro do Ultramar em São Salvador da Bahia, com a secreta missão de preparar a expulsão dos jesuítas do Brasil. A nomeação, naturalmente irrecusável, seria apresentada por Sebastião José de Carvalho e Melo a Pacheco Pereira como um prémio pelos inestimáveis serviços prestados no Porto, mas logo que ele embarcasse para o Brasil far-se-ia constar que o rei, desagradado com a repressão excessivamente violenta da revolta dos taberneiros, o afastara em definitivo.

Culpava-se assim Pacheco Pereira de todas as barbaridades cometidas e isentava-se Sua Majestade dessas acções desumanas e odiosas.

— O que, de resto, é a mais pura das justiças! — exclamou D. José, instintivamente, querendo aliviar a consciência e mais reconfortado com a brilhante solução encontrada pelo seu ministro, que dessa forma o livrava da fama de sanguinário.

Ao desembarcar em São Salvador da Bahia, o irrequieto Pacheco Pereira já fervilhava em cálculos para se destacar naquela sociedade de colonos ricos mas, queria parecer-lhe, pouco sofisticados. Como homem culto e de bom gosto, dispôs-se logo a difundir a cultura e a ciência através de um fórum literário a que deu o nome de Academia dos Renascidos. Como em todas as empresas em que se empenhava, o novel conselheiro do Ultramar quis fazer da academia uma instituição de excelência, digna de uma civilização moderna. Naturalmente, achava-se superior à alta

sociedade brasileira em educação e requinte, e preparava-se para causar impacto e deslumbrar aquela gente. Efectivamente, conseguiu salientar-se. Em breve já era convidado das melhores casas e impressionava as senhoras, que lhe gabavam o chique, e os cavalheiros, que o tinham como próximo do rei e do seu ministro.

Corria tudo maravilhosamente, a vida era fácil e o futuro promissor, mas Pacheco Pereira, frenético e presunçoso, cometeu uma imprudência fatal.

Pelo final do ano, uma frota da armada real francesa fundeou ao largo da Bahia e o imparável Pacheco Pereira apressou-se a conhecer o capitão gaulês que, evidentemente, teve o maior gosto em travar amizade com *ce gentleman extraordinaire!*. E logo o convidou para ser membro da sua Academia dos Renascidos.

O vice-rei do Brasil, Marcos de Noronha, conde dos Arcos, que recebera instruções secretas de Sebastião José de Carvalho e Melo e só esperava que Pacheco Pereira pusesse o pé em ramo verde, escreveu ao ministro a contar o sucedido, ao que este lhe respondeu sucintamente com uma frase feroz: *Tome Vossa Excelência as providências que entenda necessárias para sepultar vivo o traidor.*

Perante tamanha e determinante invectiva, o conde dos Arcos chamou Pacheco Pereira à sua presença, no palácio, onde o recebeu com calorosa cerimónia.

— Foi-vos conferida a honra de uma missão de capital importância — anunciou-lhe. — Deveis ir à ilha de Santa Catarina supervisionar um cárcere que se destina a um condenado por alta traição.

— Essa agora, Excelência, e porquê eu?

— São ordens de Lisboa, do senhor ministro.

— O ministro convocou a minha pessoa para semelhante empresa?

— Ele próprio, tenho ordens escritas.

— Oh diabo, deve ser coisa de importância.

— Com efeito.

— E quem vem a ser essa infeliz criatura?

— Não tenho liberdade para divulgar, mas não se apoquente Vossa Excelência, que será informado logo que as instalações estejam prontadas.

Pacheco Pereira partiu sem mais delongas para Santa Catarina, onde se empenhou muito na preparação da prisão solicitada na fortaleza de Santa Cruz: um cárcere somítico de espaço acanhado e, fez questão, destituído de quaisquer comodidades. Terminada a obra, apresentou-se-lhe o capitão do regimento, que lhe deu voz de prisão e o encerrou no cárcere sob a acusação de traição à pátria por colaborar com os franceses.

Os franceses e os espanhóis, aliados pelo Pacto de Família Bourbon, combatiam a Inglaterra no conflito que ficaria conhecido como a Guerra

dos Sete Anos e, embora Portugal se mantivesse neutral na contenda, era tradicional aliado da Inglaterra e receava a ameaça espanhola. Por conseguinte, a amizade entre Pacheco Pereira e o capitão da armada real francesa serviu perfeitamente de pretexto para o sepultar vivo durante 17 anos, conforme o desejo de Sebastião José de Carvalho e Melo.

Casualmente, o rei inteirou-se do infortúnio de Pacheco Pereira e achou bem.

— Apropriado — comentou —, muito apropriado.

José Policarpo aguardava sentado ociosamente em uma pedra diante da Casa dos Exercícios, desenhando com um pau achado por ali riscos ao acaso na terra ressequida pela canícula. Abafava-se em Setúbal ao estio escaldante e ele ao sol, pingando suores, protegido só pelo seu chapéu de abas largas e de camisa aberta no peito e mangas arregaçadas, suportava estoicamente o sol aberto que já ia caindo com a tarde. No entanto, preferia isolar-se, enquanto os lacaios de libré, os moços, os cocheiros se recolhiam à sombra, cavaqueando enquanto esperavam os seus amos.

Nos últimos três anos, José Policarpo acabara por se tornar no acompanhante de eleição do duque de Aveiro, que ficara impressionado com a sua recuperação quase milagrosa após o terramoto. A custo dos trabalhos esforçados a que se obrigara voluntariamente, recuperara a boa forma de antigamente. Já dispensara a muleta há muito e deixara de coxear.

O duque interessara-se por ele, ganhara-lhe afeição e não prescindia da sua companhia sempre que saía do palácio. José Policarpo ajudava-o no necessário, fazia-lhe recados, protegia-o de alguma ameaça na rua. Como qualquer criado de casa nobre, era-lhe consentida grande confiança com o amo, ao qual, não obstante a cumplicidade, guardava o maior dos respeitos, e ele próprio impunha-se um distanciamento deferente. O duque tratava-o bem e ele segui-lo-ia até fim do mundo sem fazer perguntas.

Finalmente, abriram-se as portas e os nobres saíram da fresca penumbra da Casa dos Exercícios. D. José de Mascarenhas, duque de Aveiro, e o padre Gabriel Malagrida vinham de braço travado, em conversa reservada. O padre, de cabeça inclinada para a frente e ouvido atento, arrastava indiferentemente a bainha da batina negra na terra seca. Usava sandálias, sujava os pés na poeira, todo ele simplicidade e humildade, com a testa enrugada, o basto cabelo branco, a ebúrnea barba longa e desgrenhada. No entanto, havia ali força, carácter, determinação.

O sábio jesuíta correra uma vida pelo sertão do Brasil, missionando a palavra de Deus. Correrá riscos imensos e vencera todas as contrariedades. Teimara contra a palavra dos feiticeiros das tribos hostis e conquistara o coração dos índios; passara anos com as nações indígenas, em condições precárias, arriscando doenças mortais; leccionara enfim num colégio no Maranhão que preparava jovens missionários.

Malagrida regressou a Portugal em 1754 a pedido da rainha mãe, D. Maria Ana de Áustria, que o prezava muito. O jesuíta frequentava a Corte, era o guia espiritual da rainha viúva, escutava-a e aconselhava-a, tinha grande influência sobre ela, e isso constituía um problema aos olhos de Sebastião José de Carvalho e Melo.

O ministro recebia relatórios do irmão, Francisco Xavier de Mendonça

Furtado, governador-geral do estado do Grão-Pará e Maranhão. E essas exposições do Brasil relatavam acontecimentos preocupantes. A crescente oposição dos jesuítas à Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão era cada vez mais inconveniente e, nessa época, o padre Malagrida destacava-se como um dos maiores instigadores da revolta.

A Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, fundada por Sebastião José de Carvalho e Melo por proposta do irmão, detinha o monopólio da importação de mão-de-obra escrava de África e o exclusivo do transporte naval de mercadorias, ainda para mais escoltado pelos navios da armada real. Estes privilégios incomodavam os jesuítas, que se sentiam prejudicados.

O ministro pretendia promover a miscigenação para povoar o imenso Brasil, porque os europeus não chegavam e os casamentos entre estes e os índios eram a melhor solução contra a ameaça estrangeira. Mas a Companhia de Jesus opunha-se. Os jesuítas, que controlavam a população indígena através das missões, eram também proprietários das maiores fazendas do continente, exploradas por centenas de escravos africanos, e gozavam da isenção de impostos. Mas percebiam que se Sebastião José de Carvalho e Melo e o seu irmão pretendiam desenvolver a economia colonial, também conspiravam para diminuir o poder político, económico e espiritual da Companhia de Jesus. As medidas dos irmãos contra os jesuítas eram brutais, e a resistência dos padres, intolerável. Esta tensão crescente acabaria por resolver-se um dia à custa do sangue indígena.

Havia cinco anos, os índios guaranis, armados pelos jesuítas, tinham-se finalmente revoltado. Rebelaram-se contra o homem branco e o seu misterioso Tratado de Madrid, que não sabiam realmente o que era mas sabiam que acabaria com as suas povoações e os obrigaria a mudar para outra terra, longínqua e desconhecida. Mas foram implacavelmente repelidos por uma surpreendente coligação dos exércitos de Portugal e Espanha.

O Tratado de Madrid, que estabeleceu definitivamente as fronteiras coloniais, decidiu a entrega da Colónia do Sacramento, no estuário do rio da Prata, a Espanha, em troca de territórios que incluíam as missões jesuítas, nessa altura no lado espanhol. Ao implementar o acordo à força, as duas potências arrancaram ainda à Companhia de Jesus o império indígena que os jesuítas lideravam, ao arrepio dos interesses de Lisboa e Madrid. A guerra foi-lhes, portanto, duplamente favorável. E um sucesso, já que aniquilou milhares de guaranis, mas provocou um número insignificante de baixas no exército aliado.

Por tudo isto, a Companhia de Jesus tornou-se um alvo de Sebastião José de Carvalho e Melo também em Portugal. O ministro via só ambições e ameaças nessa Ordem destemida que lhe fazia frente. Era necessário

afastar todos os seus membros dos meios influentes, cortar-lhes o acesso ao poder, libertar a Corte dos seus longos e pegajosos tentáculos.

O ministro intrigou o rei, atribuiu aos jesuítas deslealdades tenebrosas, preveniu-o de que dali vinham grandes perigos.

— Atentai Vossa Majestade que esses obstinados padres andam a espalhar o boato de que o terramoto foi obra de Deus em paga da perseguição movida por Vossa Senhoria aos jesuítas...

— Que despautério!

— ... que Vossa Majestade irritou Nosso Senhor ao desconsiderar a Companhia de Jesus.

— Absurdo! Acaso não foram os jesuítas que puseram mosquetes nas mãos dos guaranis para os índios se revoltarem contra as nossas ordens?

— Assim foi, Excelência.

— E agora culpam-nos por nos desobedecerem, pelas consequências dos seus actos?

— É o que dizem perante as suas audiências: que Vossa Majestade é culpada da ira de Deus.

O rei teve um longo e soturno suspiro.

— Entristece-me ouvir que falam mal de nós ao passo que frequentam a nossa Corte. Sendo assim, teremos de obstar a que nos causem esse terrível embaraço.

Por ordem régia, os jesuítas, confessores tradicionais da família real, foram expulsos da Corte sem contemplações e substituídos por outros padres de confiança do ministro.

Estes amargos acontecimentos revoltaram muito o padre Gabriel Malagrida, que via neles a destruição do trabalho de uma vida. Queria vingar-se, desacreditar Sebastião José de Carvalho e Melo, decapitar essa cobra maldita que envenenava o rei contra a sua amada Companhia de Jesus.

Apanhado em Lisboa pelo terramoto, Malagrida encontrou precisamente nas causas da tragédia um pretexto para confrontar abertamente Sebastião José de Carvalho e Melo.

Enquanto a Europa culta se entretinha em debates filosóficos sobre as razões do terramoto, o ministro só se concentrava na reconstrução, mas eram muitos os padres que persistiam em assustar o povo piedoso. Pregavam que o castigo divino fora a paga pelos pecados de uma Corte imensamente rica, faustosa e decadente; e de um povo preguiçoso e depravado, que se entregava às heresias da libertinagem. Esses padres, que omitiam a incrível riqueza da Igreja e os luxos dos bispos, mas vituperavam a Corte e o povo do alto dos púlpitos, eram presos e metidos nos barcos que iam para África. Partiam subitamente, sem fazerem malas, escoltados pela tropa, e nunca mais poderiam regressar. Eram assim afastados aqueles que contrariavam o ministro, que tentavam levantar dificuldades ao seu

governo. Foi esta a solução mais eficaz que ele descobriu para os empecilhos.

O admirável Gabriel Malagrida, padre erudito e famoso, homem santo e devoto que impressionava ricos e pobres, calcorreava as ruas agitando a Bíblia sobre a sua basta cabeça branca, vociferando possessos contra os homens perversos, denunciando as injustiças que traziam desgraças. Malagrida julgava-se tocado por Deus e, por conseguinte, a salvo dos ditadores, mas foi imprudente ao ponto de redigir um opúsculo a que após o esclarecedor nome *Juízo da Verdadeira Causa do Terramoto, que Padeceu a Corte de Lisboa, no Primeiro de Novembro de 1755*. No texto, que a sua pena escreveu ao sabor de uma verve encolerizada, o padre retomou a tese transcendente, em oposição à tese das causas naturais que o governo defendia. E, como não achasse suficiente afrontar com este atrevimento Sebastião José de Carvalho e Melo, Malagrida foi ao Paço oferecer em mão um exemplar ao ministro e outro ao rei.

— É doido varrido — comentou D. José, vagamente divertido com o que lia.

— Doido perigoso — acrescentou o ministro, perplexo com a audácia do padre.

Para resolver definitivamente a questão, Sebastião José de Carvalho e Melo recorreu ao núncio apostólico para afastar o padre para longe da capital.

Estava portanto o bom padre Malagrida agora no seu exílio em Setúbal a cismar conspirações contra Sebastião José de Carvalho e Melo. Com o intuito de juntar em seu redor os mais poderosos opositores ao ministro, organizava regularmente os Exercícios Espirituais de Santo Inácio de Loyola. Nestes encontros, onde se faziam exames de consciência e se meditava e orava, também se falava de política e da tragédia em que se encontrava essa ilustríssima gente nobre ostracizada pelo ministro de Sua Alteza Real.

Fora, José Policarpo esperava serenamente o seu amo, como um cão de fila, ignorando o que se passava no interior da Casa dos Exercícios. Tanto quanto lhe fora dado a saber, os duques de Aveiro tinham vindo rezar, assim como os marqueses de Távora. No entanto, neste encontro o padre Malagrida gorara conciliar as duas partes, que se encontravam desavindas por velhas questões familiares, agravadas pela desonra que lhes havia imposto El-Rei com o seu infame caso com a marquesa nova de Távora, D. Teresa.

Havia, apesar de todas as desavenças, um ódio comum a Sebastião José de Carvalho e Melo e à sua nefasta influência junto do rei, que o astuto padre, tão próximo dos duques de Aveiro e dos marqueses de Távora, explorou com engenho para apaziguar as controvérsias que os dividiam e

voltar a pô-los de acordo.

Saíram os duques e os marqueses reconciliados da Casa dos Exercícios. Havia, se não boa disposição, ao menos espírito de concórdia quando as carruagens se alinharam e os lacaios correram no meio de uma nuvem de poeira levantada por um súbito vento morno ao pôr-do-Sol. José Policarpo esperou que os amos completassem as despedidas e subissem para a carruagem, só depois correu para a carruagem dos cavalos de substituição que acompanhava a caravana que viera a Setúbal.

Atirou-se para dentro, deixando-se cair pensativo no banco depois de bater com a porta, já os cavalos resfolegantes acertavam o passo. Era intrigante aquela aliança de cunhados que acabara de testemunhar. O duque seu amo nunca fora de grandes fraternidades com o senhor marquês. Tratavam-se só com a cordialidade informal de conhecidos de toda a vida que, para mais, tinham de se suportar por ser a senhora duquesa, D. Leonor de Távora e Lorena, irmã do marquês de Távora. Isto, pelo menos enquanto o duque de Aveiro, altivo e beligerante, não jorrasse sobre o cunhado toda a sua arrogância a propósito de uma qualquer questiúncula que o irritasse. E bem sabia José Policarpo que o seu amo era de pavio curto.

Saíram no entanto novamente congraçados, em aliança aprontada pelo Malagrida, sinistra figura de quem José Policarpo desconfiava por instinto.

Enfim, a vida ia perigosa porque o marquês de Távora e a marquesa, D. Leonor, se obstinavam com o rei por questões de honra. E o duque de Aveiro tomava a peito a mesmíssima ofensa que, entendia ele, feria por igual toda a família. Ademais, o duque tinha outras queixas do rei e do seu ministro.

José Policarpo conhecia todos estes segredos da Corte, que aliás não eram assuntos tão secretos que não fossem conhecidos por muita gente. O que o fez pressentir o perigo foi ver estes poderosos senhores — que mantinham graves questões com El-Rei — com ligações tão arregadas ao jesuíta mais odiado do senhor ministro Sebastião José de Carvalho e Melo. O padre da Companhia de Jesus trazia a José Policarpo maus agouros, achava que dali só podiam vir dramas e tragédias.

Malagrida, sabujo e tortuoso, escrevia muito a D. Leonor, marquesa de Távora, a bajulá-la, a lamentar-se da sua situação e a pedir contribuições para os Exercícios:

Excelentíssima e Estimadíssima Senhora Marquesa

Oh, quanto é doce e seguro seguirmos o Norte da providência que nos governa e fiarmos de aquele Piloto que não pode ter erros nos seus caminhos! Dizem que o meu juízo do terramoto despertou outros terramotos e que realmente estou arguido e condenado por infamar nele muita gente. Isto seja dito entre nós para que veja a muita confiança que faço de Vossa Excelência.

Estimá-la-ei muito porque morro por vós. Beijo as mãos a Vossa Excelência, ao senhor Marquês, senhores Conde e Condessa da Atouguia pela esmola pelos Exercícios.

Nunca me esquecerei de pedir a Deus por Vossa Excelência, de quem sou, e serei sempre!,

O mais humilde e obrigado servo,

Gabriel Malagrida

O padre vergava-se todo à grande nobreza que podia servir-lhe os objectivos. Guia espiritual da devota D. Leonor, conhecia-lhe o talento político e o enorme ascendente da matriarca sobre o marido e toda a família Távora. E sabia todos os seus rancores e frustrações.

Depois de um vice-reinado brilhante na Índia Portuguesa, em que conquistou fortalezas inimigas e derrotou piratas temíveis, o marquês de Távora, acompanhado pela mulher e os dois filhos, chegou a Lisboa em Setembro de 1754 num navio da armada real capitaneando uma frota, coberto de fama e glória.

No entanto, foi recebido com desprezo pelo rei. Estranha atitude essa, que contrastou com a alegria do povo que foi ao porto festejar o seu herói, juntamente com os ministros estrangeiros e o protocolo do Estado.

Levados ao rei com uma escolta de Cavalaria de Dragões, os marqueses de Távora descobriram à sua espera no Paço tão-só o soberano e o seu ministro. Não tiveram direito à cerimónia aparatosa com a presença dos pares do reino que a sua dignidade merecia. D. José, cheio de indolência no seu trono, logo foi desobrigando o vice-rei cessante de lhe fazer um relatório sobre a Índia. Não valia a pena, disse, estava já a par de tudo e deveras impressionado com os sucessos extraordinários do mandato do marquês de Távora.

Não se conheciam verdadeiramente, porque quando D. Francisco de Assis partira para a Índia D. José ainda não era rei. Não obstante, era de supor uma recepção mais calorosa. Mas o rei, enfadado, teve só algumas palavras breves para elogiar os feitos de D. Francisco de Assis e de D. Leonor. E concluiu a reunião sem demora, como se quisesse ver-se livre deles:

— Tendes o ministro disponível para todos os assuntos — declarou, displicentemente.

Sebastião José de Carvalho e Melo tomou a palavra para tecer largos encómios ao senhor marquês de Távora pelos enormes benefícios conseguidos para o reino e informou-o que, por desejo e ordem de El-Rei, era doravante nomeado inspector-geral da Cavalaria.

— É uma honra servir Vossa Majestade e ficamos muito gratos a El-Rei, nosso senhor — disse o marquês de Távora.

Mas D. José parecia já não estar a ouvir nada e o ministro esticou o

braço ao mesmo tempo que se dobrava numa ligeira vénia, fazendo menção de os acompanhar à saída, indicando que estava terminada a cerimónia.

Era protocolar que apresentassem também cumprimentos à rainha e, portanto, foram conduzidos à sua presença. Mas, se D. José foi frio com os estupearfactos marqueses, a rainha Mariana Vitória foi gelada.

Saíram do Paço perplexos e contristados, sem entenderem a atitude insensível dos reis. Sentiam-se insultados.

— O que foi aquilo? — perguntou D. Leonor, já na carruagem a caminho de casa, no Rio Seco.

O marido encolheu os ombros e ensaiou um gracejo para desvalorizar o assunto.

— Receio que chegámos em dia não para os reis. Deviam estar enxofrados com alguma coisa. Quem sabe, não caímos no meio do furacão?

— Tiveram uma discussão! Achas?

— Não vejo outra explicação. Que poderiam ter eles contra nós?

— Pois não sei, suponho que nada, mas lá que foram muito desagradáveis...

— Foi estranho, realmente — concordou D. Francisco de Assis.

— Muito estranho mesmo. Não creio que fosse só isso. A mim, ninguém me tira que se passa qualquer coisa — persistiu D. Leonor.

— Mas o quê, por amor de Deus, se estivemos ausentes quatro anos?

— O quê, não sei, Francisco, mas alguma coisa aconteceu. Aquilo não foi normal.

D. Leonor, pálida, espreitou pensativa o casario que desfilava pela janela, reverberando nas paredes caiadas o sol forte de uma linda tarde de um céu aberto, pintalgado de algodão branco. Os olhos azuis, faiscando perspicácia, voltaram-se para o marido:

— E aquele homem horrível, o Sebastião José, pareceu-me tão próximo do rei.

— Um miserável sem nome e com tanto poder — lamentou D. Francisco de Assis, rancoroso.

— Viste como ele se deu ares de superior connosco? É assustador! — disse ela.

A tragédia que manchava o bom-nome e a honra da família Távora, e que eles não podiam sequer imaginar, vieram a descobri-la mais tarde nesse mesmo dia, em chegando a casa.

Chegar a casa tantos anos depois e ter a família reunida à espera acelerou o coração comovido de D. Leonor, que a todos foi abraçar. Com o olho brilhante de emoção, tomou no colo o neto que lhe foi apresentado pela filha, Mariana Bernarda, e pelo genro, Jerónimo de Ataíde, o conde de Atouguia.

Era dia de festa e D. Leonor, que viera do Paço assombrada e circumspecta, depressa se abstraiu da afronta dos reis. Que mais poderia querer ela, além da companhia das filhas e dos genros, que não via há quatro anos, e dos netos, alguns deles que ainda nem sequer conhecia?

No entanto, o duque de Aveiro irrompeu na festa com espalhafato teatral, fazendo-se anunciar com uma alegria estridente, espalhando abraços e cumprimentos, até que, chegando ao centro da sala, se voltou para D. Leonor e perguntou em voz alta pelo sobrinho:

— E o Luís Bernardo, onde está esse valente?

— Em casa, claro — respondeu ela.

— E que foi ele lá fazer? — continuou D. José de Mascarenhas em tom trocista.

— Ora essa, ver a Teresa.

— Ansiava de saudades, imagino.

— Pois, com certeza — replicou D. Leonor, já incomodada.

Fez-se um silêncio pesado na sala, ficando a festa em suspenso, escutando a conversa. Sabiam todos o que lá vinha. Só os marqueses, chegados de fora, não perceberam a razão de ser das provocações.

— Ah, estou a ver.

— Estás a ver o quê? — interrompeu D. Francisco de Assis, chegando-se à frente, exasperado com a pose pedante do cunhado.

— Estou a ver que o Luís Bernardo não está a par de nada e foi a correr para casa. Santa ingenuidade.

D. Francisco de Assis estreitou os olhos.

— Ouve, se tens alguma coisa a dizer, di-lo de uma vez.

— Tenho a dizer que, se o Luís Bernardo não tivesse deixado cá a Teresa e abalado para a Índia, não seria o chifrudo que é. É isto que tenho a dizer.

D. Francisco de Assis não se conteve e ergueu as mãos para esganar o cunhado. José Maria, o filho, lançou-se também, gritando que o rachava. Os outros, sobressaltados, interpuseram-se, segurando pai e filho, que se debatiam para se soltarem da confusão de braços, de mãos que os agarravam. E o duque, sobranceiro, fazendo-se despercebido, deu um passo atrás, aguardando muito direito que eles acalmassem.

D. Leonor, de lágrima no olho, observava confusa a inusitada desordem que rebentara na sua nobre casa de gente civilizada, onde as boas maneiras e o respeito se impunham naturalmente e não havia memória de uma coisa

assim. Via, perplexa, o marido e o filho furiosos, tentando agredir o cunhado; o marquês de Alorna, seu compadre, o genro, os irmãos do seu marido, todos envolvidos numa balbúrdia de punhos cerrados, cadeiras pelo ar, gritaria, crianças a chorar assustadas.

— Larguem-me! — gritava esgançado o marquês, descomposto, com a peruca torta. — Larguem-me, que o mato! Eu mato-te, José de Mascarenhas, mato-te!

— Não matas nada — rezingava o duque, quase em surdina, olhando para o chão —, não matas nada.

— Meus senhores, então senhores, por quem sois — apaziguava, lívido, o velho marquês de Alorna.

Afastados à força por mãos amigas, o marquês de Távora e o filho foram levados em altos protestos para a outra ponta da sala, colocados a uma distância segura do duque de Aveiro.

D. José de Mascarenhas, satisfeito com o tumulto de feira que provocara, foi-se sentar tranquilamente, com ar inocente, de perna cruzada, distraíndo-se a sacudir uma partícula de pó do joelho.

Lentamente, a calma foi voltando àquela sala de gente fidalga e de educação. O marquês de Távora, já mais sereno, conseguiu libertar-se, depois de garantir que não partia as ventas ao cunhado. Endireitou a peruca, compôs o casaco, esticou as mangas, respirou fundo, foi pedir-lhe mais explicações.

— Se o que dizes é verdade, vai haver sangue — declarou, transtornado.

— Ah, não sabes o que dizes! — exclamou o conde, desdenhando da bravata dele.

— Acaso duvidas da coragem do meu filho para lavar a honra desta família?

— Não é que duvide, e até aprovaria, não se desse o caso de a tua irmã e nora ser amante de Sua Majestade.

O marquês não pôde falar, teve uma paragem cerebral, demorou um momento a interiorizar o que ouviu, engasgou-se.

— Que, quê... estás a dizer que...

— Oh, senhor, estou a dizer que ela se deita com El-Rei!

Ouviu-se um doloroso gemido no outro lado da sala sepultada num silêncio lúgubre. D. Leonor cambaleou com as pernas a fraquejarem-lhe, desmoronou-se num sofá. Levou as mãos ao peito, arquejando com falta de ar, foi socorrida pelas filhas.

O marquês de Távora empalideceu, compreendendo enfim que a sua vida estava perdida.

D. Teresa de Távora e Lorena, refugiada em casa, recolhida no quarto, donde não saíra toda a manhã, mirou-se no pequeno espelho de prata que segurava com mão tremente. O reflexo mostrou-lhe a tristeza que lhe cobria a alma como um véu de luto. Viu os olhos vermelhos e inchados, o rosto papudo e descomposto de tanto chorar. Achou-se deformada. Aí estava! Feita um caco pelo desgosto, a mulher mais bonita da Corte, a mais cobiçada pelas fantasias masculinas, a mais odiada pela inveja feminina, a bela marquesa nova a que ninguém ficava indiferente, prometida e entregada em casamento ao seu sobrinho, o igualmente belo rapaz D. Luís Bernardo de Távora; atraída aos braços do rei por capricho luxurioso de Sua Majestade, que vinha ao seu leito satisfazer os desejos carnaes que a sua extraordinária beleza lhe despertava; odiada pela rainha Mariana Vitória, que tinha de suportar de cabeça erguida a humilhação de partilhar o marido com a amante perversa e sem escrúpulos que se ria despidoradamente da sua infelicidade. Era esta, em suma, a sua história.

Estava desfeada pela desgraça. Teve um ataque de fúria, arremessou o espelho de prata pelo ar contra o espelho grande do toucador, estilhaçando os dois com um estrondo de vidros que alertou a criada de quarto. Uma cabecinha cautelosa espreitou pela porta entreaberta, pressentindo a tempestade.

— A senhora precisa de ajuda? — perguntou a medo a criada.

Uma almofada voou contra a porta.

— Fora daqui! — gritou D. Teresa. — Não preciso de nada!

A criada eclipsou-se atrás da porta.

D. Teresa deixou-se cair em pranto na vasta cama de casal onde travara tantas e extraordinárias batalhas sexuais com o seu rei. O mesmo leito matrimonial a que D. Luís Bernardo recusava voltar. O marido destroçado não queria vê-la, nem sequer suportava ouvir a voz dela, e Teresa não podia criticá-lo por isso, evidentemente.

O marido vexado, imaginando-se menoscabo por uma Corte inteira, só não desafiara o amante dela com o intuito de se baterem em duelo porque não se podia convocar El-Rei para lhe enfiar uma bala no coração, nem sequer por uma questão de honra. E havia lá coisa mais importante que a honra de um fidalgo! Estava, enfim, de mãos atadas, humilhado, destruído.

Neste caso era a honra de toda uma família levada de rojo, enlameada. Enquanto o escândalo alastrava insensivelmente pela Corte, os marqueses de Távora — gente mais soberba não havia — viam-se obrigados a engolir a arrogância, porque pouco podiam fazer para resgatar a sua dignidade.

No entanto, a marquesa, que se achava dona de todas as virtudes e nunca levava a bem a impudícia pecaminosa da nora, pretendia solicitar a anulação canónica do matrimónio do filho. Mas nem isso lhe foi permitido pelo rei, que protegia a amante de represálias.

D. Teresa ergueu-se na cama, ficou um momento sentada, apoiada nas palmas das mãos assentes no leito, onde as cobertas permaneciam desfeitas de uma noite de vigília. Não dormia à noite e não sossegava de dia.

Ficou como que hipnotizada, absorta, de olhos baços, fitando a parede, cismando com a sua situação impossível. Enxugou distraída as lágrimas com as mãos, sentindo agora germinar uma revolta que a deixou possessa. Pois se era verdade que traíra o marido, não era menos verdade que D. Luís Bernardo a deixara ao abandono por quatro longos anos. Que direito tinha ele de pretender agora ver-se livre dela, atirando-a para uma cela anónima de um convento?! Felizmente, tal não aconteceria porque Sua Majestade, o rei, não o permitiria.

Levantou-se da cama num salto impetuoso, gritou pela criada de quarto. A rapariga, de guarda atrás da porta, apareceu imediatamente.

— Sim, minha senhora?

— Quero vestir-me para sair — declarou D. Teresa.

Não é que soubesse onde ir, nem que tivesse um compromisso, porque desde que o marido chegara da Índia a sua indecorosa relação com D. José deixara de ser um segredo comentado em segredo na Corte para se falar às escâncaras. E ela, que já não recebia um convite, cada vez mais isolada, rebentava de ansiedade, exilada em sua própria casa.

D. Luís Bernardo fora morar num solar da família em Santo Amaro, e aí ficaria escondido, mortificado de vergonha.

No entanto, D. Teresa estava decidida a sair, nem que fosse somente de carruagem por aí sem destino. Ali fechada em casa é que não a apanhavam mais!

Estava quase a perder as estribeiras. A sua natureza rebelde pedia-lhe um gesto insensato. Era assim desde pequena, quando começara a descobrir a admiração dos homens pela sua beleza sublime, ainda muito jovem. Nos salões da Corte, via-os voltar a cabeça à sua passagem. Ficavam desconcertados com os sorrisos descarados que lhes lançava, com os modos ousados como se saracoteava, com os seus decotes magníficos que deixavam entrever um corpo de curvas opulentas.

Os homens babavam por ela, e a jovem Teresa trocava segredinhos com as amigas e ria-se deles, deitando-lhes olhares lascivos disfarçados de ingenuidade.

Teresa notava a inquietação que a sua sensualidade provocava nesses pobres espíritos que a desnudavam com os olhos e pelava-se por os manipular. Os mais novos, levava-os ao ponto de se tornarem patéticos, suplicantes. Desprezava-os.

O padre Xavier, ah, o querido e charmoso padre Xavier que lhe enchia as medidas! O jesuíta atlético, louro, de olho azul e glúteos admiráveis, na força dos seus 26 anos, que ia sempre confessar a mamã. Teresa andava

pelos 15 anos já maduros quando o desviou dos seus piedosos deveres, pretextando conselhos morais para a acompanhar aos frondosos jardins da propriedade da família onde passavam o Verão.

Os seus olhinhos húmidos de comoção fixavam-se no padre Xavier, enquanto caminhavam ao ar livre num lindo dia de sol e ele ia falando arrebatadamente da bondade de Cristo.

Embrenharam-se distraidamente no labirinto de buxos perante a casa e passavam já o limiar das belas árvores da floresta muito verde que os envolveu com toda aquela sombra fresca. Ao fundo, ouvia-se correr a água límpida de um regato e o chilrear melodioso de pássaros livres.

Teresa, encantada, aparentava beber as devotas palavras do padre, entretida no entanto em ideias de luxúria.

— Sentemo-nos um pouco — sugeriu.

— Pois sim.

Sentaram-se no chão, ele encostado a uma árvore, ela muito perto, com a larga saia fazendo uma roda enfolada à volta da cintura.

— Que bom é estar finalmente a sós consigo, Xavier — suspirou, deleitada. Ele teve um baque no coração, sentiu-se ficar vermelho até às orelhas. — Decerto, não se importa que o trate simplesmente por Xavier. Aqui, longe do mundo, somos só duas almas ligadas pela Natureza.

O padre, apanhado de surpresa, não achou a réplica que se impunha, contemporizou.

— Claro que sim — anuiu, desconcertado. — Se é o meu nome.

— Xavier... — murmurou Teresa. — É um nome tão bonito.

— Parece-lhe?

— É bonito de dizer e tem carácter, como o dono desse nome.

O padre soltou um risinho nervoso.

— Exagera, querida Teresa, é só um nome vulgar.

Ela riu livremente, sem se embaraçar, sentindo até naquele *querida Teresa* um incentivo ao seu propósito.

— Não exagero, não — disse, deitando um pouco a cabeça de lado, dengosa.

Ele teve então um sorriso franco, fechou os olhos por um instante, como a absorver o elogio.

— Mas, afinal, de que me queria falar? — perguntou depois, recuperando a compostura.

Havia semanas, com efeito desde o início do Verão, que desejava estar a sós com ele. Admirava-o tanto que ele nem imaginava, confessou, e por isso ansiava por aquele momento só deles, sem a interferência de ninguém, só eles, as árvores, o canto dos pássaros, a Natureza pura. O Paraíso não podia ser melhor!

Ele voltou a rir.

— Não se ria — protestou Teresa, amuada —, é verdade!

— Não me rio de si, pois se também me dá gosto estar consigo.

— Ai, estou tão nervosa que até tenho o estômago às voltas.

— Não é caso para tanto.

— Mas tenho, veja.

Segurou-lhe a mão, encostou-a à barriga por baixo das suas. Ele sentiu o calor do corpo dela, das mãos dela, ficou preso àquela intimidade, incapaz de se lhe opor. Teresa fitou-o olhos nos olhos, fez a mão dele subir por si acima, prendeu-a no seio.

— Sente-me o coração?

Sentia, como não o sentir, se galopava genuinamente?

— Sinto — disse, desarmado.

— Tem umas mãos tão bonitas, Xavier — disse, numa voz rouca de sensualidade.

O padre, hipnotizado com tanta beleza que se lhe oferecia, observou sem poder resistir a boca dela entreaberta, o beicinho a tremer de lascívia, os lábios dedicados a chupar cada um dos seus dedos, a língua húmida enrolando-se nos seus dedos.

Oh, valha-me Santo Deus!

— Teresa, não podemos...

Mas ela já tinha o rosto dele entre as suas mãos, e os lábios nos dele, e a sua mão enfiava-se no cabelo dele, despenteava-o, inclinada sobre ele de joelhos, num frenesim de folhos de saia enrolada nas pernas. E o fraco padre, indefeso, sentindo-se túmido debaixo da batina, abraçou-a rendido ao pecado e deixou-se escorregar para o lado, arrastando-a no seu abraço, ficando por cima dela.

— Teresa, Teresa, Teresa — repetia, inebriado pelo perfume dela, assoberbado pelo desejo, beijando-a no pescoço.

— Querido Xavier, quero ser sua, toda sua.

— Sim — disse ele —, toda minha.

E, mandando a santa castidade à fava, o padre mergulhou no decote dela, soltou-lhe os seios da prisão do espartilho, beijou um e outro, enquanto a sua mão subia já pelas pernas dela. Teresa, percebendo a mão dele debaixo da saia invadindo-lhe a intimidade como nunca experimentara, sentiu-se perdida de excitação e de prazer. E a sua mãozinha inexperiente procurou também debaixo da batina a virilidade que ela tanto desejava.

Habitualmente tão seguro nos castos conselhos espirituais, o padre Xavier tremia todo de nervos, de excitação, com o espírito num alvoroço, enquanto lhe arrancava desesperadamente os culotes. Lutou violentamente com a roupa interior dela, atormentado com o embaraço da falta de jeito. Teresa, embora também muito nervosa, fê-lo parar e acabou de se despir sozinha, ficando nua por baixo do vestido, à mercê do seu padre.

Ele montou-a por instinto, porque também era a sua primeira vez, e investiu nela insensivelmente, com um ímpeto de macho satisfazendo as suas necessidades. Ainda que sem romance nem habilidade, quando o

padre a desflorou, todos os sentidos de Teresa se fundiram numa deleitosa voluptuosidade que ela não sabia possível. Agarrou-se a ele arrebatadamente, com as unhas cravadas nos seus ombros, e envolveu-o com as pernas, cingindo-o com força, ansiando que ele fosse mais e mais fundo.

Acabaram esgotados, suados, descompostos e ofegantes, deitados lado a lado, serenando lentamente o coração. Ficaram olhando sorridentes a copa das árvores acima deles, encandeados pelo sol que faiscava por entre a folhagem açoitada por rabanadas de um vento súbito que ameaçava uma chuva imprevista.

Com efeito, enquanto Teresa e Xavier se levantavam e sacudiam da roupa amarrotada pedaços de terra e folhas secas, uma sombra compacta de nuvens carregadas escondeu o dia ainda há pouco azul e cintilante. No entanto, eles não se apressaram quando as primeiras gotas caíram, tímidas. Foram caminhando de volta a casa de mão dada, felizes, e só correram por entre gargalhadas no momento em que um dilúvio inusitado se abateu sobre eles em pleno Verão.

Entraram de rompante em casa, a rir como perdidos, e deram de frente com a mamã, de olho muito aberto num espanto mortificado, chocadíssima ao surpreendê-los encharcados até aos ossos.

— Mas de onde vêm vocês, Santo Deus?!

— Fomos dar um passeio — disse Teresa, encolhendo os ombros.

— E fomos apanhados pela chuva. Quem iria supor um vendaval assim em Agosto? — disse o padre Xavier, ingenuamente.

Mas, ao ver o vestido de Teresa, molhado e diáfano, deixando adivinhar na transparência os grossos bicos dos seios endurecidos do frio, onde ainda há pouco o padre se deleitara, a mamã ordenou-lhe aflita que se fosse mudar.

— Que disparate, filha, ainda me fica doente — admoestou-a, contrariada.

— Vou já, mamã. Obrigada pela companhia e pelos sábios conselhos, senhor padre.

Ele fez uma pequena vénia de cabeça.

— Não tendes como agradecer, minha filha, estou aqui para vós sempre que precisardes de orientação.

— Preciso, sim. Foi muito bom — disse ela, mordendo o lábio e piscando-lhe o olho nas costas da mamã, antes de sair em direcção ao seu quarto.

Todo esse Verão Teresa e Xavier andaram inseparáveis, sempre com a desculpa da palavra de Cristo que nessa época parecia fascinar Teresa. Era aquilo um grande consolo para a mamã, pois nunca a vira tão empenhada em seguir os bons caminhos da Santa Madre Igreja.

No entanto, o que Teresa seguia eram os passos do seu belo padre. Deslumbrada com aquele rosto quase angelical, via nos olhos dele, de um lindo azul líquido, amor transparente. Não se continha, adorava provocá-lo, afagar-lhe a barriga da perna com o pezinho descalço debaixo da mesa de jantar a que se sentavam mais de vinte comensais, família e amigos, em refeições formais que se prolongavam por horas.

E quantas vezes regressaram ao seu lugar secreto debaixo da mesma árvore do primeiro encontro; ou fizeram aquilo no recato inviolável do confessionário atrás do altar da capela, onde não podiam ser interrompidos por razão alguma. Teresa montava sem pudores o padre, segredando-lhe a rir desbragadamente que o membro duro que a penetrava era a sua penitência.

Mas se Teresa era um espírito livre e indomável, de paixões fáceis e fugazes, o padre Xavier era uma criatura presa aos sentimentos profundos e belos. Ela adorava os fortes bíceps que a abraçavam contra um peito seco e musculado; ele perdia-se nas curvas opulentas daquele corpo perfeito de mulher, mas amava a sua alma rebelde, a alegria pueril, a inteligência mordaz.

Porém, o Verão foi murchando e com ele as belas ideias de aventura. Teresa aborrecia-se. O romance extraordinário que se desenrolava em segredo, mesmo à frente dos olhos da mamã, nas barbas do papá, tornava-se rotineiro. O incrível corpo de gladiador de Xavier já não encerrava nenhum mistério que ela não tivesse descoberto. Teresa ansiava a descoberta e fartava-se rapidamente do que não era novidade.

Em contrapartida, o padre Xavier, mais adulto e ponderado, só queria aprofundar o amor e perseguia-a pelos corredores, exigindo-lhe em segredo que comparecesse aos encontros furtivos a que Teresa já começava a esquivar-se.

— Já não me ama? — perguntava-lhe, inquisidor, quando a conseguia emboscar nalgum salão deserto.

— Não seja tonto!

E ele, meloso, beijocava-lhe as orelhas, o pescoço.

— Porte-se bem, Xavier, que ainda somos surpreendidos por alguma criada. E olhe que elas são umas metediças.

— Não me importo. Desejo-a tanto!

— Não se importa?! Imagine o escândalo que seria.

— Por si, sou capaz de tudo.

— De tudo?

— Absolutamente.

— Seria capaz de renunciar aos votos?

— É isso que quer que faça? Olhe que faço!

Teresa, alarmada, desmotivava-o:

— Que disparate, não está a pensar correctamente, Xavier.

Mas ele, desesperado de amor, comprometia-se mais:

— Deixo tudo, largo hoje mesmo esta batina que me castra e caso consigo. Quer casar comigo?

— Que doido! Não posso. Estou prometida ao meu sobrinho Luís Bernardo.

— Fuja comigo, então, vamos os dois para algum lugar... qualquer lugar onde possamos ser só nós, livres e felizes.

— Pare com isso. Não vou fazer nada disso. Qual dos dois aqui é suposto ser mais razoável, afinal?

Era ele, bem o sabia, mas que podia fazer se se apaixonara loucamente por ela desde a primeira vez que a tivera? Já não comia, não dormia direito, tinha pesadelos, sonhava que a perdia e acordava banhado em suores. Só sossegava junto dela. Contava o tempo à espera de se encontrar com ela. Estava capaz de tudo, efectivamente, de renunciar à Companhia de Jesus por ela, de resgatá-la em duelo ao sobrinho a quem fora prometida, se necessário fosse!

— Ah, ah! Seria lindo, um padre a bater-se em duelo.

— Não me menospreze, Teresa, que sei bem manejar o florete.

— De qualquer modo, o meu sobrinho só tem 15 anos. Não se pode bater com ele.

— Com o pai dele, nesse caso. Estou por tudo!

Mas Teresa via só pieguices insuportáveis naquele desespero romântico. Se ao menos ele a rejeitasse violentamente, se a menoscasse com arrogância, ainda lhe encheria as medidas. O desprezo ela entenderia como um desafio e, decerto, obrigá-la-ia a usar todos os seus recursos femininos, a recorrer à sensualidade mais dissoluta para o reconquistar. Agora aquela sensaboria...

No entanto, o padre Xavier desconhecia as subtilezas da sedução e chorava destroçado, pedinchando-lhe uma esmola de carinho.

— Que insistente! Deixe-me! — acabava por dizer Teresa, voltando-lhe as costas, petulante, de cabeça erguida.

Duas intermináveis semanas arrastaram-se, sem que Teresa pudesse fazer muito mais do que fugir ao molesto assédio. Ela sacudia-o, dava-lhe réplicas brutais para o desencorajar, mas ele não desarmava e, sem dignidade, ameaçou até matar-se.

— Não pode, que é pecado — respondeu-lhe, motejando-o.

— Sim, vou arder no Inferno e a Teresa carregará a minha pena na consciência.

E ela, já sem paciência:

— Seja, morra então de uma vez por todas!

Ele, de olho muito aberto, chocado, procurou em desesperação uma resposta adequada ao desinteresse dela, algo devastador:

— Muito bem... muito bem. Vou e não volto, nunca mais!

— Vá, vá lá para junto dos outros padres onde é o seu lugar, fazer... fazer essas coisas que vocês fazem... rezar e assim...

Acabou, portanto, insensivelmente e sem glória aquele formidável amor de Verão. Restou, enfim, um miserável monte de lixo sentimental. O padre Xavier não se matou afinal, mas pediu transferência para o Brasil — onde os jesuítas iam arriscar a vida a evangelizar os índios —, na esperança de sofrer como um Cristo, e assim expurgar o pecado da carne e curar a obsessão por Teresa.

A memória mais forte que ela guardou desse romance iniciático foi o enorme alívio que teve quando ele partiu para bem longe. Mas o maior ensinamento que aproveitou da inconsequente aventura foi que a superioridade do homem nada valia perante uma mulher bonita. Soubesse ela enlouquecê-lo com inteligência e sensualidade e não lhe restaria um pinga de dignidade para lhe resistir.

De modo que esse foi só o primeiro de muitos amores licenciosos que se lhe seguiram ao longo da vida, porque, caprichosa e fogosa como era, Teresa haveria de aproveitar bem a beleza para cativar os homens e manipulá-los a seu bel-prazer.

Mas, se naquela época Teresa não conseguia perceber o perigo que a sua irresponsabilidade comportava, hoje, com 36 anos e mais clarividente, já adivinhava consequências malignas para os Távora, que, por sua exclusiva culpa, se encontravam empatados numa situação impossível.

Tristonha, irritada, rabugenta, ansiou sair de casa, onde se sentia aprisionada desde que a família e toda a Corte passaram a ignorá-la. Ser amante do rei, que antes lhe parecera a suprema aventura, só lhe trouxera afinal amargas desvantagens. E agora nem D. José a queria ver. O cobarde, que tantas vezes viera satisfazer-se na volúpia da sua concubina; que a olhava com desvelo, jurando-lhe amor verdadeiro; que usava o seu ombro para destilar veneno e desdém por sua esposa, a rainha, fizera-lhe chegar um recado insípido e indigno de um soberano.

A mensagem que D. Teresa amarrotou com raiva dizia que seria prudente guardarem distância até que as coisas se resolvessem. Como se, por milagre, as ofensas pudessem dissolver-se, os ressentimentos serem esquecidos e ficar tudo bem.

Quanto a ela, o caso não terminaria mesmo nada bem, mas sim em grande desgraça. Nos seus dias vazios, cismando incessantemente com a aflição em que estava, só imaginava o marido, o irmão e a cunhada com

ideias assassinas. Conhecia bem a família, eram todos excessivamente orgulhosos para deixarem passar uma afronta. E essa altivez exacerbada poderia matá-los a todos.

D. Teresa acabou de se vestir com a ajuda da criada. A sege pronta aguardava-a à porta. Pediu uma sombrinha, saiu com o propósito de apanhar um pouco de ar, na esperança de dissipar as nuvens densas que lhe ensombravam o espírito. Por esses dias, só lhe ocorriam pensamentos sangrentos, vaticinando tragédias.

No entanto, ao seu modo, D. José procurava uma solução sensata que servisse a todos, a ele e aos Távora. O regresso dos marqueses da Índia, e com eles o filho D. Luís Bernardo, marido de D. Teresa, contrariara-o muito.

D. Mariana Vitória também o preocupava, porque a rainha era tremendamente possessiva, pedia atenção, massacrava-o com exigências de esposa ferida e deitava mão a todos os expedientes para o afastar da amante.

D. José tinha urgência em voltar aos escaldantes encontros com Teresa, mas tremia de medo das reacções impulsivas de D. Mariana Vitória, temível quando lhe fervia o sangue espanhol. D. Mariana Vitória insurgia-se com as suas aventuras com mulheres, tinha acessos de mau humor. Ele sabia bem o que isso era, pois não podia esquecer que ela já uma vez o fuzilara com uma chumbada que o deixara em bastante mau estado. E, ainda que o caso tivesse ficado resolvido como um infeliz acidente de caça, D. José aprendera a lição: nunca ir à caça com a rainha depois de uma discussão. Sobretudo se o motivo do debate fosse as suas mal disfarçadas escapadelas!

Quatro vezes D. Mariana Vitória engravidara e todas lhe falhara em dar-lhe um filho varão, mas era obstinada e ele também ainda não desistira de ter o seu menino para lhe herdar o trono. De sorte que lhe convinha manter a paz familiar para não complicar o acesso ao quarto da rainha, ainda que só a visitasse com ideias de procriação.

A rainha, com a sua amargura perpétua, feia e quezilenta, enfadava-o de morte; enquanto Teresa, de uma beleza transcendente, espalhando uma alegria e uma informalidade impudentes, alimentava sobremaneira as fantasias dele. A mulher proibida era a que mais lhe agradava, ainda que não fosse tão apaixonado por ela que a tivesse como amante exclusiva. Em circunstâncias ocasionais, D. José servia-se de outras e variadas mulheres. Em questões de saias o rei não era esquisito.

Mas D. José andava incomodado com a teimosia do marquês de Távora, que persistia em ignorar as suas propostas magnânimas para sanar a pendência. Pretendia o rei acumular os Távora de riquezas e privilégios. Chegou mesmo a convocar D. Francisco de Assis à sua presença para uma conferência secreta.

— Essa atoarda de que ouvistes falar e que tanto vos atormenta, D. Francisco, melhor faríeis se a esquecêsseis — recomendou o rei, deixando a pairar no ambiente tenso da sala a ameaça de represálias. E prosseguiu: — Nesse caso, este mal-entendido seria ultrapassado, haveria concórdia entre nós e receberíeis todas as indemnizações que vos são devidas pelos vossos anos na Índia.

O marquês de Távora, percebendo que o rei queria comprar o seu

silêncio, não se conteve e deu-lhe uma réplica imprudente.

— Vós, meu Rei e Senhor, sois todo-poderoso e devo-vos obediência, mas convireis que da minha consciência cuido eu. E quanto às regalias que seriam minhas por direito, de bom grado abdicarei de todas, se esse for o preço que terei de pagar pela minha honra.

— Pois bem, se persistis nessa tolice, que tanto penaliza a marquesa nova, assim será! Tenho dito — rouquejou D. José, agastado com a impertinência do marquês de Távora.

Perplexo com a determinação de D. Francisco de Assis, o rei recorreu posteriormente à intervenção do seu ministro, esperançado de que a proverbial habilidade de Sebastião José de Carvalho e Melo pusesse um fim àquele irritante conflito. D. José habituara-se a que o ministro resolvesse todos os problemas, mas desta vez nem ele conseguiu uma solução satisfatória.

Com efeito, Sebastião José de Carvalho e Melo, que não gozava da simpatia dos Távora, foi incapaz de derrubar a pertinácia de D. Francisco de Assis, instigado por D. Leonor. Os marqueses, pretensiosos e inflexíveis, entrincheiraram-se no seu orgulho irredutível e voltaram a dar a mesma resposta: que dispensavam todas as regalias devidas pelos extraordinários sucessos de D. Francisco de Assis enquanto vice-rei da Índia.

Embora animado de grande coragem ao enfrentar o rei, D. Francisco de Assis receava que, a qualquer momento, D. José perdesse as estribeiras de vez e o mandasse prender. E D. Leonor, cuja maior ambição era ser tornada duquesa, ficou inconsolável e revoltada por não receber o título.

Andava mal a família Távora ao fazer frente a D. José, que não era reconhecido pela tolerância e podia ser rancoroso e vingativo se o contrariavam.

Justamente, ao duque de Aveiro, cunhado de D. Francisco de Assis, não agradava o trágico rumo que a teimosia dele tomava. D. José de Mascarenhas entendia que a família se encaminhava para o desastre devido à intransigência do marquês de Távora, porque não era possível embatucar assim o rei sem esperar uma reacção agressiva. Com efeito, o soberano poderia tomar medidas a qualquer momento com o intuito de sacudir o embaraço e, evidentemente, quando o fizesse não seria pela verdadeira razão, mas com algum motivo simulado e tão grave que os Távora não teriam armas para o combater. O poder do rei era total, arrasador, definitivo!

E o que o duque de Aveiro mais receava era que os estilhaços daquele escândalo insensato terminassem por atingi-lo. D. José de Mascarenhas já se fizera inimigo fidalgo do ministro do rei ao arvorar-se em líder da velha nobreza que se opunha a Sebastião José de Carvalho e Melo. Outrora mordomo-mor da Corte e primeira figura da hierarquia do Paço, no tempo

de D. João V, o duque tinha vindo a perder poder à medida que crescia a influência do ministro junto do rei. De modo que o desvario amoroso da sua cunhada com D. José era-lhe muito inconveniente, porque oferecia ao rei, e sobretudo a Sebastião José de Carvalho e Melo, pretextos malignos para o atacarem. Sendo o chefe do clã, supunha que não ficaria impune se a ira de Sua Majestade se abatesse sobre a família.

O duque de Aveiro tinha raiva a Sebastião José de Carvalho e Melo por este ter conseguido convencer o rei a impedir o casamento do seu filho, D. Martinho de Mascarenhas, com a filha do duque de Cadaval.

Já muito poderoso, o duque de Aveiro planeava unir as duas famílias e, desse modo, rivalizar em riqueza e influência com a família real, uma situação inaceitável para o rei, como oportunamente o ministro fez ver a D. José.

Com a sua inteligência fina, Sebastião José de Carvalho e Melo fazia de tudo para o rei se indispor com o duque. O ministro vigiava-o afincadamente e sabia bem como ele era perigoso. Tinha espiões que lhe relatavam as conspirações políticas do duque com a velha nobreza rancorosa e com a Companhia de Jesus.

Enquanto Sebastião José de Carvalho e Melo promovia a nova nobreza e os comerciantes ricos que podiam impulsionar a economia e fortalecer o poder dele, os nobres arcaicos que lhe guardavam profundo despeito juntavam-se à volta do duque de Aveiro.

Mas D. José de Mascarenhas, com o seu feitio soberbo e quezilento, não precisava dos arriscados lances da política para se indispor com o rei. No fundo, o duque estava solidário com o chifrudo Luís Bernardo, porque ele próprio não estava muito longe de se poder queixar do rei pela mesma razão do filho do seu cunhado.

Uma falsa tranquilidade transparecia de José Policarpo. O pacato criado do duque de Aveiro falava pouco e isolava-se muito, evitando a cavaqueira com os outros servos de D. José de Mascarenhas. Estes achavam-no estranho, um asno que se dava ares de superior com a sua circunspecção. Mas davam-lhe espaço e não o amesquinhavam, mais por cautela do que por respeito. O instinto dizia-lhes que era melhor não o provocarem.

De semblante grave e silencioso, José Policarpo secundava o seu amo como uma sombra, sempre vigilante, sempre pronto para saltar em frente ao menor sinal de ameaça.

Lisboa era uma cidade de muitos perigos. Pelas ruas, pululavam maltrapilhos que viviam da esmola e do pequeno roubo, saqueadores de faca no cinto que assaltavam as vítimas indefesas depois do pôr-do-Sol, aldrabões profissionais e vândalos sádicos que atacavam em grupo e se divertiam a encher de cacetadas os incautos que se arriscavam a sair à rua depois do anoitecer.

O duque de Aveiro, arrogante e impertinente, se despropositava com alguém, permitia-se logo atirar ao ar um chorrilho de impropérios e provocações. E se ele se irritava com pouco! Qualquer um do povo que lhe empatasse o caminho, corria-o a pontapés. Mas se calhava atravessar-se com um maduro disposto a tudo, aí o duque, mais insolente que corajoso, encolhia-se sem pejo e recuava histérico como um cãozinho de estimação.

Os seus famosos ataques de mau feitio valiam-lhe muitos embaraços, mas como tinha José Policarpo a guardar-lhe as costas, fiava-se nele para que não o trespassassem com uma estocada fatal no meio da rua.

Já com as pessoas de qualidade o duque de Aveiro era mais comedido. Embora sobranceiro e um provocador incorrigível, tinha um forte sentido político da vida e conhecia bem as subtilezas da Corte. Um inimigo que se fazia era um aliado providencial que se perdia na alta sociedade intriguista que rodeava o rei.

Era necessário ser-se cauteloso e inteligente para sobreviver nesse antro de manipuladores dissimulados. No entanto, ocasionalmente, o duque não se continha e tornava-se inconveniente.

Por alturas do Carnaval, José Policarpo acompanhou os duques de Aveiro a Salvaterra de Magos, onde os reis se iam sempre instalar, arrastando obrigatoriamente a Corte com eles. D. José e D. Mariana Vitória eram apegados a Salvaterra porque se caçava lá bem e havia boas touradas. Os seus campos verdejantes de farta pastagem produziam ricos animais. Os javalis gordos e fortes desafiavam as matilhas de cães e os touros bravos e possantes investiam com gosto em sortes monumentais.

D. José apreciava sobremaneira a falcoaria real, ao ponto de ter requisitado dez falcoeiros holandeses de Valkenswaard para tratarem dos animais. Os falcões eram a sua perdição.

Mas à noite era preciso ir à Casa da Ópera, que tinha espectáculos de luxo e via-se toda a gente. Como D. José se aborrecia ao serão, encomendara ao architecto do Paço, Carlos Mardel, um teatro real para alegrar as noites em Salvaterra. Agora, havia uma sala magnífica com 500 lugares e representavam-se lá belos dramas de puxar a lágrima. Os espectáculos eram ensaiados no Inverno para os reis.

Mas ao rei não lhe bastavam todas estas distrações. Era um romântico inveterado, um apaixonado por mulheres, e, nessas férias, entusiasmou-se com a beleza serena da duquesa de Aveiro, que, por alguma razão, lhe pareceu deliciosamente atraente e irresistível! Sedutor imprudente, cismou que haveria de conquistá-la. D. Leonor de Távora e Lorena, tal como a irmã, a marquesa nova — amante do rei —, tinha boas formas e um sorriso lindo que vinha trazendo D. José estupefocado em contemplanções fantasiosas. O rei abordou-a em várias ocasiões, tentando seduzi-la, mas debalde se esforçou, porque, ao contrário da irmã devassa e brincalhona, a duquesa era muito séria e devota, de coração puro, e, na sua ingenuidade, nem percebeu verdadeiramente os avanços do soberano.

Exasperado, D. José solicitou os serviços do seu criado, o sargento-mor Pedro Teixeira, que se prestava amiúde nas questões de saias, fossem estas com uma fidalga, uma criada de copa ou uma camponesa de faces rosadas. E Pedro Teixeira foi direito ao assunto. Abeirou-se da duquesa no corredor do teatro, quando ela deixava a sua frisa, entre dois actos, para tomar um pouco de ar.

— Permita-me que diga que Vossa Senhoria está sublime esta noite — segredou-lhe.

D. Leonor pasmou, recuou meio passo, abanou-se com o leque. Indignou-se.

— Que tollice, que absurdo, realmente, que comentário mais despropositado.

— Mas não sou eu que o digo, senhora duquesa, mas o rei. Só repito as palavras de El-Rei, Nosso Senhor.

A duquesa ruborizou.

— O rei disse tal?

— Efectivamente. E requestou-a para os seus aposentos, esta noite.

Ela abriu muito os olhos.

— Não pode ser!

— Não pode cumprir o desejo do rei?

— Não, ele não pode ter dito isso.

— Mas disse, absolutamente. Trago-lhe o recado pelas mesmíssimas palavras que me foi ordenado transmitir-lhe.

A duquesa ficou sem ar, abanou nervosamente o leque.

— O que diz é um disparate, não faz sentido.

Pedro Teixeira teve uma expressão conformada, um encolher de

ombros.

— Que resposta devo levar a Sua Majestade?

— Diga-lhe que percebi o motejo dele e que me ri.

Dito isto, voltou-lhe as costas e afastou-se rapidamente para não lhe dar oportunidade de a pressionar para que se compromettesse com uma resposta mais a contento do rei.

No entanto, Pedro Teixeira queria agradar ao rei e — ao contrário do soberano, que tinha muitas outras fidalguinhas disponíveis para conquistar e rapidamente se esqueceu do capricho dessa noite — persistiu em incomodar a duquesa nos dias seguintes, encurralando-a em segredo com mais recados do rei, ainda que inventados. Porém, a todos a duquesa deu a mesma resposta, mantendo-se firme na sua recusa.

D. Leonor de Távora e Lorena ficou muito transtornada com o assédio real, mas não contou nada ao marido, porque conhecia o feitio impulsivo dele e teve medo que perdesse a cabeça e fizesse algum disparate. Foi o duque que finalmente reparou que ela andava perturbada e lhe perguntou o que se passava.

— Não andas boa — disse. — Que te preocupa?

— Hum, nada. Porque dizes isso?

— Porque te vejo triste. Anda, dize lá.

Não era nada de importante, tinha sido o Pedro Teixeira, aquela criatura horrorosa, que a incomodara com lisonjas, não que lhe tivesse faltado ao respeito, mas fora inconveniente. Não lhe agradava os galanteios daquele homenzinho ordinário. O rei, realmente, rodeava-se de gente de baixo estrato, de muito pouca qualidade.

D. José de Mascarenhas abespinhou-se de imediato, exigiu saber o que lhe dissera o criado de Sua Majestade. Ela repetiu as palavras de Pedro Teixeira, não todas, e como se fossem dele, sem comprometer o rei. Nem queria imaginar o que seria o marido a tirar satisfações com o soberano. Já lhe bastava as loucuras da estouvada da irmã.

No entanto, o duque de Aveiro, que não era homem de engolir afrontas, ficou a remoer o assunto e no dia seguinte, ao localizar Pedro Teixeira no terreiro do Paço, quando os nobres se preparavam para uma montaria ao javali, foi direito a ele para o avisar.

José Policarpo acordou muito cedo. Ao primeiro raiar da aurora, estava lá fora com os matilheiros a ajudá-los a preparar os sabujos para a caçada. Quando os caçadores vieram para a rua, várias horas depois e ainda antes do rei, José Policarpo ficou tranquilamente sentado numa pedra a observar de longe as movimentações dos matilheiros com os cães e as conversas animadas dos nobres.

Reparou que o sargento-mor apareceu para falar um bocado com este e aquele. Como próximo do rei, era tolerado pelos nobres, que transigiam

uma simpatia, não sendo propriamente amigo de ninguém. José Policarpo seguiu-o com os olhos em alvo e ideias sangrentas. Fazia tenção de o matar um dia e vigiava-o sempre que podia, acarinhando o plano de o desfazer com as próprias mãos. Desejava apanhá-lo a jeito, com tempo, para que pudesse partir-lhe os ossos e provocar-lhe grande sofrimento, que o maldito merecia morrer lentamente.

Ganhara um ódio terrível a Pedro Teixeira desde que o sargento-mor o detivera e o atirara para a prisão da Junqueira, de onde só saíra vivo pela mão do duque de Aveiro.

Tinha perdido a alegria de viver no dia em que D. Carlota Justina lhe confirmara que Arlete não sobrevivera ao terramoto. Presa nos escombros, sem alguém que lhe valesse, acabara por succumbir ao peso da pedra que a esmagava.

— Não ficou sozinha. Nem por um instante a deixei. Fiquei a seu lado, segurando-lhe a mão até ela partir. Não podia fazer mais nada — contou D. Carlota Justina, encolhendo os ombros, resignada. — Antes de fechar os olhos, Arlete pediu-me que lhe dissesse para não se atormentar por não ter chegado a tempo, que ela sabia que não tinha sido culpa sua. Decerto tinha feito tudo o que estava ao seu alcance para a ajudar. Pediu-me também para lhe dizer que o amava muito, mas que deveria esquecê-la e seguir a sua vida.

As derradeiras palavras da sua amada para ele ouvidas pela boca de D. Carlota Justina. Estranho e escasso consolo. Bem podia ela ter mandado dizer que não o culpava de nada, que isso em nada diminuía o seu sentimento de culpa. E aquela besta do sargento-mor ainda respirar também era motivo bastante para ele se sentir de mal consigo próprio. Ele impedira-o de salvar Arlete, a bela e inocente Arlete de olhos doces, o seu amor, despedaçada, com um fio de vida, e o animal nada fez para a salvar. Ah, não, haveria de o matar!

Sentado na pedra, José Policarpo emergiu dos seus pensamentos lúgubres, vendo que o duque de Aveiro foi desembestado ao encontro do sargento-mor e gritou-lhe em frente a toda a gente. Levantou-se logo.

— Sargento-mor! — rouquejou D. José de Mascarenhas.

— Bom dia, senhor duque, em que posso servir Vossa Excelência?

— A mim, vós não me servis para nada. Mas ficais desde já avisado para que essas liberdades que tivestes com a duquesa não se repitam.

O sargento-mor fez-se de inocente.

— Não sei do que falais, senhor.

— Sabeis sim, e eu também, que a duquesa contou-me tudo.

— Se vos contou tudo, já sabeis que não fui mais do que mero correio.

Apanhado assim de surpresa, D. José de Mascarenhas pôs-se pálido. Agora percebia que o maior inconveniente tinha sido o rei e que D. Leonor sua esposa não lhe dera a versão completa da afronta.

— Pois, não passais do alcaiete real — rosnou, desconcertado.

Ao insulto, Pedro Teixeira reagiu com um sorriso vil e uma vénia.

— Alcaiete sim, mas para servir Sua Majestade junto da duquesa vossa esposa — replicou-lhe em tom de bravata.

O duque teve a tentação de levar a mão ao espadim que trazia à cinta, mas teve o bom senso de se controlar.

No entanto, José Policarpo passou por ele disposto a estrangular o provocador e D. José de Mascarenhas só teve tempo de levantar o braço e pará-lo com as costas da mão no peito. José Policarpo estacou.

— Fazeis bem em controlar o vosso cão, senhor — disse Pedro Teixeira. — Já o pus a ferros uma vez e posso pô-lo outra vez.

O duque e o sargento-mor estreitaram os olhos e estiveram um momento a medir-se, até que D. José de Mascarenhas voltou costas e afastou-se, acompanhado do fiel criado.

— Não é o momento certo — disse D. José de Mascarenhas. — Em breve haverá oportunidade de o fazer engolir a insolência.

Com efeito, a discussão foi presenciada pelos nobres da Corte e D. José de Mascarenhas não podia dar-se ao luxo de trespassar com o ferro o protegido do rei à frente daquela gente toda.

José Policarpo, desapontado, teve de se contentar com a promessa do seu amo de que o sargento-mor haveria de pagar a afronta com sangue.

As palavras de Pedro Teixeira envenenaram o espírito tortuoso de D. José de Mascarenhas, inculcando-lhe graves suspeitas. Quanto mais cismava no assunto, mais elas se avolumavam, porque ele era de obsessões.

A desconfiança instalou-se e trouxe dias amargos ao Paço dos duques de Aveiro. D. Leonor de Távora e Lorena, mulher piedosa, quase uma santa, já lamentava ao espelho a beleza que, ao invés de a favorecer, só atraía angústias e desavenças.

Quando o rei, irresponsável, comentava com um sorriso canalha que a maninha da sua amante estava com um corpo estupendo e um rosto de anjo, lançava na lama a reputação da bela duquesa aos olhos do próprio marido.

D. José de Mascarenhas ficou muito contrariado por ela lhe ter escondido que fora o rei, e não o sargento-mor, quem a assediara. E D. Leonor de Távora e Lorena, coitada, que não era um prodígio de inteligência, viu-se e desejou-se para se explicar. Desconfiado, ele interrogou-a sem piedade, deixando-a numa aflição.

A duquesa não merecia as conjecturas maliciosas do marido, mas quanto mais ele a pressionava mais ela tinha dificuldade em pretextar a sua inocência.

— Que mais me escondes tu, Leonor?! — gritava-lhe alterado.

— Não te escondo nada. Por amor de Deus, eu não fiz nada de errado!

— Não provocaste o rei? Um sorriso, um incentivo?

— Mas por quem me tomas?!

— És irmã da Teresa. D. José pensou: se tenho uma, porque não ter as duas?

— Isso é obsceno!

— Seja, mas é o que Sua Majestade pensa. O rei de Portugal e dos Algarves acredita que pode reclamar para o seu leito qualquer mulher que lhe aprazer. E tu, que tens a tua irmã de má fama, devias tomar mais cuidado na presença de D. José.

D. Leonor de Távora e Lorena, muito vermelha, benzeu-se duas vezes.

— Jesus, Maria, José! Vou sair, preciso de um padre.

Por alturas desse quente Agosto de 1758, um sol tremendo caía sobre Belém. As casinhas brancas de aldeia saloia refulgiam. Velhas de preto abancavam à janela. As mulheres na rua usavam lenço na cabeça e os homens não dispensavam o chapéu para se precaverem da insolação. A terra seca levantada por um vento quente empoeirava o ar e cobria os transeuntes. Ao fundo, as águas frescas do Tejo fulgiam à superfície, por onde velas brancas deslizavam a todo o pano.

Hoje em dia, José Policarpo detestava ficar fechado entre paredes. Preferia os ares da rua, estar sob o céu azul que lhe lembrava que era um homem livre. Sempre que podia, abalava para Azeitão, porque lá havia

vastos campos e era possível vaguear a cavalo pela Natureza verde sem se cruzar com ninguém. E mesmo estando o duque no seu palácio de Verão, não precisava tanto dos serviços de José Policarpo. Passavam-se semanas inteiras sem que visse D. José de Mascarenhas, como se o amo se esquecesse que ele existia. Já em Belém, o duque de Aveiro requisitava-o amiúde para o acompanhar onde quer que fosse. José Policarpo fazia-o de bom grado. Se estava vivo e se tinha um soldo que lhe pagava um tecto, uma cama, um prato de comida, a ele o devia. E nunca se esquecia disso.

Justamente, o duque mandou-o chamar para uma conversa privada no gabinete onde se recolhia muito à secretária com os seus papéis. Mas hoje estava à janela, olhando para fora, de mãos atrás das costas, pensativo.

— Mandou chamar-me, senhor? — perguntou José Policarpo, entrando no gabinete de chapéu na mão.

O duque voltou-se lentamente, olhou-o um momento longo, circunspecto, antes de mandar que o seguisse.

Desceram em reservado silêncio aos jardins do palácio e logo entraram num barracão vazio, onde se guardavam ferramentas de jardinagem. Aí, sem testemunhas por perto, o duque ergueu dois dedos trementes à frente da cara de José Policarpo e, com uma raiva controlada, declarou:

— Chegou a hora de ajustarmos todas as contas com aquele miserável do Pedro Teixeira.

Em suma, haveria José Policarpo de vigiar os passos do sargento-mor, estabelecer as suas rotinas, planear uma emboscada à sua sege e mandá-lo para o Inferno. A José Policarpo, para o coadjuvar, juntar-se-ia o seu cunhado António Álvares, também criado do duque de Aveiro, pessoa de enormíssima fidelidade, com quem, aliás, o amo já tivera idêntico particular. D. José de Mascarenhas revelou-lhe gravemente que o sargento-mor tinha um plano para o matar.

— Mas não me mata — disse —, matá-lo-ei eu primeiro!

O duque não mataria ninguém, evidentemente, porque os nobres não matavam pessoas de baixa condição, como era o caso de Pedro Teixeira. Nesses casos, os fidalgos mandavam os criados ou recorriam a sicários para montarem uma emboscada à vítima, assassinando-a sem testemunhas, ficando o assunto por conta de um assalto que acabara mal, coisa recorrente em Lisboa, onde pululavam quase tantos bandidos como padres.

— Aqui tendes 16 moedas para comprardes dois cavalos, assim como pistolas — disse o duque. — Não podeis usar nada cá de casa para que se não levantem suspeitas.

O duque foi claro: além de ele próprio, os dois — José Policarpo e António Álvares —, e só os dois, eram os únicos a par da execução daquele insulto.

— Não deveis, em hipótese alguma, violar o segredo, porque dele

dependem as vossas vidas — recomendou.

José Policarpo não sabia onde o seu amo tinha ido buscar tanto ódio a Pedro Teixeira, que, sendo embora uma desprezível figura, não passava de um insignificante criado e alcaiete do rei. Mas admitiu que fosse suficiente a honra ferida do nobre senhor — tão altivo e quezilento — na pessoa de sua esposa, D. Leonor de Távora e Lorena, uma santa senhora, importunada com indecências por aquela besta.

Igualmente lhe pareceu inverosímil que o sargento-mor andasse a planear a morte do duque de Aveiro, um dos grandes de Portugal, se não mesmo o nobre mais poderoso do reino depois de Sua Majestade. Era um passo demasiado arriscado, mesmo para um protegido do rei, e ele não divisava nenhum motivo que justificasse o risco.

Achou que o amo inventara a ameaça de morte só para se assegurar que eles cumpririam a sua ordem sem a contestarem. Pensando nisso agora, José Policarpo encolheu os ombros. Por ele, tudo bem, já tencionava matar Pedro Teixeira de qualquer maneira. E esperava há tanto tempo pela oportunidade, que lhe bastava o seu amo dar-lhe a ordem e as condições para ele a cumprir, sem exigir qualquer lucro ou satisfação.

Por doze ou quinze noites saíram a cavalo os cunhados embuçados para fazerem a espera à sege de Pedro Teixeira; e todas elas voltaram para casa sem executarem o insulto. Numas a sege não passou pelo local da emboscada, noutras havia gente estranha no caminho, o que os impediu de abrir fogo.

Finalmente, no dia 3 de Setembro, D. José de Mascarenhas chamou-os e insistiu que dessa noite não passava.

— Tem de ser hoje — disse, imperativo.

— E se ele não vier? — perguntou José Policarpo.

— Ele vem, descansa que vem, que eu sei — assegurou-lhe o duque.

Era uma noite de luto devido à notícia da morte, a 27 de Agosto, de D. Maria Bárbara, irmã do rei D. José e rainha de Espanha por casamento com D. Fernando VI.

D. José estava numa ansiedade, sem se poder aquietar um momento, refugiado no seu gabinete, ora sentado, ora levantando-se, ora indo sentar-se novamente, debatendo-se com uma irresolução. De manhã, decidira-se a ir visitar D. Teresa de Távora e Lorena, mas agora estava para ali sozinho como um garoto pronto a asneirar e com medo de ser apanhado.

Acontecia que D. José decretara o luto oficial pela morte de sua irmã, e contra si decidira, porque o protocolo impedia que a família real saísse do Paço enquanto durasse o luto. Fora uma determinação obrigatória, mas deveras inconveniente.

Desejava vê-la, não, tinha mesmo de a ver, de estar com ela, de a ter nos seus braços. Todo ele derretia em suores luxuriosos ao imaginar-se novamente na cama de sua amante. O pensamento do rei vagueou pelas belas curvas daquele seu corpo assombroso, pelo rosto iluminado de Teresa quando se ria desalmadamente e fazia aquelas covinhas maravilhosas. Precisava tanto mergulhar nos seus olhos escuros, desnudá-la, dissolver o seu corpo no dela.

Do exterior da tenda chegou-lhe o som abafado da marcha compassada do render da guarda; ao longe, o trote de um cavalo a resfolegar. Sinais de vida lá fora, enquanto ele, naquele impasse, não se resolvia. Mas o dia extinguiu-se e era necessário tomar uma atitude.

No fundo, já sabia que iria a casa de Teresa nessa noite, pois era-lhe impossível resistir ao impulso libidinoso que o dominava e que não lhe permitia pensar noutra coisa. E, se era só uma questão de descobrir o meio de se esgueirar do complexo real sem a rainha notar e sem que ninguém tomasse conhecimento da sua ausência em período de luto, então precisava de ajuda.

Mandou chamar o sargento-mor, que o assistia amiúde nas questões de saias, que exigiam hábeis e sigilosas disposições.

Expôs-lhe sucintamente a dificuldade que o embaraçava: haveria de ir

essa noite a casa de D. Teresa, mas a maçada do luto por sua irmã exigia cautelas redobradas, pois ficaria muito mal conceituado se alguém o surpreendesse a sair do Paço e houvesse maledicência.

Pedro Teixeira prontificou-se para resolver o berbicacho e, naturalmente, apresentou-lhe um plano sem mácula.

— Se Sua Majestade não se molestar por ir incógnito na minha sege, quem a vir passar certamente não imaginará que transporta o rei. Providenciarei para que esteja pronta e aqui tão próximo que nem o boleiro poderá reconhecer o vulto anónimo e embuçado numa capa negra que nela entrar.

— Perfeito! Seja. Vamos só nós dois e o boleiro! — exclamou o rei, entusiasmado com a solução encontrada por Pedro Teixeira.

Este, no entanto, teve um rebate, assustado com a irresponsabilidade que acabara de propor ao rei.

— Sua Majestade perdoai-me, mas não será porventura demasiado temerário sair sem uma escolta? Lisboa à noite está pejada de ladrões e, como sabeis, assaltam todos os que se aventuram desprotegidos.

O rei olhou-o surpreendido e quase ofendido, como um menino a quem acabavam de oferecer um doce e logo lho retiravam das mãos.

— E como propondes que passemos anónimos com uma escolta?

— É impossível, bem sei, mas, Majestade, é muito perigoso. Talvez reconsiderar sair esta noite? — arriscou a sugestão.

O rei, trémulo de irritação, teve esta réplica seca:

— Nós, esta noite, saímos sem escolta. Tenho dito.

O sargento-mor engoliu em seco.

— Perfeitamente, Majestade — disse, e retirou-se mortificado com a responsabilidade que lhe caíra nos ombros. Tudo por não saber estar calado! Sentiu-se obtuso, uma besta. Aquilo só a ele, ir agora noite fora com o rei por esses caminhos onde a cada esquina espreitava um ladrão e um assassino!

No entanto, à hora conveniente o boleiro do sargento-mor estacionou a sege bem perto da tenda donde saiu o rei embrulhado numa capa negra. D. José percorreu apressadamente e em silêncio a curta distância até à sege e atirou-se lá para dentro. Pedro Teixeira entrou atrás do rei, fechando a portinhola, e a carruagem partiu, embrenhando-se discretamente na noite.

D. Teresa de Távora e Lorena tomava a ceia sozinha e sem gosto. Com efeito, não comia verdadeiramente, apenas depenicava qualquer coisinha, pois havia muito que perdera a fome e, vendo-se ao espelho, até se sentia definhar. Mas que podia fazer, se hoje em dia não tinha vontade de comer? Limitava-se a engolir o suficiente para não morrer à fome e era quanto bastava.

Vivia enclausurada em casa e transtornada com o conflito surdo entre a sua família e o rei, que a afectava tanto. A família que a rejeitava e o rei que parecia tê-la esquecido. Todos uns miseráveis!

Já se preparava para se retirar e ia chamar a criada para a ajudar a despir-se quando, justamente, ela irrompeu afogueada pela sala de jantar e anunciou que tinham batido à porta.

— Está uma sege lá fora, senhora marquesa.

— A esta hora? — espantou-se. — Quem é?

— Não sei dizer, minha senhora. Um senhor sargento, que bateu à porta, disse que está ali na sege uma pessoa que deseja vê-la.

D. Teresa pôs-se de pé num salto, atrapalhada. Rosa, disse à criada, era necessário arranjar-se, dar um jeito ao cabelo, mudar de vestido! Não, não havia tempo, só o cabelo, uma escova, Rosa, uma escova depressa!, esganiçou-se.

Então e o senhor lá em baixo na sege? E o que devia dizer ao senhor sargento?, perguntou Rosa, aflita.

Que esperasse, não, não podia deixá-lo à espera. Mudou de ideias, mandou Rosa para baixo e que avisasse todos os criados que ninguém deveria voltar a subir nessa noite.

— E a escova? — perguntou Rosa, espantada.

— Esquece a escova, rapariga. Vai para baixo, vai, que eu mesma vou à porta.

Desceu, parou um instante frente ao espelho na parede do vestíbulo, ajeitou o cabelo, beliscou as faces, verificou se estava composta. Trazia um vestido de veludo escarlate. Não era o seu melhor, mas tinha um decote estupendo, suficiente para desnortear o rei. Sorriu à ideia de conseguir estupidificar D. José com a visão do seu decote. Segurou os seios por baixo e empurrou-os para cima, de modo a sobressaírem ainda mais. Depois foi abrir a porta.

Pedro Teixeira bateu os calcanhares, baixou a cabeça.

— Boa noite, senhora marquesa. O rei deseja vê-la — murmurou.

— Boa noite. Diga-lhe que pode entrar — respondeu ela.

O sargento-mor abriu a portinhola da carruagem, D. José saiu envolto na sua capa negra, passou por ela e entrou em casa sem uma palavra. Quando a porta se fechou, o rei deixou cair o capuz, voltou-se, segurou-lhe as mãos.

— Como tem passado, Teresa?

Ela, fingindo indiferença, encolheu os ombros.

— Tenho passado perfeitamente — disse com frieza.

Ele arregalou os olhos, exagerando de propósito o seu espanto.

— Nem ao menos teve um pouco de saudades minhas?

— E porque haveria de ter, se me disse que era melhor não nos vermos?

— Ora, sabe bem que isso foi para a proteger — disse o rei, conciliador.

Ela lançou-lhe um olhar de censura.

— Vamos para cima, para o meu quarto — disse. — Dei ordem aos criados para não saírem dos seus aposentos, mas nunca se sabe.

Subiram ao quarto, entraram. D. Teresa fechou a porta e deixou-se ficar encostada a ela, olhando o amante ainda com azedume. Ele, fazendo-se pesaroso, ergueu um momento as mãos e logo as deixou cair, impotente.

— Vai ficar zangada comigo?

— Não estou zangada, estou triste.

— Oh, não fique assim — disse o rei, avançando para a abraçar.

Ela esquivou-se ao abraço e foi sentar-se na cama. Ele teve um suspiro, sem ânimo, foi também sentar-se ao lado dela. Resgatou-lhe a mão abandonada no colo e segurou-a entre as suas, no seu colo. Falou-lhe num tom apaziguador.

— Então, vá, não fique assim. Sabe os riscos que corri para a vir ver?

D. Teresa pasmou.

— Riscos? Que riscos?

— Tive de sair incógnito, disfarçado, na sege do Pedro Teixeira, sem escolta.

Ela esboçou um sorriso tímido.

— Ah, suponho que não informou a rainha que me vinha ver.

Ele soltou uma gargalhada curta.

— Não, de maneira nenhuma — disse. — Nem ela, nem ninguém. Nem sequer podia sair do Paço, por causa do luto por minha irmã.

— Pois, a sua irmã, bem sei. Fiquei triste com a notícia.

Calaram-se, como que cumprindo um silêncio de pesar. D. Teresa sentiu-se irritada por ele usar a irmã morta para reconquistar a sua simpatia. Foi um golpe baixo e deu-lhe vontade de o esbofetear. No entanto, não disse nada. Pensou que não devia abusar do ressentimento. Sentia-se só e, mais do que nunca, precisava da solidariedade e da protecção do rei.

No quarto, fracamente iluminado por algumas lamparinas, as chamas bruxuleantes projectavam sombras tremidas na parede à frente deles. O rei levou a mão dela aos lábios, beijou-a.

D. Teresa repreendeu-o ainda por tê-la deixado sozinha tanto tempo.

— Nunca mais me faça semelhante coisa — protestou. — Ou juro por Deus que...

Deixou a frase em suspenso.

— Que?...

— Juro por Deus que não me volta a ver.

— Não voltará a acontecer — prometeu. D. José tinha urgência em desnudá-la, beijá-la, tê-la toda para si. Há semanas que sonhava com aquele reencontro. Agora que ali estava, prometeria qualquer coisa para a consolar, o que fosse preciso, desde que pudesse satisfazer o desejo que o impacientava.

— Diz isso para me calar.

— De modo algum!

Ela surpreendeu-o a espreitar o seu decote.

— Vê algo que lhe agrade?

Ele fez que sim com a cabeça.

— Não imagina o que eu tenho sonhado com as minhas marquesinhas — respondeu.

— O meu rei deseja ver as suas marquesinhas mais de perto?

— Permite-me?

Ela soltou uma gargalhada vibrante.

— Claro que sim, seu tonto — disse, puxando-lhe amorosamente a cabeça para o fazer mergulhar no seu decote.

Ele dobrou-se sobre ela e logo manobrou para fazer saltar os seios para fora do vestido. Beijou-os alternadamente enquanto murmurava deleitado a falta que sentira das suas marquesinhas.

Ela agarrou-se aos seus ombros derretida com sensações voluptuosas. O rei tinha uma barriga avantajada que não fazia supor que pudesse mexer-se com ligeireza, mas era possante e conseguia ser surpreendentemente ágil, trepando por ela acima, pleno de lascívia, como Teresa gostava de sentir um homem, bruto, um animal subindo-lhe o vestido, arrancando-lhe a roupa para se satisfazer sem escrúpulos, com tremendas investidas.

Todo ele era grande, cobrindo-a com o seu corpo enorme, e ela, enterrada no colchão da cama que rangia desesperadamente enquanto a cabeceira embatia com estrondo na parede, sentia deliciada a força dele invadindo-a com ímpetos bestiais. Por momentos lembrou-se de Luís Bernardo pelo contraste na cama, que fazia amor com cortesias e minúcias de cavalheiro, cheio de delicadezas, como se tivesse medo que ela se partisse. No início tinha sido bom descobrir que o marido se preocupava em dar-lhe prazer sem a molestar, procurando agradar-lhe com requintes amorosos. Mas com o tempo tornou-se rotineiro e enfadonho.

O rei urrou como um urso, tendo o seu orgasmo, e ela sentiu-se vingada por o marido a ter deixado sozinha durante quatro anos para acompanhar o pai à Índia. Luís Bernardo não tivera o discernimento de perceber que ela não quisera viajar com ele porque não suportaria tanto tempo na Índia, e

que, optando pela obrigação de oficial do Exército e, sobretudo, pela obrigação de coadjuvar o pai, desleixava os deveres de marido. Abandonara-a quatro longos anos naquele paço, rodeada de criados e mortalmente aborrecida. E, percebendo que ela o traíra com o rei, rejeitara-a como se rejeitava uma pobre enjeitada, com desdém e simplicidade, ao invés de lutar para a reconquistar. Sim, porque Teresa sabia que embora Luís Bernardo, na sua ofensa, pretendesse tratá-la como se ela fosse só um brinquedo estragado em que perdera o interesse, ainda a amava e vivia afundado numa depressão ridícula. O seu triste e delicado marido passava os dias afogado em vinho, fingindo-se desafectado e a viver numa festa permanente. Se pelo menos virasse a mesa e viesse recuperá-la, nem que fosse pelos cabelos, ter-lhe-ia mais respeito e menos rancor.

Montando o cavalo, perfeitamente imóvel, José Policarpo aguardava ao lado de António Álvares, também ele a cavalo, calado e quieto como uma estátua. Permaneciam há largos minutos atrás da secção derrubada de um muro velho e negligenciado. Estavam na Calçada do Galvão, num local onde havia um cruzamento, depois de um arco. Era o lugar ideal para a emboscada e o único, naquele caminho estreito com as bermas limitadas pelos muros das quintas, onde podiam esperar o seu alvo sem se denunciarem.

Montavam cavalos escuros e usavam capas negras, tapando a cabeça com capuzes. José Policarpo agarrava a rédea com a mão esquerda e tinha na direita a pistola pronta a disparar.

As árvores frondosas que se agigantavam por detrás dos muros rústicos dobravam-se sobre o caminho, juntando as densas copas no céu, fazendo a noite tão escura e tenebrosa que só o olho habituado e o instinto permitiam ao viajante manter-se no rumo certo. O suave restolhar das folhas açoitadas pelo vento frio quebrava o silêncio cavado da Natureza erma.

Metido com os seus pensamentos para distrair os nervos naquela espera exasperante, José Policarpo ia recapitulando o plano de ataque e a via de fuga que já sabia de cor, de tanto os estudar. No entanto, uma dúvida que não o largava trazia-o intrigado desde que ouvira o seu senhor assegurar-lhe, e ao cunhado, que Pedro Teixeira haveria de passar por ali naquela noite, de certeza absoluta. José Policarpo perguntava-se como teria o duque obtido tal informação para o afirmar com tamanha determinação. Era estranho que ele soubesse com tanta precisão os passos do sargento-mor, mas também era verdade que D. José de Mascarenhas tinha os seus espiões, a quem pagava para o trazerem sempre sobejamente informado.

Não que os métodos enviesados do duque de Aveiro para obter informação preocupassem José Policarpo, não queria saber, mas havia algo que não batia certo desde o início, quando o amo justificara o insulto contra Pedro Teixeira argumentando que este planeava matá-lo. Para José Policarpo, era exacto que o amo mentira nesse particular. E, mais cedo neste dia que findava, o amo dissera-lhes que sabia com segurança que a sege do sargento-mor haveria de passar por aquele caminho onde agora se encontravam, o que era extraordinário, pois eles tinham estado ali várias noites no decorrer dos últimos quinze dias e o amo não soubera precisar com exactidão uma única vez se o homem lá iria passar. Então, o que acontecera, que informação nova, e de quem a obtivera, para saber agora o que não sabia antes?

Tudo aquilo incomodava José Policarpo, porque a falta de transparência do amo sugeria-lhe que havia algo de tremendamente errado na execução do insulto e que ele e o cunhado corriam perigo. Era precisamente por pressentirem o perigo que eles não tinham tido pressa em

atacar a sege do sargento-mor nas outras noites e, mesmo já tendo tido a oportunidade de o fazer, tinham preferido recuar. O instinto falava por eles e hoje não era diferente.

Pelas onze e um quarto da noite, José Policarpo virou-se para o cunhado e disse:

— Já aqui estamos há muito tempo, ele não vem. Vamos embora.

António Álvares suspirou de alívio. Era o que queria ouvir.

— Também acho — disse. — Vamos.

Mas, justamente nesse momento, ouviram os rodados de uma carruagem que se aproximava e já escutavam claramente os gritos do boleiro a incentivar os cavalos e era tarde para recuarem. Haveriam de fugir na direcção donde vinha a sege e, querendo, podiam esperar que ela passasse para se irem embora depois, sem a atacarem. Mas a carruagem passou por eles e, confirmando com os próprios olhos que era a sege do sargento-mor, uma emoção e uma raiva apoderaram-se de José Policarpo.

— É ele! — disse, e esporeou a montada sem pensar mais. Abandonou os cálculos, esqueceu o perigo, lançou o cavalo a galope na peugada da sege que já lá ia, aproximou-se, ergueu a pistola, fez pontaria. Antes de conseguir estabilizar o braço para poder disparar, José Policarpo ouviu um estampido e viu de relance a pequena explosão da descarga disparada à direita, um pouco atrás de si. Era António Álvares que o seguira sem hesitar e se precipitara a fazer fogo. *Devia ter-se aproximado mais*, pensou José Policarpo. Depois voltou a concentrar-se, a fazer a mira tanto quanto lhe foi possível numa cavalgada formidável como aquela, e apertou o gatilho, arriscando o tiro.

A primeira descarga atingiu com estrondo a traseira da carruagem e estilhaçou a madeira, mas nada mais. Já o tiro de José Policarpo, disparado a partir de um ângulo mais favorável, entrou de lado, pela janela da portinhola, e acertou em cheio no braço esquerdo do rei!

D. José sentiu o ferrão da bala no ombro e mergulhou instintivamente para o fundo da carruagem. Pedro Teixeira, sem uma arma de fogo para dar réplica aos atacantes, teve a presença de espírito de dar cobertura ao rei atirando-se para cima dele. Ou, com o pânico, talvez estivesse só a tentar abrigar-se também, quem sabia? Se assim foi, ele não o admitiu, pois mais tarde disse a quem o quis ouvir que deu o corpo às balas para proteger Sua Majestade.

O boleiro António da Costa haveria de depor na devassa que se seguiu que lhe parecera ver três vultos a cavalo e que chicoteara os machos que governava depois de um dos cavaleiros ter errado um tiro contra si. Enganou-se — ou mentiu —, porque não havia um terceiro cavaleiro e nenhum dos outros dois disparou deliberadamente contra ele.

De qualquer modo, a sege prosseguiu a fuga em frente, enquanto José Policarpo e António Álvares desistiram da perseguição depois de terem

tentado os seus tiros de sorte. Os cunhados voltaram para trás e esporearam as montadas na direcção contrária, em direcção à Rua Direita de Lisboa, onde desapareceram sem serem interceptados.

A sege com o rei ferido seguiu desenfreada para o Paço na Calçada da Ajuda, mais acima, onde ia desembocar a Calçada do Galvão. Dentro, o rei urrava de dor, agarrado ao braço dilacerado, no entanto, teve a presença de espírito de avaliar a sua situação e de perceber que precisava de receber tratamento urgente e que se devia guardar segredo sobre o ataque, ao menos, até se compreender melhor o incidente e se decidir quais as medidas mais indicadas a tomar.

D. José agarrou-se desesperadamente a Pedro Teixeira e disse-lhe que não podiam ir para o Paço Real. Iriam antes para casa do seu cirurgião pessoal, o doutor Brandão, que morava perto, na Junqueira. Ali poderia ser socorrido mais depressa e mais discretamente. O sargento-mor gritou a instrução ao boleiro, e este tomou a nova direcção sem discutir a ordem.

Quando mais tarde nessa mesma noite chegou à Junqueira, Sebastião José de Carvalho e Melo foi encontrar a casa do médico num alvoroço, tomada pelo pânico. Gritavam-se ordens, criados corriam escada abaixo, escada acima, ninguém sabia o que fazer no meio de um caos sem comando. Sebastião José de Carvalho e Melo entrou de rompante e, friamente, tomou conta da situação. Enquanto se desfazia da sua capa, ordenou que cessasse a gritaria e que se retirassem todos aqueles que não tivessem incumbências realmente importantes; ordenou a um Pedro Teixeira lívido que fosse buscar um pelotão de Dragões para montar guarda à casa.

— Mas discretamente, sargento-mor, sobretudo que ninguém saiba o que se passa.

— Esteja descansado — respondeu o outro, sem pinga de sangue no rosto.

O ministro de maior confiança de D. José foi o único que entrou no quarto onde o cirurgião Brandão se debruçava sobre o braço dilacerado do rei. O médico, controlado e metódico, limpava com competência a horrível ferida em carne viva. D. José, deitado na cama e lutando para não desmaiar, sentiu-se logo mais seguro e animado com a presença de Sebastião José de Carvalho e Melo. Estendeu-lhe o braço são, agarrou-se à sua mão.

— Veja só o que me fizeram — chorou-se. — Olhe o estado em que me deixaram.

— Majestade, tranquilizai-vos, que já tomei todas as medidas necessárias para garantir a vossa segurança. Agora, o mais importante é tratar essa ferida.

— Parece pior do que é — disse o médico, sem parar o que fazia. — Sua Majestade teve muita sorte, trata-se bem, trata-se bem.

O rei, pálido, ganhou alguma cor, conseguiu até esboçar um sorriso sofrido.

— Temos de saber quem foi, apanhá-los a todos — disse, aferrado à mão do ministro —, a todos!

— Absolutamente, haveremos de os apanhar muito rapidamente — respondeu Sebastião José de Carvalho e Melo.

— E que não se saiba donde vínhamos — acrescentou o rei, aflito. — Ninguém pode saber!

— E donde vínheis, Majestade, se me é permitido perguntar?

— De casa de D. Teresa de Távora.

O médico, concentrado na ferida, não teve reacção, continuou a trabalhar, fingindo não ter ouvido.

— Perfeitamente, ninguém saberá — disse Sebastião José de Carvalho e Melo. — Diremos que vínheis de casa de outro senhor.

Com efeito, o segredo foi mantido com grande rigor e, apesar da guarda que logo se montou em redor da casa do cirurgião, e de um desusado movimento de tropas ao longo da madrugada, o ministro encarregou-se de fazer passar o boato de que El-Rei se havia ferido em resultado de uma queda. Até a rainha acreditou inicialmente nesta versão oficial. D. Mariana Vitória, em carta a sua mãe, D. Isabel Farnésio, de Espanha, queixou-se do logro em que havia caído.

«Minha querida mãe, enganaram-me e eu vos enganei, há três ou quatro dias que sei a verdade. Na noite de 3 de Setembro, regressando o rei da casa de um dos outros senhores, que é tão próxima daqui que eu a vejo perfeitamente das minhas janelas, atiraram sobre a sua carruagem dois golpes de fogo quase à queima-roupa. A ferida no braço foi terrível, porque toda a carne do interior do braço ficou exposta. Vi as cicatrizes e são verdadeiramente grandes.»

Mas os rumores sobre o atentado começaram a circular em Lisboa e os embaixadores das Cortes estrangeiras escreveram aos seus reis tantas versões quantas ouviam. Diziam que o rei teria sido ferido a tiro numa cilada quando voltava de casa de uma amante. O embaixador francês revelou mesmo a incrível e desprezível versão de que, dizia-se, teria sido a própria rainha quem, por ciúmes, mandara matar a amante do rei, D. Teresa de Távora, e o alcoviteiro do rei, Pedro Teixeira, acreditando que este a levava nessa noite ao Paço Real para se encontrar com o marido.

Nessa tenebrosa noite, quando o rei D. José, ofendido na sua absoluta autoridade, recebia tratamento, assustado e desorientado, Sebastião José de Carvalho e Melo, apenas sabendo os pormenores do que acontecera e sem revelar qualquer emoção, apreendeu com perfeita clarividência a extraordinária oportunidade que aquele atentado lhe oferecia. Enquanto confortava o seu rei, o ministro, que nem aos mais próximos revelava os seus pensamentos mais tortuosos, já preambulava com grande frieza um monumental plano para eliminar de uma só jogada todos os inimigos poderosos que ainda lhe podiam fazer frente e assim reforçar o seu poder decisivamente.

D. José, profundamente perturbado, balbuciava perplexidades:

— Quem, pelo amor de Deus, quem neste mundo poderia ter a desfaçatez de ordenar um acto tão odioso contra o seu rei?!

— Não nos devemos precipitar a tirar conclusões a quente, Majestade. Teremos de ser muito cuidadosos e apurar com absoluta precisão quem são os culpados antes de acusarmos. Nessa altura, cair-lhes-emos em cima com uma força e uma determinação esmagadoras.

O ministro, seráfico, falou pausadamente, sem estados de alma, pragmático. Percebia-se nas suas palavras que actuaria com total e

impiedosa eficácia. Isso tranquilizou Sua Majestade.

Sebastião José de Carvalho e Melo não disse nomes, mas já os tinha todos na sua cabeça, evidentemente. Era como se os visse alinhados à frente de um pelotão de fuzilamento. Só não quis apontar o dedo a ninguém antes de preparar uma acusação sólida, porque no dia em que os mandasse prender a casa fá-lo-ia com uma ordem assinada pelo rei e sem lugar para dúvidas ou arrependimentos. O golpe que já ganhava forma no seu espírito seria tão brutal e devastador que, para o bem e para o mal, D. José ficaria definitivamente comprometido e ligado ao seu ministro.

Era, realmente, uma beleza, pensou Sebastião José de Carvalho e Melo. Custava-lhe a crer que os seus inimigos tivessem sido tão imprudentes, mas era preciso aproveitar ao máximo a asneira deles. Sentia-se entusiasmado, poderoso, indestrutível!

Os cavalos chegaram esfalfados à segurança do esconderijo. Os dois cavaleiros tinham-se dirigido para casa de António Álvares, sempre a galope, sem paragens, sem trocarem palavra. Cumpriram à risca o trajecto planeado para a fuga depois da execução do insulto que, sabiam-no agora, fora afinal um atentado político.

Entraram pela cavalaria adentro e desmontaram rapidamente. José Policarpo segurou as rédeas dos animais enquanto António Álvares corria a fechar a porta. Depois voltou para trás e agarrou-se ao cunhado com um desespero que o apanhou de surpresa.

— Tu viste contra quem disparámos?!

— Calma, homem, calma — aconselhou José Policarpo, segurando-o pelos pulsos para o levar a libertá-lo.

Mas António Álvares estava transtornado e nem se dava conta de que quase o asfixiava ao puxar-lhe as abas da capa. Ele só queria uma resposta.

— Mas tu viste contra quem disparámos? Viste ou não? Dize!

— Vi, irra! Claro que vi. Agora, fazes o favor de me soltar?

Ele soltou-o.

— Obrigado, assim está melhor — disse José Policarpo, compondo a capa, que por pouco o outro não lhe arrancara pela cabeça.

— Estamos mortos — choramingou António Álvares. — Somos homens mortos...

— Eh, pá! Vira para lá essa boca. Não estamos nada mortos — afirmou José Policarpo, embora ele próprio também não estivesse tão certo disso.

Despiram as pesadas capas, deixaram-se escorregar até ao chão, ombro com ombro, encostados à divisória de madeira dos cavalos. Aterraram na palha, embasbacados.

— Tu sabias? — perguntou António Álvares. A sua voz passou a um taciturno murmúrio.

— Como querias que soubesse? — respondeu José Policarpo, tão abismado quanto o cunhado.

— O senhor podia ter-te dito.

Ele abanou a cabeça, aturdido.

— Não disse.

— Como pôde ele mandar-nos disparar sobre El-Rei sem nos avisar ao que íamos?

— Talvez não soubesse — disse José Policarpo, pensando ao mesmo tempo que não acreditava nisso.

— Não acredito nisso — disse António Álvares.

— Nem eu — reconheceu.

Com efeito, havia que reconhecê-lo, aquela história não lhe cheirava bem desde o início. José Policarpo bem que desconfiara do pretexto do duque de Aveiro para os mandar executar o insulto. Pensando agora nisso,

António Álvares também achava bizarro que o sargento-mor quisesse matar um senhor tão poderoso como o duque.

— Querer até podia querer, mas o homem é um covarde quando não se esconde atrás de um monte de soldados. Não se atreveria — disse José Policarpo.

— De modo que fomos enganados pelo nosso amo — concluiu, desalentado, António Álvares.

— Assim parece.

— E bem podemos dizê-lo em nossa defesa, que ninguém nos vai crer.

— Melhor será não dizermos coisa alguma.

— Mas crês que não nos descobrem?

— Ninguém nos viu. Se ficarmos calados, como vão saber?

— Mesmo assim, é uma enormidade.

Dois dias passaram e eles, em pânico, não saíram de casa nem procuraram o seu amo, que lhes devia bastas explicações. Tão assustados e horrorizados estavam, que foi preciso mandá-los chamar.

José Policarpo e António Álvares sobressaltaram-se quando ouviram tremendas pancadas na porta trancada. Um punho cerrado bateu três vezes.

— É a guarda! — exclamou António Álvares, pálido como um fantasma. Colocou-se atrás da porta, puxou o cão da pistola com mãos trementes, preparou-se para disparar.

— Espera — ordenou José Policarpo, mais frio e corajoso. Pensou bem que não deviam abrir a porta aos tiros, porque se não fosse de facto a guarda iriam denunciar-se e, provavelmente, matar algum inocente. De resto, se a tropa já tivesse cercado a casa, de pouco lhes valeria começarem aos tiros.

Foi espreitar por uma frincha da madeira e, reconhecendo Manuel Álvares, fez sinal ao cunhado para que baixasse a arma.

— É o teu irmão — disse. Abriu a porta.

Ao entrar, Manuel Álvares teve dificuldade em habituar-se à escuridão daquele pardieiro de uma só divisão. Há dois dias que viviam nas trevas, com portas e janelas cerradas. Já se lhes tinham acabado as velas e orientavam-se como morcegos nas trevas. Cheirava a suor e medo. Viu um catre de lençóis desfeitos, um cobertor com uma almofada no chão de terra, pratos sujos, armas e munições espalhadas pela sala.

— Que fazeis vós aqui trancados como animais?

— E o que se diz por aí? — quis saber António Álvares, ignorando a pergunta do irmão.

— Trazes notícias? — questionou José Policarpo ao mesmo tempo.

— Acalmem-se, que não se passa nada — tranquilizou-os Manuel Álvares.

— Nada? — espantou-se José Policarpo. — Nem patrulhamentos, nem prisões?

— Nada — disse Manuel Álvares. — A tropa não faz nada, não há mais rondas do que as do costume.

Manuel Álvares, que era copeiro do duque de Aveiro e o único que sabia do insulto, explicou que tinha sido enviado pelo amo para os chamar ao Paço.

— O senhor duque quer que vão ter ao barracão do jardim para terem um particular com ele.

— Mas não se fala de nada do que aconteceu? — insistiu José Policarpo.

— Fala-se que alguém disparou contra El-Rei — disse Manuel Álvares.

— Ai, ai, ai — lamentou António Álvares, a imaginar tormentos.

— Mas o que se diz também é que El-Rei sofreu uma queda e feriu um braço. Nada de grave.

— Quem diz isso? — perguntou José Policarpo.

— O senhor duque disse-me que o senhor Sebastião José ordenou que se dissesse que El-Rei teve um acidente.

José Policarpo parou um instante a pensar.

— Então, eles não querem que se saiba que houve um insulto e que El-Rei foi ferido a tiro — comentou, pensativo.

— E porque haveriam de o esconder? — intrigou-se António Álvares.

— Pois não vê? Não querem comprometer o rei, evidentemente.

— E como poderiam comprometer o rei?

— Tu estás obtuso, António! Como iriam eles explicar que o rei andava na rua de noite sem escolta? O que fazia Sua Majestade numa sege que não era a sua, mas de um criado? Como foi possível terem deixado El-Rei sem protecção? Não entendes? Muita gente teria de ser responsabilizada e teriam de rolar cabeças, desde a do sargento-mor até, quem sabe, à do próprio Sebastião José.

— É o que parece — corroborou Manuel Álvares.

— Estão a proteger-se, é o que dizes? — disse António Álvares, abrindo uns olhinhos inteligentes.

— É isso que digo, com efeito. Mas são boas notícias, porque, se querem abafar o caso, não vão perseguir ninguém.

Ao início da tarde, o duque de Aveiro esperava-os impaciente no barracão do jardim, para onde se esgueirara clandestino no seu próprio palácio. Já ali estava há um bom quarto de hora, irrequieto, a passarinhar para trás e para a frente, quando os dois criados entraram sub-repticiamente e com os olhos arregalados. Vinham desconfiados e carrancudos.

— Finalmente! — exclamou aliviado o duque de braços abertos. — Pois estava a ver que nunca mais me apareciam.

António Álvares fez má cara. Tinha medo e sentia-se irritado e belicoso, pouco dado a sorrisos e a palavras solidárias. A sua vontade era

rachar-lhe o crânio. Mais contido, José Policarpo manteve-se sensatamente em silêncio. Não se esquecia de que devia a vida ao duque e, mais do que acusar, queria ouvir o que ele tinha a dizer. Mas António Álvares, enquanto cúmplice num crime de lesa-majestade, via diminuído o abismo social entre si e o amo, e achou-se no direito de o confrontar com insolência.

— Aquilo não prestou para nada — atirou sem cerimónias. — Já se diz por aí que os nossos tiros se deram a El-Rei e a Pedro Teixeira!

— Caluda! — replicou o duque de Aveiro, autoritário. — Se tu não o disseses, nem o Diabo o pode saber!

— Mas nós...

— Caluda, já disse! Agora, oiçam com atenção, têm aqui 20 moedas — entregou-lhe uma bolsa. — São para o sustento dos cavalos, que não devem vender já, para não levantarem suspeitas. Quanto ao resto, só têm de guardar silêncio absoluto e fazer a vossa vida normal. Se fizerem como digo, não precisam de se preocupar com nada, porque ninguém tem como saber o que só nós sabemos.

No fim, ficaram sem perceber se, efectivamente, o amo os mandara disparar contra o rei, ou se o duque desconhecia que, naquela noite, D. José ia na sege de Pedro Teixeira. Saíram do barracão perplexos e sem respostas, porque D. José de Mascarenhas se impusera com tal sobranceira e veemência que eles, intimidados, não se atreveram a pedir-lhe mais explicações. O duque de Aveiro não admitia interrogatórios a subalternos e, certamente, não dava satisfações à criadagem. Restou-lhes o consolo de ficarem 20 moedas mais ricos.

José Policarpo confiava no amo e ficou a pensar que se ele dizia que não teria problemas desde que ficasse calado, então podia dormir descansado. Era bem verdade que se voluntariara para o insulto e que entrara na aventura de olhos fechados, guiado só pelo ódio. Podia ter-se recusado, mas isso nem lhe passara pela cabeça. Devia ter sido mais inteligente e ter feito mais perguntas. Pensando agora nisso, percebia que toda a empresa lhe suscitara sérias dúvidas e que, na altura certa, tivera a sua oportunidade de exigir explicações. Mas fora um asno e confiara cegamente que o amo não o poria em perigo nem o comprometeria. Enfim, fora talvez ingénuo, mas queria tanto matar Pedro Teixeira que ficara embrutecido pelo desejo de vingança, sem interesse por nada senão em encher de chumbo o maldito.

Mas corraera tudo terrivelmente mal, tinha disparado sobre El-Rei, enquanto o sargento-mor escapara sem um arranhão. Era absurdo, pensar que ferira o rei. Isto só a ele, dar um tiro no rei de Portugal. Ainda lhe parecia mentira!

E agora estava provavelmente a ser mais uma vez ingénuo ao confiar novamente na palavra do amo, quando ele lhe dizia que não havia motivo para preocupações. Com efeito, como era possível acreditar que não

houvesse consequências? Tudo aquilo era insensato, perfeitamente absurdo!

O pior, roía-se José Policarpo, sentindo a raiva crescer dentro de si, era que perdera a sua oportunidade de matar Pedro Teixeira. Não haveria outra. A menos que fosse direito a ele e o estoirasse com uma carga de chumbo à luz do dia e à frente de testemunhas. Mas isso seria suicídio.

No entanto, os meses passaram e nada aconteceu. Havia que dar razão ao duque, a vida continuara calma e pavorosa, sem notícias de qualquer devassa para descobrir quem atirara sobre El-Rei D. José. A preocupação extrema de José Policarpo foi-se desvanecendo, convertendo-se em perplexidade e depois, distraído já pelas rotinas diárias, quase não dava por si a pensar na assustadora trapalhada em que se vira metido.

Mas ainda tinha ideias de vingança e, por vezes, deixava correr a imaginação ao sabor de fantasias de sangue e violência. Havia que vingar a sua amada Arlete, que morrera inocente e sem socorro por culpa do sargento-mor. José Policarpo não se conformava, flagelava-o que Pedro Teixeira pudesse continuar a viver alegre e despreocupado, enquanto Arlete estava morta. Confrangia-o até que o sargento-mor pudesse respirar o ar que Arlete já não respirava. Era angustiante nada poder fazer para esmagar aquele maldito verme. Sentia-se cobarde, um triste e pobre inútil que não era digno do amor que Arlete lhe consagrara, porque não a conseguira proteger, nem salvá-la quando ela lhe confiara a vida; e agora, de a vingar como ela merecia.

Pouco lhe servia de consolo dizer a si próprio que correria um risco imenso para matar o sargento-mor, porque o homem saíra do ataque sem um arranhão e o fracasso só viera agravar a sua vergonha. José Policarpo sentia-se vexado por ter falhado e tinha um peso na consciência por ele próprio poder continuar a viver. Havia alturas em que achava que teria sido melhor se tivesse morrido com Arlete e, nos seus piores momentos, com o espírito vazio, ponderava insensivelmente a possibilidade de se matar. E porque não? O que fazia ainda neste mundo que lhe parecia estranho e sem beleza? Nada lhe sobrava, nem amor, nem uma pequena réstia de alegria. Afinal, era só uma alma solitária, um sonâmbulo vagueando sem propósito, observando desconsoladamente a vida correndo em seu redor.

Nada lhe provocava um sorriso ou um pensamento bonito, nem a barafunda bem-disposta quando entrava na cozinha do palácio pela manhã; nem os risinhos e os gritos da pequenada que corria entre os criados, enquanto estes a enxotavam para o pátio; nem sequer os bons momentos em que partia a cavalo com o senhor duque ou o acompanhava numa caçada aos patos. Era tudo um imenso fastio.

A vida sem Arlete fazia-o suspirar e acarinhar a ideia de uma morte rápida que o levasse em paz, para longe do tormento que o consumia todos os dias, a toda a hora. Ponderava friamente encostar o cano de uma pistola à têmpora e apertar o gatilho libertador. Tudo acabaria em menos de um piscar de olhos, sem angústia ou sofrimento. E depois atraía-o a ideia da harmonia eterna do silêncio, da tranquilidade perfeita, isenta de pressões, de culpas, de arrependimentos — que era como ele imaginava a morte, pura e despojada.

Mas por mais atractivo que fosse esse sublime passo da morte, José Policarpo não se decidia, faltava-lhe a determinação e claudicava. Não era religioso e gostava pouco de padres, que assustavam o povo com ameaças de castigos eternos; ou das igrejas com os seus incensos místicos, os seus rituais ensaiados para manipular multidões de crentes submissos. Compreendia mal uma religião de sacerdotes bondosos e pachorrentos que no entanto queimavam pessoas na praça pública.

Não era, portanto, por receio do demo que o seu dedo hesitava no gatilho, mas porque não acreditava que houvesse senão um vazio infinito à sua espera e, quando se punha a imaginar a frívola inexistência do ser para todo o sempre, a caridosa ideia da morte já não lhe parecia tão sedutora e acobardava-se, recuava na gloriosa intenção de mergulhar numa bela tragédia. E convencia-se de que seria insensato, e até pouco corajoso, abdicar da sua miserável vida em troca do vasto manto cinzento da morte. Convir-se-ia que seria, no mínimo, um mau negócio, um péssimo negócio. Por isso, deixava-se estar, inútil e abezerrado, mas de boa saúde.

Meses atrás, depois de o duque de Aveiro lhe ter garantido que estaria em segurança na condição de ficar de boca calada, José Policarpo fora direito a uma taberna embebedar-se até cair, sozinho e em silêncio. Estava destroçado porque o seu tão acarinhado plano para matar Pedro Teixeira tinha fracassado sem honra nem glória. E a maior ironia é que, passado o susto, o homem voltara à doce rotina, sem motivos para receios, regalado até, gabando-se em segredo aos amigos da sua grande história de perigos e valentia com D. José, porque nem podia imaginar que afinal o alvo era ele e não o rei!

Vingar Arlete tinha-lhe dado uma boa desculpa para continuar a viver, mas com esse grandioso e romântico projecto feito em pedaços José Policarpo soçobrava sem perspectivas. Falhavam-lhe as ideias, não sabia o que fazer com a sua vida. Estava perdido.

Sentia-se aliviado por saber que não tinha à perna os esbirros do terrível Sebastião José, ao menos isso, mas agora que já não podia deitar a unha ao sargento-mor faltava-lhe um objectivo maior, um pretexto extraordinário que justificasse a sua patética existência.

Enfim, pensava, a vida não prestava para nada, mas fora aquela que lhe tocara e de pouco lhe servia ficar a chorar-se das partidas do destino. Havia que seguir em frente, caramba, sacudir aquela pasmaceira, dobrar o ânimo, fazer qualquer coisa!

No entanto os dias madraços prosseguiam sem história, todos idênticos, soalheiros e fúteis. José Policarpo, resignado à pequena ambição, lá ia seguindo o seu duque, sisudo e de olho aberto, aturando-lhe o mau feitio e protegendo-lhe as costas largas, enquanto o troglodita andava por aí exuberante, menoscabando meio mundo. Se não tinha vontade própria,

sobrava-lhe a do duque, que não dava um passo sem requisitar a sua companhia, cada vez mais absorvente.

Conquanto José Policarpo acreditasse que o perigo havia passado e que o maior risco era a pasmaceira dos dias tolos, não podia estar mais equivocado. No recato dos gabinetes do Estado conspiravam-se barbaridades discretamente e, em breve, o reino ficaria assombrado com o festim de terror que faria o sangue correr largamente pelas ruas em nome de El-Rei. A ignomínia da humilhação pública não teria limites. Haveria perseguições, detenções, vítimas torturadas, famílias desfeitas e mortes infames. Ainda que involuntário, o tiro insensato que José Policarpo disparara contra D. José fora o espoletar do que haveria de ser a execução pública mais inédita e mais violenta jamais vista em Portugal.

Sebastião José de Carvalho e Melo só compreendia o poder sem opositores e esses, infelizmente, tinha-os ele de sobra. Animal de sangue-frio e pensamento fino, o ministro era avesso a medidas precipitadas e concebia meticulosamente a ruína dos seus inimigos.

O insulto a Sua Majestade, no entanto, era a sua oportunidade para eliminar de uma vez as famílias da alta nobreza que o contestavam junto do rei e a poderosa Companhia de Jesus que, através da influência tradicional que exercia na Corte e na nobreza e do monopólio do ensino secundário, manobrava as mentes e a cultura, tudo fazendo para contrariar a política progressista que ele preconizava para o país.

A primeira suspeita de Sebastião José de Carvalho e Melo recaiu, naturalmente, sobre duas das famílias mais poderosas do reino: os Távora e os Aveiro. Mas o bom senso aconselhava prudência. O marquês de Távora, D. Francisco de Assis, tinha boas razões para odiar o rei por este ser amante da marquesa nova, D. Teresa de Távora, sua irmã e também nora por casamento com seu filho Luís Bernardo de Távora. Mas D. Francisco de Assis era um patriota e, por mais revoltado que estivesse, não poderia trair o seu rei. Era contra a honra e os princípios e o marquês preferiria morrer a arrastar o seu bom-nome e a segurança da família para uma aventura infame. Sebastião José de Carvalho e Melo percebia isto com a mesma clareza que conhecia o desprezo que D. Francisco de Assis lhe guardava por ele ter a confiança e o poder delegado do rei. O marquês entendia que o soberano se afastara da alta nobreza e só tinha ouvidos para um ministro arrogante e de origens excessivamente modestas. Isto irritava supinamente Sebastião José de Carvalho e Melo.

Enfim, pensava o ministro, o marquês de Távora seria inocente do insulto a D. José, mas não dos conciliábulos com os jesuítas em Setúbal. Ele e a mulher, D. Leonor, marquesa de Távora, tão devota e ofendida com as medidas adversas à Companhia de Jesus, era quem mais acicatava a família para o derrubar. E quem era inimigo do ministro do rei, era-o também do soberano, bem entendido. A seu ver, quem conspirava contra ele conspirava contra o rei.

Sebastião José de Carvalho e Melo elaborava friamente este raciocínio cínico, que o levava à tão inevitável como lamentável conclusão de que era necessário estripar a família Távora.

E depois havia o irascível duque de Aveiro, cunhado dos marqueses de Távora, que o odiava por causa do episódio do casamento do seu filho com a filha do duque de Cadaval, que ele convencera o rei a impedir que se realizasse para evitar o excessivo poder das duas casas reunidas por esse matrimónio estratégico. O duque de Aveiro conspirava para organizar em seu torno os nobres que não gostavam dele.

Evidentemente, o ministro sabia que o ataque à sege do sargento-mor podia perfeitamente ter sido apenas um mero assalto que correria mal, porque os salteadores enxameavam a noite de Lisboa e estes não poderiam saber que o rei viajava numa sege tão modesta e sem escolta, mas essa explicação em nada lhe convinha. Nesta altura, Sebastião José de Carvalho e Melo precisava de assustar o rei com provas de uma grande conspiração ao mais alto nível contra ele, e era isso que a devassa haveria de concluir.

De qualquer modo, ele não acreditava nem por um instante na tese do assalto, parecia-lhe demasiada coincidência. Ademais, nem o rei ficaria satisfeito com uma explicação tão simples para o ataque que o vitimara. O ministro não teria certamente a ingenuidade de aceitar tal desfecho para o grave insulto a Sua Majestade, e muito menos iria dizer a D. José que havia sido atacado por um grupo de salteadores sem importância.

Todos os domingos, Sebastião José de Carvalho e Melo voltava ao seu palácio em Oeiras, onde passava a manhã a receber empregados e fornecedores. Fazia as contas com eles e pagava-lhes escrupulosamente. No que tocava a dívidas, não havia mais sério do que ele. Era um momento tão solene quanto uma conferência de Estado. Sebastião José de Carvalho e Melo tratava com os mestres de obras, os almoxarifes e os feitores com a mesma cerimónia que recebia os dignitários no seu gabinete ministerial. Conferia com eles os negócios da casa e o andamento dos trabalhos.

No palácio e nos terrenos da propriedade trabalhavam centenas de pessoas, homens e mulheres que dependiam dele e do seu bom discernimento. Recebia-os à vez e gastava o tempo que fosse necessário para escutar os problemas que surgiam e que cada um lhe trazia. Era preocupado e tolerante, nunca levantava a voz, procurava ser equilibrado e justo com todos. Mas, tendo decidido, comunicava a sua resolução com palavras breves e terminantes que não admitiam contestação.

Ajudava a sua gente, pessoas bastante humildes a maior parte, que o viam como um protector e lhe estavam muito gratas.

Naquele domingo, depois de terminar as audiências, Sebastião José de Carvalho e Melo ficou a sós, contemplando pensativo pela janela do escritório a ordem geométrica dos buxos dos jardins muito verdes, rasgados pela ribeira da Laje, o curso de água que corria livremente e servia a quinta. O palácio, com 22 salas e uma larga capela projectada, não estava terminado, havia ainda muita obra a fazer, mas era uma extraordinária propriedade recebida de herança e que Sebastião José de Carvalho e Melo vinha melhorando com o concurso de dois irmãos, Francisco Xavier de Mendonça Furtado e Paulo de Carvalho e Mendonça.

A obra, supervisionada pelo arquitecto de sua confiança, Carlos Mardel, enchia-o de orgulho, com as suas vinhas, a adega, o alambique, o celeiro, as esculturas que embelezavam vivamente os jardins. Havia por esse vasto espaço verde dos jardins amplos terraços, majestosas escadarias,

magníficas cascatas e fontes rumorejantes.

Ali estava um exemplo de suma arquitectura, grande beleza e rigor financeiro, onde nada se desperdiçava, desde o engenhoso sistema de água que era aproveitada, até ao cultivo de vinhas e à produção de um rico vinho para comércio. Não obstante ter um palácio com a magnificência e a dignidade dos mais nobres dos nobres, a propriedade não se resignava a ser um sorvedouro de recursos.

O Outono adiantava-se e a paisagem amarelecida ganhara tons de folha caduca. Olhando pela janela o sol brilhante rompendo a manhã cinzenta e triste que começara chuvosa, o ministro conseguiu animar-se um pouco. Por esses dias era assaltado amiúde por pensamentos sombrios, contristado pelas duras medidas que em breve seria obrigado a tomar.

O lindo sol que batia na vidraça aqueceu-lhe a alma. Apesar do odioso que lhe caberia nos sacrifícios que seriam necessários, sentiu-se confiante. Abanou a cabeça. Eram tempos terríveis os que se viviam, pensou, mas todo o mal seria feito a bem do reino.

Sebastião José de Carvalho e Melo aproveitou aquele momento sozinho para despir o casaco e tirar a peruca. Mais à vontade, em mangas de camisa, de mãos atrás das costas, banhando-se todo no sol que sobrevinha ao aguaceiro, conformou-se com o terrível pesadelo que iria abater-se sobre os seus inimigos. Penalizava-o muito sacrificar tantas e tão nobres pessoas, mas não hesitaria nas decisões brutais que iria tomar.

Tinha uma moral muito elástica, ao ponto de se autoconvencer de que as suas vítimas é que eram culpadas das atrocidades que lhes infligia. E ele, coitado, também uma vítima que pagava o preço elevado das suas responsabilidades com o rei e com a nação. Que fazer? Se mandava matar, torturar ou deportar pessoas por lhes pressentir uma ameaça, não tinha gosto nenhum nisso, pelo contrário, sentia-se terrivelmente mal e até violentado por ser obrigado a fazê-lo. Quantas vezes pensara que seria muito mais feliz se largasse tudo e se libertasse das obrigações demasiado pesadas que lhe pendiam sobre os ombros?

Tinha estes bons pensamentos de homem singelo e sacrificado ao mesmo tempo que fazia planos para reforçar o poder. Porque o poder era inebriante e a verdade é que nascera para ser líder e não valia a pena contrariar o destino. Dessem-lhe meia dúzia de maltrapilhos e ele faria um exército. Pois bem, deram-lhe um simples lugar num governo arruinado e ele construiria uma nação rica e poderosa. Custasse o que custasse, deixasse para trás os cadáveres que deixasse, o país voltaria a levantar-se, qual império erguido das cinzas!

Já mandara executar insurrectos, já ordenara a prisão de inimigos, já deportara gente inconveniente, e nunca a voz lhe tremera nem o sono lhe faltara por arruinar vidas alheias. Desta vez, no entanto, propunha-se ir

muito mais longe.

O momento era propício. O rei andava aterrado e aceitaria atrocidades, conquanto lhe devolvessem a sensação de segurança que se evaporara quando lhe deram tiros na rua.

Sebastião José de Carvalho e Melo faria o que tivesse de fazer para triunfar. Preparava algo tão brutal e memorável que inibiria definitivamente pelo terror qualquer veleidade de revolta. Sempre queria ver quem é que se atreveria a contestá-lo, ou à sua política, depois dos terríveis sucessos que teriam lugar e abalariam todos sem excepção no reino de Portugal, e até deixariam de boca aberta quem por essa Europa fora deles ouvisse falar.

Enfim, carimbaria para sempre o seu cunho de estadista incontornável, porque o rei não mais poderia prescindir dos seus serviços. Doravante, dependeriam um do outro, pois não seria admissível a D. José desistir do seu ministro sem concordar que lhe permitira barbaridades, e essas responsabilizá-lo-iam igualmente. De resto, o ministro cuidava que toda e exclusiva responsabilidade recaísse sobre o rei. Ele cumpria ordens, como sempre, e em circunstância alguma seria possível acusá-lo de ter dado uma ordem que não fosse por vontade do rei.

Sebastião José de Carvalho e Melo vestiu o casaco, esticou as mangas, ajustou a peruca. Em seguida arrumou no armário os livros onde registava metodicamente o deve-haver da contabilidade da quinta. Preparou-se para descer. Em baixo, a sege já o esperava no pátio interior. Deu ainda um olhar de relance ao escritório para se certificar de que ficava tudo em perfeita ordem. Depois foi andando. Dezembro estava a entrar e ele queria concluir a devassa o quanto antes. Fidalgos distintos, jesuítas venerados, todos aqueles que o desprezavam e lhe queriam mal haveriam de ser presos e desonrados e de perder seus títulos e fortunas. De preferência, ainda antes do Natal.

— Não entrais em pânico com o que tenho para vos dizer e tudo se passará pelo melhor — disse o duque de Aveiro, e José Policarpo, assombrado, sentiu-se estremecer da cabeça aos pés. Manuel Álvares, ao lado dele, perdeu-se todo em suores e teve de fincar bem as botas no chão para suportar as pernas que fraquejaram.

Má escolha de palavras, pensou José Policarpo, sentindo o pânico só de as ouvir. Estavam no barracão nos jardins do palácio, conferenciando em segredo três meses depois de terem falado pela última vez sobre o assunto dos tiros ao rei.

— Tive conhecimento de um edital régio que será trazido a público ainda hoje — continuou o duque, fazendo uma pausa dramática que os enervou ainda mais. — El-Rei vai comunicar o insulto que lhe fizeram e uma conspiração para o matar.

— Mas não houve conspiração alguma! — disse José Policarpo.

— Isso agora não interessa — cortou o duque. — Importante é procedermos como sempre para não levantarmos suspeitas. De modo que vamos para Azeitão aos patos, como previsto. Não deixemos que nada nos perturbe e ninguém notará diferenças de ânimo em nós. É só isto.

Justamente, nessa manhã de 9 de Dezembro de 1758 o edital régio informou o povo do atentado contra D. José. Como não houvesse ideia de quem eram os perpetradores do crime de lesa-majestade, o rei prometia títulos e largas benesses a quem prestasse informações úteis à devassa.

«Os declarantes plebeus serão logo por mim criados nobres; sendo nobres, lhes mandarei passar alvarás de foros de moço fidalgo e de fidalgo cavalheiro, com as competentes moradias; sendo fidalgos dos sobreditos foros, lhes farei mercê dos títulos de visconde ou de conde, conforme a graduação em que se acharem; e sendo titulares, os acrescentarei aos outros títulos que imediatamente se seguirem aos que já tiverem.»

O duque de Aveiro, na sua sobranceria, confiava ingenuamente que não seria preso porque não havia forma de se saber, e menos ainda de provar, que ordenara o atentado. Porém, enganava-se se pensava que a falta de provas era impedimento para Sebastião José de Carvalho e Melo encher as prisões com os seus inimigos. E ele já tinha uma lista bem volumosa. Nela cabiam os verdadeiros suspeitos e todos os outros que queria eliminar. Quanto às provas, o ministro, com o seu poder quase ilimitado, encarregar-se-ia de as arrancar aos detidos ou, se necessário, de as fabricar conforme lhe fossem mais convenientes.

Na aurora de 13 de Dezembro de 1758, um nevoeiro tenebroso assombrava o palácio de Azeitão, residência de campo do duque de Aveiro.

José Policarpo, madrugando como era seu hábito, saiu à rua para começar o dia. Apreciava muito aquela hora. Respirava-se bem e tinha o mundo inteiro só para ele.

Abafou-se num casaco para se proteger do orvalho e foi sentar-se no parapeito de pedra, defronte da porta principal do palácio, a ouvir os pássaros que cantavam livremente. O parapeito onde se sentava era ladeado por duas majestosas escadas laterais. E nos seus largos degraus abancavam dez pretensiosas estátuas de mármore, numa ostentação de belas-artes em absoluto contraste com as fachadas conventuais da ala principal do palácio e das duas alas laterais. Estas fachadas austeras formavam um U, delimitando um jardim surpreendentemente desleixado que abrangia toda a área exterior da entrada.

Fazia tanto frio àquela hora que o jardim estava coberto de geada. Sentado no parapeito, em cima, José Policarpo abarcava o jardim cercado à frente por um gradeamento de ferro de cerca de 30 metros, com o portão ao centro. Havia meia dúzia de árvores nuas em largos canteiros de ervas daninhas, cobertos de branco pelo gelo da madrugada.

José Policarpo ficou ali uma boa meia hora, descontraído e contemplador, encantado com a chilreada alegre dos pássaros, que acordava o dia.

O céu tardava em clarear porque o nevoeiro tudo envolvia, espesso e sombrio. De súbito, José Policarpo pasmou ao vislumbrar o que se lhe afigurou ser uns espectros silenciosos que se moviam no lado de lá do gradeamento. Teve de olhar com mais atenção para melhor confirmar que eram efectivamente homens dissimulados que se esgueiravam por entre o algodão branco que pairava no ar.

Os primeiros soldados foram começando a surgir da impenetrável névoa que encobria o dia. Vinham agachados, cautelosos, aferrados à espingarda. Movimentavam-se lentamente como fantasmas de pele acinzentada, transidos de frio e olho muito aberto, como se estivessem assustados.

Mas quem se assustou realmente foi José Policarpo, que se arrepiou ao compreender o que estava a acontecer. Eles vinham, sorrateiros, prender as pessoas enquanto toda a gente dormia.

Desceu do parapeito e recuou abaixado até à porta do palácio. Entrou, subiu ao primeiro andar, saltando os degraus aos dois e dois, e foi bater com força à porta do quarto onde dormiam os amos.

— O que se passa, homem de Deus?! — acudiu D. José de Mascarenhas, sobressaltado.

— Os soldados vêm aí — disse José Policarpo, afogueado.

— Os soldados, quais soldados? — perguntou, estremunhado.

— Os soldados do rei! Estão lá fora, no portão.

— Valha-me Deus!

Dentro do quarto, ouviu-se a duquesa perguntar:

— O que foi?

— É a tropa que me vem prender — respondeu o duque, abarcando com as suas próprias palavras toda a gravidade da situação.

— Vêm prendê-lo? — disse a duquesa, sem perceber. — Que disparate é esse?

Mas o duque de Aveiro já corria para a sala, onde tinha deixado um par de pistolas em cima da lareira, que estivera a limpar na véspera ao serão. Empunhou-as e apontou-as à porta, uma em cada mão.

— Eles que venham — disse, cheio de jactância, todo ele muito ridículo, em camisa de dormir, a tremer tanto que, ao seu lado, José Policarpo, pasmado, pensou que não seria capaz de acertar num soldado a meio metro de distância.

— Estão carregadas, senhor? — perguntou, estupefacto.

O duque olhou para ele um momento, como se não tivesse percebido a pergunta. Depois, sem dizer palavra, largou as pistolas em cima da mesa ao lado do sofá e olhou em volta desorientado, até se fixar em duas magníficas espadas de aço fino cruzadas na parede ao fundo. Correu a apanhar uma.

A claridade rompera enfim pelas janelas quando ouviram um tropel de botas nas escadas. Os soldados irromperam na sala e os primeiros três, comandados por um oficial, apontaram-lhe espingardas. Pareciam enormes, bestiais.

O duque de Aveiro, ainda há pouco altaneiro e destemido, deixou cair a espada num susto e levantou as mãos acima da cabeça.

— Que me quereis?! — gritou.

O oficial avançou para ele com olhos frios. Era um homem alto e intimidante. O duque recuou dois passos, instintivamente.

— D. José de Mascarenhas, duque de Aveiro, estais preso, em nome do rei! — exclamou, talvez um pouquinho alto de mais, tendo em conta que o duque estava mesmo ali à sua frente.

— Prender-me, a mim? Porventura, sabeis quem sou eu? — protestou esganiçado.

— Perfeitamente — respondeu o oficial, insensível.

— Mas, prender-me porquê?

— Por conspiração e atentado contra a sagrada pessoa do senhor rei D. José — rugiu o oficial.

O duque escancarou os olhos, simulando uma imensa surpresa, e gaguejou a sua indignação.

— Isso... isso... isso é um absurdo! Um ultraje! Querem difamar-me!

— Levem-no.

Os soldados avançaram e agarraram-no pelos braços. O duque, mais pequeno, esperneava com os pés no ar.

— Esperai, por piedade. Deixai, ao menos, que me vista — suplicou.

O oficial, carrancudo, parecia ter gosto em humilhar. Afinal, era a sua glória, prender um fidalgo, um dos grandes! Não era todos os dias. Dir-se-ia até desejoso que o prisioneiro se debatesse, para lhe rachar a cabeça com a coronha da pistola que trazia enfiada no cinto.

No entanto, a duquesa entrou na sala em trajas de dormir e levou a mão à boca, abafando um grito de choque.

— E vós, senhora, também estais presa, em nome do rei — disse o oficial, voltando-se para ela.

A duquesa, profundamente perturbada, balbuciou incongruências, perdeu a cor da face, desabou no chão como um peso morto. O duque, histérico, implorou socorro.

José Policarpo, pálido, deu dois passos atrás. Percebendo que estavam perdidos, ponderou aproveitar o tumulto para se esgueirar discretamente por uma porta. Mas era impossível, havia soldados por todo o lado.

Em vez de reagir, dominou o pânico e encostou-se humildemente à parede, tentando passar despercebido e rezando que não lhe dessem importância. Em boa hora o fez, porque o palácio estava cercado e não teria hipóteses de fuga.

Com efeito, os soldados levaram presos os duques de Aveiro e o filho menino, D. Martinho de Mascarenhas, bem como os irmãos Manuel e António Álvares Ferreira.

Por algum motivo que José Policarpo não pôde entender, os soldados não se interessaram por ele. Evidentemente, não tinham ordem para o prender e deixaram-no em paz, mas era quase inverosímil que tivessem levado os irmãos Álvares Ferreira e se esquecessem dele.

Depois de os soldados se terem ido embora com os prisioneiros, os criados que sobreviveram à provação juntaram-se lá fora, incrédulos. Sentiam-se já órfãos dos amos, a comentar a desgraça que caíra sobre os seus senhores. José Policarpo, ainda alagado em suor e trespassado pelo medo, compreendeu que não podia ficar ali mais tempo, porque os outros seriam interrogados e provavelmente acabariam por o denunciar. Não sabia. Em todo o caso, decidiu que não ficaria à espera para descobrir.

Enquanto os criados debatiam o assunto, as mulheres chorosas e os homens chocados, José Policarpo aproveitou a distração. Foi às cavaliças, equipou um cavalo, montou e partiu em silêncio, com a certeza de que nunca mais poderia voltar.

Embrenhou-se pelos campos e, ao longe, no alto de uma colina parou para ver uma última vez o palácio. Na memória ficar-lhe-ia para sempre a imagem do amo, D. José de Mascarenhas, o fidalgo mais ativo do reino, subjugado pelos soldados, choramingando piedade sem dignidade.

O marquês de Távora, D. Francisco de Assis, que não imaginava as maquinações perniciosas do duque seu cunhado, fora preso na noite anterior. Quando do insulto ao rei, três meses antes, o marquês tinha-se apresentado no Paço assim que se inteirou dos tiros, a disponibilizar-se. Sebastião José de Carvalho e Melo, que o recebeu, achou-o dissimulado e respondeu-lhe na mesma moeda.

— Foi só um acidente sem importância, uma queda. Sua Majestade encontra-se bem — disse. — Mas farei chegar a El-Rei a preocupação de Vossa Senhoria.

— Agradecido. Fico mais descansado, então — disse o marquês. — E, por gentileza, transmitti a minha fidelidade a Sua Majestade.

— Podeis estar descansado, que assim farei.

— A minha espada está sempre ao seu serviço do senhor D. José.

— Nem outra coisa o rei esperaria de vós — disse Sebastião José de Carvalho e Melo.

O ministro desconsiderou mais a lealdade dos fidalgos que se apresentaram no Paço a jurar fidelidade ao rei, do que a dos que o não fizeram. Porque se a verdade dele, Sebastião José de Carvalho e Melo, sobre o incidente era que o rei sofrera uma queda — e só esta versão contava —, não justificava que os nobres viessem apresentar protestos de fidelidade.

De modo que o espírito tortuoso e desconfiado do ministro duvidou da sinceridade do marquês de Távora. Se bem que fosse uma conclusão arrojada, Sebastião José de Carvalho e Melo inferiu assim a traição de D. Francisco de Assis. E nem o facto incontestável de o marquês se achar no gabinete do ministro à hora em que davam tiros ao rei o dissuadiu, mais tarde, de fazer constar na acusação que ele participara na emboscada à sege que transportava D. José.

Na madrugada de 13 de Dezembro, tendo estado num baile inglês, ao regressar à sua casa do Rio Seco, D. Francisco de Assis ia a espreitar melancolicamente a rua pela janela da sege, a cabecear de sono, quando uma estranha observação o sobressaltou. O marquês endireitou-se logo no banco. Não podia ser, pensou, apercebendo-se de um movimento invulgar de tropas na rua.

O marquês de Távora, enquanto inspector-geral da Cavalaria, não compreendeu como é que as tropas que estavam sob o seu comando tinham saído sem o seu conhecimento. Com efeito, era impossível!

Espantado, indignado, perturbado, mandou o boleeiro tocar ao Paço para ir tirar satisfações.

Foi recebido por Sebastião José de Carvalho e Melo, que estava

acompanhado do secretário de Estado D. Luís da Cunha Manuel, não obstante a hora tardia.

O marquês de Távora entrou no gabinete a sufocar de raiva e perguntou de rajada o que se estava a passar. Porque tinham as tropas saído e, ainda por cima, sem o seu consentimento? Sebastião José de Carvalho e Melo deu-lhe uma resposta seca:

— As tropas saíram por minha ordem — disse. — Esta noite vamos prender todos os traidores que atentaram contra El-Rei.

— Há uma operação militar de grande dimensão e eu não sei de nada? Porventura sou também suspeito, para ter sido deixado na ignorância?

O ministro replicou-lhe com frieza:

— Senhor marquês de Távora, estais detido, em nome do rei.

O marquês arregalou os olhos.

— Como?!

— Por obséquio, entregai vossa espada e bastão ao senhor secretário de Estado.

O próprio Sebastião José de Carvalho e Melo dava-lhe voz de prisão. Era então assim que acabava a questão que o trazia inflexível perante o rei, por causa da relação imprópria de D. José com D. Teresa de Távora, sua irmã e esposa de seu filho, pensou o marquês. E era aquele ministro, que tanto mal queria aos grandes do reino, o verdugo que o rei aproveitava para fazer o trabalho sujo. Não, era de mais, inventarem-lhe uma traição para poderem esmagá-lo sem comprometer o rei.

Se o caso não fosse tão grave, o marquês poderia apreciar a genialidade de Sebastião José de Carvalho e Melo, que, evidentemente, fora quem concebera o enredo que tornava vítima o rei prevaricador e fazia do ofendido a pérfida figura que por todos devia ser odiada. Mas o marquês não estava em si e só conseguia ver a tremenda injustiça que lhe faziam.

Era uma situação desesperada aquela em que se encontrava, mas decidiu que, se não se vergara antes, não seria agora que o faria. Mal podendo conter a fúria que o avassalava, D. Francisco de Assis ergueu o queixo com muita dignidade e foi entregar as insígnias a D. Luís da Cunha Manuel, diante do olhar gelado de Sebastião José de Carvalho e Melo, impassível perante a desgraça do marquês de Távora. Depois, o ministro mandou a guarda conduzi-lo à prisão.

Levaram o marquês de Távora para o Pátio dos Bichos, no Palácio de Belém. Ao dar entrada na prisão, o grande general, homem de têmpera de aço e de convicções, sofreu um sério abalo ao encontrar ali os homens da sua família, que tinham sido igualmente presos. Só então tomou consciência da dimensão da tragédia e da tremenda responsabilidade que se abatera sobre os seus ombros. Agora, não tinha de se preocupar apenas com a sua honra e vida, mas temer por toda a família.

Abraçou os filhos, D. Luís Bernardo e o mais novo, o muito jovem José

Maria, quase uma criança, que se agarrou a ele lívido de medo; e os genros, o marquês de Alorna, D. João de Almeida Portugal, e o conde de Atouguia, D. Jerónimo de Ataíde.

— Estão todos bem? — quis saber.

À pergunta, responderam-lhe com muitas outras. Estavam confusos e em pânico. Não percebiam porque tinham sido presos, pois tinham sido todos trazidos à força e com pretextos vagos, sob a ameaça das armas, que fora argumento mais do que suficiente para se submeterem aos soldados que os tinham ido buscar a casa. Queriam, enfim, explicações que D. Francisco de Assis não conseguia dar, pelo menos aquelas que fizessem sentido na lógica do bom senso.

— Acalmem-se — pediu. E em seguida juntou-os no canto do cárcere mais afastado das grades para lhes falar em segredo. — Isto é tudo obra do Sebastião José — disse. — Foi ele mesmo quem me deu voz de prisão. Acusou-me de ter atentado contra a vida do rei.

— Mas é um absurdo! — disse o marquês de Alorna. — A nós acusaram-nos de participarmos numa conspiração contra o rei. Quer dizer que também atentámos contra D. José? Ninguém vai acreditar em semelhante mentira.

— Esse canalha quer acabar connosco por não ter o nosso apoio. Não me admira que se aproveite do atentado para nos acusar a todos — disse o conde de Atouguia, vermelho, a estourar de raiva.

D. Jerónimo de Ataíde era o mais inconformado deles. Habitualmente, ficava do lado de D. Leonor, sua sogra, nas conversas em família, quando ela zurzia no ministro. Indignavam-se por intrigar contra eles junto do rei e com a perseguição que Sebastião José de Carvalho e Melo movia aos jesuítas. Agora, o conde de Atouguia, que era comandante da guarda do palácio real, vendo-se detido pelos seus homens, espumava de fúria. Era um atentado à sua honra, uma humilhação.

— E o rei, será que vai colaborar com esta farsa? — questionou o marquês de Alorna.

D. Luís Bernardo, aterrorizado, pensou justamente que o rei já lhe roubara a mulher e tinha fortes motivos para não os proteger. Ele instigara muito o pai a seguir os conselhos da mãe para que não aceitasse as tréguas que D. José lhes propôs mais do que uma vez, mas agora tremia, prevendo as consequências.

— O rei? Esperas a ajuda do rei? — rosou com desprezo. — Acaso imaginas que o Sebastião José levantaria um dedo contra nós sem o acordo do rei?

Caiu um silêncio no cárcere. Voltaram-se todos para ele, assustados. Luís Bernardo tinha razão, o rei era conivente naquela infâmia, só podia ser.

— Não sabemos, não sabemos. É preciso ter calma e não desesperar — aconselhou D. Francisco de Assis, tentando tranquilizá-los, embora

concordasse com o filho. Definitivamente, do rei não podiam esperar nada de bom.

— Terão prendido mais alguém? — indagou novamente o marquês de Alorna, que parecia mais perplexo com o que lhes acontecia do que aterrorizado.

Ninguém sabia, mas em breve descobririam que Sebastião José de Carvalho e Melo ordenara a prisão de praticamente todos os Távara, incluindo mulheres e crianças, os seus criados e os amigos. Com efeito, a tropa andava a pescá-los a todos, ninguém escapava, nem mesmo os que viviam fora de Lisboa se encontravam a salvo. Ter o nome Távara como apelido, ou estar de alguma forma ligado à família, tornara-se um perigo, e o rei não mexia um dedo para impedir o seu ministro de os perseguir.

Justamente, D. José estava a par dos graves sucessos que se davam no reino. O movimento de tropas alarmou a população, mas o rei compreendeu o argumento de Sebastião José de Carvalho e Melo de que o atentado contra a sua pessoa tinha posto em causa a segurança do regime.

Não era o tempo de agir com punhos de renda, mas com mão de ferro, alegou o ministro. Era absolutamente necessário reagir com toda a força e, sobretudo, que ninguém ficasse impune pela sua posição ou condição social.

— Custa-nos muito, tudo isto, é uma desgraça, uma fatalidade. Mas que podemos fazer? Que tempos estes os que vivemos... — disse o rei, descoroçoado. — Tendes razão, Sebastião José, se cairmos, o reino todo desmorona-se. E isso não pode acontecer. Assim, faça-se o que tiver de ser feito. Todos os sacrifícios, o que for preciso — concordou, assustado com o rumo que as coisas tomariam se mostrasse fraqueza.

Doravante, não haveria imunidade para nobres, ministros ou religiosos. Ninguém estaria a salvo do braço da lei, se necessário fosse prender, torturar, desterrar. A traição e a sedição seriam esmagadas sem contemplações.

Por isso, com a anuência do rei, livre de constrangimentos, Sebastião José de Carvalho e Melo pôde finalmente atacar todos os inimigos.

Ao mesmo tempo que os fidalgos das famílias mais poderosas da alta nobreza eram presos, a tropa cercava as residências, os noviciados e os mais de 20 colégios dos jesuítas por todo o país. Sebastião José de Carvalho e Melo acusava a Companhia de Jesus de cumplicidade moral na tentativa de regicídio. Os jesuítas ficaram confinados às suas casas e proibidos de contactar com as pessoas seculares. O padre Malagrida e outros sete padres foram mesmo presos, embora o Estado português não pudesse agir contra os jesuítas sem uma dispensa papal. E ele sabia que não podia contar com o papa.

Por ironia, mais tarde nesse ano, Sebastião José de Carvalho e Melo usaria os bons ofícios do bispo coadjutor de Évora, D. João Cosme da Cunha, para atacar os jesuítas. O arcebispo era também um Távora, mas livrou-se do extermínio por ser um sabujo do ministro. E haveria de ter muitos e bons cargos patrocinados pelo mesmo ministro que lhe massacrara a família.

D. Teresa de Távora, a marquesa nova, permaneceu intocável, protegida pelo amor do seu rei, enquanto os seus eram perseguidos, aprisionados, humilhados. O próprio Sebastião José de Carvalho e Melo — por quem ela não tinha qualquer estima, senão receio — foi falar-lhe e aconselhou-a a refugiar-se durante aqueles tempos conturbados. D. Teresa, horrorizada com o que estavam a fazer às pessoas da sua família e aterrada

porque o rei nada fazia para travar o ministro, foi enclausurar-se no Mosteiro das Comendadeiras de São Tiago, em Santos.

Pior sorte teve a marquesa mãe, sua sogra, D. Leonor de Távora, feita prisioneira e levada à força para o Convento das Grilas. Ali haveria de permanecer sem se poder defender, ignorada pela justiça durante o julgamento, enquanto se fabricavam provas contra ela e os seus, não obstante ser considerada a cabeça da víbora e a principal instigadora do crime de lesa-majestade.

Não foi sequer ouvida pelo tribunal, mas a Sebastião José de Carvalho e Melo isso pouco importou. O que lhe interessava é que D. Leonor o desconsiderava — e ao rei — nos conciliábulos em casa dela, onde juntava os nobres e os padres jesuítas. E todos eles se opunham à sua política e falavam abertamente do que se poderia fazer para o desacreditar junto de El-Rei. E isso bastava-lhe para a condenar.

Preocupava-o também que a nobreza que o via com maus olhos, encabeçada pelos Távora — rancorosos por terem perdido muito dinheiro e títulos, que esperavam receber depois do regresso da Índia, e que não receberam por causa do *affaire* do rei com a marquesa nova —, quisesse influenciar o rei para casar sua filha, D. Maria, futura rainha de Portugal, com D. Pedro, irmão de D. José. Nem um nem outro lhe eram favoráveis, de modo que, se o casamento se consumasse, era vital para ele que não acontecesse sem antes anular a velha nobreza que se uniria em torno do novel casal.

A 9 de Dezembro de 1758, foi nomeada pelo rei D. José uma comissão de inquérito com plenos poderes para rodear o Código Penal nos direitos que normalmente protegiam os réus. No dia 15 começaram os interrogatórios no Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, na Quinta do Meio, onde passaria a reunir-se o tribunal da Junta da Inconfidência formado para julgar os acusados.

O duque de Aveiro foi trazido aos juízes. Eram nove, além do ministro Sebastião José de Carvalho e Melo e de dois secretários de Estado da sua total confiança: Luís da Cunha Manuel, que detinha a pasta dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, e Tomé Corte Real, que ocupava a pasta da Marinha. Mas os três membros do governo estavam ali como observadores, sem poderem votar as deliberações dos juízes, nem tão-pouco intervir de alguma forma no processo.

D. José de Mascarenhas apresentou-se perante a mesa de graves juízes de costas muito direitas, olhar altivo, cheio de sobranceira para esconder os nervos que o atormentavam. A sala despida de mobília era muito larga e toda em pedra fria. Quando os soldados o trouxeram, deixaram-no de pé em frente de uma humilde cadeira, virado para a imponente mesa dos juízes. Estes olharam-no em silêncio, com uma expressão carregada, de evidente reprovação.

O juiz relator Pedro Gonçalves Cordeiro deu início à sessão com uma pergunta simples que, todavia, era despojada da honraria de tão nobre pessoa ali presente.

— Como vos chamais e donde sois natural?

O duque de Aveiro arregalou o olho e logo, muito sanguíneo, ergueu a voz num protesto indignado.

— Esse não é o tratamento que me deveis dar!

O juiz levantou os olhos dos papéis, recuou a cabeça e espreitou por cima das lunetas equilibradas na ponta do nariz, perplexo com o acesso de ira do réu.

O duque, empertigado, prosseguiu livremente a sua fúria:

— Sou o duque de Aveiro e vós não deveis dirigir-vos a mim de forma diferente àquela que Sua Majestade me honrou.

Um silêncio pesado caiu na sala. No canto da mesa comprida, ao lado do colectivo, Sebastião José de Carvalho e Melo deteve-se um momento a avaliar a reacção titubeante do juiz relator. Pois bem, pensou, era uma oportunidade para mostrar a todos — juízes incluídos — quem verdadeiramente mandava ali.

Uma palmada tremenda na mesa reverberou nas paredes nuas da sala expectante.

— Calai-vos imediatamente! — rouquejou o ministro. — Vós já não sois duque, nem conde, nem marquês. Sois apenas um patife,

desavergonhado e traidor! E respondi logo ou mando-vos fazer em quartos!

D. José de Mascarenhas, como de resto todos os restantes, ficou perturbado com a violência do ministro e, perante tal explosão, encolheu-se lívido e pequenino, e respondeu sem mais delongas a tudo o que lhe perguntaram.

Cumpridas as formalidades processuais, vieram as perguntas comprometedoras, despejadas com toda a severidade sobre o pobre duque intimidado com as ameaças do ministro. Ameaças que decerto não eram vãs, porque o duque nunca o vira levantar a voz a ninguém, e, se o fazia agora, era em nome do rei.

D. José de Mascarenhas sentiu-se desvalido com tamanha demonstração de poder que o espezinhava sem piedade. Os juízes que não o poupavam, o ministro que lhe prometia tormentos, aquele ambiente pesado e marcial com os soldados guardando a porta fechada atrás de si, deixavam-no miseravelmente à mercê da lei e da ordem que se erguia com toda a sua força contra ele.

Mas não confessou, não admitiu uma única acusação, pois estava ciente de que, se reconhecesse nem que fosse uma vaga palavra de apoio à conspiração contra o rei, não teria salvação. Não, não tivera nada a ver com o desacato e era um absurdo acusarem-no de ter participado na emboscada. De resto, a essa hora estava em sua casa, onde dava um baile, como poderia ser atestado pelas dezenas de convidados que recebeu.

No entanto, se conseguiu que o dispensassem sem se comprometer, não demorou muito que o levassem à câmara de tortura, que foi necessário improvisar pelo Tribunal da Inconfidência numa sala onde colocaram um potro e os instrumentos trazidos pelo cirurgião do Santo Ofício, dado que a tortura já só vigorava no tribunal da Inquisição. Se já estava estabelecido que aquele não seria um julgamento normal, justo e imparcial, a negação da defesa aos réus tornou-se evidente desde o início, quando se lhes retiraram todos os direitos com o pressuposto de que eram culpados à partida e os torturaram com tamanha violência que confessaram qualquer coisa só para acabarem com os tormentos.

Justamente, vendo-se atado ao cavalo de madeira, o duque de Aveiro ficou sem pinga de sangue e, antes que lhe aplicassem tormentos, berrou logo que contava tudo. E efectivamente contou. Confessou a sua culpa, entregou os cúmplices e acusou todos os inocentes de que se lembrou, esperançado numa vaga promessa de que assim escaparia à pena de morte.

Os culpados, disse, eram os jesuítas, que tinham sido os incitadores do atentado ao rei. Os seus cunhados Távora tinham sido cúmplices dos padres. Mas o marquês de Angeja, marido de sua irmã, e muitos outros nobres que enumerou sem escrúpulo, também estavam metidos na conspiração. Todos eles tinham agido com o patrocínio de D. Pedro, irmão

do rei. Quanto aos Távora, o que os motivara fora lavar a honra, que D. Teresa comprometera por ser amante de D. José, e ainda abater o sargento-mor, Pedro Teixeira, que servia de intermediário nesse romance pernicioso que envergonhava toda a família.

Este chorrilho de falsas denúncias que jorrou da boca do duque comprometeu os irmãos de sua mulher — dois deles comandavam regimentos em Chaves e em Elvas e estavam tão longe daquele drama que nem souberam porque foram presos — e o seu concunhado, o conde da Ribeira Grande, e outros fidalgos inocentes. Na sua abjecta cobardia, o duque adquiriu a convicção de que, entregando os outros, se salvava a si.

A confissão de D. José de Mascarenhas era realmente útil a Sebastião José de Carvalho e Melo, mas, de tão excessiva, tornou-se embaraçosa, porque, evidentemente, não se podia elaborar uma acusação no pressuposto de que os traidores pretendiam vingar-se de um adultério do rei, ou de que o próprio irmão de D. José suportava um golpe de Estado.

Mas como o processo se mantinha secreto e o ministro assumia ferreamente o controlo, era-lhe possível condicionar as declarações do duque, de modo a conseguir uma acusação a contento da Coroa. Sebastião José de Carvalho e Melo foi-se reunindo discretamente com o desembargador Pedro Gonçalves Cordeiro e com outros juizes da sua confiança — como o velho desembargador João Pacheco Pereira, que ele enviara ao Porto para acabar com a Revolta dos Taberneiros — para os instruir da atitude mais conveniente, face a tão graves declarações. Era muito simples, aceitava-se as denúncias que o bom senso tinha como verdadeiras e rejeitava-se aquelas a que não se podia dar credibilidade.

Sebastião José de Carvalho e Melo já banira os jesuítas da Corte, mas agora pretendia expulsá-los do reino. A Companhia de Jesus tinha causado graves prejuízos ao opor-se ao tratado entre Portugal e Espanha, que estabelecera a troca de territórios na América do Sul. Tinha resistido e promovido a revolta das populações. Por isso, e por causa da influência dos jesuítas, o ministro entendia que não havia lugar para eles em Portugal. Precisava de os derrotar, e era agora ou nunca!

Numa das muitas conversas que teve com o secretário de Estado Luís da Cunha Manuel por esses dias em que, pretextando o bem do rei e da nação, se empenhavam em condicionar o julgamento, Sebastião José de Carvalho e Melo voltou à questão dos jesuítas. Estava obcecado em aniquilá-los.

Tinham ido apanhar ar em frente ao Tribunal da Inconfidência.

— Os jesuítas só compreendem o poder e a riqueza — disse, com um gesto largo — e fazem tudo para capturar as almas que não dão lugar à razão e se atolam na religião e no misticismo. E aquele que controla a alma

controla o mundo.

Luís da Cunha Manuel assentiu lentamente com a cabeça, reflectindo nas palavras do ministro.

— São diabólicos — disse.

— Sem dúvida, e querem-nos derrubar a qualquer custo. Porque sabem que não deixaremos que se perpetuem como um Estado dentro do Estado.

— São eles ou nós — concluiu o outro.

— Justamente. Por conseguinte, é vital que este julgamento seja também o julgamento da Companhia de Jesus. Entendeis isto, não entendeis?

— Perfeitamente.

— Os jesuítas têm muitas simpatias na alta nobreza, mas os Távora são os seus maiores defensores. A marquesa D. Leonor confessa-se ao padre Malagrida, sustenta-o, bebe as suas ideias loucas contra a Coroa, incentiva a família e os outros nobres a insurgirem-se contra o rei. Não perdoa a questão da nora com D. José e guarda rancor porque nunca será duquesa...

Fez uma longa pausa. A sua expressão era a de um homem consternado.

— É por isso que não podemos salvar os Távora — disse, finalmente.

Luís da Cunha Manuel abanou a cabeça, compungido.

— É uma tragédia.

Sebastião José de Carvalho e Melo interrompeu o passo, deu meia volta, olhou pensativo o palácio onde se fazia o julgamento do século.

— Sim — disse —, tudo isto é uma tragédia, uma tragédia que não podemos evitar.

Foram dias de terror no Palácio da Inconfidência. Os réus foram todos torturados e somente três não confessaram o que se pretendia que confessassem. Ao marquês de Távora pai, D. Francisco de Assis, ao seu filho mais novo, D. José Maria de Távora, e a João Miguel, criado do duque de Aveiro, nem o extremo sofrimento os persuadiu a admitirem que tinham participado no desacato contra o rei.

Mas foi o duque de Aveiro quem produziu mais danos, porque à medida que ia sendo interrogado — quase sempre pelo próprio Sebastião José de Carvalho e Melo — ia acrescentando mais nomes de nobres que, dizia, participavam em reuniões secretas onde se falava em matar o rei. Em consequência, esses mesmos nobres iam sendo presos, sem sequer se investigar se as denúncias do duque eram, de facto, verdadeiras.

No entanto, D. José de Mascarenhas teve um rebate de consciência muito inconveniente e que veio atrapalhar o processo. No silêncio da sua cela, sentado na palha que lhe servia de cama, o duque abarcou a enormidade do crime que cometera ao acusar tantas pessoas de bem, familiares, amigos, até criados, e nesse momento vieram-lhe as lágrimas aos olhos. Aflito, compreendeu que os mandava a todos para a morte e, consequentemente, se condenava ele próprio ao Inferno. O duque ergueu-se da palha e começou a andar às voltas na cela, agitado, coçando a cabeça vigorosamente, despenteando-se e soltando gemidos de animal ferido, já profundamente arrependido.

Quando os guardas o foram buscar para mais um interrogatório, encontraram-no encolhido no chão contra a parede, com a cabeça escondida entre os braços. E quando lhe ordenaram que se levantasse ele ergueu a cabeça e fitou-os com olhos esgazeados, muito vermelhos. Os guardas pensaram que enlouquecera, mas a verdade é que estava mais lúcido do que nunca e sabia exactamente o que devia fazer.

Dessa vez, estavam sentados à grande mesa Sebastião José de Carvalho e Melo, o juiz relator, Pedro Gonçalves Cordeiro, o desembargador escrivão, José de Oliveira Machado, e os dois secretários de Estado, Luís da Cunha Manuel e Tomé Corte Real. Os soldados deixaram o duque de Aveiro na cadeira do réu, mas ele não só não se sentou, como encarou os juízes com um olhar desafiador.

O ministro pressentiu naquela atitude provocadora um problema, ou um obstáculo a remover, como preferia entender as dificuldades. O duque estava um farrapo, mas parecia ter recuperado alguma da sua altivez.

— Com a licença de Vossas Excelências, gostaria de fazer uma declaração — afirmou.

Os juízes, espantados, entreolharam-se. Não queriam permitir-lhe que tomasse iniciativas para que não ganhasse confiança, mas a audácia do réu atiçou-lhes a curiosidade. Que tinha ele a declarar?

— Quero aqui declarar perante vós que tudo quanto confessei a respeito dos fidalgos e dos padres da Companhia é falso. Nada do que disse é verdadeiro. A única verdade é que apontei culpas a toda essa gente inocente porque fui induzido no erro de que a minha pena seria mais leve se os acusasse. Mas quero retractar-me, para descargo da minha consciência e para que não sejam condenadas pessoas que não têm culpa de coisa alguma. Como tal, peço que a minha declaração seja escrita nos autos e que seja levada em conta, por tão importante no apuramento da verdade.

Um grande silêncio envolveu a sala. Depois, o juiz relator, todo encavacado, resmungou que aquilo era muito irregular e pediu um momento para conferenciarem. No seu canto da mesa, Sebastião José de Carvalho e Melo debruçou-se na cadeira e segredou ao ouvido do secretário de Estado Luís da Cunha Manuel. Este assentiu, fez um sinal discreto ao juiz e, levantando-se ambos, afastaram-se da mesa e foram ter um particular ao fundo da sala.

— Que fazemos? — perguntou o juiz, atarantado. — Temos de considerar o que ele diz.

— Pelo contrário — respondeu calmamente Luís da Cunha Manuel. — O que ele pretende é lançar a confusão para boicotar o processo. Mande dar-lhe tratos e verá que entra na linha.

Contrariado, o juiz seguiu a recomendação do secretário de Estado, porque as recomendações que vinham da parte de Sebastião José de Carvalho e Melo eram, na realidade, ordens. Mas debalde o torturaram, porque D. José de Mascarenhas convenceu-se de que recebera um sinal de Deus e, como tinha mais medo do castigo divino do que dos tormentos dos homens, manteve-se inflexível no seu sofrimento.

Para resolver de vez a questão, Sebastião José de Carvalho e Melo afirmou que, na sua interpretação do direito, quando um réu fazia duas declarações contrárias sobre a mesma matéria, só a primeira devia ser levada em consideração. O juiz relator pasmou e pensou com uma irritação: *O que dirias então dos réus que negaram tudo e, depois de torturados, confessaram o contrário?* Mas não contraditou a brilhante interpretação da lei do ministro.

Passados alguns dias, D. José de Mascarenhas foi levado novamente para depor. O desembargador Pedro Gonçalves Cordeiro chegou uns minutos depois da hora marcada e pasmou ao ver que Sebastião José de Carvalho e Melo já estava a interrogar o réu, sem ter esperado por ele. *Não, mas é de mais*, pensou, supinamente irritado!

— Vossa Excelência vai-me desculpar, mas este réu não lhe pertence. Pertence-me a mim — disse o juiz, tomando o seu lugar.

O réu, porém, insistiu na inocência do marquês de Távora, da sua mulher, Leonor de Távora, dos seus dois filhos e do conde de Atouguia, seu genro.

O juiz, que nesse dia não estava para brincadeiras, mandou-o de volta à tortura.

— Para que não venha para aqui mentir — disse.

Dessa vez, bateram-lhe na cabeça, uma pancada tão violenta na testa que chegou a perder os sentidos e pensou que morria antes da sentença.

D. José de Mascarenhas tornou-se tão inconveniente com os seus desmentidos que desistiram de o interrogar. Em todo o caso, não voltou atrás com a palavra e continuou a queixar-se de não lhe aceitarem a declaração, em todas as oportunidades que teve.

O incidente ficou sanado. A retractação do duque de Aveiro foi recusada e não se escreveu nos autos. Contudo, D. José de Mascarenhas não se conformou e, já depois de ter ouvido a sentença, conseguiu que o capitão que chefiava a guarda dos presos levasse o juiz Pedro Gonçalves Cordeiro à sua cela. O desembargador ouviu em privado mas, quando saiu, Sebastião José de Carvalho e Melo esperava-o à porta.

— O que queria ele? — perguntou.

O juiz encolheu os ombros.

— Queria desdizer-se mais uma vez — explicou. — Disse-lhe que já era tarde para isso.

— Isso é que é um maroto — comentou o ministro, desconcertado com a persistência do duque.

Salvador José Durão andava a deambular pelas ruas poeirentas da Baixa depois do serviço. Trabalhava para um senhor pouco abastado que o tinha como criado porque sua mulher ficara inutilizada desde o terramoto. O patrão tinha de trabalhar e a mulher, paralítica e desvalida, ficava sozinha em casa. De modo que o jovem Salvador José Durão ocupava-se do trabalho que ela fazia antes e ainda a ajudava no que necessitasse.

Ele completara recentemente os 19 anos e, de buço no lábio, já sonhava casar com a sua Mariana Teresa. Mas não tinha um tostão guardado e do pouco que ganhava, depois de pagar o quarto onde dormia, quase nada lhe sobrava. Era órfão de pai e mãe e a pouca instrução que tivera, obtivera-a de um velho padre que o ensinara a ler e da experiência de rua, onde aprendera à sua custa os expedientes da sobrevivência.

Jovem pobre e enxovalhado, usando a mesma roupa eterna, a camisa branca manchada de nódoas, as calças de sarja bege e bainhas esfiapadas, o casaco castanho de lã grossa, os sapatos estafados de solas esburacadas, Salvador José Durão costumava calcorrear as ruas, ir até ao Rossio tentar a sua sorte.

Da Baixa que ardera toda de uma vez sobrava um incomensurável buraco negro à noite, sinistro e perigoso, que ninguém ousava atravessar. À noite a cidade era dos bandidos, dos desertores, da pistola e do ferro, mas aquele descampado escuro pontuado de ruínas e obras permanecia vazio. Já durante o dia era um grande estaleiro que se enchia de trabalhadores, arquitectos e engenheiros que demoliam as ruínas, desimpediam a zona de destroços, aplanavam o terreno para a reconstrução.

Enquanto a Europa chocada filosofava em acalorados debates as causas do terramoto que destruíra Lisboa e se fizera sentir até no Norte de África, Sebastião José de Carvalho e Melo, pragmático, tinha pressa em reedificar a cidade. O ministro estava mais preocupado em ser prático e eficiente do que em conceber edifícios de arquitectura rebuscada e com grandes efeitos artísticos. Por isso, descartou os arquitectos estrangeiros e entregou a reconstrução aos engenheiros militares portugueses. Conceberam-se seis projectos muito meticulosos, o ministro aprovou o quinto, de Carlos Mardel e Eugénio dos Santos.

Como D. José renunciou à reconstrução do palácio real junto ao Terreiro do Paço, porque se recusava a habitar entre paredes de pedra, Sebastião José de Carvalho e Melo, na sua subtileza fina, aproveitou mais essa fraqueza do rei. Assim, deu prioridade a uma cidade voltada para os negócios e para a modernidade e sublimou a realeza só com uma magnífica estátua de D. José a cavalo, que se haveria de inaugurar na Praça do Comércio. Essa nova praça, com três lados idênticos, pertenceria ao governo, à alfândega, ao comércio, às mercadorias. O ministro, empenhado no desenvolvimento económico, desprezava os empecilhos artísticos e

impunha os aspectos simples e práticos dos novos edifícios.

A reconstrução da Baixa seguiria as indicações padronizadas dos prédios iguais de quatro andares em largo arruamento quadriculado. Os proprietários anteriores seriam indenizados e os novos receberiam empréstimos e teriam cinco anos para construir os edifícios segundo as regras aprovadas.

O financiamento da reconstrução dos edifícios públicos seria assegurado com um aumento das tarifas alfandegárias e uma ajuda extraordinária imposta ao Brasil. Sebastião José de Carvalho e Melo planeava esmagar os seus opositores mais poderosos e usar os despojos dessa sangrenta quezília para financiar as novas indústrias de têxteis, de cerâmica, e a fábrica da seda. O ministro já fazia contas aos bens de duas das famílias mais ricas de Portugal, os Távora e os Aveiro, que iria confiscar, tal como faria com as inesgotáveis propriedades dos jesuítas.

O jovem Salvador José Durão, rapaz desenrascado e de muita lábia, lá ia ao Rossio ver se arranjava um biscate nas obras, a transportar lenha ou a ajudar alguma devota com um saco pesado.

Não costumava meter-se em problemas, mas ocasionalmente aproveitava as confusões na rua para surripiar um relógio, umas moedas, o que estivesse ao seu alcance nos bolsos desguardados dos incautos. Era hábil de mãos e demasiado pobre para se deter com escrúpulos.

Vendo um ajuntamento de pessoas na praça, Salvador José Durão aproximou-se da multidão que se acotovelava à frente de uma placa de madeira onde se colocavam editais para informar a população. Ia com a vaga ideia de roubar alguém, mas percebeu que as pessoas estavam tão agitadas com a notícia que liam que foi vencido pela curiosidade. Furou até à frente e deu consigo a ler a notícia de que tinham dado tiros ao rei. Era então verdade o que se comentava abertamente nas ruas, nos botequins, em casa. Muitos meses depois, ainda se falava do suposto atentado. Pois agora o rei confirmava-o e oferecia grandes recompensas a quem desse informações sobre os responsáveis pela *infame conjuração*.

Salvador José Durão afastou-se a matutar nas recompensas. Humilde como tal, não alcançava para si uma riqueza de palácios com centenas de criados e seges de luxo puxadas por belos e imponentes cavalos. Mas concebia uma casita modesta e algumas moedas que lhe permitissem casar com Mariana Teresa. Não queria mais da vida.

Uns dias passaram e espalhou-se a notícia de que a guarda andava a fazer detenções e que os presos eram gente fidalga da mais alta categoria. Não tardou a saber-se que tinham levado os Távora e o duque de Aveiro para o Pátio dos Bichos, em Belém. Eram famílias de grande reputação e não havia em Lisboa quem não as conhecesse de nome, ou até de vista.

Justamente, Salvador José Durão andava sempre na rua quando não estava a trabalhar e ficou logo a par das prisões. Tinha andado a ajudar um

carniceiro a distribuir pelos talhos a carne que o homem vendia depois de matar as reses e já ouvira alguns comentários aqui e ali. Mas foi mais tarde, quando se permitiu um copo de vinho num botequim para os lados do Chiado, que ficou a saber tudo o que se sabia — ou que se dava como certo — sobre a prisão de alguns dos mais nobres e de suas famílias.

Estava sozinho numa mesa central a ouvir as conversas, que eram todas sobre o mesmo tenebroso assunto, e a coscuvilhar com este e aquele das mesas à volta, enquanto calculava como lhe podia aproveitar a tragédia dos nobres. O caso chocou-o mais profundamente por lhe tocar de perto, ou pelo menos indirectamente. Ocorreu-lhe logo que a sua Mariana Teresa trabalhava como criada de quarto da senhora duquesa de Aveiro e recebeu pelo seu emprego. Mas, passado o choque, que foi coisa de curta dura, o jovem astuto desligou-se das conversas alheias, que já descambavam para a inveja e para a maldade, e começou a ponderar as suas possibilidades.

Sempre com a promessa de recompensas oferecidas por El-Rei em mente, o criado indigente de um patrão remediado avaliou que, provavelmente, não haveria no reino testemunha mais oportuna do que ele próprio. Não vira nem sabia absolutamente nada em primeira mão do crime de lesa-majestade, mas isso não o atrapalhou. O que lhe interessava, e entusiasmava, era a sua ligação à criada da duquesa de Aveiro.

Ainda sem se decidir a fazer a proveitosa denúncia, debatendo-se com o medo das consequências, Salvador José Durão foi no entanto construindo a sua história, que pretendia convincente e cheia de particularidades que lhe dessem consistência. Com efeito, cismando nas minúcias do relato, que foi entretecendo até imaginar um episódio espantoso, Salvador José Durão foi-se entusiasmando e ganhando confiança no seu projecto.

Não desejava mal aos nobres nem pensou que fosse prejudicá-los mais, porque eles já estavam presos e era certo que tinham tentado matar Sua Majestade. Só queria abocanhar o seu bocado daquele extraordinário caso.

O praça de sentinela ao portão do Palácio da Inconfidência foi informar o capitão de cavalos do regimento de Aveiro, que comandava a guarda dos presos, que se achava lá fora um rapaz muito persistente.

— E que quer esse fedelho?

— Diz que tem informação importante sobre o caso que se trata aqui.

— Manda-o entrar, então.

O jovem pobre e deslavado que disse chamar-se Salvador José Durão apresentou-se no Tribunal da Inconfidência para fazer uma denúncia. Era o dia 15 de Dezembro de 1758, mais de três meses depois do atentado ao rei. O tribunal não tinha nada para acusar os suspeitos. Nem uma prova, nem uma testemunha que colocasse os acusados no local do crime à hora em que dispararam sobre a sege de Sua Majestade. O tribunal não tinha coisa alguma para sustentar aquilo de que acusava as melhores famílias do reino, senão confissões arrancadas pela tortura a quase todos os suspeitos. Estes, naturalmente, teriam confessado fosse o que fosse para parar o tormento. Mas, inesperadamente, entrou pela porta da frente um jovem que declarou sob juramento ter presenciado um encontro e escutado uma conversa entre os conjurados, na noite de 3 de Setembro, pouco depois do insulto ao rei.

O escrivão que tomou o seu depoimento, um desembargador severo, de bochechas gordas, envergando de negro, perguntou-lhe onde aconteceu esse encontro furtivo.

— Nos jardins em frente à casa do senhor duque — respondeu.

— Qual duque? — perguntou o escrivão, enfadado.

— O senhor duque de Aveiro.

— Que horas eram?

— Duas horas depois da meia-noite.

— E o que fazias tu, meu rapaz, àquela hora nos jardins do duque de Aveiro?

— Ia falar a uma rapariga que é criada da senhora duquesa.

— E porque ias falar a essa rapariga a hora tão tardia?

O rapaz explicou-se, ia encontrar-se com essa rapariga às escondidas, porque ninguém sabia que namoravam. Ela dissera-lhe mais cedo que lhe falaria pela janela do jardim do lado das terras.

— Íamos falar do nosso casamento — disse, com um sorriso envergonhado.

O escrivão, circunspecto, espreitou-o por cima das lunetas, como a avaliar se ele dizia a verdade.

— Dizes então que surpreendeste um encontro...

— Sim, senhor.

— Quem estava nesse encontro?

Estavam o senhor duque de Aveiro e o senhor D. José Maria de Távora.

Logo depois, tinha visto chegar outros dois embuçados que não pudera reconhecer.

— Onde estavas tu, meu rapaz, para veres isso tudo e não seres visto?

— Estava escondido debaixo de uma ponte que há ali defronte.

— Ainda assim, viste-os bem?

Salvador José Durão meneou a cabeça, hesitante, querendo dizer que nem por isso.

O escrivão pousou a pena, retirou as lunetas com as duas mãos, pousou-as com delicadeza na secretária, encarou gravemente a testemunha.

— Olha, rapaz, estás a brincar comigo?

— Não, senhor. Reconheci o senhor duque pela voz — disse ele muito depressa. — E o outro senhor pareceu-me ser o senhor D. José Maria de Távora.

O escrivão perscrutou-o ainda um momento, de olho quase cerrado, lábios franzidos, ar de censura. Depois suspirou, voltou a pôr as lunetas, pegou na pena, molhou o bico no tinteiro, perguntou:

— O que disseram eles?

— O senhor duque vinha muito irritado, porque bateu três vezes com uma pistola que trazia contra uma pedra e disse «Valham-te os diabos, que quando preciso de ti não me serves para nada!».

Depois tinham chegado os tais dois embuçados e um, que usava calções brancos, dissera ao senhor duque «Que fizemos, que El-Rei parece que morreu?». E o senhor duque respondera «Não importa, se não morreu, morrerá». E o segundo embuçado acrescentara «O ponto é ele sair».

O escrivão apontou diligentemente no papel tudo o que Salvador José Durão contou e em seguida mandou prendê-lo.

— Hoje dormes cá — afirmou. — Amanhã veremos se te lembras de mais alguma coisa, ou se estás a mentir.

O jovem foi levado em pânico por um guarda, a gritar que não mentia, que era tudo verdade, estivera lá e ouvira-os falar.

A noite passou lenta, muda, aterradora. Numa cela fria de pedra, onde só queimava uma lanterna de azeite, até as sombras bruxuleantes dessa frágil luz de presença assustavam o jovem arrependido. O que fora fazer? No que se fora meter? Sentado numas palhas, encostado à humidade da parede rugosa, de pernas encolhidas e abraçando os joelhos, Salvador José Durão viu que aquilo era coisa grande de mais para ele. Percebeu que se intrometera em negócios obscuros que não entendia. Na sua ingenuidade, imaginara tudo muito simples, que era só vir dizer o que tinha a dizer e mandavam-no embora com a recompensa. Mas ali estava ele preso numa caverna sinistra, abandonado à sua sorte, supondo o pior.

O melhor seria desdizer-se, reconhecer que inventara um falso testemunho na ganância do prémio. Talvez o libertassem com uma

repreensão, quem sabia se lhe dariam chibatadas, mas qualquer delas era preferível à prisão. Estremeceu com um soluço, quase rompeu a chorar.

Mas que estava ele a pensar? Acaso acreditava que o deixariam em paz se admitisse que viera mentir à lei, enganá-los para lhes sacar dinheiro? Mais depressa o faziam em quartos, chicoteavam-no na praça pública, queimavam-no vivo na fogueira. Não, era impossível, não podia voltar atrás, só lhe restava ser corajoso e sustentar a fantasia que lhes viera vender.

Terminou por adormecer, vencido pelo cansaço uma hora antes da alvorada. Mas ainda mal batiam as sete quando um guarda o foi buscar à cela com maus modos de carcereiro. Como Salvador José Durão não o ouviu entrar, o homem acordou-o como se acordasse um cão: a pontapé. Mandou-o levantar-se e seguiu-o.

Levou-o à presença do escrivão, que o aguardava sentado à mesma secretária perfeitamente ordenada com o papel, a pena, o tinteiro, à espera de mais revelações para escrever. Deu-lhe uma ordem seca:

— Senta-te.

Salvador José Durão sentou-se, muito pálido, de cabeça baixa, a esfregar as mãos no colo. O escrivão nem olhou para ele, ignorou-o, ocupado a limpar as lunetas com um lencinho, com vagar, meticulosamente. Vestia o mesmo traje fúnebre e usava uma peruca branca. E não parecia mais simpático do que na véspera. Acabou o que estava a fazer, ergueu as lunetas acima da cabeça, observou-as à contraluz com olhos míopes para confirmar que as limpara bem. Muito vermelho, como se fosse estourar, enxugou o suor do rosto com o lencinho e guardou-o no bolso antes de pôr as lunetas, preparando-se para escrever.

— Onde íamos nós? — interrogou-se, dando uma vista de olhos aos papéis. Mas, de súbito, ocorrendo-lhe um pensamento, voltou a tirar as lunetas, e perguntou: — Porque demoraste estes meses todos para vires denunciar um sucesso tão grave? Decerto apercebes-te que é muito sério o que contaste ontem, não é verdade?

— Sim, senhor.

— Então, se sabias que esses senhores de que falaste eram responsáveis por um crime de lesa-majestade, não te ocorreu denunciá-los imediatamente?

O rapaz torceu-se na cadeira.

— Pois, é que tive receio, sabe, eram senhores muito poderosos e meteu-me medo denunciá-los.

— E agora, já não te metem medo?

— Agora, estão presos. Eu aconselhei-me com um amigo, o Bernardo Afonseca, que é um senhor mais velho que trabalha nas mercearias de Belém, e ele disse-me que era minha obrigação fazer a denúncia. Por isso, vim cá dizer tudo.

O juiz Pedro Gonçalves Cordeiro visitou o ministro Sebastião José de Carvalho e Melo em sua casa para o informar dos novos desenvolvimentos. A denúncia do jovem Salvador José Durão parecia-lhe um tanto ou quanto trapalhona e não seria talvez prudente levá-la em conta.

O ministro teve opinião contrária. Pois sim, seria uma história um pouco forçada, mas não deixava de ser possível. Era preciso ouvir o que tinha a dizer a rapariga.

— Essa criada da duquesa de Aveiro, que ele diz ser sua namorada, temos de a interrogar, a ver se confirma o que ele conta.

— Já a mandámos buscar — disse o desembargador. — Está presa em Belém.

Sebastião José de Carvalho e Melo percebeu imediatamente que o denunciante era um embusteiro. O rapaz dissera que reconhecera o duque de Aveiro pela voz, que, evidentemente, nunca ouvira; e que, pelo aspecto, o outro era o jovem José Maria de Távora, que ele vira de longe, à noite, escondido com medo debaixo de uma ponte. Patranhas, pensou. Mas, por outro lado, se ele fosse realmente namorado da criada e esta confirmasse que se deviam encontrar na noite do insulto ao rei, nesse caso, já havia uma meia verdade no testemunho. E, sendo assim, já se poderia compor a história do rapaz a contento da acusação.

A criada, Mariana Teresa, rapariguinha trigueira e anafada, de bochecha luzidia, foi arrancada à pacatez dos seus singelos serviços pelos soldados brutos que guardavam o palácio do duque de Aveiro.

Passou várias horas na ignorância, encerrada numa cela da cadeia de Belém, sem saber já se tremia de frio, se de medo. Mas era certo que enregelava atrás das grades e que pingava suores frios, branca como a cera, confusa e aterrada. Tinha só 17 anos e um entendimento simples das coisas. O que lhe queriam? Porque a tinham metido naquele lugar assustador, se ela não era ninguém e nada fizera de mal?

Quando a levaram para ser interrogada, foi quase um alívio. Talvez agora tudo se resolvesse, claro que iriam perceber que se tinham enganado na pessoa e a libertariam. De que lhes servia uma simples criada que nem ler sabia?

O escrivão gordo, com uma cara mole de buldogue adormecido, espreitou-a desinteressado por cima das lunetas, sugerindo uma certa bonomia de espírito. Mariana Teresa, que vinha com um nó no estômago, descansou um pouco.

— Senta-te — disse, fazendo um gesto vago.

Ela, embaraçada, hesitou, deu dois passos da porta, sentou-se na borda da cadeira, muito direita, com as mãos entrelaçadas em cima dos joelhos colados.

— Sabes porque foste presa, não é verdade? — perguntou-lhe,

casualmente.

— Não sei, não, senhor.

O escrivão arregalou o olho espantado, tirou as lunetas e olhou-a com indignação. Começou a ficar vermelho, medonho, quase a perder as estribeiras.

— Olha, rapariga, se vens para aqui mentir-me, faço-te o mesmo que fiz ao teu namorado: mando fechar-te numa cela escura! E serás castigada, severamente castigada. Mas, se disseres a verdade, serás premiada por Sua Majestade.

Mariana Teresa, encolhida de susto, disse num tom sumido:

— Mas, eu não sei nada, meu senhor.

— Sabes, sabes — rouquejou a besta. — Sabes, que o teu namorado disse que sabes.

E ela, à segunda vez que o ouviu falar do seu Salvador José ficou ainda mais confusa e apreensiva. O que lhe teriam feito? E ele, que lhes teria dito tão importante assim, que ela não podia imaginar?

Enfim, o escrivão, bem instruído pelo juiz, da parte do ministro, encaminhou-a com meias perguntas para o fim que se pretendia.

— Diz lá, então, tu tens um comércio com esse rapaz...

Mariana Teresa embatucou, muito corada, mas admitiu que sim, namoravam às escondidas. Mas era coisa séria, queriam casar. Os senhores duques não sabiam, que ainda a despediam.

— Não te preocupes com os duques — desprezou o escrivão —, que não hás-de vê-los mais.

O coração de Mariana Teresa quase parou, mas ele já voltava à carga. Justamente, era do matrimónio que ela lhe queria falar quando chamara o namorado na mesma noite em que deram tiros ao rei, não era assim? Ela confirmou-o com relutância, mas explicou que não pudera falar-lhe porque, quando se aproximara da janela, vira o senhor duque, embuçado, de capote, passeando no jardim. Ainda espreitara uma segunda vez, mas ele continuava por lá, agora sentado num banco de pedra.

— De maneiras que esgueirei-me para dentro com medo de ser apanhada e recolhi-me de vez, sem voltar mais ao jardim.

— Que horas eram, quando o viste?

— Ainda não era meia-noite.

— E na segunda vez?

— Já passava da meia-noite.

— E ele esteve sempre sozinho, dizes?

— Sim, sempre sozinho.

— Tens a certeza?

— Absoluta.

O escrivão, percebendo que Mariana Teresa dizia a verdade e que as

suas palavras não batiam certo com as do namorado, mandou-a recolher à cela e foi relatar mais este embaraço ao juiz. Pedro Gonçalves Cordeiro, contrariado, foi informar o ministro. Sebastião José de Carvalho e Melo escutou com atenção e teve logo esta conclusão pragmática:

— Provavelmente, ela enganou-se. Já passou muito tempo.

— Mas, Excelência, o rapaz afirma que surpreendeu o duque e o José Maria de Távora às duas da matina e que depois chegaram os outros dois; a rapariga garante que viu o duque sempre sozinho pouco antes da meia-noite e, uma segunda vez, pouco depois da meia-noite. Ora, se o insulto a Sua Majestade se deu às onze e um quarto, como podia ele estar no seu jardim uns minutos mais tarde?

— É como digo, foi há muito tempo, a rapariga enganou-se. O que bate certo é que ela disse ao rapaz que lhe falava pelas duas horas, o que dá muito tempo para o duque ter voltado a casa.

— De acordo, mas ela também disse que o duque esteve sempre sozinho.

O ministro, enchendo-se de paciência, respondeu:

— É possível que ela se tenha retirado antes de os outros terem chegado.

— Mas, Excelência, o rapaz afirma que o duque esteve sempre acompanhado pelo José Maria.

O ministro reflectiu um momento, já irritado com a casmurrice do juiz.

— Pois, então, é necessário que os dois se ponham de acordo antes de se lhes tomar os depoimentos definitivos, porque assim não nos servem de nada — declarou, friamente, para acabar com o debate.

O juiz, perplexo, embatucou. Nesse caso, com a licença de Sua Excelência, retirava-se para tomar disposições, disse.

— Vá, vá lá, bom homem, e resolva essa trapalhada de uma vez, para que tudo faça sentido — despachou-o Sebastião José de Carvalho e Melo.

Com efeito, no fim, tudo se resolveu a contento. O desembargador Pedro Gonçalves Cordeiro ordenou que se juntassem o rapaz e a rapariga no mesmo quarto para, entre eles, avivarem a memória e se porem em harmonia. E três dias depois, voltando a ser interrogada, Mariana Teresa não só confirmou o que já afirmara como acrescentou que, afinal, tinha voltado mais tarde à janela para falar ao namorado e, dessa vez, não vira o senhor duque de Aveiro, mas três vultos no jardim. E, como o escrivão insistiu muito para que identificasse essas três sombras misteriosas, Mariana Teresa lá concedeu que reconheceu uma: o marquês de Távora pai, pela voz e pela estatura, embora não tivesse percebido o que dizia.

— Do mal, o menos — desabafou mais tarde, aliviado, Sebastião José de Carvalho e Melo, em conversa com Pedro Gonçalves Cordeiro. E não lhe faltou desfaçatez para dizer ao juiz que, com toda a lisura possível, tinha sido possível obter destas duas testemunhas-chaves essa prova

fundamentalíssima que colocava o duque de Aveiro, o marquês de Távora pai e o seu filho José Maria na noite do insulto a terem uma conversa altamente comprometedora nos jardins de D. José de Mascarenhas. E alguma alma mordaz haveria de apodar, por escrito à margem da sentença, esses depoimentos assassinos de testemunhos milagrosos! Porque com base neles se torturariam indiscriminadamente suspeitos e testemunhas e, em grande medida, a fantasia de um rapaz em busca de um prémio acabaria por justificar a implacável sentença que se haveria de lavrar.

A aurora do dia 11 de Janeiro de 1759 já fazia adivinhar uma quinta-feira cinzenta e chuvosa. Ainda não eram sete horas quando a caleche se deteve frente ao Palácio da Inconfidência. Eusébio Tavares de Sequeira abriu a portinhola, desceu com desembaraço, embrulhado num casaco preto, mas depois caminhou para a porta grande do palácio a passo lento, ponderado, de ombros descaídos, olhos no chão, semblante carregado. Parou ainda um momento, antes de entrar, teve um suspiro resignado, entrou.

Quem o visse de relance naquele momento diria que era um homem acabado pela idade, embora não fossem tanto os seus 50 anos que lhe pesavam, mas a tarefa impossível que lhe haviam destinado.

Eusébio Tavares de Sequeira fora nomeado pelo tribunal defensor legal dos réus e, como se não bastasse a complexidade da obrigação de vida ou de morte que se lhe impunha, só lhe davam 24 horas para a completar.

O procurador dos réus vinha contrariado e derrotado à partida. Sabia bem o papel que pretendiam que representasse: litigar a favor daquelas pessoas — algumas das quais, ele próprio presidira à diligência para as prender —, que ninguém naquele Palácio da Inconfidência queria salvar.

Só ali estava porque Sebastião José de Carvalho e Melo perdera um braço-de-ferro com o colectivo de juízes, pois a pretensão do ministro fora, desde logo, condenar os réus sem defesa. O ministro invocara a figura jurídica de *delito em culpa notória*, que dispensava a audição dos réus e negava-lhes um advogado de defesa. Porém, o ministro percebia mal os meandros das leis e não se inteirara de que o delito só podia ser notório quando cometido de dia.

Mas Eusébio Tavares de Sequeira não se iludia: com ou sem defesa, os réus não teriam a menor hipótese, seriam todos condenados, porque Sebastião José de Carvalho e Melo tinha uma determinação férrea e levaria avante a sua vontade. O próprio ministro é que lhe ordenara na véspera para comparecer de manhã no tribunal para ir de cárcere em cárcere conferenciar com os réus. De modo que o procurador estava consciente de que o usavam para manterem as aparências. E isso amofinava-o sobremaneira.

Eusébio Tavares de Sequeira era um homem de cabeleira farta, grisalha, estatura média, nem gordo nem magro, trabalhador e honesto. Não seria um distinto cavalheiro, mas também não repugnava. Não se distinguia pela ambição ou pela coragem, mas era sério e diligente. Era, enfim, o que se poderia considerar um jurista experiente, que seguia as regras, muito comedido e sem um pinga de espírito aventureiro.

Tendo-se apresentado no palácio, foi logo percebendo que os bons princípios dos tribunais normais não se aplicavam ali. Foi recebido por um dos juízes desembargadores do reduzido colectivo, que lhe explicou

sumariamente o procedimento estipulado enquanto o encaminhava para a ala dos cárceres.

— Vossa Excelência vai conferenciar com os réus, recolher os seus depoimentos, e o ministro de Estado mandou dizer que lhe quer falar em seguida.

— Muito bem. E os autos de culpa? — perguntou o procurador.

— Eu vou-lhe dando uma minuta com a informação sobre do que é acusado cada um dos réus.

Perplexo, Eusébio Tavares de Sequeira viu-se portanto impedido de saber ao pormenor de que acusavam os réus e com que provas; o que lhes tinham perguntado os juizes e o que eles lhes responderam. Com um simples papel na mão, que ninguém assinara e que não se podia considerar um documento legal, lá foi falando com os réus e ouvindo os seus argumentos.

Os presos apresentavam um estado deplorável, todos eles cobertos de chagas, nódoas negras tremendas, unhas arrancadas e, nalguns casos, até membros inutilizados pela violência que haviam sofrido na tortura. O ânimo dos réus variava entre o pânico e a apatia, sendo por isso complicado manter com eles uma conversa razoável. Uns aferravam-se a Eusébio Tavares de Sequeira como se agarrariam a uma bóia de salvação, sem perceberem que pouco podia fazer por eles. Outros, de tão feridos e indiferentes, foi-lhe difícil fazê-los responder às perguntas que lhes fazia.

Mas todos foram unânimes em protestar a sua inocência, exceptuando o duque de Aveiro, que já não queria saber da sua sorte. D. José de Mascarenhas só se interessou em ilibar os restantes nobres e os padres jesuítas, os quais se arrependia profundamente de ter acusado.

— Levo-os a todos atravessados na garganta — disse, passando a mão pelo pescoço como o fio da navalha. — Estou muito arrependido. Tendes que me ajudar a retractar-me — pediu.

— Para isso — respondeu o procurador — tendes de pedir aos juizes que admitam como errónea a vossa primeira confissão.

— Já o fiz — disse, descoroçoado. — Não me quiseram ouvir.

Ficou duas horas com o duque de Aveiro e saiu com a promessa de transmitir ao ministro de Estado o pedido de chamar o confessor de Sua Majestade para lhe falar. Mas o ministro, na sua perspicácia fina, entendeu que D. José de Mascarenhas planeava influenciar a seu favor um próximo do rei e só concedeu enviar-lhe um padre carmelita descalço.

Foi um longo dia, passado a ouvir os réus alternadamente. Ao fim da tarde dirigiu-se a casa do ministro, como se lhe ordenara.

Sebastião José de Carvalho e Melo recebeu Eusébio Tavares de Sequeira na sua sala. Olhando em redor, o procurador viu um luxo sóbrio. Era um ambiente espartano e grave, onde cabia uma personalidade rigorosa

que desdenhava as futilidades do mundo. Não se concebia ali um móvel aparatoso ou um *bibelot* supérfluo.

O ministro cumprimentou-o com formalidade, indicou-lhe um sofá de dois lugares, que lhe pareceu verde-escuro, embora a iluminação lúgubre não o permitisse confirmar. Sebastião José de Carvalho e Melo preferiu o seu cadeirão de couro, mais confortável. Um criado fardado, silencioso, assomou à porta.

— Toma alguma coisa? — perguntou o ministro.

— Não, obrigado — abanou a cabeça.

O ministro ergueu levemente a mão e o criado eclipsou-se.

— Vossa Excelência conferenciou com os presos?

— Como me competia para cumprir a missão de que fui incumbido.

— Naturalmente. E que impressão lhe deixaram?

— A impressão de que estão destruídos, fisicamente e psicologicamente.

O ministro assentiu lentamente com a cabeça.

— Compreendo — disse —, mas não se deixe enganar. São todos culpados de alta traição.

— No entanto, todos protestam a sua inocência e é minha obrigação defendê-los em conformidade neste processo.

O ministro compreendia a posição do procurador, mas considerava importante esclarecê-lo sobre os factos antecedentes que conduziam à grave situação em que se encontravam os réus. E lançou-se numa demorada e minuciosa exposição que pareceu interminável a Eusébio Tavares de Sequeira. O procurador, vendo o tempo a passar e desesperado por sair dali, acabou por interromper aquele monólogo. Pediu-lhe que não o demorasse mais, pois bem sabia a delicada tarefa de redigir a defesa que tinha pela frente. O ministro, no entanto, descontraído, respondeu que não haveria de lhe faltar tempo para escrever a favor dos seus constituintes. E persistiu na certeza de que eram todos culpados.

— Sobretudo ela, muito cuidado com aquela mulher — disse, muito sério.

O procurador pasmou.

— Que mulher? — perguntou, confuso.

— A marquesa de Távora.

E ele, estupefacto, porque não sabia de nada, perguntou ainda:

— Mas a marquesa de Távora também entra nas conferências de defesa?

— Certamente.

— Mas... ninguém me falou dela. Também é acusada?

— Se é acusada? Ela é a principal figura do processo — declarou o ministro, impassível.

Eusébio Tavares de Sequeira estava incrédulo. Nesse caso, disse, teria de ir ouvi-la imediatamente. Sebastião José de Carvalho e Melo respondeu-lhe que poderia conferenciar com D. Leonor de Távora logo que a transferissem do Convento das Grilas.

— Mas sossegue, que não vai demorar.

— E o auto de culpa da marquesa?

— Isso não será possível fornecer-lhe nesta altura, mas a culpa dela é mais ou menos a mesma do marquês, seu marido — declarou, com uma displicência que deixou o procurador de boca aberta.

Eusébio Tavares de Sequeira pensou que nunca vira um processo com tantas irregularidades juntas e teve vontade de protestar veementemente, mas respirou fundo e calou-se. Fazer um escândalo não seria a melhor forma de servir a defesa dos seus constituintes. Sebastião José de Carvalho e Melo era um homem poderoso que não admitia ser contrariado. Quanto mais se extremassem as posições, mais ele se sentiria tentado a agravar a sua intransigência com os réus.

E, com franqueza, também não lhe convinha nada afrontar o ministro. A última coisa que Eusébio Tavares de Sequeira desejava era ter aquela fera como inimigo. Já vira o que fazia a inimigos bem mais poderosos do que ele, um simples procurador, e até lhe dava arrepios imaginar-se no lugar dessa gente que visitara há pouco nos cárceres.

Afinal, a transferência de D. Leonor de Távora do Convento das Grilas para o Tribunal da Inconfidência foi bastante demorada, ao contrário do que o ministro prometera. E, com isto, já era noite há muito. Enquanto se prolongava a espera, Eusébio Tavares de Sequeira, numa aflição, vendo o tempo escoar-se, massacrava em nervos o desembargador que o acompanhava.

O procurador concluiu, enfim, qual era o jogo de Sebastião José de Carvalho e Melo: empatá-lo o mais possível para que não tivesse vagar para estudar e escrever uma defesa em condições. E não o espantavam essas manobras mesquinhas do ministro, porque a acusação era tão frágil e tão trapalhona que qualquer doutor de leis a podia destruir, se fosse um processo justo, evidentemente.

No entanto, depois de muito esperar, lá lhe foi dado acesso ao cárcere onde o aguardava a marquesa de Távora. D. Leonor vestia a mesma roupa que trazia quando a prenderam, havia praticamente um mês, porque não lhe tinham permitido uma muda. Apesar das humilhações a que havia sido submetida, apresentou-se de cabeça erguida e muito digna. De todos os réus, foi a que falou com mais lucidez e sem qualquer hesitação quando o procurador lhe perguntou o que pensava.

— É tudo uma perseguição aos nobres e aos bons padres da Companhia de Jesus — disse. — O Sebastião José não nos suporta e quer ver-nos a todos mortos.

— Declara-se então inocente de todas as acusações?

— Que acusações? E que provas há para refutar? Veja o senhor que, até hoje, nem fui presente ao tribunal para ser interrogada pelos juízes. É uma ignomínia, uma intriga terrível para destruir a minha família.

A marquesa de Távora impressionou o procurador com a serenidade e a nobreza da sua atitude, corajosa e desafiadora. Era ainda uma bonita mulher, reparou Eusébio Tavares de Sequeira, destroçado com a provação por que a faziam passar. Mas era já cristalino para ele que de nada valia interceder pelos seus constituintes.

Voltou a casa do ministro para lhe comunicar que já conferenciara com a marquesa de Távora e que iria agora redigir a defesa dos réus.

O criado conduziu-o à sala. Eusébio Tavares de Sequeira esperou de pé no meio da sala enquanto o criado abria uma porta de correr que dava para uma sala contígua. Espreitou por cima do ombro do empregado e surpreendeu o ministro a ditar a sentença a um dos juízes da Inconfidência, o desembargador Inácio Ferreira Souto, que nem sequer era o juiz relator que devia ocupar-se dessa tarefa.

O procurador pasmou, mas Sebastião José de Carvalho e Melo não se atrapalhou. Veio de dentro, fechou a porta e sorriu.

— Venho só comunicar-lhe que já tenho os depoimentos de todos os réus e vou agora para casa redigir a defesa — disse Eusébio Tavares de Sequeira, lívido.

— Sente-se um pouco — disse o ministro.

Ele sentou-se na borda do sofá, abraçando contra o peito a pasta com as suas notas, como se não pretendesse demorar-se mais do que uns minutos.

— Ouviu a marquesa, então? — perguntou o ministro casualmente, sentando-se largamente no seu cadeirão de couro, preparando-se para fazer conversa.

— Sim, e em abono da senhora D. Leonor devo alegar a doutrina de um caso precedente em que uma mulher, condenada juntamente com o seu marido, foi absolvida da pena última por terem considerado os juízes que ela lhe devia obediência.

O ministro escutou-o atentamente enquanto ele lhe expunha esse caso clarificador que, a seu ver, devia ser suficiente para isentar a marquesa de Távora de uma pena pesada.

Sebastião José de Carvalho e Melo, porém, tinha outra interpretação que, em seu entender, tornava os dois casos muito diferentes, se não mesmo opostos.

— É que as circunstâncias não são iguais — disse —, porque no primeiro caso a mulher era subordinada ao marido, mas, neste caso, a marquesa é que subordinou, não só o marido, como toda a família. Porque, note Vossa Excelência, ela é o oráculo entre eles.

— Pois, em todo o caso, cabe aos juízes decidir quem tem razão e dar a sentença que lhes pareça mais de acordo com a justiça.

— Naturalmente, naturalmente — assentiu Sebastião José de Carvalho e Melo, sem se deixar afectar minimamente pela indirecta de Eusébio Tavares de Sequeira.

— Bem, se Vossa Excelência me der licença, retiro-me, que ainda tenho um longo serão de trabalho pela frente.

— Mas, senhor procurador, já passa da meia-noite. Porque não fica cá em casa? Terei o maior prazer em facultar-lhe uma mesa de trabalho, livros, tudo o que precisar para fazer o seu trabalho com todo o sossego. Garanto-lhe que nada lhe faltará.

— Muito agradecido a Vossa Excelência, mas realmente prefiro ir.

— E para onde vai?

— Para casa, que é onde trabalho melhor, com a cabeça desanuviada e a tranquilidade necessária.

— Por Deus, senhor, a vossa casa é longe. Olhe que não me responsabilizo pela vossa segurança.

O procurador esboçou um sorriso.

— Nosso Senhor haverá de se responsabilizar por mim — replicou.

E o ministro, dando-se por vencido, bateu de estalo as mãos nas

próprias pernas, ergueu-se do cadeirão para se despedir calorosamente do procurador, apertou-lhe a mão entre as suas, desejou-lhe a maior sorte.

— Volto amanhã, pelas duas da tarde, para lhe entregar a defesa — disse o procurador.

— Cá o espero, então.

Ao outro dia, o 12 de Janeiro de 1759, na hora combinada, Eusébio Tavares de Sequeira apresentou-se ao ministro com umas olheiras que davam pena, mas com o documento da defesa redigido com todo o rigor que as condições tinham permitido.

Sebastião José de Carvalho e Melo, fresco e robusto depois de uma noite bem dormida, recebeu-o com a cerimónia costumada, mas bem-disposto. Fazia-se acompanhar do juiz desembargador Pedro Gonçalves Cordeiro.

— Vamos lá ver essa defesa — disse, recebendo o documento do procurador.

Fizeram silêncio enquanto o ministro lia o documento. Eusébio Tavares de Sequeira observou-o como um aluno à espreita da reacção do professor ao seu trabalho. Mas o rosto de Sebastião José de Carvalho e Melo era de pedra, sem uma expressão de agrado ou de desagrado.

— Está tudo em ordem — foi só o que disse, quando acabou de ler, imperturbável, abstendo-se de qualquer apreciação. Depois, como se preocupado com o ar esgotado de Eusébio Tavares de Sequeira, voltou-se para o juiz.

— O senhor procurador é obrigado a assistir à leitura da sentença?

— Não, se não quiser, não é obrigado — respondeu o desembargador.

O ministro dirigiu ao procurador uma expressão carregada de significado: *Estás livre*, queria dizer, se bem que o que queria mesmo era ver-se livre dele.

Eusébio Tavares de Sequeira entendeu a mensagem, e até se sentiu agradecido.

— Nesse caso — disse —, retiro-me, porque já não durmo nem tomo uma refeição decente há dois dias.

— Faça isso, sim. Vá repousar, que bem precisa.

— Volto directo para casa, mas fico à espera de ser notificado da sentença para a embargar, se for necessário recorrer.

— Vá descansado — respondeu Sebastião José de Carvalho e Melo, deixando a promessa no ar.

Não obstante toda a simpatia do ministro, ele não tencionava notificar o procurador dos réus, tal como não permitiria que o documento da defesa fosse levado em conta, senão para que o processo ficasse em conformidade, dentro da lei, inatacável. Já as testemunhas abonatórias apresentadas pelos réus, e que lhes teriam dado um álibi — se não a todos, a quase todos —, ele

determinara que fossem ignoradas. E a marquesa de Távora, que ele dizia ser a mais culpada dos acusados, decidira simplesmente que não valia a pena ser interrogada pelos juízes. Era, em suma, ele quem mandava, instruía, manipulava o julgamento e ditava a sentença.

Enquanto estes graves e secretos acontecimentos decorriam no interior das paredes do Palácio da Inconfidência, José Policarpo, o criado foragido do duque de Aveiro, escondia-se como um animal acossado.

Apenas deixara o palácio do amo em Azeitão, assustado e desorientado, fora directo para Lisboa, admitindo recorrer a algum familiar para lhe dar guarida. Naquela aflição, a capital, com as suas ruas sempre a fervilhar de actividade, multidões de anónimos a correr para lá e para cá, pareceu-lhe o melhor lugar para passar despercebido.

No entanto, mal chegou a Lisboa, José Policarpo compreendeu logo o erro em que tinha caído. Não demorou a reconhecer-se desenhado em cartazes espalhados por toda a cidade. Era, enfim, o homem mais procurado do reino, e davam bom dinheiro de recompensa por alguma informação que conduzisse à sua captura.

Depois, aproximando-se da casa dos pais, surpreendeu os soldados a levarem-nos à bruta. Empurraram-nos para dentro da gaiola na caixa da carruagem e fecharam a porta a cadeado. O pai agarrou-se às grades, pedindo piedade; a mãe, encolhida num canto, com o medo nos olhos, estendeu a mão para o marido. E ele, desistindo de gritar, foi abraçá-la. Os soldados, indiferentes ao pânico dos velhos, lá seguiram com eles, em amena conversa, trocando piadas, ignorando-os, como se fossem só uma encomenda que transportavam.

Por pouco José Policarpo não era também apanhado e feito prisioneiro. Ficou desesperado, os pais presos por sua causa. Eles não podiam entregá-lo porque desconheciam o seu paradeiro, mas sabia-se lá o que lhes podiam fazer, interrogá-los, torturá-los. E o resto da sua família, toda presa pela certa. Era terrível, impensável, uma coisa abominável. Decidiu logo ali que iria entregar-se.

Mas depois pensou que o matavam. Não só o matavam como não libertavam os seus. De que lhes valia então que se entregasse? Por sua culpa, os Policarpo de Azevedo seriam, doravante, uma família amaldiçoada.

Muito pálido, desnorteado, embrenhou-se na multidão de transeuntes, embrulhado numa capa negra, encapuzado, de olhos no chão, e afastou-se.

Com o dinheiro que lhe sobejara da generosa quantia que o duque de Aveiro lhe dera para a alimentação dos cavalos, José Policarpo escondeu-se numa hospedaria nos limites da cidade. Ali não havia cartazes com a sua cara e era mais improvável que as pessoas o reconhecessem.

Não podia deixar a cidade porque todas as saídas estavam guardadas pela tropa que o perseguia. Obviamente, o duque de Aveiro, seu amo, ou António Álvares, seu cunhado, ou o irmão deste, Manuel Álvares, ou mesmo os três, haviam sido torturados e tinham-no denunciado.

Que fazer, meu Deus, que fazer agora?, perguntava-se José Policarpo,

aturdido. Estava perdido, evidentemente, mas ainda estrebuchava como peixe fora de água. Resistia ao cerco que se fechava, passava a maior parte do dia sepultado no quarto, trancado, espreitando a rua pela janela à procura de soldados. Mas depois meteu-se-lhe na cabeça que os donos da hospedaria poderiam estranhar aquele isolamento forçado. Poderiam desconfiar que fosse um foragido e entregá-lo à guarda; ou imaginar que tivesse uma doença contagiosa e dar parte dele às autoridades.

Obrigou-se a sair algumas horas, pela manhã, à hora de maior movimento. Deambulava pelas ruas, sem ir muito longe, com uma faca entalada no cinto, debaixo da capa, e o rosto escondido pelo capuz. Almoçava pouco, um pão, uma fruta, comprados no mercado de rua, sempre em movimento, evitando as patrulhas, olhando por cima do ombro à procura dos espões da Coroa.

Mas bastou uma imprudência para comprometer o esconderijo. Uma noite, à hora de jantar, José Policarpo fechado no quarto, faminto, desesperava por comida. Fora à tarde investigar a saída da cidade, ansioso por verificar se os bloqueios se mantinham, e arriscara-se só para descobrir que estava tudo na mesma. Mas tinha sido uma tarde de nervos e ele, agoniado, negligenciara a alimentação e agora, encurralado no quarto, sentia o cheiro a assado que vinha da sala de jantar e ouvia o rumor animado de vozes em baixo. Debatia-se com a fome e com o medo de ser reconhecido numa sala cheia de gente.

Enfim, a fome levou a melhor e José Policarpo decidiu-se a descer para uma refeição rápida. Pensou que talvez não fosse notado na confusão de uma sala cheia. E, com efeito, escorregou pelo banco corrido de uma mesa de canto que estava vazia e esperou pela empregada para fazer o pedido, mantendo a cabeça baixa e o rosto meio escondido atrás do braço, com o cotovelo apoiado na mesa.

A sala estava agitada, as conversas sobrepunham-se, o fumo do tabaco pairando sob o tecto baixo enevoava o ambiente descontraído e mal iluminado por velas gastas que tremeluziam em cima das mesas. Criadas ariscas deslizavam habilmente por entre as mesas, esquivando-se com graça a mãos abusadoras de bêbados sem modos.

José Policarpo conseguiu o seu prato de carne com molho e comeu depressa só com uma mão e a cabeça apoiada na outra. Ia deitando um olho à sala, espreitando sem levantar a cara para não se revelar.

Mas então, surpreendeu um par de olhos semicerrados que não se desviavam dele. Um homem sentado duas mesas adiante, no centro da sala, persistia em observá-lo abertamente, muito concentrado, de cenho franzido, como se lutasse com a memória para se lembrar de onde o conhecia. José Policarpo tremeu. Aquele interesse do desconhecido foi quanto bastou para resolver voltar para o quarto.

Mas o homem lembrou-se! José Policarpo afastou o prato, limpou a

boca às costas da mão, escorregou para o lado pelo banco. No entanto, o outro levantou-se do seu lugar e em três ou quatro passos lesto estava à frente da mesa dele.

— Eu sei quem tu és — disse, apontando-lhe um dedo grosso e calejado.

— Não sabes, porque não te conheço — respondeu José Policarpo, escorregando um pouco mais no banco.

Mas o homem empurrou facilmente a mesa pesada de lado, com a perna, de modo a bloqueá-lo entre a mesa e o banco encostado à parede.

— Sei, sim. És aquele gajo que é procurado — disse, oferecendo-lhe um sorriso de dentes estragados que não prometia nada de agradável.

Mediu o homem num momento de nervos. Era grande e forte, de ombros largos, mas não maior do que ele. E não parecia em boas condições para lutar, porque já bebera demasiado vinho e balançava em cima das pernas, mesmo parado e encostado à mesa.

José Policarpo sentiu o sangue ferver-lhe nas veias, com os músculos tensos, prestes a explodir numa raiva assassina. Pelo canto do olho, viu os amigos do homem na outra mesa já voltados, tentando perceber que questão era aquela que tratavam.

Desesperado por se libertar, apoiou as mãos por baixo do tampo da mesa e, num lance bestial, atirou-a ao ar, fazendo-a voltar-se para cima do homem que o ameaçava. E o bêbado, apanhado assim de surpresa por aquele golpe tremendo que fez voar a mesa, e atingido na queixada pela borda do tampo, vacilou agarrado à carantonha medonha. Ao lado, outros homens alarmados saltaram dos seus lugares num ímpeto de instinto e voaram pratos e canecas que se estilhaçaram no chão num estouro de loiça partida.

José Policarpo, que se erguera num movimento impulsivo, aplicando a força de braços e pernas para atirar a mesa ao outro, ficou um instante parado, de punhos cerrados. Mas agora vinham lá os amigos furiosos e o bêbado, cuspidos dentes e sangue e rugindo como um animal ferido, avançou para ele por cima da mesa virada do avesso, numa histeria descontrolada. Então José Policarpo, sem pensar duas vezes, arrumou-o com um soco formidável na cara.

O bêbado, de nariz partido e a espichar um festival de sangue, cambaleou para trás, olhou-o espantado, sem cor no rosto, muito pálido, e estatelou-se desmaiado como uma árvore a ir ao chão. Atrás, os amigos preparavam-se para atacar, armados de garfos e facas. Um gigante ergueu uma mesa no ar, partiu-lhe uma perna e largou-a, ficando só com o cacete improvisado.

José Policarpo percebeu que o matavam e, antes que o apanhassem, fugiu pela porta ao lado que dava para cima. Subiu a escada a correr, perseguido pela turba assassina, meteu-se pelo seu quarto adentro, trancou

a porta e derrubou o guarda-fatos pesado para a bloquear. E, enquanto os brutamontes se atiravam à porta, ele abriu a janela, saiu para o telhado e escorregou da beira deste para o chão. Já na rua, embrulhou-se na capa negra e desapareceu na noite.

O sábado de 13 de Janeiro de 1759 chegou tapado por premonitórias nuvens pardacentas. Com efeito, para a História ficaria a memória daquele dia negro que assombraria definitivamente o reinado de D. José.

Sentado no seu cadeirão de couro, em casa, encerrado no lúgubre silêncio da sala mergulhada na escuridão, Sebastião José de Carvalho e Melo observava com olhos vidrados as chicotadas de um aguaceiro que açoitavam a janela.

Finalmente, chegara o dia de ajustar contas com a alta nobreza, que nunca o aceitara como um dos seus. Longe ia o ano de 1723, quando, somente com 24 anos, raptara ao conde dos Arcos a neta enviuvada para casar com ela.

Tinha o seu plano para vingar as tentativas falhadas de seu avô, Sebastião de Carvalho e Melo, de se elevar à alta fidalguia. Obcecado pela ascensão social, o avô chegara ao extremo de falsificar documentos. Sebastião José de Carvalho e Melo aproveitou um expediente mais fácil: encantar D. Teresa de Noronha e Almada e casar.

Mas a desonra do avô caído em desgraça perseguia-o e a família da viúva rejeitou-o. Não era um bom partido. Despeitado, o jovem e irrequieto Sebastião José de Carvalho e Melo fugiu com a noiva para a Quinta da Gramela, em Pombal. Ali permaneceram sete anos, já casados, mas assombrados pela fúria dos Noronha e ignorados pela família dele.

Regressaram a Lisboa. Poucos anos depois, ele instalou-se em Londres como enviado do rei, deixando a mulher para trás, em Portugal. Sem filhos, sozinha e esquecida pela família rancorosa, D. Teresa morreu em 1739, o mesmo ano em que Sebastião José de Carvalho e Melo partiu para Inglaterra. Tinha sido nomeado embaixador pelo seu primo Azevedo Coutinho, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra no governo de D. João V.

Era a sua oportunidade, finalmente abrira-se-lhe uma porta, chegara a um posto que lhe permitia dar asas à sua ambição. Mas a escolha de Sebastião José de Carvalho e Melo para representar o rei junto da Corte inglesa foi, mais uma vez, malvista pela nobreza que rodeava D. João V e que não o admitia. Já em Viena, para onde foi transferido mais tarde para chefiar a embaixada portuguesa, voltou a casar, em 1745, desta vez com a condessa de Daun, que lhe deu cinco filhos. E, então, foi chamado a Lisboa, para integrar o governo, de novo com a oposição da velha nobreza que o detestava.

Ele engoliu as desconsiderações de anos e prometeu a si mesmo que um dia haveria de se vingar de todos esses fidalgos emproados que, na sua soberba, o menoscabavam.

Esse dia era hoje, um tenebroso sábado de tempestade, muito apropriado aos tristes acontecimentos que se desenrolariam em breve.

Contudo, Sebastião José de Carvalho e Melo não se regozijava do mal que ia fazer. Sentia a vitória como um sacrifício pessoal que lhe era imposto por aqueles que iam morrer. Dizia de si para si que os Távoras, os Aveiros, toda essa corja que o desprezava, e que ele odiava, é que eram os verdadeiros culpados do pavoroso fim que os aguardava. Os executados, os condenados à prisão, as suas mulheres e filhos encerrados em conventos, a tragédia dessas famílias destroçadas seria uma lição para toda a nobreza que o enfrentava. Mas nada daquilo teria de ser necessariamente assim, se não o obrigassem a tanto, se tivessem sido sensatos e entendessem que ele, Sebastião José de Carvalho e Melo, primeiro-ministro do rei, era a melhor coisa que havia acontecido a Portugal no último século.

Doravante, certamente, não teria mais que se debater com a oposição dos nobres, mas a que custo? Era terrível o que o forçavam a fazer. Enfim, o mal estava feito, não se podia voltar atrás. Era preciso olhar para o futuro, pensou Sebastião José de Carvalho e Melo.

Agora, faltava-lhe acabar com a Companhia de Jesus, erradicar todos os jesuítas até não restar um único padre inaciano em território português. Já lançara a guerra contra os jesuítas rebeldes do Brasil, que impediam a utilização da mão-de-obra índia tão necessária aos colonos, e que fanatizavam os seus exércitos de ameríndios contra os portugueses. Só lhe restava esmagar de vez o poder e a influência em Portugal dos milhares de discípulos do Santo Inácio de Loyola, que ele considerava realmente a encarnação do Diabo e a origem de todos os males que traziam o país pobre, atrasado e vilipendiado pelas grandes nações europeias.

Depois então poderia concentrar-se totalmente no progresso e modernização de Portugal.

Nunca haveria de responder pelas barbaridades que hoje fazia aos nobres e suas famílias, porque era demasiado inteligente para se incriminar. O rei, esse monarca gordo e mole, cuja cobardia ele manipulava eximamente e sem remorsos, era quem assinava as ordens e, por conseguinte, o verdadeiro responsável que, evidentemente, não podia ser culpabilizado aos olhos da lei.

Mas, por mais que Sebastião José de Carvalho e Melo fizesse pelo progresso do país — e muito faria ainda —, jamais conseguiria escamotear a carnificina. O terror, que utilizava como trunfo de poder, defini-lo-ia para sempre: um absolutista iluminado que queria educar a nação e, ao mesmo tempo, escravizá-la, como diria dele, muitos anos mais tarde, um dos seus mais próximos.

Porém, o poder excessivo, que tudo lhe consentia, nunca era bastante para lhe sossegar a alma, pelo contrário, aguçava-lhe a desconfiança e a necessidade de controlar. Aqueles que o rodeavam estavam sujeitos ao

crivo do seu olho crítico. Um comentário inofensivo podia ser mal entendido e implantar nele a suspeita que conduzia inevitavelmente o infeliz subalterno à desgraça.

A paranóia era crescente, não havia ordem que desse aos que lhe obedeciam cegamente que não confirmasse pessoalmente se tinha sido executada tal e qual como mandara. Hoje, mais do que nunca, era um dia excepcional. Nada podia falhar. E ele lá estaria para garantir que a sentença seria cumprida ao milímetro.

Sebastião José de Carvalho e Melo ergueu o arcaboço do cadeirão de couro e tanto foi suficiente para *monsieur* Blancheville, seu fiel criado, se materializar na sala com o casaco que o ajudou a vestir. Entregou-lhe depois a extraordinária cabeleira que usava em todas as ocasiões e que lhe conferia um ar ainda mais imponente, poderoso, temível.

A carruagem já o esperava no exterior. O ministro subiu e o boleeiro tocou os cavalos a passo para Belém, onde toda a noite tinha estado a ser erguido um patíbulo monumental para a execução dos réus condenados à morte.

Assim, na manhã de 13 de Janeiro de 1759, pelas seis horas, foi levada do Palácio de Belém para o patíbulo numa cadeirinha preta D. Leonor Tomásia de Távora, a marquesa mãe, acompanhada de dois religiosos em cortejo enquadrado por um esquadrão de Dragões. Logo atrás dos soldados a cavalo seguiam os juízes e o corregedor da Corte, também eles a cavalo.

D. Leonor, que a sentença deu como provado ter sido a *cabeça da conspiração*, na noite do crime de lesa-majestade em que deram tiros a El-Rei D. José pelas 23h15 tinha-se recolhido em sua casa no Rio Seco ainda antes das 22 horas, acompanhada de sua filha D. Mariana de Lorena. Inocente e ignorante de qualquer conspiração contra o rei, a marquesa encontrou o marido na sala a fumar o seu cachimbo. D. Francisco de Assis de Távora recolheu-se mais ou menos pela mesma hora que a mulher. E nenhum dos dois voltou a sair nessa noite.

Disto eram testemunhas o boleeiro da marquesa e dois criados que tinham acabado de chegar com o marquês. Estes dois últimos, um, boleeiro do marquês, de nome José António, e o outro, seu criado de acompanhar, a quem chamavam Joãozinho, foram ambos mandados para a Índia, de modo a não poderem contradizer a verdade fantasiosa da sentença, que colocava D. Francisco de Assis no local do crime à hora em que, na realidade, se encontrava em casa.

Ao avistar a impressionante construção de madeira, o cadafalso aonde iria subir para morrer em breve, D. Leonor sentiu um arrepio, mas manteve-se impassível e firme no propósito de negar aos seus algozes a satisfação de verem que a tinham quebrado emocionalmente. Na verdade, olhando em redor e vendo o palco elevado, os soldados de rosto de pedra, os juízes insensíveis, os populares que traziam os filhos para assistir ao espectáculo do horror, todo aquele cenário montado para a matar, e à sua família, parecia-lhe irreal, como se fosse uma peça de teatro.

Com efeito, era difícil acreditar que, em apenas um mês, uma mulher da sua condição, uma das primeiras do reino e da Corte, tivesse sido levada do seu palácio para acabar ali, sem título, sem nobreza, quase sem identidade, e ser executada como uma criminosa.

Se do Sebastião José ela esperava qualquer coisa, era, apesar de tudo, inconcebível a D. Leonor imaginar o rei que conhecia desde criança a ordenar a morte e a prisão para a sua família. Nem o conflito com D. José por ter feito sua amante a nora de D. Leonor justificava uma maquinação de dimensões tão graves.

Ela tinha perfeita noção das fraquezas e das limitações de D. José e, na solidão da cela, tivera muito tempo para pensar em tudo. Estava plenamente convencida de que uma intriga tão complexa não podia ter saído da cabeça do rei. D. José fora, seguramente, enganado e envenenado pelo seu ministro para se virar contra os Távora.

D. Leonor apeou-se da cadeirinha preta com a ajuda dos dois padres da congregação de São Vicente de Paula, e foi ajoelhar-se junto a eles nos primeiros degraus do patíbulo para se confessar. Demorou-se mais de 30 minutos, enquanto a multidão expectante aguardava com os pés enterrados na lama. O aguaceiro passara, caíam os últimos pingos, um surdo rumor reverencial espalhava-se pelo descampado em redor.

Concluído o sacramento, D. Leonor subiu ao patíbulo de cabeça erguida. Ainda agora, de alma despedaçada, se via que fora mulher de grande beleza.

Mas quando ela esperava uma morte rápida, eis que descobriu que ainda lhe restava suportar uma cerimónia macabra. O brutamontes que a ia matar obrigou-a a uma visita guiada pelos instrumentos do suplício. Assim, mostrou-lhe e descreveu-lhe com grande pormenor como seriam mortos o marido e os filhos na aspa de madeira em forma de cruz, com os ossos partidos por um maço e estrangulados com uma corda.

A marquesa cedeu enfim à comoção e caiu de joelhos frente ao algoz, suplicando-lhe que a matasse depressa. Este olhou-a de alto com uma certa perplexidade, talvez indignado por ela pretender contrariar a ordem correcta da sua função. Mas logo lhe ordenou que se sentasse num banco, ao qual foi amarrada pelas pernas e pela cintura pelos ajudantes do carrasco. Depois, o homem tirou-lhe o lenço que trazia ao pescoço e ela protestou.

— Não me descomponhas — disse, num tom gelado. E essas foram as últimas palavras que proferiu.

O algoz vendou-lhe os olhos com o lenço.

Caiu um silêncio de horror quando o algoz ergueu o cutelo, suspenso um momento no ar, e, num só golpe de grande destreza, decepou-lhe a cabeça sem lhe dar um segundo de sofrimento. A lâmina afiada atravessou-lhe o pescoço como uma corrente de ar. Foi tal a perfeição do golpe, que passou a ilusão de ter falhado, pois a cabeça manteve-se no seu lugar e só rolou para o chão do patíbulo quando o corpo sem vida de D. Leonor se inclinou para a frente, e do pescoço cortado ao meio espirrou uma fonte de sangue muito vermelho. Os espectadores retorceram-se com expressões de repulsa e, num acesso de pudor, taparam os olhos aos filhos que já tinham gravado no cérebro a terrível imagem para toda a vida.

Saiu novamente a cadeirinha preta do Palácio de Belém, pela porta do Pátio dos Bichos, transportando agora D. José Maria de Távora, enquanto, no patíbulo, o carrasco exhibia triunfante à multidão a cabeça decepada da mãe deste jovem que ia morrer nos seus tenros 21 anos.

Lívido, com o cérebro entorpecido, incapaz de absorver a brutalidade daquilo tudo, do que lhe iam fazer, o jovem deixou-se conduzir ao patíbulo sem se debater, sem um protesto sequer. Já não tinha ânimo para reagir,

deixou-se conduzir como um cordeiro para a matança.

O jovem José Maria, que os juízes deram como provado ter participado numa das três emboscadas preparadas para o insulto ao rei — conforme se escreveu na sentença —, estava nesse dia do atentado, à mesma hora, em casa dos pais, no Rio Seco, donde não voltou a sair. Na verdade, testemunhas que foram negligenciadas pelo tribunal poderiam ter atestado que ele estivera em Sacavém até às 20 horas, indo depois a casa de uns negociantes italianos, chamados Cambiaços, no Loreto. Mas demorou-se pouco com os italianos, porque os pais queriam-no sempre em casa às dez da noite. E ele, nesse dia, até chegou às nove, uma hora antes dos marqueses, seus pais.

Não faltava, portanto, quem pudesse confirmar o álibi do jovem José Maria, mas na farsa a que se chamou julgamento ninguém quis ouvir as suas testemunhas e, por isso, ali estava ele, condenado e prestes a ser executado.

D. José Maria de Távora subiu a custo a escada do patíbulo, amparado pelos dois frades solícitos que o acompanhavam e que o ouviram em confissão. Com lágrimas a escorrerem-lhe pela face, olhou em redor: viu o corpo de sua mãe tapado com um pano preto; os instrumentos de suplício, as aspas, as rodas, os postes; em baixo, uma multidão pasmando. Os carrascos rodeavam-no, aguardando, pacientes.

Num assomo de coragem, ele abriu a boca para dizer aos espectadores que era inocente, mas a voz morreu-lhe na garganta e não conseguiu falar.

Os algozes avançaram. Ataram-lhe os braços e as pernas a uma aspa, passaram-lhe o baraço pelo pescoço. O carrasco principal pegou num maço pesado e, antes de o usar, os ajudantes puxaram a corda por trás da aspa para o estrangular e, assim, morrer com menos sofrimento. Mas os imbecis usaram uma corda demasiado fina e esta partiu-se!

O carrasco, agastado com aquele fiasco, não esperou mais. Ergueu o maço e começou a partir-lhe os ossos das pernas e dos braços com pancadas violentíssimas. Ele gritou, enlouquecido de dores, enquanto lhe despedaçavam o corpo. O pobre rapaz teve de suportar a terrível tortura até desmaiar e sucumbir, soltando gritos horríveis que calaram fundo em todos os presentes.

Depois, a cadeirinha preta trouxe o marquês de Távora filho. D. Luís Bernardo, a maior vítima do rei, que lhe roubara a mulher e agora lhe roubava a vida, também foi considerado culpado pelo Tribunal da Inconfidência de ter participado no atentado a D. José.

Na verdade, estava à hora do insulto em casa de D. José de Mascarenhas, onde decorreu um ensaio de contradanças para as Festas da Piedade, na outra banda. Chegou acompanhado por um amigo, tocador de

violeta, a quem chamavam o rabeca André. D. Luís Bernardo esteve no ensaio com dezenas de pessoas até à meia-noite, dezenas de testemunhas que o Tribunal da Inconfidência não quis interrogar. Voltou a sair com o rabeca André, levando-o à garupa no seu cavalo e, chegando às Escadas de Santo Amaro, D. Luís Bernardo desmontou para entrar em casa e emprestou o cavalo ao amigo para este seguir caminho também para casa.

Ataram-no muito assustado à aspa em forma de X, mas teve mais sorte do que o irmão mais novo, pois desta vez a corda não cedeu e conseguiram estrangulá-lo antes de lhe partirem os braços e as pernas a golpes de maço. Assim morreu D. Luís Bernardo de Távora, inocente, mandado executar pelo tribunal com o beneplácito de El-Rei.

O dia já ia longo e cinzento, uma morrinha triste caía ao passo que a morte desfilava no palco macabro. Havia um silêncio sepulcral, só cortado pelos gritos lancinantes das vítimas, condenadas pela sentença ditada por Sebastião José de Carvalho e Melo e executadas com uma maldade singular. Os espectadores, nobres e plebeus, encharcados, enojados, agoniados, não se atreviam a arredar pé do espectáculo do inferno a que assistiam. Receavam represálias.

D. Jerónimo de Ataíde, conde de Atouguia, também condenado à pena última por ter participado nas esperas para matar o rei, estava em casa na trágica noite do atentado. Diversas testemunhas relataram, já depois da sua morte, que o conde tinha ido nesse mesmo dia à Ajuda com o marquês de Fronteira. Esteve no casamento do seu criado Bernardo Duarte, de quem foi padrinho. Mas, retirando-se ainda antes das oito da tarde para casa, em Santo Amaro, foi logo mudar de roupa. Já de roupão e chinelos, chamou ao quarto de sua mulher uma criada, Rita, e pediu-lhe que lhe trouxesse um tecido para ser cortado para panos de cozinha. Ele próprio supervisionou esse trabalho.

E eram já onze da noite quando a condessa de Atouguia chegou a casa. D. Jerónimo de Ataíde protestou por D. Mariana de Lorena ter chegado tão tarde. E ela recriminou o marido por não a ter ido buscar a casa dos pais, em Rio Seco, como era habitual.

Mas, sanada a divergência, os condes sentaram-se a uma mesa a cear e a conversar. D. Jerónimo contou à mulher como foi o casamento que apadrinhara.

— Passou-se muito bem — disse.

Perderam-se ainda algum tempo na conversa e já era uma da manhã quando foram dormir. Só no dia seguinte ouviram falar do desacato que, dizia-se, envolvia o rei. Mas nem então puderam imaginar que esse vago incidente, de que se falava como um boato, fosse levá-los à ruína, à destruição da sua família.

O conde de Atouguia morreu garroteado e massacrado com grande

selvajaria a golpes de maço, tal como o cunhado Luís Bernardo.

Assim morreram também os condenados plebeus: Manuel Álvares, criado do duque de Aveiro, e João Miguel, moço de acompanhar de D. José de Mascarenhas; e Braz José Romeiro, cabo da esquadra da Companhia do Marquês de Távora, D. Luís Bernardo. Estes plebeus foram igualmente acusados de participarem nas três esperas para matar o rei, que a sentença fantasiou e os juízes assinaram.

A cadeirinha preta transportou então o marquês de Távora pai. Aguardava-o o indescritível horror de ver os corpos despedaçados da mulher, dos filhos e do genro, os quais, ainda que cobertos por panos negros, o carrasco foi destapando com diligência para lhe mostrar, como se tivesse orgulho do seu trabalho, que era coisa do Diabo. O algoz descreveu-lhe com pormenores de arrepiar como os tinha matado e como ele haveria de morrer igualmente.

Corajoso, o marquês, que perdera o título por determinação da sentença, comportou-se no entanto perante a morte com a nobreza de que se honrava de ter tido em toda a sua vida. Debilitado, macilento, muito amarrotado pelas torturas sofridas nos interrogatórios, D. Francisco de Assis suportou a provação com dignidade, segurando um pequeno crucifixo nas mãos amarradas.

A sua condenação foi a mais escandalosa de todas, porque quem lhe podia ter dado o álibi era o próprio Sebastião José de Carvalho e Melo. Na noite do insulto ao rei, poucos minutos antes de se ouvir os disparos, D. Francisco de Assis estava a despachar com o ministro, em casa deste. Na sala, à espera para falar com o ministro, estavam o prelado D. António Sequeira e — suprema ironia — o desembargador Eusébio Tavares de Sequeira, que meses depois haveria de o defender em tribunal.

Os dois viram D. Francisco de Assis sair do gabinete do ministro e, logo pela janela da sala, viram-no entrar na carruagem e dar ordem para que o levassem a casa. Naturalmente, o marquês de Távora estava acompanhado dos seus criados e da sua guarda a cavalo, de archotes acesos.

A esta verdade irrefutável, que até Sebastião José de Carvalho e Melo conhecia, o ministro encolheu os ombros, dizendo mais tarde que era irrelevante, porque, depois de sair de sua casa, o marquês tivera tempo suficiente para chegar à Calçada do Galvão, onde dispararam contra D. José. O argumento não servia, pois, no percurso para casa, D. Francisco de Assis esteve sempre acompanhado dos seus lacaios e da sua guarda montada, e não faltavam testemunhas de que chegou ao Rio Seco sem se desviar para dar tiros ao rei pelo caminho.

No patíbulo, antes de se confessar, o marquês de Távora ajoelhou-se e beijou a aspa onde ia morrer. Depois, já amarrado à aspa, de braços e

pernas afastados e impotente para se proteger, recebeu um tremendo golpe de maço no peito, que lhe quebrou o esterno e as costelas e, logo de seguida, outros golpes nas pernas, nos braços e um derradeiro no rosto, que o matou.

De imediato, trouxeram na cadeirinha preta o traidor arrependido, que condenara a família com falsas denúncias. O duque de Aveiro subiu ao patíbulo, foi mostrado ao público e fez a visita guiada aos instrumentos da morte e às vítimas que o precederam. D. José de Mascarenhas, homem de muita soberba, era agora uma sombra do passado, em pânico com a morte atroz que o esperava e, sobretudo, com o juízo divino.

Embora com a sua culpa, D. José de Mascarenhas também não estivera na emboscada à carruagem do sargento-mor Pedro Teixeira, que levava o rei, conforme pretendia a sentença. O duque passara essa noite de 3 de Setembro em casa, onde decorria o ensaio das contradanças. Ele tivera o cuidado de se rodear de muitas pessoas, para que não pudesse ser acusado de ter atentado contra D. José. Mas de nada lhe valeu esse cálculo astucioso, porque ali estava ele, a ser atado à aspa para morrer.

O duque de Aveiro choramingava incoerências enquanto os zelosos ajudantes do carrasco o preparavam para a matança. Aflito, olhou em redor com a visão turva das lágrimas, como se procurando alguém que o ajudasse. A multidão, silenciosa e entorpecida com tanta violência, esperava tão-só pelo fim do tormento para se ir dali. D. José de Mascarenhas estava sozinho no mundo e não havia ninguém para o socorrer.

O carrasco, insensível, ergueu o maço e desferiu-lhe um golpe, que pretendia acertar no peito para o deixar em estado de choque e, assim, quase não sentir as restantes pancadas que lhe haveriam de partir em vida todos os ossos do corpo. Mas falhou e acertou-lhe no ventre. O desgraçado ficou uma eternidade sem conseguir respirar, mas, quando o ar lhe voltou aos pulmões, berrou e debateu-se como louco.

No entanto, o carrasco prolongou-lhe o sofrimento com pancadas seguidas nos membros. A cada golpe, ouviam-se estalar os ossos. E, na verdade, ele já só era como um saco de ossos desfeitos, incapaz de se mover, se o soltassem da aspa naquele momento. Mas as dores atrozes faziam-no berrar ainda mais e, num gesto piedoso, ou talvez irritado com os gritos desesperados da sua vítima, o algoz deu-lhe com o maço na cara. Ficou irreconhecível.

Como todos os grandes espectáculos, este também teria um final inesquecível. Tinha sido um longo dia. A tarde pusera-se lúgubre e já murchava sob as nuvens pesadas que tapavam o Sol mortiço daquele Janeiro chuvoso. No canto sombrio do interior da carruagem, Sebastião

José de Carvalho e Melo observava tudo, tapando o nariz com um lenço perfumado, satisfeito com o efeito chocante daquele desfile de horror que ele planeava ao pormenor. Era exactamente o que pretendia, um dia sordidamente memorável em troca de décadas de paz. Depois daquela lição, confiava que nunca mais, em lugar algum do reino, haveria uma única alma que se atrevesse a levantar um dedo contra a autoridade do rei e do seu governo. E a lição valia tanto para nobres e plebeus, como para religiosos. Enquanto fosse ele a mandar não haveria lugar para opositores nem para poderes paralelos, ninguém o poderia contrariar. Sebastião José de Carvalho e Melo só respondia perante o rei, e esse sabia ele como levar a bem.

A cadeirinha preta trouxe o último dos sacrificados escolhidos para servirem o desígnio perverso do ministro. António Álvares, o criado do duque de Aveiro a quem a sentença atribuiu a responsabilidade de ter apertado o gatilho da arma que ferira o rei, foi trazido ao patíbulo para a derradeira execução.

Mas António Álvares não morreria como os outros, seria queimado vivo. Prenderam-no a um poste e deixaram-no em pânico enquanto preparavam a fogueira por baixo dele e colocavam os corpos das outras vítimas em rodas suspensas, para serem queimados à vista de todos os presentes. Logo que terminaram estes preparos, trouxeram archotes e incendiaram a fogueira por baixo do pobre homem, que se contorcia e gritava à medida que o fogo o envolvia. E berrou durante muito tempo, mesmo quando já era uma tocha humana e o seu corpo em chamas se derretia como uma vela.

Por baixo do palco do maior crime de Estado do século havia lenha acumulada para uma grande fogueira. A uma ordem do comandante, soldados com archotes pegaram fogo a toda essa lenha. Em breve, o patíbulo inteiro ardeu, devorando as aspas, as rodas, os postes e os corpos despedaçados dos desgraçados que tiveram as mortes mais terríveis de que havia memória, para darem o exemplo do que acontecia a quem atacava o rei ou o seu ministro.

Sebastião José de Carvalho e Melo deu um toque na parede da carruagem com a bengala e a sege pôs-se em movimento. Ia ao rei contar o dia.

O ministro ganhou uma influência tremenda sobre D. José, mas também ganhou o ódio perpétuo da princesa D. Maria, futura rainha, que debalde suplicou ao rei, seu pai, que poupasse a vida aos nobres condenados. De tudo culpou Sebastião José de Carvalho e Melo e nunca haveria de o perdoar.

A nefanda sentença de 12 de Janeiro de 1759, que destituiu os nobres condenados de todos os títulos e lhes confiscou todos os bens, também

ordenou a demolição do palácio do duque de Aveiro. Depois de reduzido a pó aquele que fora um dos maiores palácios do reino, o seu terreno foi salgado e proibido para sempre, por ordem régia, que ali se erigisse qualquer outra construção.

José Policarpo assistiu camuflado na população à morte atroz do seu amo, o duque de Aveiro; dos amáveis fidalgos Távora, que conhecera largamente; do seu cunhado António Álvares e o irmão deste, Manuel Álvares, e das restantes vítimas.

Andava há dias a vaguear sem rumo pelas ruas de Lisboa. Desde que fugira pela janela da estalagem e desaparecera na noite, José Policarpo não voltara a ter um abrigo decente, nem uma cama para dormir. Deambulava pela cidade, atento às patrulhas, em permanente sobressalto; resguardava-se à noite, no canto escuro de um jardim ou nas palhas de um estábulo para onde se esgueirava como uma sombra.

Mas não dormia bem, não comia bem, não sossegava um momento e estava esgotado. Fisicamente, já mal se aguentava; psicologicamente, estava de rastos.

Não sabia verdadeiramente o que fazer à vida e até já se surpreendera a ponderar o suicídio. Não era a primeira vez, de tempos a tempos era aliciado por essa ideia tentadora de acarinhar a morte como uma libertação. Ao menos, se aparecesse morto, a sua família seria libertada da prisão e ele não teria de passar pelo tormento da tortura e de uma execução horrível. Mas depois arrendia-se de pensar assim. Não tinha o direito, com os pais e a irmã na cadeia a sofrerem por ele.

Na véspera, soubera que estavam a construir o patíbulo para supliciar os condenados no dia seguinte. Passara a noite em branco, sem poder dormir, atormentado com a culpa. Aquela gente toda ia morrer inocente e ele podia salvar alguns, se se entregasse e confessasse tudo. Podia assumir que fora ele quem dera tiros ao rei, ainda que desconhecesse que D. José ia na carruagem do sargento-mor. Em todo o caso, fora um terrível engano e não se podia culpar os Távora de um crime execrável, a que eram alheios e que nada lhes dizia.

No entanto, logo lhe ocorreu que, se não podia estar certo da inocência do duque de Aveiro, como podia jurar que os Távora ignoravam de facto o atentado? O amo não lhe contara tudo e era possível que, afinal, soubesse que o rei ia na sege de Pedro Teixeira. E se D. José de Mascarenhas soubesse, os Távora, familiares e aliados do duque, também podiam saber.

De qualquer modo, a sentença estava decretada e os réus condenados à morte. Quem é que iria escutar e aceitar como boa a palavra de um criado, para mais, igualmente condenado no mesmo processo? Não, seria inútil entregar-se, nenhum juiz se daria ao incómodo de considerar a sua versão. Se se rendesse, só o juntariam aos outros para engrossar a matança, nada mais.

Ali estava ele, incrédulo, vendo o cunhado António Álvares envolto em chamas, debatendo-se amarrado ao poste e a gritar num desespero de

enlouquecer enquanto era devorado pelo fogo.

As lágrimas escorriam pelo rosto de José Policarpo, escondido pelo capuz da capa que fazia dele só mais um vulto no meio do povo.

Ao lado do poste onde queimavam António Álvares ardia um boneco de trapos, atado a outro poste, com uma tabuleta onde se lia o nome de José Policarpo. Ele assistia à sua própria morte, ainda que simbólica, e tudo aquilo lhe fazia uma tremenda impressão.

Obrigara-se a assistir às execuções, mas precisara de muita coragem para vencer o medo de ser reconhecido e preso. Havia centenas de soldados em redor do patíbulo, a pé e a cavalo, fortemente armados e atentos à multidão. E ele ali, à mão de semear, tão perto dos verdugos que parecia impossível não o verem.

Sobre José Policarpo, Sebastião José de Carvalho e Melo fizera escrever na sentença «contra ele, toda a terra para ser preso». Pois bem, depois do que viu, José Policarpo não desanimou, como seria de esperar. Pelo contrário, ganhou novo ânimo e decidiu que já não se matava nem se deixaria apanhar. Era agora uma questão de honra, como se a sua sobrevivência fosse a vingança por aquelas mortes cruéis e desumanas.

As bestas insensíveis que usavam o poder e a lei para matar pessoas inocentes haveriam de passar pela humilhação do fracasso. José Policarpo estava disposto a tudo para se manter vivo e livre. Seria astuto e audaz, teria mil caras para não o reconhecerem, seria o mestre do disfarce e estaria no meio deles, como hoje, sem que notassem a sua presença.

Os homens que o procuravam, sobretudo Sebastião José de Carvalho e Melo, haveriam de passar pela vergonha de não conseguirem capturá-lo. Ele, sozinho contra o mundo, estava determinado a escapar-lhes por entre os dedos uma, duas, mil vezes, as que fossem necessárias para continuar a rir-se deles pela vida fora. E a atormentá-los por não serem capazes de o apanhar, apesar de todos os soldados, das justiças, até dos embaixadores buscando-o por países amigos. Haveria de passar incógnito e livre por toda essa terra que Sebastião José de Carvalho e Melo, na sua soberba, designara contra ele para ser preso.

Ao presenciar o horror daquelas execuções, que se tornavam absurdas de tão violentas, José Policarpo perguntou-se, estupefacto e aterrado, como tinha sido possível ter-se chegado àquilo, como podia um ajuste de contas com o sargento-mor ter acabado num banho de sangue medonho.

Não se massacrava daquela forma, na praça pública e dando largas a uma crueldade tremenda, as melhores famílias do reino sem uma razão muito forte, isso ninguém precisava de lhe explicar, que ele sabia. O que não entendia era o que despertara a raiva cega do regime, que parecia espumar pela boca dos seus verdugos enquanto esmagava sem piedade pessoas que, ainda na véspera, conviviam à mesa do rei.

Não lhe fazia sentido, era tudo demasiado excessivo, as penas, as execuções, a brutalidade capaz de ferir até a sensibilidade mais rústica e imperturbável. A reacção desproporcionada da justiça não se justificava, porque teria bastado aos juízes ouvir os criados e os amigos dos acusados para compreenderem que eram, quase todos, inocentes. Então, porque os mataram? Porquê aquela farsa?

José Policarpo dava voltas à cabeça para achar uma explicação coerente com os acontecimentos e só conseguia chegar a uma conclusão: política. O julgamento, as condenações, as famílias aniquiladas, só se podiam resumir numa luta pelo poder feroz e arrasadora.

De modo que ele se podia considerar uma mosca insignificante que pousara no meio de uma guerra sangrenta de gente superior. E, como mosca que era, podiam esmagá-lo a qualquer momento e ser logo esquecido, porque não tinha importância nenhuma.

António Álvares deixara enfim de gritar. O seu corpo caíra enrodilhado no chão como um pedaço de carvão incandescente, depois de as amarras queimadas terem deixado de o prender ao poste. O patíbulo, todo tomado pelas chamas, ardia largamente. Uma fogueira imensa erguia-se no ar, atizada pelo vento forte que se levantara e o fogo, reflectido nas nuvens, podia ser visto a muitos quilómetros. Uma chicotada de chuva açoitou a terra e as pessoas, mas nem assim enfraqueceu o calor infernal que se podia sentir no rosto, mesmo a uma distância segura.

A tropa continuou a manter um cordão em volta do patíbulo, que arderia pela noite fora e amanheceria em cinzas fumegantes. A carruagem de Sebastião José de Carvalho e Melo já lá ia e os juízes e os fidalgos que se tinham prestado ao horror de ver os seus próximos serem massacrados, para que não fossem igualmente acusados de deslealdade ao rei, também se foram. O povo, que aguentara firme tantas horas de terror, desmobilizou. José Policarpo limpou as lágrimas com a mão, aconchegou melhor a capa e o capuz que o cobriam e seguiu a corrente, afastando-se dali.

A caminho do Paço na carruagem, Sebastião José de Carvalho e Melo não pôde sorrir, ainda que sentisse orgulho da mestria com que gerira a aniquilação dos seus adversários políticos e a machadada profunda na Companhia de Jesus.

Com efeito, a encenação do julgamento secreto fora genial. Nada do que acontecera no Tribunal da Inconfidência poderia transpirar, porque fora classificado como segredo de Estado. Mas a sentença já atribuía aos jesuítas a autoria moral do atentado a Sua Majestade. E apesar de os discípulos do Santo Inácio de Loyola serem intocáveis por estarem protegidos pelas leis do Vaticano, a derrocada da Companhia de Jesus era agora uma inevitabilidade.

O ministro mandara anexar à sentença um texto que definia as *Providências* a tomar para prevenir as *maquinações* dos jesuítas, que recusavam a autoridade do rei e incitavam à rebelião. Escreveu-se nesse texto que se deveria encerrar em breve os colégios dos jesuítas, substituindo-se neles os padres por professores laicos. E pagar-se-ia os ordenados desses professores com o dinheiro arrecadado do sequestro de todos os bens da Companhia de Jesus.

Sebastião José de Carvalho e Melo observou melancólico as grossas gotas de chuva que escorriam pela vidraça da portinhola da sege. A cadência do trote dos cascos dos cavalos soava abafada na lama. A tormenta fazia correr a água como pequenos riachos na estrada de terra empapada e já se abriam buracos, fazendo sacolejar a carruagem. Incomodado, o ministro praguejou entre dentes contra a condução do boleeiro, como se o homem tivesse culpa do mau estado das estradas do reino.

Por muito que lhe pesasse na consciência a barbaridade que dizia a si próprio ter sido obrigado a infligir aos seus inimigos, o ministro sentia uma sensação de missão cumprida e algum alívio por se ter livrado da oposição mais feroz ao seu governo.

Tinham-se acabado os conclaves da nobreza descontente e dos jesuítas em casa dos Távoras. Embora o marquês de Távora pai não fosse o político suficiente para liderar um movimento capaz de o derrubar, a marquesa D. Leonor era bem mais determinada e ameaçadora dos interesses de Sebastião José de Carvalho e Melo. Se não fosse mulher, certamente que já teria tomado as rédeas da oposição há muito.

De qualquer modo, as intrigas contra o preferido do rei avolumavam-se e o ministro receava que, com o tempo, emergisse um líder que reunisse à sua volta toda a poderosa nobreza para o derrubar. Vira-se, por isso, na contingência de cortar o mal pela raiz, antes que fosse demasiado tarde. *Eram eles ou eu*, pensou Sebastião José de Carvalho e Melo, lutando para se manter direito na periclitante carruagem que chocalhava perigosamente

nos buracos da estrada que o levava ao Paço.

Ia sossegar o rei medroso que acreditara na sua versão de que se achava cercado por nobres ambiciosos e capazes de o matar para alcançarem o poder. Diria ao rei que podia tranquilizar-se, pois já estava em segurança. Na realidade, era ele quem se sentia mais seguro. A alta nobreza recebera um sério aviso. Agora, todos sabiam o que os esperava se conspirassem contra ele.

O anão Chico sentou-se na sua cadeirinha de criança ao lado da poltrona do amo e, vendo-o soturno, presenteou-o com uma gargalhada estridente.

— Os traidores arderam como porcos no espeto! — exclamou, fazendo uma careta e soltando os grunhidos entrecortados do porco que imitava.

O amo não achou graça, deu-lhe uma palmada na nuca.

— Sai — ordenou, lívido. — Mais uma piada dessas e ponho-te fora desta casa a pontapé.

O anão Chico engoliu em seco, desceu da cadeirinha, saiu da sala em passinhos incertos nas suas pernas arqueadas, com os ombros a bambolear.

Fora acolhido em casa do conde de Montargil já lá iam uns anos, ainda antes do terramoto. Eram tempos felizes. Como noutras grandes e nobres casas, o anão era quase um animal de estimação que se passeava livremente pelos salões e a quem se permitia dizer toda a espécie de disparates, porque se tomavam por inconsequentes. O anão Chico existia para divertir o amo. Quando o conde de Montargil se queria rir, mandava chamá-lo.

Mas hoje o conde não estava virado para graçolas. Mortificado, ainda revivia na mente transtornada as imagens dos seus queridos amigos despedaçados pelo ferro no patíbulo mandado erguer pelo rei e o seu ministro. Assistira a todo aquele horror, não por medo a Sebastião José, esse homenzinho mesquinho e desprezível que não esquecia uma afronta, mesmo que imaginada. Fora voluntariamente assistir ao calvário dos Távora tão-só por amizade, porque lhes devia a sua presença ao lado deles naquela hora terrível. Pareceu-lhe impossível não os acompanhar até ao fim.

Tinha grande carinho pela marquesa D. Leonor, boa amiga, a quem reconhecia o espírito honesto e a personalidade forte; e era afeiçoado ao marquês D. Francisco de Assis, tanto quanto seria a um irmão, se o tivesse.

Derreado na poltrona, na biblioteca, não tanto pelo esforço de um dia inteiro equilibrado na muleta, mas pelo choque da violência sangrenta que lhe fora lançada à cara, como uma mensagem, um aviso solene aos poucos homens de honra e de coragem que restavam na nobreza acobardada.

Mal podia falar, sentia-se enojado e emporcalhado. Tinha ganas de matar alguém, o Sebastião José, o próprio rei que mandava estraçalhar os seus. Se fosse mais forte, se não lhe faltasse uma perna, quem sabia, agora assim, que podia fazer...

D. Carlota Justina entrou na biblioteca e encontrou o pai abandonado na poltrona ao lado da lareira, onde o lume adormecia em escassas brasas num manto de cinza.

— Ouvi-o chegar, meu pai.

Ele nem o casaco tirara, desabara só na poltrona, triste e emudecido. A

muleta rolara para o chão e ali ficara. O conde, rodeado de estantes pejadas de livros, de sabedoria, não encontrava explicação suficiente para aquele dia. Era tudo tão excessivo... Olhou para a filha, perplexo.

— Já me contaram — disse ela. — É horrível.

— Temos o rei refém de um déspota — rosnou, a estourar de rancor. — Isto não é um país civilizado, não há progresso, nem evolução intelectual. Estamos nas mãos de uma canalha que governa o reino. Estava ali enterrado na lama, a assistir àquela selvajaria, e não era só eu, era o reino inteiro enterrado na lama.

D. Carlota Justina agachou-se frente ao pai e encostou a cabeça no seu peito. Ele abraçou-a com força ao senti-la soluçar um choro silencioso. Ele próprio tinha lágrimas que lhe escorriam pela cara e lhe molhavam a barba.

Ao outro dia o Sol voltou cintilante, a jorrar luz numa manhã muito azul e cristalina, como que a querer fazer esquecer a tragédia injusta de que Lisboa inteira falava. D. Carlota Justina mal dormira, toda a noite atormentada com um pesadelo sangrento, onde os seus amigos ardiam numa grande fogueira, enquanto os carrascos embuçados riam desalmadamente em volta do fogo por eles ateados.

Levantou-se da cama bem cedo e agitou a pequena campainha na mesa-de-cabeceira. Uma criada acudiu para a ajudar a vestir-se. Escolheu um simples vestido florido e foi mordiscando de um prato fruta variada, enquanto se arranjava. Ao passar das nove horas, foi à rua sozinha, numa revolta contra as regras firmes da sociedade. Uma senhora de qualidade não ia à rua se não fosse à missa ou visitar alguém, e muito menos o fazia a pé e sem ser acompanhada. Mas D. Carlota Justina entendeu que, num país onde o rei mandava partir os ossos e queimar na fogueira as pessoas mais nobres, ela podia bem mandar as regras à fava.

Escapuliu-se por uma porta lateral sem que a vissem e foi descendo a rua, incógnita numa capa vermelha, em direcção ao Chiado. O sol aberto, dourando o dia, convidava a passear, mas o frio de Janeiro impunha-se cortante. No entanto, D. Carlota Justina, sentindo-se recompensada com aquele banho de liberdade, parou um momento a respirar largamente o ar, maravilhada com a agitação das ruas cheias de vida. Logo ali, prometeu a si mesma fazer mais surtidas secretas ao mundo real. Era tão protegida desde criança que nem conhecia bem a sua própria cidade. Vivia quase confinada à casa onde nascera e aos seus vastos jardins, como se não fosse seguro, nem decente, andar fora de muros, misturar-se com as pessoas comuns.

Desceu ao rio. Espantou-se com o estaleiro em que estava a Baixa em reconstrução; ficou chocada com os refugiados do terramoto que continuavam a sobreviver em acampamentos indigentes; descobriu o mercado onde costumava mandar os criados às compras. Embrenhou-se no

bulício dos vendedores, das pessoas a regatear o preço das hortaliças, das batatas, da fruta. Deambulou por ali, ao longo das bancas, absorvendo o ambiente, vendo tudo. Um comerciante saiu de cacete em riste atrás de um rapazinho esfarrapado que lhe roubou uma maçã e desapareceu na multidão. Logo ao lado, estourou uma discussão entre vendeadeiras que disputavam uma cliente embaraçada que contava moedas de cabeça baixa para pagar uma couve.

Era então assim a vida das pessoas que não tinham palácios, carruagens, cavalos, criados, pensou. Que coisa extraordinária!

Um homem alto, dobrado numa muleta, um pedinte de rosto tapado pelo capuz da capa que o cobria, aproximou-se de D. Carlota Justina.

— Tendes uma moeda, generosa senhora?

Ela teve uma careta de repulsa, começou a afastar-se.

— D. Carlota! — chamou-a a voz anónima debaixo do capuz.

Ela voltou-se ao ouvir o seu nome. Deu um passo cauteloso na direcção do pedinte, inclinou a cabeça para espreitar por baixo do capuz, pasmou ao reconhecê-lo.

— José Policarpo, que faz você aqui?! — exclamou baixo a ralar-lhe.

Olhou em redor, aflita.

— A moeda — segredou ele. — Finja que sou pedinte.

Ela socorreu-se da bolsinha que trazia, quis abri-la com as mãos a tremer.

— Não se apresse — disse ele. — Preciso da vossa ajuda, senhora. Se sairdes do mercado, sigo-vos e poderemos falar num lugar mais calmo.

D. Carlota Justina abriu enfim a bolsinha, tirou uma moeda, estendeu-lhe a mão. Ele recolheu-a, dizendo-se agradecido. Por cima do ombro dela, viu uma patrulha que se aproximava por entre as bancas dos vendedores.

— Soldados — disse. — Saia já daqui. Eu sigo-a.

Ela olhou para trás e tremeu toda ao vê-los, graves, de cenho franzido, impondo respeito. Ficou um momento sem se poder mexer, paralisada de medo, muito vermelha. Mas depois voltou-se e ele já não estava lá. Procurou-o com os olhos, angustiada, mas tinha desaparecido.

Passou pelos soldados sem os fitar, concentrada na roda da saia que arrastava pelo chão. Afastou-se na direcção contrária à deles. Não parou mais, já desinteressada do mercado, furando pelas pessoas, à sombra dos toldos presos no topo das bancas. Seguiu por esse corredor estreito até ao fim da confusão e continuou a andar.

Tomou o caminho de casa e, ao virar uma esquina, descobriu o seu pedinte ali à frente, esperando-a numa rua pouco movimentada, quase deserta. Perguntou-se como fazia ele aquilo de aparecer e desaparecer, mas estava demasiado nervosa para se perder em detalhes.

Ultrapassou-o sem se deter. Ele alcançou-a em duas passadas e acompanhou-a.

— Que me quereis? — perguntou-lhe, com os olhos no chão.

— Preciso de ajuda, porque não tenho onde me esconder. As saídas da cidade estão todas bloqueadas pelos soldados. São só uns dias, até encontrar maneira de fugir de Lisboa.

Ela estacou subitamente, a abarcar a gravidade do que ele lhe pedia.

— Santo Deus, homem, anda o reino inteiro à sua procura!

— Bem sei, é um desespero.

— O que me pede é uma loucura. Há dezenas de criados em casa. Se algum deles descobrir que o escondo, poderá denunciar-nos. Sabe o que nos acontece, se formos apanhados a dar refúgio a um foragido?

— Sei, é verdade, é de mais, não devia ter-vos pedido isto, senhora. Não era minha intenção pôr-vos em perigo.

— Mas é isso mesmo que está a fazer, José Policarpo.

— Não o farei mais. As minhas desculpas, vou-me já embora e não voltareis a ver-me — disse, frio com aquela mulher que, ainda recentemente, salvara dos escombros do terramoto e que agora se recusava a correr riscos para lhe retribuir o que fizera por ela e pelo seu pai.

José Policarpo pôs-se em movimento, sem se virar, sem suplicar, dando passos largos, com uma expressão de pedra. Ia cheio de cólera, arguindo consigo mesmo que estava rodeado de cobardes. Mas depois lembrou-se do que o ministro fazia aos seus inimigos e isso apaziguou-lhe o rancor. Não podia censurar D. Carlota Justina por ter medo de um ministro que governava pelo terror. Mas não iria desistir, haveria de se safar sozinho.

Nisto, uma mão pousou-lhe no ombro.

— Espere! — ouviu atrás a ordem.

D. Carlota Justina ambicionava vingar o fim indigno dos seus amigos fidalgos, assassinados no patíbulo. Mas compreendia que sair clandestina à rua tapada por uma capa era só o exercício fútil de uma rebeldia que em nada servia a memória dos Távora.

Era necessário fazer mais, humilhar o Sebastião José. Contrariar os seus esforços para capturar o homem que dera tiros ao rei, impedi-lo de entregar a cabeça do verdadeiro culpado a D. José, isso sim, estava ao seu alcance fazer e seria muito prejudicial ao ministro. Deixá-lo-ia mal conceituado aos olhos de Sua Majestade.

Ela não teria a ingenuidade de depreender que semelhante falha seria a morte do político, mas desacreditá-lo-ia e permitiria que o rei entendesse que, afinal, o seu extraordinário ministro não era infalível, porque deixava andar por aí à solta um homem perigoso que atentara contra a vida dele.

Vendo José Policarpo afastar-se, ocorreu a D. Carlota Justina que a felicidade duradoura não era possível, porque as coisas más se intrometiam a todo o tempo e ninguém estava a salvo de uma desgraça. Não obstante, dependia só das pessoas impugnar a adversidade. A felicidade exigia sacrifício. Onde estaria ela agora se José Policarpo não tivesse virado o mundo para tentar salvar Arlete? Morta, provavelmente. E, se José Policarpo falhara o seu propósito de salvar a mulher amada, ao menos conseguira que ela morresse em paz, reconfortada na certeza de que ele viera para a socorrer. No entanto, ela e o papá deviam a vida ao sacrifício de José Policarpo. Tinha, portanto, uma séria dívida com aquele homem.

Correu para o alcançar, deitou-lhe a mão ao ombro para o parar.

— Espere! — disse.

José Policarpo voltou-se surpreendido. D. Carlota Justina, corada, ofegava.

— Aonde vai? — perguntou ela.

Ele encolheu os ombros, quase fatal. Ia para algum lugar menos exposto, onde pudesse sobreviver mais um dia.

— Dou-lhe guarida por alguns dias — disse ela. — Até arranjarmos uma solução para o tirarmos da cidade em segurança.

Ele fitou-a nos olhos, desconfiando da coragem dela.

— Estais segura?

Ela abanou a cabeça determinada.

— Não podia estar mais.

Nessa noite, como combinado, José Policarpo aproximou-se silencioso da casa dos condes de Montargil, deslizou como uma sombra ao longo do muro da propriedade e entrou pelo portão. D. Carlota Justina encarregara-se ela mesma de que estivesse destrancado para que ele pudesse abri-lo sem

ser visto.

Empurrou o portão devagar, com um leve chiar de gonzos. Espreitou para dentro, cauteloso. A casa adormecia, toda apagada, com as portadas verdes das janelas fechadas. Um luar discreto, embebido em nuvens soltas, alvejava as paredes caiadas. José Policarpo aventurou-se, amortecendo a passada ligeira no caminho de gravilha que contornava a casa. Passou pela entrada principal, que tinha um pequeno alpendre assente em duas colunas jónicas no lugar do pórtico monumental que desabara no terramoto.

Assomou a um canto da casa que dava para uma larga frente relvada nas traseiras, onde se percebiam os labirintos de arbustos esculpido pelas tesouras dos jardineiros. Ao longe, indistintamente, no limite da relva, uma barragem de plátanos e depois uma mancha negra absorvia o lúgubre interior da mata.

Embrenhou-se na mata, seguindo as indicações, quase às apalpadelas, buscando um barracão de paredes descoloridas que deveria surgir numa clareira, bem dentro do bosque imerso na mais profunda escuridão. Foi andando muito devagar, de braços estendidos, chocando com as árvores, tropeçando em raízes, açoitado pelos ramos baixos, até dar com ele.

O barracão, há muito abandonado e esquecido, fora em tempos remotos utilizado para guardar ferramentas e equipamento dos animais, mas, com a construção do estábulo junto à casa, tinha perdido utilidade e deixara de ser usado. Ficara a apodrecer, fechado e ignorado, até D. Carlota Justina se lembrar de que tinha ali o esconderijo perfeito para acoitar José Policarpo.

Empurrou com força a porta de madeira empenada, entrou. Demorou um momento a habituar os olhos ao denso negrume do interior, que inicialmente lhe pareceu insondável. Mas, aos poucos, as formas das coisas foram ganhando os seus contornos e José Policarpo pôde orientar-se no espaço das quatro paredes.

Era um lugar precário, húmido e poeirento, quase todo ocupado de mobília velha que, entretanto, alguém despachara para ali. O chão de madeira, branco de pó, estalava a cada passo. Um armário de estantes caídas alojava extraordinárias teias de aranhas; enalhada mesmo no centro da divisão, uma nobre cómoda com entalhes dourados e tampo de mármore estorvava os movimentos. A única janela do barracão era quadriculada e os vidros, de tão sujos, eram impenetráveis. No entanto, um deles estava partido e o vento de fora uivava e fazia um frio tremendo.

José Policarpo descobriu em cima de uma cadeira de palhinha rota uma grossa manta que D. Carlota Justina, precavidamente, lhe deixara, juntamente com uma almofada e duas maçãs. Largou a muleta que lhe servia o disfarce, estendeu a manta num canto mais abrigado e deitou-se, a comer as maçãs, antes de adormecer.

O Hospital Real de Todos os Santos, que foi pasto das chamas do grande incêndio que se seguiu ao terramoto, esse hospital, que era o principal do reino e a que apelidavam dos pobres, foi transferido, por ordem de Sebastião José de Carvalho e Melo, para novas instalações.

Simbolicamente, a 3 de Setembro de 1759, data do primeiro aniversário do atentado ao rei, o ministro fez publicar o decreto devastador que determinou o apocalipse dos jesuítas. Essa lei definitiva declarou os padres da Companhia de Jesus *desnaturalizados, proscritos e exterminados* em Portugal e nas colónias.

Em conversa amena com os seus dois secretários de Estado mais próximos, Luís da Cunha Manuel e Tomé Corte Real, o ministro regozijou-se deste tremendo golpe. Era preciso eliminar a besta, disse.

— Ataca-se de uma vez, em força, em todas as frentes, numa acção concertada e célere, de modo a prevenir qualquer reacção da parte dos defensores dos padres ou perturbações da ordem pública. É a única maneira.

Sendo que a *besta* eram centenas de padres, dezenas de casas, todos os colégios do reino!

Mas Sebastião José de Carvalho e Melo estava entusiasmadíssimo. Três meses antes, a 6 de Junho de 1759, o rei recompensara-o pela sua acção rápida e decisiva no caso dos Távoras. Era dia de festa, D. José comemorava os 45 anos de idade, mas o maior presente recebeu-o o seu primeiro-ministro, ao fazê-lo conde de Oeiras. O rei surpreendeu-o durante a cerimónia de gala na Ajuda ao anunciar que lhe conferia o título, com todas as honras e os privilégios, em reconhecimento da sua dedicação e lealdade.

De modo que, além de poderoso, passara a ser também um grande do reino. E agora o conde de Oeiras, na sua obsessão antijesuítica, confiscava todos os bens da Companhia de Jesus, prendia e deportava os padres, desmantelava, enfim, pedra a pedra, todo o império jesuíta em território português.

Um dos colégios apreendidos aos padres foi o de Santo Antão, um edifício muito vasto onde foi instalado o novo Hospital Real de Todos os Santos, mas agora com o nome de Hospital Real de São José, em honra do rei D. José.

Na enfermaria das febres, a enfermeira Consolação ocupou-se a arejar uma cama que acabara de vagar porque o médico de serviço ordenara a transferência do seu ocupante para a enfermaria dos incuráveis.

A enfermeira Consolação tinha as suas dúvidas sobre a decisão do facultativo. Realmente, o doente não lhe parecia nada incurável. Tinham-no sangrado na véspera e, embora transparente como um espectro, passara bem a noite.

Provavelmente, ela sabia tanto ou mais que o médico. Hoje em dia, a língua de médicos era tanta, que os hospitais não se faziam de rogados com os que conseguiam recrutar. Mas encolheu os ombros e cingiu-se ao trabalho que lhe competia. Essas graves decisões sobre quem vivia e quem morria não lhe cabiam e a enfermeira Consolação já percorrera a sua própria via-sacra para ali chegar. Não precisava de arranjar problemas.

Ama de D. Carlota Justina desde bebê, dona Consolação acabara por ser escorraçada de casa pela menina dos seus olhos. Está bem que ela deixara a menina Carlota Justina à morte e à sorte, juntamente com o paizinho, o senhor conde, e com a Arlete, os três debaixo dos escombros do terramoto. Mas fora uma fraqueza, um terror que lhe dera. Que poderia ter feito ela, se estava paralisada de medo, escondida no armário da roupa, onde se enfiara?

Enfim, a menina não fora compreensiva e despejara-a na rua logo depois do terramoto, quando não havia uma casa inteira em Lisboa e ela não tinha a quem recorrer. Uma crueldade sem nome, isso sim. Dona Consolação nunca perdoaria a menina Carlota Justina por tamanha maldade.

Estivera meses no acampamento do Terreiro do Paço, onde os desalojados resistiam ao frio debaixo de uma lona, e à fome com uma malga de sopa e um naco de pão. Foram tempos duros. A solidariedade no Terreiro do Paço foi como vela de pavio curto. Logo veio ao de cima o pior da alma humana e, mesmo com a guarda por perto espreitando os prevaricadores, aquele acampamento era quase desumano.

Dona Consolação sabia que o bom senhor Sebastião José de Carvalho e Melo — que Deus o protegesse — cuidava dos pobres e dos desvalidos e mandara erigir bem altas as benditas forcas, onde balouçavam pelo pescoço os ladrões, os assassinos e os violadores, mas, ainda assim, uma mulher sozinha e avançada nos seus 46 anos passara muito para não morrer à fome e ao frio.

Só ela sabia o que tivera de fazer para sobreviver. Oferecera-se a um rústico de capote, que se aproximara dela na fila para a sopa e a livrara de passar mais um dia sem comer. Era um homem compacto, de costas largas e bigodes de pontas reviradas, muito sólido e suficientemente forte para esbofetear quem quer que fosse que tentasse impedi-lo de se chegar à frente para reclamar a sopa.

Ela, viúva desamparada, ele, marinheiro naufragado, entenderam-se. Dona Consolação, correndo o risco de morrer à fome, pôs-se debaixo da asa protectora do marinheiro sem barco. Acompanhou-o à barraca dele e sentou-se a comer a sopa em cima de uma velha arca de mapas.

Muito apumada e grave, coberta de um luto severo, abotoada até ao pescoço no seu vestido preto, com o Cristo na cruz aninhado entre os seios,

dona Consolação lá acabou por ceder às súplicas do homem, que insistiu muito para que ficasse a dormir na tenda dele.

— Aqui comigo, a senhora fica em segurança — argumentou, genuinamente preocupado. — Este acampamento é uma selva, mas nada receie, porque eu protejo-a.

Como era uma senhora séria e devota e a tenda não lhe oferecia privacidade, o marinheiro dividiu-a ao meio com uma lona pendurada. Aliviada, dona Consolação acreditou que estava segura com aquele homem correcto, bom e desinteressado, que lhe trazia a sopa todos os dias e lhe dava espaço para rezar o terço.

No entanto, não tardou muito para o honrado marinheiro sentir um nervoso miudinho com a presença de fêmea na tenda e passar por baixo da precária lona que os separava. Alarmada, dona Consolação voltou-lhe ostensivamente as costas e encolheu-se a um canto, agarrando-se com unhas e dentes ao Cristo e à castidade.

Mas o marinheiro, em ânsias, não se conteve, levantou-lhe a saia e investiu nela por trás, com toda a rudeza de uma necessidade urgente. Dona Consolação, como senhora honrada que era, não se debateu nem disse nada. Suportou a invasão em silêncio e com muita dignidade, mordendo o lábio para não se trair e só deixando escapar um ligeiro gemido prazeroso quando ele, já lançado, teve as derradeiras investidas para se satisfazer.

Na manhã seguinte não falaram do sucedido, tal como não falaram em todas as outras vezes em que ele a tomou à bruta por trás e a trespasssou com todo o vigor da sua virilidade. Enquanto tivesse a sua sopa e o seu terço, dona Consolação estava determinada a aguentar corajosamente todos os assaltos à sua castidade.

Quis a vida e a sorte que dona Consolação ficasse ligada pelo infortúnio ao seu marinheiro encalhado, mas valeram-lhe a inteligência e a astúcia para saber tirar proveito até dos piores momentos.

Não obstante, o arranjinho de conveniência daquele improvável casal acabou por se complicar quando o robusto marinheiro, que parecia uma rocha, foi ao chão de uma assentada, agarrado ao coração à hora de maior calor. Tinha estado a ajudar os vizinhos a prender melhor as tendas, a esticar cabos. Depois vieram os suores frios, a dor no peito, o desmaio.

Logo nos dias seguintes ao terramoto, o enérgico Sebastião José de Carvalho e Melo mandou convocar todos os facultativos, cirurgiões e restante pessoal médico disponível, para assistirem aos feridos tresmalhados pela cidade. Mas, ainda que o ministro fosse incansável e diligente, não havia soluções milagrosas para tamanha ruína. O Hospital Real de Todos os Santos estava em escombros, faltavam camas, material hospitalar, médicos. Enfim, faltava tudo menos feridos. Esses, havia-os caídos por todos os lados, tropeçava-se neles pelo Rossio, pelo Terreiro do

Paço, por praças e jardins, onde quer que houvesse um espaço ao ar livre que desse para acampar.

Em Maio do ano seguinte, seis meses depois do terramoto, já estavam em funcionamento quatro novas enfermarias, mas até lá foi necessário improvisar. Acomodaram-se os doentes em mosteiros e casas particulares.

O marinheiro de dona Consolação foi levado numa carroça para uma dessas enfermarias provisórias, montada nos celeiros do conde de Castelo Melhor. Dado como morto à chegada, o homem só não foi logo despejado na vala do cemitério porque dona Consolação, inconformada, se obstinou muito para que o ressuscitassem. E, justamente, o que aconteceu depois só se podia explicar com um milagre.

Assim como esteve morto na maca — largos minutos sem respirar, sem dar acordo, com olhos vítreos — o marinheiro também voltou à vida de modo espontâneo e, quando o médico o foi ver, já respirava sem ajuda.

E, ainda que não tivesse voltado a recuperar a lucidez, aguentou-se três longos anos a babar-se na cama, tendo sempre à cabeceira dona Consolação, inexcusável na sua dedicação. Ela viu uma oportunidade naquele enfarte providencial e fez os impossíveis para o manter à tona da vida o máximo de tempo que conseguiu. Foi uma sorte porque, para acompanhar o enfermo, dona Consolação acabou a viver nos quartos da enfermaria, o que era muito melhor do que viver numa tenda do Terreiro do Paço.

Igualmente, aprendeu com as enfermeiras a cuidar dos doentes. Nos primeiros tempos, foi instruída para tratar do seu paciente. Mostraram-lhe como fazer para o alimentar sem deixar que sufocasse; explicaram-lhe as manobras para o lavar e para lhe mudar a roupa, ou para o voltar na cama, de modo a prevenir as escaras da imobilidade.

O marinheiro definhava, mas era um vegetal e não lhe tomava o dia todo. Nas horas soltas, dona Consolação oferecia-se para ajudar as enfermeiras com os outros pacientes. Eram tempos difíceis e elas não regateavam a ajuda. Pelo contrário, ensinaram-lhe tudo o que sabiam e até lhe deram um uniforme. Ganhou muitos e valiosos conhecimentos sobre enfermagem e, como tinha jeito, tornou-se, de facto, uma delas. Em breve, até já a incluíam na escala das rondas.

Com efeito, passavam três anos desde que o marinheiro tivera o enfarte quando, surpreendentemente a meio da noite, despertou sem que nada o fizesse prever. Saiu da longa hibernação e sentou-se na cama, pasmando para dona Consolação distraída a ler o seu opúsculo.

— Água! — pediu, sem a reconhecer de uniforme.

Ela deu um salto na cadeira e ficou muito direita, de olho esbugalhado.

— Água?

— Sim, por favor. Estou sedento, senhora enfermeira.

Embaraçada, relanceou pela enfermaria um olhar comprometido, mas, vendo que o quarto dormia e não havia enfermeiras por perto, sossegou e foi buscar o jarro de água.

— Aqui tem. Tente beber devagar.

Ele dardejou-lhe um olhar irritado, ignorou a recomendação, bebeu sofregamente. Mas logo fez um estranho barulho de cano entupido e regurgitou a água em golfadas. Depois teve um derradeiro ronco, antes de se dar o colapso.

O marinheiro de dona Consolação, que todos pensavam ser o seu marido, morreu espantado, de olhos abertos. Ela teve um suspiro de alívio, porque, embora nunca tivesse dito tal coisa, também não desfizera o equívoco. De modo que perdeu o marido pela segunda vez e voltou à condição de viúva.

Assim, depois de fazer um funeral apropriado ao seu marinheiro, dona Consolação regressou à enfermaria, onde continuou a trabalhar, até ser transferida com as outras enfermeiras e o pessoal médico para o recém-inaugurado Hospital Real de São José.

A breve estadia de José Policarpo no barracão abandonado na propriedade do conde de Montargil ameaçava eternizar-se. Confinado à casinhota perdida bem dentro do bosque, começava já a recear mais morrer de tédio do que no patíbulo que o esperava se fosse capturado pelos malsins do conde de Oeiras.

Obstinado, Sebastião José de Carvalho e Melo recusava-se terminantemente a franquear as entradas e saídas da cidade enquanto não lhe trouxessem José Policarpo agrilhado.

— Os controlos militares são para manter e assim ficarão o tempo que eu considerar necessário! — declarou, autoritário, sentado na sua cadeira de alto espaldar, no gabinete onde despachava, rodeado de burocratas medrosos e obedientes.

O conde de Oeiras não confiava em secretários desembaraçados que tomavam a iniciativa, antecipando-se às suas ordens, e abominava soluções em cima do joelho. O planeamento minucioso, as decisões pensadas e repensadas, eram a sua segurança.

De modo que se irritava supinamente se o iam pressionar com falinhas mansas para que levantasse os controlos militares. Os postos não deixavam fluir o comércio, constringiam a economia da capital, pois sim, mas, a ele, o que o constringia realmente era que todas as justiças, todos os corregedores e todos os militares do reino não pudessem localizar e capturar um simples saloio, um rústico, um plebeu sem importância!

Tinha fúrias bíblicas, o conde de Oeiras. Nunca imaginara que José Policarpo pudesse ir longe, mas continuava a não saber dele e mandava chamar o corregedor de comarca, o intendente, o general, o embaixador, e a todos, à vez, dava orientações precisas para o capturarem.

Meses passaram. E depois passaram anos. Ainda que procurado por todos os cantos do reino e por essa Europa fora, ninguém sabia de José Policarpo. Apesar da oferta de uma extraordinária recompensa de dez mil cruzados para quem o capturasse, o fugitivo não voltou a ser visto. Simplesmente, desapareceu da face da Terra.

Na realidade, José Policarpo nunca saiu de Lisboa e até estava bastante perto do conde de Oeiras, escondido no bosque da propriedade do conde de Montargil que, ironicamente, morava na Rua Formosa, a mesma da casa de Sebastião José de Carvalho e Melo, agora arrendada a uma firma inglesa.

Debalde o conde de Oeiras mandou prender e torturar a família de José Policarpo. Apesar dos tormentos, ninguém o pôde denunciar. Era gente simples e ignorante que jamais resistiria à dor sem abrir a boca, por isso, os interrogadores perceberam que, se os desgraçados não falavam, era porque não sabiam mesmo o paradeiro do familiar.

José Policarpo vivia como um eremita, remetido a um silêncio

introspectivo, que começou pela circunstância de não ter ninguém com quem falar e acabou por ser uma bênção. Deixou crescer uma barba excessiva e habituou-se a percorrer o bosque descalço e com as mangas da camisa e as calças arregaçadas. Era um náufrago em terra firme, que deslizava pelo arvoredor e caçava coelhos com arco e flecha.

Para comer, José Policarpo dependia totalmente de D. Carlota Justina, que lhe levava mantimentos em segredo. Aos poucos, ela ia trazendo-lhe também outras coisas que ajudavam a melhorar a comodidade do barracão. Trouxe-lhe um colchão fino, enrolado e preso por um cordel; levou-lhe mais cobertores e roupa lavada: camisa, calças, um casaco, botas.

Com o tempo, o vetusto barracão começou a dar ares de cabana de campo. José Policarpo fabricou uma vassoura com um pau e ramos de árvore e varreu o chão de uma ponta à outra, obsessivamente, até não restar nem um grão de pó. Lavou os vidros da janela e tapou com um cartão a vidraça partida por onde entrava o frio. Arrumou como lhe dava mais jeito a mobília que tinha sido ali deixada de qualquer maneira e, lentamente, foi ganhando comodidades.

D. Carlota Justina já não lembrava José Policarpo que ele deveria partir o mais breve possível, porque sabia que ele não sobreviveria lá fora durante muito tempo. Mas era uma situação difícil para ela. Por mais cuidados que tomasse, cada visita à cabana representava um risco intolerável. Havia tantos criados, tantos mexericos... No entanto, ela aceitava de boa vontade correr esse risco e talvez até já nem pensasse que fosse assim tão perigoso. O excesso de confiança levava a resultados catastróficos, evidentemente, mas D. Carlota Justina parecia alheia dessa realidade.

Ao mesmo tempo esquivo e contemplativo, José Policarpo tornava-se efectivamente um eremita. A meditação ocupava-lhe vastas horas do dia. Uma vez que não tinha com quem falar, refugiava-se na reflexão.

Mas vivia em estado de alerta. D. Carlota Justina ia ao seu encontro uma vez por semana e em nenhuma dessas visitas o apanhou desprevenido. Era um animal furtivo, um felino camuflado na Natureza, a vigiar. Saía de manhã cedo, para ir buscar água a um tanque esquecido num lindo recanto junto ao muro onde acabava o bosque, no limite da propriedade. Um fresco rumorejar de água corria por um estreito canal que ia verter no tanque. José Policarpo refrescava-se, bebia e enchia uma caneca de estanho para levar.

Por vezes, ficava horas perfeitamente imóvel, sem mexer um dedo, confundindo-se com a paisagem, muito concentrado, atento aos movimentos. Quando D. Carlota Justina o procurava na cabana, ele via-a sempre à distância, deixava-a entrar e só depois ia ao seu encontro.

Ela perguntou-lhe porque tinha atirado contra o rei.

— Não atirei — respondeu. — Foi um acidente, porque só queria acertar no Pedro Teixeira e nem sabia que o rei ia na sege do sargento-mor.

D. Carlota Justina pasmou.

— Quer dizer que aquela gente toda morta, os Távora, o conde de Aveiro, as famílias destruídas, todas essas tragédias se deveram a um engano?

— Sim — disse José Policarpo —, a um engano e ao senhor ministro Sebastião José.

Ninguém sabia melhor o que acontecia na casa de Montargil que o anão Chico. Não lhe escapava uma intriga. E como haveria de escapar, se era ele quem mais as fazia?

Maria Alice, moça de ajudar na cozinha, era rapariga de uma beleza estonteante que lhe valia o assédio de muitos criados da casa. Aos 16 anos, Maria Alice fazia-se já uma mulher de corpo voluptuoso, que trazia os homens sedentos das suas coxas firmes e do decote bem preenchido. Tinha o rosto pintalgado de belas sardas, o narizinho empinado e uma deliciosa confusão de caracóis castanhos que faziam um belo contraste com os olhos de um azul translúcido como água.

Aos dotes físicos da jovem Maria Alice acrescia uma perspicácia e um carácter de grande força e determinação. Se tivesse nascido fidalga, Maria Alice teria sido porventura uma predestinada; tendo nascido plebeia, não seria ninguém. Só lhe restava aproveitar a vida o melhor que soubesse.

Por volta do meio-dia, o anão Chico fez a sua habitual incursão à cozinha. Entrou por ali adentro, fintando os ajudantes azafamados que acudiam às ordens de um cozinheiro histérico que lhes gritava sucessivamente indicações e contra-indicações. Grandes panelas fumegavam ao lume e um cheiro sublime pairava no ar. Os ajudantes repartiam tarefas, uns correndo à despensa, outros descascando batatas e cebolas ou o que fosse preciso cortar para deitar ao tacho. Já os criados punham a mesa e ficavam a aguardar, fardados e enluvados, a ordem de levarem as travessas para servirem os patrões.

Agradava-lhe aquela confusão de nervos antes do almoço, mas sobretudo agradava-lhe ir ver Maria Alice. Ela estava encarregada de lavar a loiça e ele trepava para o balcão ao lado do lava-loiças e ficava por ali a tagarelar.

Embora tivesse o dobro da idade dela, o anão Chico estava apaixonado. Seguia-lhe os passos para onde quer que ela fosse, perseguia-a incansavelmente como um cãozinho de estimação. Maria Alice gostava dele. Enfim, achava-o amoroso e inofensivo e gostava de o ter por perto porque aquela dedicação incondicional fazia-a sentir-se apreciada e, de certo modo, especial.

As pessoas habituavam-se, lá vai a Maria Alice com o seu anão a reboque, diziam. Era frequente vê-la passar seguida pelo anão Chico, sempre a palrar.

Ele seria capaz de morrer por Maria Alice, porém, ela não se inteirava do seu amor porque ele era demasiado tímido e não se declarava. E ela, naturalmente, não via ali mais do que uma boa amizade.

Um amor assim improvável era coisa de folhetim: «A bela e o anão», um absurdo! Maria Alice riu-se quando Arminda lhe disse:

— Mas tu não vês, rapariga?

- Não vejo o quê?
- Que o Chico morre de amores por ti!
- Não sejas tonta. O Chico é o Chico, só isso.
- E isso quer dizer o quê?

Maria Alice encolheu os ombros.

- Sei lá, que ele não pensa nessas coisas.
- Ele não pensa ou és tu que não pensas nessas coisas com ele, por ser anão?

Ela rolou os olhos, amofinada.

- Ora, deixa-te disso. Se te digo que somos só amigos.

Arminda era criada de quarto e muito intrometida.

O conde de Montargil nunca descia ao piso inferior onde ficavam a cozinha e os aposentos dos criados. De resto, o conde nem sequer conhecia muitos dos seus servos. E não era por lhe faltar uma perna que não descia, porque continuava a dar o seu passeio matinal pelos jardins. Era porque não tinha o menor interesse.

Deu-se porém o caso de encontrar Maria Alice, que tinha ido ao galinheiro recolher ovos e voltava à cozinha, cruzando o jardim com um cesto na mão.

O conde, sentado num banco de pedra, de rosto virado ao Sol, aproveitando o calorzinho de um ameno dia de Inverno, abriu um olho curioso ao ouvir passos delicados na gravilha. Encandeado, espreitou por baixo da mão em pala e descobriu-a caminhando no seu passo ligeiro, com o seu vestido adejante, o seu avental branco. Pareceu-lhe que passava um anjo.

Já Maria Alice, vendo que o senhor conde reparava nela, baixou a cabeça e seguiu caminho.

- Espera! — disse ele, impulsivo.

Ela estacou, alarmada.

- Chega-te cá, rapariga.

Ela aproximou-se.

- Como te chamas?

- Maria Alice, senhor — respondeu, fazendo uma vénia de respeito.

- Trabalhas cá em casa há muito tempo?

- Desde pequena, senhor.

Ele cerrou os olhos, como a tentar lembrar-se.

- Sou filha da Alicinha e do Augusto.

- Ah, és a filha da Alicinha!

A Alicinha era uma criada bastante antiga, casada com o Augusto, o velho Augusto, o insubstituível Augusto, o mordomo que impedia que a casa caísse no descabro.

Agora estava esclarecido, mas, que diabo, não imaginava que a Alicinha e o Augusto tivessem uma filha crescida. Lembrava-se vagamente

de a ver uma vez quando ainda usava cueiros e, talvez tempos depois, já criança, a correr pelos jardins. Mas agora, de repente, apresentava-se uma mulher, e como era bonita, caramba!

— Que levas aí?

— São ovos, senhor.

— Deixa ver.

E, estendendo-lhe ela o cesto, o conde pegou num ovo e cheirou-o como se fosse fruta. Um disparate, não sabia o que fazia, enfeitiçado por aquele anjo de cabelos revoltos. Devolveu-lhe o ovo.

— Estás então na cozinha?

— Sim, senhor.

— E costumas vir buscar os ovos?

— Nem sempre, depende se me mandam.

— Pois, muito bem... Vai lá, vai — disse o conde, mas logo, mudando de opinião, tornou a chamá-la, retendo-a mais um pouco. Ela parou, virou-se.

— Volta amanhã, aqui, a esta hora — ordenou-lhe.

Maria Alice corou muito e depois, sem palavras, fez uma vénia e afastou-se em passinhos rápidos.

Apenas chegou à cozinha, pousou o cesto na mesa central e correu a esconder-se no quarto que partilhava com Arminda. Fechou a porta, trancou-a, atirou-se para cima da cama, em lágrimas.

Toda ela tremia de nervos, assustada porque tinha chamado a atenção do patrão! A sua rotina inocente e tranquila fora brutalmente interrompida pelo senhor conde e o peso do mundo inteiro desabara-lhe em cima dos ombros.

A pobre rapariga, muito pálida, interrogou-se porque a queria ele no dia seguinte, no mesmo sítio, à mesma hora. Era bastante aterrador saber que se tornara notada aos olhos do senhor conde. Mas não podia desobedecer-lhe, evidentemente, teria de comparecer.

No entanto, o coração desordenado de Maria Alice foi-se acalmando, enquanto a curiosidade se ia sobrepondo à aflição. Passado o choque inicial, sentou-se na cama e limpou as lágrimas, pensativa. E, justamente, agora já não estava tão preocupada quanto intrigada.

O todo-poderoso conde de Montargil, dono e senhor da casa, patrão de Maria Alice e da sua família toda, fora sempre uma personalidade severa e distante, que ela aprendera desde pequenina a temer e evitar. A mãe recomendava-lhe enfaticamente que se mantivesse afastada. Se o senhor estivesse em casa, era proibido subir ao primeiro andar, não devia correr ou gritar, nem sequer podia brincar no jardim.

Ao contrário de D. Carlota Justina, que conhecia perfeitamente Maria Alice e podia até ser conversadora e afável, ele era alheado, absorto, indiferente às pessoas de baixa extracção. E na cabeça dela o senhor conde

foi-se tornando uma personagem fantástica e quase inexistente, que se avistava ao longe ou se via passar de relance e se supunha real, ainda que inalcançável.

Por isso ela ficou tão espantada e embaraçada quando o patrão a surpreendeu com palavras interessadas, quase caloroso.

Ao outro dia foi encontrá-lo a posar para o Sol, no mesmo banco de pedra, no jardim. Fez uma vénia em silêncio e esperou. Ele usava óculos de sol e não era possível dizer se estava de olhos abertos ou a dormir atrás das lentes escuras. No entanto, o conde falou.

— Bom dia, bela Maria Alice.

— Bom dia, senhor conde.

— Vais aos ovos?

— Não vou, não, senhor.

— Então, que fazes aqui?

— Foi o senhor conde que me mandou vir.

Ele guardou silêncio, absorto, como a tentar recordar-se se teria sido realmente assim.

— Que idade tens, bela Maria Alice?

— Dezasseis, senhor.

— Dezasseis já feitos, ou ainda fazes dezassete este ano?

— Ainda vou fazer, em Dezembro.

Ele espreitou-a por cima das lentes redondas e vermelhas. Era, realmente, uma mulher de uma beleza extraordinária, pensou. Virou novamente o rosto para o Sol.

— Tens noivo?

Maria Alice fez-se vermelha.

— Não, meu senhor.

— Namorado?

Ela soltou um risinho.

— Também não — disse.

— Porque te ris?

— Por nada, não, meu senhor.

— As pessoas não costumam rir-se por nada.

Silêncio.

Uma nuvem tapou o Sol. O conde baixou os óculos com o indicador, empurrando-os para a ponta do nariz. Olhou para ela.

— Então, dize, porque te ris?

Ela torceu os dedos entrelaçados.

— É dos nervos — confessou.

— Ah, os nervos. — Ele fez que sim com a cabeça, lentamente, pensativo. — Não precisas de ter medo de falar livremente, bela Maria Alice.

— Sim, senhor — assentiu, a medo.

O conde sorriu.

A nuvem passou, o Sol voltou a banhar o jardim com a sua luz gloriosa, ele puxou os óculos para cima e inclinou o rosto para trás.

— Que tarefas tens na cozinha?

— Sou ajudante, lavo a loiça, essas coisas.

— E gostas?

Ela encolheu os ombros.

— Não me importo — disse.

Naquele momento, no entanto, D. Carlota Justina surgiu inesperadamente do denso bosque em frente, que desembocava no outro lado do jardim. Vendo-a ao longe, o conde surpreendeu-se. Ela aproximou-se pelo caminho de gravilha que serpenteava por entre a relva com o seu labirinto de sebes perfeitamente recortadas.

— Vai lá, Maria Alice — ordenou o conde. — Voltamos a falar amanhã.

Ela fez uma vénia, baixou a cabeça, afastou-se em passinhos rápidos.

Apenas D. Carlota Justina chegou perto dele, perguntou-lhe:

— Que lhe queria a Maria Alice, meu pai?

Mas ele também lhe perguntou ao mesmo tempo:

— Que fazia você na mata, minha filha?

D. Carlota Justina trazia enfiado no braço a pega de uma cesta de vime cheia de flores selvagens que apanhara no bosque. E era essa a sua explicação para ir àquela mata quase impenetrável, há anos descuidada, onde se ia encontrar com José Policarpo, à revelia do pai.

Com efeito, o conde não imaginava que albergava na sua propriedade o fugitivo mais procurado do reino. E, ainda que José Policarpo tivesse salvado a vida do pai quando do terramoto, era mais para sua segurança que ela não lhe contava nada. Se as coisas corressem mal e viessem prender o fugitivo, o pai poderia alegar com verdade e convicção que não sabia. Pelo menos, era a justificação que ela dava a si própria para não contar ao pai o que estava a fazer. Porque arriscava tudo e todos naquela casa e a consciência já lhe pesava. O pai merecia saber.

Cada dia que acabava ela tomava a firme decisão de falar com o pai no dia seguinte, mas, tal como na véspera, também esse se extinguia sem ela achar uma ocasião apropriada. E acabava por adiar para o outro dia.

— Fui apanhar flores — disse. — Apeteceu-me o passeio e sempre aproveito para encher a sala de flores. E o paizinho?

— Eu estou aqui a apanhar o meu pedaço de sol.

— Cuidado, não se queime demasiado.

— É sol de Inverno — respondeu com um gesto displicente. — Só serve para aquecer a alma.

— Seja — condescendeu. — E a Maria Alice, que lhe queria?

— Não queria nada. Fui eu que a chamei.

— A sério? Porquê?

— Por nada de especial. Sabia que ela é ajudante de cozinha?

Ela pasmou com a pergunta. Claro que conhecia as tarefas de Maria Alice, como sabia as de todos os criados.

— Pois, olhe, foi o que ela me contou, que lavava os pratos. Moça simpática, aquela. Bem, vou para dentro.

O conde esticou a mão para apanhar a muleta que estava no chão, ao lado do banco, mas a filha foi mais lesta a baixar-se e a entregar-lha. Ele apoiou-se na muleta com a ajuda da filha e equilibrou-se na sua única perna.

D. Carlota Justina não disse nada, mas o interesse do pai pela criada deixou-a perplexa. Decidiu que iria ter Maria Alice debaixo de olho nos próximos tempos.

Justamente, no dia seguinte pela manhã o conde foi apanhar o seu solzinho no jardim e, apenas se sentou no banco de pedra preferido, Maria Alice materializou-se à frente dele.

— Caramba, rapariga, nem te ouvi chegar!

— Peço desculpa, senhor conde. Vim saber se precisa de alguma coisa.

Ele observou-a de alto a baixo. Trazia um vestido simples, vermelho

com avental branco por cima, sem ser decotado. Usava uma touca branca incapaz de conter os seus caracóis rebeldes. As sardas e os olhos azuis transparentes tornavam-na encantadora. Irresistível seria o termo mais correcto, na opinião dele.

A ousadia da bela Maria Alice, que já se vinha oferecer ao patrão! Realmente, era um atrevimento, aparecer-lhe assim sem ser chamada. Fora levada pela curiosidade, que a impelira a provocá-lo.

O conde estava divertido.

— Sabes, bela Maria Alice, que tens uns olhos transparentes que deixam ver o que te vai na alma?

Ela riu-se.

— Estás nervosa?

Ela ergueu a mão, com o indicador e o polegar próximos um do outro.

— Um pouquinho — admitiu.

— A alma não engana.

— O que lhe diz a minha alma, senhor?

— Diz-me que estás pronta.

— Estou pronta?

— Exactamente.

— Pronta para quê?

— Para te tornares mulher.

Maria Alice teve um sobressalto. As pernas fraquejaram-lhe e sentiu o calor da vermelhidão alastrar pelo pescoço acima e pelo rosto.

Mas quanto mais ele a intimidava, mais ela sentia aquela excitação que lhe provocava um formigueiro no estômago. Pois bem, o coração de Maria Alice escorregava docemente para a armadilha do seu engenhoso senhor que, ao contrário dela — que da vida pouco sabia —, era muito experiente.

Com efeito, quando jovem, o conde de Montargil tivera o seu pedaço de boémia, antes de casar com a malograda senhora que lhe dera a sua única filha, Carlota Justina. Enfim, depois da morte da mulher, o pobre conde, caído em profundo desgosto, tornara-se um completo abstémio no que a mulheres respeitava. De companhia feminina só lhe restavam umas primas solteironas do Norte que, antes do terramoto, vinham por vezes a Lisboa instalar-se lá em casa. Faziam-se então bons serões, com padres beberões e muita música. Depois, também isso acabara.

Mas eis que, subitamente, a bela Maria Alice veio despertar o espírito embotado do conde, que há muito não tinha nem sensibilidade nem vigor para se apaixonar. Bem, não seria de todo em todo esse o caso, naturalmente. O mui nobre e honrado conde de Montargil não teria o mau gosto de se apaixonar por uma insignificante criatura, por mais bonita que ela fosse. Mas, sim, a doce Maria Alice conseguira desassossegá-lo. Havia na rapariga uma impressionante energia sexual que se lhe escapava por todos os poros e era como se, além de sensual, emanasse um indetectável

perfume para acasalar, porque o olho lúbrico do conde já não via outra coisa.

Ela continuou a ir ter com ele todas as manhãs e, ao fim da segunda semana, era quase um ritual obrigatório. Tanto assim que, um dia que Maria Alice ficou retida pelo cozinheiro e impedida de ir ao jardim à hora costumada, o conde acudiu à cozinha, onde irrompeu pela agitação da hora de almoço. Tendo provocado um súbito e reverente silêncio entre a criadagem intimidada, foi respeitosamente interpelado pelo cozinheiro.

— Que surpresa inesperada, senhor conde — disse, baixando a cabeça numa meia vénia. — Em que posso servir Vossa Excelência?

— Hum?... — respondeu distraidamente o conde, sem deter no cozinheiro o olhar errante que procurava Maria Alice.

— O senhor conde vai desejar alguma coisa? — persistiu o cozinheiro.

Mas ele já localizara a bela Maria Alice ao fundo da copa e, apoiando-se na muleta, avançou sem pensar para a boquiaberta rapariga, a passo trôpego por entre fornos e bancadas. E foi tão decidido que só quando se viu perante ela é que percebeu que deviam estar ali mais uns 12 criados perplexos, que observavam expectantes o que fazia o seu amo na cozinha. O conde resistiu à tentação de olhar em redor e concentrou-se na rapariga, como se estivessem sozinhos.

— O que fazes aqui? — perguntou.

— Ajudo na cozinha, senhor.

— A esta hora?

— É quase hora de almoço.

— Mas... é a mesma hora de sempre!

— Hoje havia mais trabalho — desculpou-se ela, a rebentar de vermelha.

O conde apercebeu-se então de que estavam a falar em surdina, o que, evidentemente, não impedia que todos os ouvissem e só tornava a conversa ainda mais extraordinária. Depois disto, só lhe ocorreu pedir-lhe um copo de água.

— Leva-mo lá fora, ao jardim — ordenou, saindo em seguida, sem dar satisfações a ninguém.

— Porque me faltaste esta manhã, bela Maria Alice? — perguntou-lhe depois, no jardim.

— Foi o cozinheiro que me reteve — explicou ela, ainda muito corada.

— Pois, então, dizes ao cozinheiro que, por minha ordem, terás de me trazer todos os dias um copo de água.

Maria Alice nem queria pensar na inveja e animosidade que uma ordem tão banal e inocente iria desencadear contra a sua pessoa. Mas, no fundo da sua alma, um diabinho perverso riu-se de prazer por ela ser a preferida do amo e não haver nada que os outros pudessem fazer contra essa realidade.

Era uma vitória saborosa, mas que prometia dissabores. Maria Alice, no entanto, teve a ingenuidade de acreditar que só tinha a ganhar com os favores do amo.

D. Carlota Justina devia dar mais atenção aos desvarios do pai com a criada Maria Alice, uma aberração que ganhava vida e alimentava os mexericos entre o resto da criadagem. Mas ela própria estava metida num sarilho bem pior e desleixava-se com tudo o resto.

Com o tempo ganhara afeição ao seu protegido. Era bem verdade que poderia ter-lhe tomado repugnância, dado que a presença tão prolongada de José Policarpo no barracão esquecido no bosque ameaçava a vida dela e de todos os que viviam sob o tecto de seu pai. No entanto, D. Carlota Justina partilhava com ele a repulsa ao conde de Oeiras e, embora José Policarpo fosse apenas uma alma simples do povo, já tinham passado juntos por tantos apuros que era impossível ignorá-lo.

Havia ali uma atracçãozinha, não assumida, bem entendido. Ela queria convencer-se de que era apenas uma preocupação genuína, porque Sebastião José de Carvalho e Melo nunca desistira de perseguir José Policarpo e ela tremia só de pensar no que lhe fariam se o capturassem.

Mas como explicar então o aperto no peito, o batimento desordenado do coração, as palpitações, a ansiedade, enfim, que lhe causava a demora em voltar ao bosque para o reencontrar?

Agora, D. Carlota Justina já não era a mesma alma fria e distante, só ligada aos aspectos práticos do refúgio. Já fazia algum tempo que se vinha interessando muito pelo bem-estar do seu rebelde e até tinham conversas prolongadas. Conversavam bastante, aliás. Ela ouvia-lhe as confissões e os arrependimentos. Ele confessava-lhe o ódio ao sargento-mor, Pedro Teixeira, que o conduzira à tragédia, e como se arrependia de ter confiado cegamente no seu amo, o conde de Aveiro, que tantas mortes custara e tanto sofrimento provocara. D. Carlota Justina não podia deixar de se comover com a dor moral de José Policarpo, mas também era solidária na revolta contra El-Rei e o seu ministro, Sebastião José de Carvalho e Melo, por não terem coração e matarem inocentes só por lhes ser conveniente.

Tudo isto, a opressão, a perseguição, a tristeza e a solidão, unia aquelas duas almas tão diferentes e tão distantes por nascimento.

No entanto, em resultado da solidão, José Policarpo tornava-se excêntrico. A barba grisalha de naufrago dava-lhe já pelo peito; o cabelo, que também não cortava, usava-o apanhado num rabo-de-cavalo. Agora, procurava apurar a sua habilidade para se camuflar na Natureza. Cobria o corpo com lama que deixava secar sobre a pele e percorria a floresta em tronco nu.

A extravagância levava-o a correr muito, pelo que estava cada vez mais forte, um touro, na impressão de D. Carlota Justina, que já o surpreendera em trajes de guerreiro ecológico e ficara deveras perturbada.

José Policarpo tinha grande admiração por D. Carlota Justina. Achava-a extremamente elegante, mesmo quando vinha à floresta num vestido

prático e um chapéu a cobrir-lhe a pele ebúrnea.

Costumava pôr botins para se precaver das lamas e dos trilhos difíceis. Justamente, numa das suas idas ao bosque, ao ficar presa nos espinhos de um arbusto selvagem, puxou a saia para se soltar e, neste gesto brusco, desequilibrou-se, pôs o pé em falso, partiu o salto do botim. Não obstante o contratempo, seguiu em frente, porque não podia deixar José Policarpo sem mantimentos.

Tinha torcido o delicado tornozelo, mas só se apercebeu da gravidade mais tarde, depois de se sentar um bocado a conversar. Ao tentar levantar-se, foi atravessada por uma dor excruciante que quase a deitou abaixo. Gritou de dor.

— Que foi isso, D. Carlota? — alarmou-se José Policarpo.

— Não é nada, já passa — respondeu, embora parecesse que podia desmaiar ali mesmo.

Ele amparou-a, ajudou-a a sentar-se no degrau da cabana.

— A senhora está bem?

Ela agarrou-se ao tornozelo, em sofrimento.

— Torci o pé quando parti o salto e agora dói-me.

— Dói-lhe muito?

Ela fez uma careta de dor e abanou a cabeça, a fazer que sim.

— Deve ter arrefecido, porque antes não me doía nada.

José Policarpo, aflito por ela, ofereceu-se para lhe ligar o tornozelo com uma tira de um lençol. D. Carlota Justina protestou que não era preciso, mas ele já estava a rasgar o lençol e insistiu que ela não podia voltar assim para casa.

Já antes lhe consertara o salto e agora ajudou-a a tirar novamente o botim. Ela subiu a saia, esticou o pé, expôs a perna. E o coração de José Policarpo estremeceu.

Há três anos embrenhado na mata, ele só tinha contacto com aquela mulher extraordinária e, pela primeira vez, os papéis invertiam-se e era ela que dependia dele. De mais a mais, um momento assim de tanta intimidade — ela revelar a perna com toda a naturalidade, pousar o calcanhar na perna dele — foi tão inesperado e surpreendente que o encheu de ternura.

Enrolou-lhe a tira do lençol no tornozelo, cheio de esmero, com mil cuidados para não a magoar, atou firmemente as pontas da ligadura. Mas, mal lhe segurou a perna para voltar a pôr-lhe o botim, ela teve um tremendo esgar de dor.

Estava lívida, a perder a cor do rosto, transparente. Ele assustou-se.

— D. Carlota, sente-se bem?

— Nem por isso — respondeu, a sentir suores frios, a visão a escurecer e a resvalar para o lado.

Foi só o tempo de lhe deitar a mão, quando ela perdeu os sentidos, para evitar que caísse de cabeça no chão. Atrapalhado, José Policarpo deu-lhe

palmadinhas no rosto, tentando reanimá-la. Debalde. D. Carlota Justina era um passarinho inerte nos seus braços.

Deitou-a no catre onde ele costumava dormir, tapou-a com um cobertor, sentou-se a seu lado, terrivelmente preocupado.

D. Carlota Justina voltou a si lentamente. Demorou o seu tempo a conseguir focar a visão. Nem se atreveu a levantar a cabeça. Estava deitada de lado e seguiu com os olhos a linha do seu braço até à mão de José Policarpo, que segurava a dela.

Teve um sorriso envergonhado.

— Desmaiei, não foi?

Ele fez que sim com a cabeça, aliviado por vê-la recuperar os sentidos.

Ela tentou erguer-se para se sentar, mas sentiu-se zozza.

— Ai, ainda estou tonta.

Voltou a deitar-se, sem largar a mão de José Policarpo.

— Devagar, D. Carlota — aconselhou-a.

Mas ela já se preocupava em voltar para casa.

— Quanto tempo estive desmaiada?

— Uns dez minutos — disse.

— Tenho de ir, antes que estranhem a minha ausência em casa.

Demorou ainda um bom bocado para se sentar, mas depois, já com uma cor no rosto, lá conseguiu pôr o botim com a ajuda de José Policarpo.

Ela tentou levantar-se, agarrada a ele, mas sem poder apoiar-se no pé magoado, que lhe doía muito, gemeu.

— Assim não vou a lado nenhum.

Finalmente, ele tomou a única decisão possível e, pedindo licença, pegou em D. Carlota Justina ao colo e transportou-a para casa. Ela passou os braços à volta dele e enterrou a cara no seu pescoço. José Policarpo podia sentir o calor da sua respiração e as lágrimas dela a molharem-lhe a pele enquanto caminhava. Levou-a pelos trilhos estreitos que a vegetação já cobria, fechando-se à passagem deles. Era um homem forte e, aparentemente, ela não lhe pesava nos braços muscudos, pois levou-a ao colo sem denotar grande esforço e não precisou de parar uma única vez para recuperar o fôlego.

Carregou-a até à linha onde terminava a mata e começava o jardim de relva com as suas sebes esculpidas. Colocou-a então cuidadosamente no chão. Estavam atrás de uma árvore e o lusco-fusco da noite, descendo rapidamente, escurecia tudo em redor. A dor torturava D. Carlota Justina e as lágrimas corriam-lhe livremente pela face. Via-se-lhe na expressão sofrida, mas ela foi corajosa e impediu a intenção temerária de José Policarpo, que se propôs arriscar expor-se para a levar mesmo até à porta de casa, onde depois ela poderia chamar por ajuda.

— Já é noite — disse ele. — Certamente, consigo levá-la sem que nos

vejam.

— De maneira nenhuma! — protestou ela. — É um risco insensato.

Pediu-lhe que procurasse um pau suficientemente forte para lhe servir de bengala e ele assim fez. Mergulhou na escuridão e desapareceu durante largos minutos, deixando-a sozinha à espera. Mas D. Carlota Justina tremia de dor e de frio e a espera talvez pudesse ter-lhe parecido mais longa do que realmente foi. De qualquer modo, ele voltou e ela sentiu-se melhor quando o viu.

José Policarpo ajudou-a a levantar-se e despediram-se ali. Depois ela afastou-se, atravessando o jardim apoiada numa cana que José Policarpo fora descobrir, sabia-se lá como, nas entranhas do bosque.

O acesso aos aposentos do conde de Montargil, que ocupavam toda uma ala no andar superior do palacete, fazia-se por um soturno corredor de madeira que, não obstante a passadeira carmesim, rangia sinistramente a cada passo de uma pessoa. Duas tristes velas ardiam nesse lúgubre corredor todo mergulhado na escuridão. Um criado de quarto de serviço durante a noite cabeceava de sono numa cadeira de pau. Ao fundo, num quartinho somítico, pouco maior que um armário, o anão Chico dormia acampado em mantas, de prevenção para o caso de o amo ter insónia e querer a sua companhia para o distrair.

Maria Alice veio levitando junto à parede, procurando evitar todos os ruídos desse gasto corredor que soltava sofridos ais de ancianidade. Espreitou na esquina para confirmar que o criado já dormia profundamente. Para não o acordar, porque não queria que ele a visse, atravessou o corredor em bicos de pés e entrou pela porta que ficava mesmo em frente à esquina. A porta chiou afitivamente, mas Maria Alice moveu-se como uma sombra, esgueirou-se para dentro do quarto e encostou-a rapidamente. No corredor, o criado resfolegou como se uma mosca lhe tivesse zunido ao ouvido, mas foi tudo, continuou a dormir.

Havia passagem por entre os quartos do senhor. Maria Alice viu-se numa salinha bem armada com um convidativo jogo de sofás de couro gasto, uma mesa pé-de-galo em jacarandá onde repousava uma jarra com begónias, uma lareira com cinzas fumegantes. Ainda pairava no ar um cheiro a fumo de tabaco fumado mais cedo.

Atravessou a salinha, pisando ao de leve a grossa alfombra que cobria o soalho, abriu a porta ao fundo, espreitou, deu com um quarto de vestir forrado de armários, portas de espelho, uma grande otomana verde ao centro. Atravessou o quarto de vestir, abriu a porta seguinte, espreitou.

O quarto de dormir era desafojado e bastante espalhafatoso, dado que tinha uma extraordinária cama de dossel em madeira com folha de ouro. As paredes eram forradas de papel dourado que sobressaía com o brilho de dezenas de velas a arder em candelabros dourados espalhados pelos móveis.

Maria Alice pasmou, ofuscada com os dourados intensos da cama, da mesa-de-cabeceira, da escrivaninha. Ficou positivamente deslumbrada com a mobília ricamente banhada a ouro verdadeiro.

O conde estava em camisa de dormir, sentado na cama, comodamente encostado à cabeceira almofadada e forrada de cetim, tapado até à cintura pelas cobertas. Uma colcha de veludo púrpura, que cobria o vasto leito, derramava-se pelo soalho.

O conde lia um folhetim. Tinha posto os óculos de meia-lua para ler e espreitou por cima deles quando a cabecinha dela surgiu na porta entreaberta. Tirou os óculos, deixou cair a mão no colo.

— Entra, entra, bela Maria Alice — disse, acenando convidativamente para que ela se aproximasse.

Maria Alice nunca havia sido autorizada a visitar os quartos do amo e entrou a medo, esmagada com os aposentos majestosos, tudo muito rococó, muito espantoso.

Aproximou-se da cama em leves passinhos cerimoniais, em obediência ao seu amo, mas muito embaraçada, ruborizada até aos cabelos. No entanto, ele ofereceu-lhe a mão e ela estendeu-lhe a sua.

— Salta cá para cima! — disse o conde, alegremente, puxando-a.

E assim se viu a criada Maria Alice atirada para a intimidade dos lençóis do seu senhor.

— Tira os sapatos — ordenou o conde. Ela, desconcertada, obedeceu-lhe. — Tira também as meias — disse depois o amo. E ela assim fez.

Mais tarde nessa noite, o conde de Montargil, deitando a cabeça nas nádegas macias da bela adormecida, pensou enlevado que, por vezes na vida, era possível tocar a perfeição. Maria Alice — que na realidade só estava a fingir que dormia — pensou que, embora a repugnasse um pouco que a sua primeira vez tivesse sido com um velho a quem faltava uma perna, não deixava de ser extraordinário para uma rapariga que nada podia esperar da vida estar na cama com o seu poderoso amo, senhor de grandes propriedades, de muitos criados, de escravos e animais às centenas.

No centro da cama desfeita, entre os seus corpos desnudos, uma rosa vermelho-viva honrava muito o conde de Montargil. Rejubilava de orgulho porque aquela rapariga de uma beleza invulgar tinha sido sua e só sua sem que ninguém lhe tivesse tocado antes. E pretendia que assim continuasse.

No entanto, quando no fim da madrugada o conde a mandou embora, o anão Chico viu-a por uma fresta da porta entreaberta a passar pelo corredor. Maria Alice ia descalça para não fazer barulho e tinha o aspecto desganhado de quem saíra da alcova quente do amo.

Destroçado, o anão Chico não se conteve e abriu francamente a porta do seu quatinho depois de Maria Alice passar. Ela já lá ia, mas, apercebendo-se do movimento atrás de si, voltou-se num salto instintivo. Sobressaltada, levou as mãos ao coração assustado, apertando as alpercatas contra o peito. Mas viu que era só o anão Chico. Respirou fundo, aliviada, lançou-lhe um olhar furibundo por lhe ter provocado um susto e logo um sorriso silencioso. Depois virou-se e foi-se embora a saracotear-se, muito senhora de si.

Largo tempo terá ficado o anão Chico, pasmado, a olhar para o fundo do corredor, onde Maria Alice tinha desaparecido, fundindo-se com a escuridão, porque, aos poucos, foi entrando um feixe de luz pela vidraça da janela a meio do corredor. Era o novo dia que chegava.

O coração dilacerado do anão Chico quase tinha parado perante o

sorriso atrevido de Maria Alice. Os seus olhos brilhantes, toda a expressão dela, denotando descontração e indiferença, revelou que não se importava por ter sido apanhada em flagrante.

O anão Chico concluiu dessa atitude dela que Maria Alice não queria saber se o magoava, nem receava que ele a denunciasse por ressentimento. De resto, a quem poderia ele denunciá-la, se era com o amo que prevaricava?

Considerava-o ela, portanto, insignificante e inofensivo. E nesse momento fatal em que o pobre rejeitado compreendeu o desprezo dela por ele, teve vontade de morrer.

Esmagado nos seus sentimentos, com lágrimas de raiva nos olhos, consumido de ódio e desapontamento, o anão Chico só conseguia pensar que o amo conspurcara irremediavelmente a rapariga que ele amava. E ao conde atribuiu a maior culpa da sua infelicidade. Naquelas horas, de cabeça quente, o anão Chico conjecturou mil e uma vinganças. Queria retaliar, mas retaliar com uma violência tal que fosse capaz de levar o conde de Montargil à total e definitiva ruína.

Às vezes, D. Carlota Justina sentia-se nostálgica, com saudades da época em que *monsieur* Marcel — cabeleireiro e artista extravagante que só penteava as mais requintadas cabeças do reino — lhe vinha esculpir o cabelo. Bons tempos esses, em que as meninas ansiavam por ir à igreja para se encontrarem com os franças e os peraltas, esses rapazes janotas e sem vergonha que povoavam os templos e que aproveitavam o aperto das missas para beliscarem as damas nas partes mais licenciosas. Eram os mesmos valdevinos que enxameavam as portas dos conventos para fazer a corte às freiras enclausuradas, a maior parte delas enfiadas ali contra a sua vontade, que nem hábito trajavam.

Como tudo mudara entretanto. E ela própria também mudara muito, desde o dia em que o mundo desabara durante a missa. Embora tivesse os seus momentos de melancolia, D. Carlota Justina já não se importava tanto com os luxos como antigamente, nem valorizava a sua superioridade social com a mesma altivez. Já não queria saber de missas e tão-pouco sonhava com os peraltas afectados que costumavam lançar-lhe olhares lascivos e mordiam um lencinho branco, até poderem aproximar-se dela durante a comunhão. Em contrapartida, preocupava-se com José Policarpo.

Uma semana passou desde que saiu da mata em agonia com o pé torcido. Nos primeiros dias nem conseguia pôr o pé no chão. Um sofrimento insano. Lentamente, porém, foi recuperando, mas também desesperava por estar capaz para poder voltar ao bosque. José Policarpo dependia dela, coitado. D. Carlota Justina sentia-se responsável. Enfim, dizia a si própria que era só preocupação, mas decerto reconhecia no coração afogado, no peito apertado, os sintomas de algo mais.

Embrenhar-se no bosque clandestinamente, ter os seus encontros secretos com José Policarpo, eram já os melhores momentos de um quotidiano que antes era todo ele sereno, dedicado só às obrigações da casa e sem alvoroços sentimentais. Ao menos agora tinha excitação, romance, aventura! Corria perigos, era certo, tomava os seus riscos, pois sim, mas tudo isso se tornava recompensador, porque era o que dava sal à vida.

Apenas viu que conseguia apoiar-se sem dor no pé magoado, D. Carlota Justina foi logo procurar José Policarpo. Encontrou o velho barracão vazio, como sempre. José Policarpo, no entanto, não demorou muito a aparecer.

Lá estava ela sentada nos degraus do alpendre, um cotovelo apoiado no joelho, o queixo encaixado na palma da mão, quando ele emergiu da Natureza, por entre a folhagem verde. Enterneceu-se com o seu aspecto bravio, a barba de eremita, o rabo-de-cavalo à pirata, a vestimenta exígua de corsário sem barco. E estremeceu ao vê-lo de camisa aberta. Que magníficos peitorais de guerreiro musculado, caramba, um autêntico deus grego! Baixou os olhos, sentindo o rubor nas faces.

Ele aproximou-se, fez uma vénia com a cabeça.

— D. Carlota Justina, não a esperava tão cedo. Como está o tornozelo da senhora?

— Bastante bem, obrigada.

— Deixou-me muito preocupado, no outro dia.

— Disparate, não precisava. — Afastou a ideia com um ligeiro gesto de mão a varrer o ar. — Veja, estou quase recuperada.

E, com o maior deslance, arrepanhou a saia para lhe mostrar o pé e o tornozelo um pouco inchado e ainda ligado. Tanta intimidade assim foi uma tremenda ousadia dela, uma provocação evidente. José Policarpo, enfeitado com aquele pé e com a alvura da perna, que despontavam debaixo da saia, ajoelhou à frente dela e atreveu-se a tocar-lhe. Tomou-lhe o pé nas mãos.

Ela teve um esgar de dor.

— Perdão, ainda lhe dói?

— Quando aperta, sim.

Ele pousou-lhe o pé no chão e cruzou os braços, pensativo.

— Em que pensa? — perguntou ela.

— Ainda não está curada, não devia ter vindo.

D. Carlota Justina apontou com o polegar por cima do ombro, para o cesto junto à porta da cabana.

— Trouxe-lhe mantimentos.

— Não precisava de se preocupar. Eu teria arranjado uma solução.

— Pois, comia raízes e caçava ratos — brincou ela.

— No outro dia, cacei um coelho.

— E como o comeu, se não podia fazer fogo?

Ele encolheu os ombros, embaraçado.

— Não! — pasmou. — Não fez isso...

Ele confirmou-o com uma careta.

— Comeu o coelho cru?

— Não é assim tão mau.

— Não posso crer! Que coisa tão pouco civilizada de se fazer — censurou-o levemente, quase divertida com aquela barbaridade.

— Sim, pois, mas estamos a desviar-nos da questão. E a questão é que a D. Carlota está a arriscar-se demasiado por minha causa.

— Não seja tolo! Não corro qualquer risco, estou perfeitamente segura.

— Tenho pensado muito nisso.

— Em quê? Na minha segurança?

— Sim. Acho que é a altura de me ir embora.

D. Carlota Justina teve um choque.

— Nem pense nisso! — retorquiu, peremptória. — Fora desta propriedade não estaria livre de perigo. Não duraria nem um dia!

— Permita-me discordar, senhora, já passou muito tempo e a segurança

foi desleixada. Já não há os controlos militares rígidos às portas da cidade, só talvez um ou dois soldados preguiçosos. Será fácil passar por eles.

— E para onde iria você, homem de Deus?!

— Não sei, mas para longe daqui, certamente.

— É isso que eu receio... — disse ela, pensativa e como se falando de si para si.

— O que é que a senhora receia? — espantou-se José Policarpo.

D. Carlota Justina, embaraçada, vermelha, balbuciante, viu-se na contingência de justificar o seu pensamento estranho, mas foi rápida a dar-lhe réplica.

— Não, quer dizer, o José não pode sair daqui sem um plano, só com a ideia vaga de ir para longe. Há que planear, é preciso preparar uma estratégia em condições, com tempo, sem precipitações. O imprevisto é inimigo do sucesso.

— Pois, sim, concordo, mas, insisto, a senhora já se arriscou de mais por mim e não posso demorar-me muito mais.

— Não falemos mais nisso — respondeu ela, desejando encerrar o assunto que, por algum motivo, a perturbava.

Esticou-lhe a mão.

— Ajude-me a levantar — pediu-lhe.

Ele estendeu-lhe a mão e segurou a dela. Sentiu-a quente e a tremer.

— A senhora está bem, D. Carlota?

Puxada por ele, ela elevou-se do chão como uma pena, apoiada só no pé bom. Ficou assim, agarrada a José Policarpo para poupar o tornozelo que ainda a massacrava.

— Leve-me para dentro — pediu.

José Policarpo ofereceu-lhe o braço e ela agarrou-se a ele enquanto se dirigiam para dentro.

— Você põe-me nervosa com essas ideias de se ir embora, assim, de qualquer maneira, de um dia para o outro — queixou-se.

— Não posso ficar para sempre sozinho neste bosque — disse, abrindo a porta e franqueando-lhe a passagem. Entraram.

— Mas, não está sozinho! — exclamou ela, voltando-se para ele.

— É certo que a sua companhia é preciosa. Nem teria sobrevivido sem a senhora, mas passo muito tempo isolado.

— Mesmo assim, não tem que ir já embora.

— Estou a enlouquecer, começo a sentir-me um selvagem.

— Prometo que venho todos os dias — disse ela muito depressa, ansiosa por movê-lo.

José Policarpo ficou sem palavras, estupefacto com a incansável dedicação daquela mulher linda e de condição superior.

Atrapalhado, foi fechar a porta, deixando-a agarrada ao frágil encosto

de uma velha cadeira de palhinha rota e sem préstimo. Fechou a porta, voltou-se e sorriu para disfarçar o embaraço. D. Carlota Justina sorriu-lhe de volta. No entanto, a estrutura podre da cadeira cedeu ao peso dela, dobrada pela força que imprimia ao agarrar-se ao encosto com as duas mãos. A perna da cadeira estilhaçou-se e D. Carlota Justina, apoiada no encosto, foi atrás dela. Valeu-lhe o instinto veloz de José Policarpo, que se agachou e estendeu os braços, amparando-a antes que ela se estatelasse. Mas caiu de joelhos.

— Magoou-se? — perguntou ele, alarmado.

— Não — respondeu, fazendo uma expressão tonta. — Só na minha dignidade.

D. Carlota Justina, ajoelhada, encostou a palma da mão ao peito dele, exposto pela camisa desabotoada, e o toque da sua pele provocou-lhe um frémito de excitação.

Deixou resvalar o corpo e sentou-se com as pernas de lado, apoiada no braço esquerdo, com a mão espalmada no soalho. E ficou ali a rir-se da sua figura.

José Policarpo pôs um joelho no chão e pousou a mão no ombro dela.

— Eu ajudo-a — ofereceu-se.

— Espere — pediu ela, tirando a mão dele do ombro e guardando-a entre as suas. — Estou bem aqui. Deixe-me só descansar um bocadinho.

Houve um momento em que o tempo parou e ficaram presos aos olhos um do outro, com a respiração suspensa. Mas depois, José Policarpo arrebatou-a para si, sem pensar no que fazia, correspondendo simplesmente a um impulso do coração, e beijou-a com uma febre imensa. D. Carlota Justina, muito pálida, desfaleceu de prazer, abandonada nos braços dele.

Sem precisarem de dizer uma palavra, caíram na enxerga que havia no chão e entenderam-se com a certeza das suas mãos hábeis, que souberam abrir caminho por entre a roupa. Uma alça deslizou pelo ombro dela, depois a outra. Os lábios dele cobriram alternadamente o bico dos seios destapados. E, enquanto isso, D. Carlota Justina segurava-lhe a cabeça com as duas mãos e arquejava, toda arrepiada de prazer. Mal podia respirar com a impressão que ele lhe causava ao tocar nos pontos mais sensíveis do seu corpo.

O vestido já lhe caía pelo colo e D. Carlota Justina, desarmada, abraçou-se a José Policarpo, enquanto ele se perdia pelas formas perfeitas do corpo quente dela, que se lhe oferecia e que há tanto desejava sem se atrever.

Deleitada, D. Carlota Justina sentiu a mão que avançava pela sua perna, debaixo do vestido, e que, ao tocá-la com despudor, lhe provocou uma impressão formidável, um suspiro, um gemido. Ela afundou os dedos no cabelo dele. Ele assenhoreou-se dela. Ela deixou-se ir ao sabor dos seus dedos sábios, que a preenchiam, que a enchiam de prazer. Mas, quando ele a teve com a brutalidade benigna da virilidade e sem a cerimónia da

primeira vez, ela apertou-se desesperadamente contra ele, cingiu-o com as pernas, cravou-lhe as unhas nas costas e arranhou-lhe a pele sem piedade.

No entanto, ele perseverou nas investidas vigorosas e, no final, teve a virtude de a fazer arquear com tanta força que se ergueu no ar colada a ele, debaixo dele, ao mesmo tempo que soltavam em uníssonos um tremendo urro de felicidade!

Já o sol da tarde ia baixo e um ténue clarão alaranjado entrava pelas janelas da cabana quando ela se desprende a custo dos braços dele. Deitado no colchão, hipnotizado, José Policarpo observou-a sentada de costas para ele. Estava nua e a luz de fora banhava-a como se fosse pintada numa tela. Ele guardaria para sempre na memória essa sublime imagem dela.

D. Carlota Justina subiu as alças do vestido e pediu-lhe ajuda para o apertar nas costas, mas ele, perdido nos seus pensamentos, nem a ouviu. Parecia-lhe que estava a imaginar coisas, que estava a viver um sonho. Nunca na vida estaria à altura de uma mulher assim. Era impossível que ela...

Estranhando o silêncio dele, D. Carlota Justina espreitou por cima do ombro e chamou-o outra vez.

— José...

Ele abanou a cabeça, como que despertando do transe.

— Hã?

Ela rolou os olhos e riu-se, desconcertada.

— Uma ajudinha?

— Ah, sim, claro — disse, erguendo-se e chegando-se à frente.

O modo dissimulado como D. Carlota Justina deslizou pelo jardim dos buxos a coberto do crepúsculo, quando regressava a casa, não escapou ao olhar atento do anão Chico. Já andava a espiar a patroa desde que ela torcera o pé. O acidente despertara-lhe a atenção, aguçara-lhe a curiosidade, levava-o a perguntar-se o que motivaria D. Carlota Justina a aventurar-se sozinha pela mata.

Não era do feitio do anão Chico partilhar com alguém o que descobria sobre os podres dos outros. Não por escrúpulos, evidentemente, mas porque a informação lhe poderia trazer alguma vantagem mais tarde.

Desta vez, porém, a descoberta era tão sensível que ele nem sabia o que fazer com ela. Incrédulo, estava incrédulo, chocado, sem fala. Quem, em nome de Deus, poderia imaginar uma coisa daquelas?!

Dias depois, D. Carlota Justina voltou a embrenhar-se na mata. Foi dar o seu passeio àquela hora dormiente do dia em que o Sol estava a pique e todos ficavam à sombra. Aproveitou a pasmaceira da sesta para se esgueirar.

Pensou que ninguém a vira sair, mas o anão Chico, que passara a semana a vigiá-la, foi atrás dela. Seguiu-a pelos arbustos esculpido no jardim dos buxos e pelo matagal que havia depois.

Em breve já praguejava com a densidade quase impossível do mato, que era preciso afastar do caminho e que ele, tão pequeno, coitado, mal conseguia furar para avançar no terreno.

Mas lá foi progredindo a custo, até o mato se tornar menos cerrado e chegar a uma clareira e descobrir um barracão, ou cabana, ou o que era, que ele não se lembrava de alguma vez ter visto.

Aproximou-se o mais que pôde, cauteloso, saltando de trás de uma árvore para trás de outra, até estacar de olho redondo, vendo a patroa no alpendre, abraçada a um extraordinário Robinson Crusoe de rabo-de-cavalo e barba grisalha. Beijavam-se!

Não tardou a reconhecer o homem, apesar de José Policarpo estar já muito diferente dos cartazes onde aparecia retratado a traço simples, juntamente com a notícia de que era procurado por crime de lesa-majestade. Os cartazes — rasgados, descolados, ou com outros colados por cima — já caíam no esquecimento público, mas o insulto ao rei não fora esquecido pelas autoridades que há tanto tempo reviravam o país a procurá-lo e, garantidamente, também não saíra da lembrança do anão Chico, que tinha uma memória prodigiosa para caras e nomes.

Decerto, não lhe convinha ser surpreendido a espiar os pombinhos, pensou o anão Chico, recuando instintivamente com passinhos leves. Ocorreu-lhe que se o gigante de bíceps avantajados não se fizera rogado em dar tiros ao rei, muito menos se iria intimidar com um anão inofensivo.

José Policarpo não queria a sua existência secreta devassada por um desconhecido e, bem vistas as coisas, porque haveria de hesitar em rachar a cabeça a um anão impertinente que, só por ter conhecimento da sua presença naquela mata esquecida, já o ameaçava?

Definitivamente, o mais avisado era não dar a conhecer a sua presença, recuar em silêncio e voltar para casa.

O anão Chico foi pasmado todo o caminho de casa. Então, a nobre patroa, sempre tão superior e distante da criadagem, vinha afinal a ser amancebada com o que podia haver de mais rasteiro entre a extracção mais baixa da condição humana: um traidor. E essa condição do pérfido fazia dela igualmente uma traidora ao rei!

Ele ainda se lembrava da valente rabecada que lhe dera o amo justamente por ter motejado com a execução dos conjurados. Não lhe admitia o senhor conde pilhérias sobre o suplício dos nobres que a devassa judicial estabelecera, sem lugar a dúvidas, que tinham conspirado para matar Sua Majestade. O que diria o senhor conde da figura obscena que a sua filha fazia, ao andar às escondidas pela mata a esfregar-se nos braços de um vil traidor? Provavelmente, aplaudiria, pensou, melindrado, o anão Chico.

Perseverava na mente obcecada do anão Chico um corrosivo ressentimento com o conde de Montargil. O amo tinha-lhe roubado Maria Alice. Corrompera-a! Atraíra-a para o sórdido esplendor do seu quarto, coitadinha dela, iludida com os falsos sentimentos do seu senhor, caída na armadilha dos lençóis.

Pouco lhe importava se Maria Alice nunca tinha correspondido realmente ao amor dele. O que lhe interessava era o sentimento de posse que prevalecia na sua cabeça. O anão Chico tinha a profunda convicção de que, mais tarde ou mais cedo, ela teria acabado por se resignar a uma existência de tranquila felicidade ao seu lado. Maria Alice considerá-lo-ia sempre o seu porto seguro, onde se sentiria confortável e onde não haveria lugar a receios.

Mas nada nem ninguém neste mundo seria capaz de lhe tirar da cabeça que fora a intromissão do conde que estragara tudo. O amo destruíra a possibilidade de serem felizes, e para quê? Para se entreter durante umas horas com a pobre rapariguinha ingénua e inocente? Para se distrair do tédio do quotidiano? Por pura luxúria? Porque, evidentemente, o conde não tinha intenções sérias, não tencionava desposar uma plebeia e ter filhos dela. Seria absurdo que o conde de Montargil se perdesse de amores por uma criadita, ou que considerasse seriamente assumi-la como sua mulher.

De modo que o anão Chico tinha desejos de vingança, queria sangue, ansiava por arrastar pela lama o bom-nome e a nobre honra do seu amo. Mas também não lhe tiraria o sono se, por denúncia dele, o senhor conde de

Montargil e a digníssima filha acabassem enforcados na praça pública, depois de os verdugos do conde de Oeiras lhes partirem todos os ossos do corpo a golpes de maço, sentença mais do que justa para quem dava guarida a um traidor que tentara matar El-Rei de Portugal.

Acrescia que a denúncia que conduzissem à captura do *feroz monstro* José Policarpo de Azevedo — como o apelidava a sentença — previa uma recompensa bastante considerável: dez mil cruzados. Era mais, muito mais, do que todo o dinheiro que ele teria até ao fim da vida.

Foi até casa a acarinhar a ideia de entregar os seus amos aos cuidados do conde de Oeiras que, certamente, o desembaraçaria do conde de Montargil, que tantos prejuízos morais lhe provocara. De qualquer modo, o anão Chico sentia que o amo não o tolerava desde que se amofinara com ele por causa da infeliz chacota aos Távora executados.

No entanto, o anão Chico não era aventureiro e dali a pouco já ponderava melhor os inconvenientes de se apresentar pessoalmente ao desembargador do Paço para denunciar o regicida. Não confiava nada nos desembargadores que prometiam a recompensa ou no primeiro-ministro do rei ou em quem quer que fosse das justiças e do governo de Sua Majestade. Sabia lá se não inventavam um pretexto para o prenderem e o levavam também para o forte da Junqueira só para não terem de lhe pagar! *Com aquela gente não se brinca*, pensou, todo o cuidado era pouco. Este pensamento acobardou-o.

Era preciso denunciar o conde, não havia outra hipótese, tinha de o destruir para recuperar a atenção de Maria Alice. Mas era muito arriscado, como é que ele, um mero criado, um bobo que ninguém levava a sério, poderia aparecer ao desembargador do Paço para lhe dizer que o seu amo, o conde de Montargil, escondia o regicida?! Seria escorraçado, corrido a pontapés, esmagado! Não, era impossível, tinha de arranjar outra maneira de acabar com o amo.

Depois encheu-se de escrúpulos com medo que, em sabendo que ele denunciara o amo, Maria Alice se rebelasse. Seria insuportável que ela se virasse contra ele. Se o objectivo era denunciar os traidores e reconquistá-la, não podia acabar por ser ele o traidor e perdê-la.

Mas o anão Chico teve uma ideia melhor, um expediente que, se resultasse, permitir-lhe-ia entregar José Policarpo à justiça, vingar-se do amo, recuperar Maria Alice e receber uma fortuna.

À porta do Hospital Real de São José pululavam pobres pedintes cobertos de pústulas, deficientes, amputados e outros doentes que iam à consulta acompanhados de familiares. E havia também vendedores, aguadeiros, seges de aluguer com os seus cavalicoques presos à rédea pela mão experiente dos boleiros, e até ladrões misturados na multidão, espreitando uma oportunidade.

A enfermeira Consolação torneou com agilidade e indiferença uma alteração que rebentou no átrio. Ia distraída a ponderar como haveria de aproveitar a tarde livre que tinha pela frente. Talvez fosse à igreja, pensou.

Para trás ficaram gritos, insultos e um início de forte bordoadada. Dois soldados enormes, de rosto grave e empunhando clavinas, passaram por ela em passo estugado. Mal os olhou. Furou pela multidão, passou a larga porta de entrada do hospital, desceu a escadaria que desembocava na rua.

A vida corria-lhe bem, agora. Com a sua idade madura e a experiência de uma vida, dona Consolação impusera-se naturalmente. Com a mesma autoridade com que outrora dirigia uma casa com dezenas de criados, era já enfermeira-chefe.

Tinha um quarto alugado na Mouraria, em casa de uma viúva falida. Era gente do comércio que tinha perdido tudo no terramoto. Morrera-lhe o marido e os pais. Não tinha filhos. Não lhe restava ninguém. Mas era boa pessoa e dona Consolação fazia-lhe companhia. Passava-se lá muito bem.

Ia a descer a rua, quando viu o anão.

— Oh, Chico, tu por aqui?!

— Olá, dona Consolação. Vinha à sua procura.

Ela olhou-o de lado, desconfiada.

— Mau... que andaste a fazer?

Ele riu-se.

— A dona Consolação conhece-me bem — disse.

— Por isso mesmo. Alguma fizeste, meu malandro.

O anão Chico ergueu as mãos a pedir tréguas.

— Garanto-lhe que não, mas sei quem fez.

— Hum, diz lá então o que se passa.

— É uma trapalhada, e das grandes, um problema muito delicado de que tomei conhecimento e que não posso ignorar. Mas não sei bem o que fazer.

— Realmente, parece complicado, esse teu problema.

— Pode crer que é. A noite passada nem consegui dormir. Mas, justamente, estava a pensar nele quando me lembrei de si. E disse cá para comigo: quem melhor do que a dona Consolação para saber o que fazer? E aqui estou humildemente a pedir o conselho.

Ela olhou em redor, apontou com um movimento de cabeça um jardinzinho que havia ali defronte, no outro lado da rua, um pedaço de relva

com um banco público à sombra de uma árvore.

— Vamos sentar-nos ali um bocadinho — sugeriu.

O anão Chico subiu para o banco e ficou um momento em silêncio, como que expectante, vendo as seges que passavam na rua mesmo à frente deles. Os cavalos, amolecidos no pico do calor, arrastavam o passo. Dona Consolação olhou-o intrigada.

— Olha lá, Chico, vais ficar aí calado ou vais contar-me esse grande mistério?

— Conto, sim, dona Consolação.

— Então, desembucha.

— A dona Consolação o que me diria se eu lhe dissesse um segredo capaz de destruir o senhor conde e a D. Carlota?

Ela parou um instante, pensativa, com os olhos postos algures num horizonte indefinido.

— Pois, não sei bem. Fui injustamente escorraçada daquela casa, mas não lhes desejo mal — disse. Não obstante, o batimento do seu coração ressentido acelerou.

— E se esta informaçãozinha valesse dez mil cruzados? Cinco mil para si e cinco mil para mim, bem entendido.

Ela arregalou o olho.

— Que estás tu a dizer, meu tratante?!

— É como lhe digo: dez mil cruzados.

— E onde vais tu buscar essa fortuna? Acaso desencantaste algum tesouro?

— É quase isso. A dona Consolação lembra-se daquele conjurado, criado do duque de Aveiro, que é há muito procurado pelas justiças e que nunca foi apanhado? Um tal de José Policarpo.

— Sei. Que tem ele?

— Está lá em casa.

Ela pasmou.

— Lá em casa?! Lá em casa, como? Qual casa?

— Lá em casa, em casa do senhor conde e da D. Carlota. Quer-se dizer, não é *mesmo* lá em casa, é na mata, enfim, numa cabana que há na mata.

Dona Consolação fitou-o com olhos semicerrados e inclinou-se sobre ele de indicador em riste.

— Tu estás a mangar comigo?

— De modo nenhum. Eu ia lá brincar com uma coisa destas.

Mas ela ainda não estava convencida.

— Chico, se vieste cá só para fazer troça de mim...

O anão, todavia, não mentia nem troçava. E, apenas lhe contou os detalhes do que vira, ficou convencida. O romance escaldante, lúbrico, indecente, de D. Carlota Justina com o criado José Policarpo era simplesmente inconcebível. Dona Consolação estava chocada!

No entanto, o anão Chico já lhe propunha que ela fosse ao desembargador do Paço contar-lhe onde se escondia o regicida e reclamar-lhe a recompensa. Os olhos escuros dele brilhavam, já se via a contar o dinheiro. E, precisamente, ela notava que ele não tinha um pinga de sinceridade. E se estivesse a mentir? Se ela fosse fazer a denúncia e viesse a apurar-se que não havia regicida nenhum na propriedade do conde de Montargil? O que lhe fariam, nesse caso? As justiças do senhor D. José não tinham sentido de humor, não gostavam de ser enganadas.

— Se era para os denunciar, porque vieste ter comigo? Porque não os denunciaste tu e ficaste com a recompensa toda?

— Porque, se já é difícil convencer a dona Consolação, que tão bem me conhece, imagine o que diria o desembargador do Paço, que só veria em mim um anão brincalhão. Não me levaria a sério.

Com efeito, era um anão de trazer por casa. Desembargador algum acreditaria numa palavra dele, pensou ela, dando-lhe razão.

— Tu és perverso, Chico.

Ele tomou o comentário como um elogio e fez um sorriso de raposa. Ela inspirou e expirou profundamente, pausadamente, em sinal de resignação.

— Muito bem — disse —, vamos fazer assim...

Sebastião José de Carvalho e Melo, conde de Oeiras, primeiro-ministro do rei D. José, continuava a espantar a Europa. De tal forma que até os seus detractores mais poderosos eram obrigados a recolher-lhe o mérito de estadista e a admirá-lo.

O título de conde de Oeiras concedido por Sua Majestade Fidelíssima a Sebastião José de Carvalho e Melo era um sinal claro para todos, tanto os de dentro como os de fora. O conde de Oeiras era, definitivamente, o homem de confiança do rei e o homem forte do reino.

A França de Luís XV, potência europeia incapaz de reconhecer como igual um país pequeno como Portugal, tinha dificuldade em dialogar com Sebastião José de Carvalho e Melo. Com pouco mais de três milhões de pessoas e uma força militar irrelevante, o reino português e o seu governo não mereciam mais de Paris do que um plácido bocejo e uma condescendente benevolência. Mas a essa arrogância paternalista opunha-se a sobrançeria do primeiro-ministro de D. José, que muito irritava os franceses.

Portugal seria pequeno na Europa, mas possuía vastos territórios por esse mundo fora e não podia ser ignorado. O duque de Choiseul, primeiro-ministro do rei Luís XV, recomendou ao conde de Merle, embaixador em Lisboa, que melhorasse as relações com o conde de Oeiras, visto que, doravante, este seria o único e decisivo interlocutor português. Tarefa essa quase impossível para o conde de Merle, personagem vaidosa e pedante que Sebastião José de Carvalho e Melo não só desprezava como se divertia a exasperar.

E também os ingleses andavam perplexos com as acções do conde de Oeiras, que ainda não cessara de lhes retirar privilégios ancestrais.

No segredo do seu gabinete, Sebastião José de Carvalho e Melo desabafava com o secretário de Estado, D. Luís da Cunha Manuel.

— São pequenos aqueles que me julgam e que acreditam que me move só o meu interesse pessoal e que sou obstinado pelo poder. São pequenos de espírito e cegos os meus inimigos que não vêem que a minha maior ambição se prende com a grandeza e a riqueza de Portugal. Se afronto os ingleses ao retirar-lhes privilégios em Portugal e no Brasil é para que não sejam eles a açambarcar as riquezas que nos pertencem por direito. Se afronto os franceses e os espanhóis é porque não quero a aliança que nos pretendem impor para acabarem com a nossa outra aliança, melhor e mais antiga, com a Inglaterra.

«Mas aliados é uma coisa e vassalos é outra. Quer-me parecer que todas essas potências gostariam mais de nos ver de joelhos do que como amigos que falam de igual para igual. Pois não será essa a minha política. A subserviência não serve Portugal e tão-pouco me serve a mim. Porque, isso sim, podem acusar-me de ser do meu interesse pessoal servir um país que não se verga às grandes potências europeias. É essa a minha política.

— Que tem a minha total e incondicional admiração — disse D. Luís da Cunha Manuel.

— De qualquer modo, não sou mais do que um instrumento da vontade de Sua Majestade Fidelíssima, naturalmente.

— Naturalmente.

Mas a grande atenção do conde de Oeiras naquela época prendia-se toda com o braço-de-ferro que andava a travar com o secretário de Estado do papa Clemente XIII, o cardeal Luigi Maria Torregiani, personagem irascível e inflexível, que influenciava o papa em defesa da Companhia de Jesus.

O procurador da Coroa portuguesa enviara uma súplica ao papa para que este permitisse o julgamento dos padres implicados em crimes de alta traição contra o rei. Fez-se chegar também a Clemente XIII uma carta de D. José. Nela, o rei enumerava uma longa lista de crimes dos padres jesuítas, informava-o da sua determinação em expulsá-los a todos de Portugal e pedia-lhe para ceder à súplica enviada pelo procurador da Coroa.

O cardeal Torregiani no Vaticano e o núncio apostólico em Lisboa, Filippo Acciaiuoli, pressionavam o papa para que protegesse a Companhia de Jesus. Acresce que o núncio apostólico era aliado do embaixador francês, o conde de Merle. E Sebastião José de Carvalho e Melo tinha-os a todos como inimigos por conspirarem contra ele, a favor da Companhia de Jesus.

O conde de Oeiras contava com o seu primo, Francisco de Almada, ministro português em Roma, embaixador enérgico e criativo, que não hesitava em subornar funcionários para saber informações. Igual expediente usava o conde de Oeiras em Lisboa, que também recorria largamente à espionagem.

Um obscuro funcionário da Secretaria dos Negócios Estrangeiros foi recebido em casa do ministro e logo conduzido ao seu escritório.

— Vossa Excelência dá licença?

— Entre — disse o conde de Oeiras, sentado à secretária e fazendo um gesto displicente, sem levantar os olhos dos papéis que lia.

O homem esperou em pé, guardando respeitoso silêncio, até o ministro se dignar a dar-lhe atenção.

— Então — perguntou finalmente, pousando na secretária os óculos que usava para ler —, que novidades tem para mim?

— Trago as cópias da correspondência dos ministros estrangeiros.

Não havia correio diplomático que não fosse interceptado e devassado pelos espões do ministro.

— E o que há de novo que seja interessante?

O funcionário tinha informação preciosa. O papa vacilava. Clemente XIII pendia para os jesuítas, mas receava as represálias do conde de Oeiras. No entanto, o papa não estava inclinado a emitir um breve que concedesse

poderes permanentes ao tribunal da Mesa da Consciência e Ordens para julgar os clérigos implicados em crimes de alta traição. Mas talvez viesse a propor que os padres suspeitos fossem julgados pelo tribunal da nunciatura. Sebastião José de Carvalho e Melo deu uma palmada na mesa, espantado com o simples facto de o papa pensar que tal fosse possível.

— Isto são ideias do Torregiani, só pode...

Abanou a cabeça, descoroçoado.

Sebastião José de Carvalho e Melo estava sozinho nesta guerra aberta à Companhia de Jesus. Não havia nenhum outro governo na Europa que acompanhasse a ideia peregrina de exterminar do reino os jesuítas. E, no entanto, vontade não lhes faltava. Mais tarde, Espanha, França, Parma e Nápoles haveriam de lhe seguir o exemplo. Haveria de ser tanta a pressão que o papa Clemente XIV acabaria por publicar o breve *Dominus ac Redemptor Noster*, de 21 de Julho de 1773, que extinguiu a Companhia de Jesus.

Era por isso que o conde de Oeiras ganhara tanta notoriedade entre os seus pares europeus, que acompanhavam com redobrado interesse os desenvolvimentos em Portugal: as derrotas infligidas aos jesuítas no Brasil, a libertação dos índios, a revolta popular no Porto esmagada com exemplar brutalidade, o terrível fim dos Távora, massacrados no patíbulo, e agora a expulsão definitiva da Companhia de Jesus. Eram acontecimentos extraordinários que faziam pasmar as Cortes europeias. Este era o homem providencial que tomara nas suas mãos notáveis e competentes o resgate do povo, enquanto o resto da Europa se entretinha com discussões filosóficas, debatendo se o terramoto fora obra da Natureza ou obra de Deus.

Espírito prático, astuto, frio, Sebastião José de Carvalho e Melo só pensava em reerguer Lisboa. O ministro de D. José depressa compreendeu que a discussão sobre a origem do mal era muito perigosa, porque corroía o moral da população num momento em que o país já estava de rastos. Assim, combateu insensivelmente as superstições religiosas propagadas pelos padres, que instilavam o medo no povo crédulo e ingénuo.

Em tudo o que era mau para Portugal, Sebastião José de Carvalho e Melo via o espectro conspirador da Companhia de Jesus. Até do atentado contra o rei ele acusava os padres inicianos, tendo obrigado a que constasse na sentença dos Távora a secreta e nefasta influência dos jesuítas que, segundo ficou escrito, *instigaram o execrando desacato cometido contra a sagrada pessoa de El-Rei, nosso senhor, D. José*.

Em França, um Voltaire enfurecido escreveu que, no século das Luzes, Portugal continuava a ser mais submisso ao papa do que qualquer outro país. Por isso, o rei não podia mandar julgar e condenar à morte padres regicidas sem o consentimento de Roma, pedido esse que fez durante um ano inteiro sem conseguir a anuência do papa para levar a tribunal os jesuítas presos no forte da Junqueira. Roma contemporizou, mas o conde de

Oeiras tinha preparada uma resposta demolidora. Guardou o dia 3 de Setembro de 1759 — primeiro aniversário do atentado — para anunciar o decreto que foi lido nas igrejas e que informava da expulsão dos jesuítas.

A lei foi assinada pelo rei, mas era certo e sabido que lhe tinha sido posta à frente do nariz pelo seu primeiro-ministro. A aplicação foi rápida, eficaz e definitiva. Logo a 16 de Setembro, saíram os primeiros padres expulsos, que foram escoltados e embarcados no brigue *São Nicolau*. O Vaticano ainda estava a digerir a notícia da expulsão da Companhia e já recebia os primeiros religiosos exterminados.

Muitos dos jesuítas expulsos ficaram provisoriamente alojados no palácio de Azeitão, confiscado ao duque de Aveiro. Eram tantos que mal cabiam no palácio. Estavam em reclusão e não podiam sair ou comunicar com as pessoas no exterior. O palácio que fora de D. José de Mascarenhas não era uma casa religiosa, mas uma prisão. Se dúvidas houvesse, Sebastião José de Carvalho e Melo dissipou-as com um aviso solene numa carta aos desembargadores que supervisionavam o palácio de Azeitão:

«O Palácio de Azeitão não é, não deve ser, nunca será uma casa religiosa, mas sim uma reclusão de homens, réus dos mais atrozes crimes de lesa-majestade, nos quais não se deve fiar a majestade do Céu, depois de haverem abusado tão sacrilegamente da fidelidade devida à majestade da Terra.»

Entretanto, os navios *Santa Maria Madalena* e *São Boaventura* já fundeavam frente ao forte da Junqueira para levarem os jesuítas, que haveriam de ser enquadrados e escoltados pelos desembargadores e pela tropa e embarcados clandestinamente, na calada da noite.

Na sua suprema confiança de estadista sem igual, o conde de Oeiras convenceu-se de que conseguia mudar Portugal sozinho, acabando com séculos de imobilismo e desperdício. Julgou que podia controlar tudo com a sua fúria reformadora, dando ordens, publicando decretos, arrasando velhas instituições instaladas e espalhando privilégios pelos novos poderes que lhe eram leais. No entanto, mandara encerrar os colégios da Companhia de Jesus e expulsara de Portugal os padres que leccionavam todas as disciplinas, e agora não havia professores que os substituíssem e o ensino encontrava-se num estado desastroso. Tinha recuado anos, na verdade.

Eram muitas e graves as atenções do conde de Oeiras, mas todas cessaram quando o desembargador do Paço lhe deu a notícia, tão improvável quanto espantosa.

— Uma mulher extraordinária, uma enfermeira do Hospital Real de São José, veio ter comigo para me informar onde está escondido o miserável José Policarpo.

Sebastião José de Carvalho e Melo, que era de obsessões, afilou o olho redondo.

— Ela sabe?

— Deveras.

— Com toda a certeza?

— Com tanta certeza quanto a que podemos aferir nestas situações. Não faltam por aí malucos ou trapaceiros que tentam enganar-nos com falsas denúncias para nos sacarem a recompensa.

— Mas esta pareceu-lhe credível, suponho.

— Sim, caso contrário não teria vindo incomodar Vossa Excelência.

O conde de Oeiras levantou as palmas das mãos, impaciente.

— Então, onde está o execrável?

— Não pode crer, excelência.

— Oh, homem, desembuche!

— Está em casa do conde de Montargil, acoitado num barracão sem uso, lá para o bosque.

— Ah, não pode ser! Na Rua Formosa, ao lado da minha casa?!

— Exactamente.

— Mas é demasiada desfaçatez.

Desde o insulto ao rei D. José, o ministro tornara-se mais cauteloso do que nunca. O atentado e a retaliação brutal tinham sido os dois lados de uma mesma moeda. Sebastião José de Carvalho e Melo convencera o rei da cumplicidade dos Távora e, ao persuadir D. José, condenara-os a uma morte atroz. Depois, todas as peças se encaixaram na perfeição: o duque de Aveiro e os Távora executados no patíbulo, a velha nobreza aterrorizada e subjugada, os jesuítas implicados, perseguidos e expulsos do reino. Agora, já não restava ninguém, nenhuma classe social, nenhuma ordem religiosa ou qualquer grupo organizado com força anímica suficiente para tentar derrubar o conde de Oeiras.

E o conde de Oeiras estava orgulhoso de si próprio, dos seus brilhantes e meticulosos planos, concebidos e postos em prática com extrema precisão. E no entanto Sebastião José de Carvalho e Melo não se sentia inteiramente seguro. Havia muita gente que o odiava, nos últimos anos acumulara demasiados inimigos... Enfim, pensava, era o preço a pagar por derrubar os velhos e anquilosados poderes instalados, que tinham conduzido Portugal à decadência e à dependência externa.

Mudar um país de corruptos, imorais e pervertidos tinha os seus riscos.

O sangue não corria nas sarjetas impunemente. Ciente disso, Sebastião José de Carvalho e Melo vivia sobressaltado. Por isso, pedira ao rei uma companhia de Dragões. E o rei dera-lhe.

Hoje em dia, D. José dependia do seu ministro para tudo, para se desresponsabilizar da governação, para tomar as medidas difíceis que a economia precisava para se modernizar e, assim, permitir que o país dependesse menos das potências estrangeiras, e, sobretudo, para manter os inimigos bem afastados do Paço Real.

Inimigos era o que Sebastião José de Carvalho e Melo mais arranjava, colecionava-os a uma velocidade estonteante. E, mesmo sem nada fazer por isso, D. José também os tinha, porque os inimigos do ministro seus inimigos se tornavam. O rei era acusado de defender o ministro intransigentemente.

Todos os que tinham a coragem — ou a ingenuidade — de se queixar ao soberano dos abusos do conde de Oeiras eram logo denunciados por D. José ao próprio conde de Oeiras, que ficava à vontade para tratar do assunto conforme o seu livre-arbítrio. Invariavelmente, os queixosos nunca mais voltavam a ser vistos na Corte. E era em geral uma de três conclusões: ou iam apanhar ar para o Brasil ou Angola; ou ficavam desterrados nas suas terras e proibidos de voltar a Lisboa; ou, pior ainda, acabariam os seus dias a apodrecer numa cela do forte da Junqueira.

Mas Sebastião José de Carvalho e Melo também resolvia problemas. De facto, resolvia-os todos. D. José já não passava sem ele, não saberia reinar sem ele. No alto da sua soberania, El-Rei era todo-poderoso mas, para o bem ou para o mal, o seu reinado já estava indelevelmente ligado ao primeiro-ministro.

O conde de Oeiras, temerário a perseguir, resguardava-se muito, com medo de ser atacado. As pessoas respeitavam-no, temiam-no ou odiavam-no, mas não gostavam dele. Sabendo que não era uma pessoa querida, Sebastião José de Carvalho e Melo vivia rodeado de guardas. À volta de casa ou onde quer que fosse, havia sempre soldados de confiança a protegerem-no. A sua guarda estava aquartelada junto à Secretaria de Estado, no Pátio das Damas, onde o ministro morava.

As sentinelas que faziam rondas à volta da casa e os mais de 50 soldados a cavalo, comandados por um capitão, eram o descanso do ministro e uma intimidante prova do seu imenso poder, não obstante o despeito da velha nobreza e de parte do clero.

Quando a sege do conde de Oeiras saía à rua, o povo pasmava. Como que abrindo caminho rumo ao campo de batalha, a escolta de Dragões a cavalo rodeava a sege do ministro de espada na mão e pistola carregada. À frente do cortejo seguia um imponente cavaleiro, coberto com uma capa de pele de urso, que fazia troar dois tambores ao ritmo solene de um toque

marcial que inspirava, se não medo, pelo menos respeito. O povo, assustado com aquela guarda, que era até maior do que a escolta do rei, não perdia porém o sentido de humor e, ao escutar à distância os tambores do extraordinário cavaleiro, gritava que vinha lá o urso! O ministro, melindrado e temperamental, compreendia que era a ele que se referiam e sentia-se vexado. Mas, se soubesse de alguém que repetisse essa piada, mandava desterrar o engraçadinho.

Sebastião José de Carvalho e Melo era um obstinado. Espírito obcecado pelos detalhes, não compreendia uma responsabilidade desleixada, nem admitia um encargo que ficasse a meio.

Na mente pertinaz do ministro, José Policarpo era um sobrevivente que devia estar morto. Devia ter sido capturado, torturado e queimado vivo no patíbulo. Dissesse-se o que se dissesse, enquanto o homem andasse por aí à solta continuaria a constituir uma ameaça. A liberdade do criado do duque de Aveiro era um perigo para o rei e uma afronta para o ministro. Por isso, Sebastião José de Carvalho e Melo ficou supinamente entusiasmado quando o desembargador do Paço lhe foi dizer que descobrira finalmente o paradeiro do fugitivo.

— Onde está essa enfermeira que denunciou o Policarpo?

— Está à nossa guarda.

— E como sabe ela que o homem está no paço do conde de Montargil?

— São contas antigas. A mulher era governanta da casa, foi expulsa, quer vingar-se. Soube por outro criado, que ainda mora no paço do conde.

O ministro abanou a cabeça.

— Estou a ver — disse, pensativo.

Era então melhor agir o quanto antes. Usar-se-ia os soldados da sua própria companhia de Dragões. Eram mais fiáveis e não se perdia tempo. O ministro estava naturalmente a pensar que, se permitissem uma fuga de informação, não faltaria no Exército quem se dispusesse a ir a correr avisar o conde de Montargil. A velha nobreza ainda estava bem enraizada no Exército de Sua Majestade. Em contrapartida, os homens que protegiam o ministro tinham sido escolhidos a dedo. Eram-lhe leais e Sebastião José de Carvalho e Melo confiava neles.

A confirmar-se a denúncia, o conde de Montargil seria uma tremenda desilusão para Sua Majestade. O senhor D. José ficaria destroçado por mais esta traição de uma pessoa chegada a ele, de quem se esperava que estivesse incondicionalmente ao lado do rei. O ministro sabia que, se alguns não estavam, era por ressentimento. Invejavam a amizade que o rei fazia o favor de lhe ter.

Quanto mais desacreditada estivesse a velha nobreza, mais o soberano se agarraria a ele. Era o braço-direito do rei, gozava da sua inteira confiança. De modo que seria proveitoso para si apanhar o regicida em casa do conde de Montargil. Caçava o pulha de uma vez e ainda infligia mais

um golpe na insidiosa e fragilizada velha nobreza, que só por temor reverencial é que o tolerava.

— E a mulher? — perguntou o desembargador. — Paga-se-lhe a recompensa?

— Se disse a verdade pague-se-lhe, mas se mentiu enfie-a num buraco escuro e deite fora a chave.

Dona Consolação sabia que era excessivamente arriscado colocar-se entre o conde de Montargil e o conde de Oeiras. Por muito menos se morria naquele reino que parecia tocado pela mão do Diabo. Mas não fora sincera quando dissera ao anão Chico que não desejava mal à menina Carlota Justina e ao seu paizinho. Na verdade, dona Consolação desejava-lhes todo o mal do mundo e sonhava com a vingança desde que fora escorraçada de casa e deixada a viver na rua, como uma indigente a mendigar um prato de sopa.

Dona Consolação dizia as suas orações todas as noites. Alma piedosa e humilde devota, pedia ajuda a Deus para que a fizesse esquecer e perdoar as terríveis provações que padecera. Mas, apenas terminava de rezar, começava logo a divagar, imaginando as piores desgraças para aqueles dois.

A menina Carlota Justina, a sua linda bebé, que ela embalara no colo como uma filha, rejeitara-a, despedindo-a como se ela fosse apenas uma criada comum. Lá isso, pensava, *Deus me perdoe, que eu não lhe posso perdoar*.

O conde de Montargil, que há muito tinha esquecido a existência de dona Consolação, andava exuberante. Convocava todas as noites a bela Maria Alice para os seus aposentos e deleitava-se com o corpo perfeito que lhe era servido. A jovem encantava-o, não pelas melhores conversas que pudessem ter, evidentemente, mas pela beleza sem igual.

O conde não se interessara por outra mulher desde que a sua legítima lhe morrera no parto da filha. Uma tragédia que o secara por dentro. Mas agora havia esperança. No recato dos seus quartos, imune ao falatório, o conde voltava a viver!

O anão Chico, porém, fervia ao ver passar Maria Alice no corredor. Ela perdera a pureza e a ingenuidade de menina. Já não passeavam juntos pelos vastos recantos do palácio, ela a saltitar feliz como uma criança e ele a perseguir as suas gargalhadinhas joviais, que ecoavam pelos corredores e pelos claustros que rodeavam o pátio interior.

Mas era um desconsolo, debatia-se entre a humilhação e a impressão viva marcada a ferro em brasa no seu coração. Uns dias tinha-lhe nojo e queria matá-la, outros suspirava de amor rejeitado e queria morrer. Um dia, porém, explodiu de indignação e confrontou-a. Encurralou-a no corredor entre a cozinha e os quartos.

— O que andas tu a fazer com o senhor nosso amo, Maria Alice?

— Nada que seja da tua conta — retorquiu-lhe, com o narizinho empinado que lhe era característico.

— Ah, crês que não? Julgas então que és alguém. Achas-te superior só porque abres as pernas ao senhor conde.

Furiosa, tentou rodeá-lo, mas o corredor era estreito e o anão Chico

bloqueou-o com o corpo. Ela quis empurrá-lo, mas descobriu que ele era surpreendentemente forte.

— Deixa-me passar — protestou.

— Só quando me responderes.

— Responder a quê?

— Ao que te perguntei: se és tão estúpida que acreditas que és especial só porque entreténs o nosso amo no seu leito?

Maria Alice encolheu os ombros.

— Mas, já te respondi — disse com desdém, inclinando-se para baixo, de modo a falar-lhe cara a cara e pausadamente: — Não-é-da-tua-counta.

Ao fundo do corredor, surgiu uma silhueta em contraluz, que se fez ouvir.

— Há algum problema aí?

Era do cozinheiro a voz que rouquejava, autoritária.

— Não, senhor. Nenhum problema — respondeu o anão Chico.

— Toca então a desimpedir o corredor. E menos falatório.

— Sim, senhor — aquiesceu, submisso. Mas, num repente de raiva, sussurrou ainda a Maria Alice: — Diabos me levem se não tenho razão.

— Tens razão em quê?

— Em que não passas da concubina do nosso amo, que ele vai deitar fora quando se fartar.

— E o que te interessa isso?

— Nada, realmente, até porque muito em breve irão os dois dar com os costados na Junqueira. Pai e filha. É bom que não te atraveses, se não queres que os soldados te levem também.

Maria Alice abriu muito os olhos, surpreendida e assustada.

— O que queres dizer com isso?

— É o que ouviste. Faz o que te digo, afasta-te dele, se não queres que a tua vida acabe.

Uma onda de pânico percorreu Maria Alice. Começou a transpirar desmesuradamente e o coração a bater-lhe tanto no peito que foi capaz de o sentir a palpar nas têmporas. Ainda assim, respirou fundo, controlou-se, perguntou:

— Quando vêm os soldados?

— A qualquer momento — disse ele. Depois, voltou costas e foi-se, deixando a dúvida a pairar no espírito aterrorizado de Maria Alice.

Ela levou um longo momento para assimilar as palavras do anão Chico. Mas, quando se acalmou e começou a raciocinar com mais clareza, percebeu que ele só estava a tentar assustá-la. Não vinham aí soldados nenhuns e os patrões não seriam presos. Ele dissera aquilo de raiva, só isso. Era apenas conversa fiada do Chico. Aquela cabeça era fértil em fantasias, especialmente quando fervia de raiva.

Que ele andava ressentido com ela e virado do avesso, já Maria Alice

sabia. Nos últimos tempos, ela não lhe ligara muito, tinham-se afastado e quase não se falavam. A culpa era sua, evidentemente. O Chico, que antes a seguia feliz como um cordeirinho, estava agora prestes a implodir de ciúmes, frustração e humilhação.

Não achou estranho, portanto, que ele tivesse inventado aquela história para a assustar. Pensando bem, até lhe parecia que ele tinha improvisado. Sim, inventara aquilo no momento e atirara-lhe à cara. Mas era só bazófia, balelas!

No entanto, não deixava de se sentir incomodada. O Chico inocente e amoroso a que se habituara fazia agora ameaças de morte, alardeava a chegada iminente de soldados para prenderem os patrões e acabarem com a vida dela.

Perturbada, Maria Alice foi desabafar com Arminda o absurdo a que chegara o anão Chico. A criada de quarto, que ultimamente servia mais como criada de acompanhar de D. Carlota Justina, era muito dengosa com a patroa. Queria agradar à senhora e esta queria saber o que se passava nas suas costas. Arminda contava-lhe tudo, o que sabia e o que não sabia. Se necessário, inventava. De qualquer modo, D. Carlota Justina interessava-se particularmente pelo que havia entre Maria Alice e o paizinho.

Enfim, só de pensar que havia alguma coisa entre aquela criadita desavergonhada e o paizinho, já lhe dava vômitos mas, justamente, ela própria perdera toda a vergonha e já corria todos os dias para os braços daquele homem fascinante que, não obstante ser um criado e um criminoso fugido à justiça, derretia-lhe o coração.

As pernas tremiam-lhe de emoção quando José Policarpo lhe pegava ao colo como se ela não tivesse peso e a deitava no colchão imundo esticado no soalho da cabana. Ele tirava-lhe o vestido com avidez, arrancava-lhe o espartilho, as meias, enfim, a roupa toda, e cobria-a com aquele corpo extraordinário. Não era homem de grandes delicadezas, era até um pouco abrutalhado, mas trespassava-a com a virilidade de macho do campo e ela, pequena, vulnerável, indefesa, adorava todos os momentos.

Aquela relação insensata pesava na consciência de D. Carlota Justina. Dava-lhe pesadelos à noite. Sonhava que era arrastada na lama pelos seus pares na Corte, o escárnio de familiares e amigos ecoava-lhe na cabeça.

Imagine-se o que diriam na Corte se soubessem que ela se prestava a um enlace tão repugnante, todo ele de luxúria e de libertinagem. Uma senhora na sua posição nem teria o ensejo de escapar impune ao julgamento da gente nobre. Seria simplesmente desprezada e excluída do seu meio.

Era assustador, porque se encontrava realmente numa posição impossível. Se fosse descoberta, era certo que repugnaria a nobre gente da Corte, mas teria no senhor D. José uma reacção bem mais visceral, de cólera e represália. Ela não podia deixar de pensar que o soberano — que

não esperava mais do que lealdade absoluta dos seus mais próximos — daria logo ordem ao primeiro-ministro para este providenciar um algoz que lhe decepasse a cabeça o quanto antes.

A ideia de subir ao patíbulo de mãos atadas e de lhe cortarem a cabeça dava-lhe arrepios, aterrava-a de verdade. Havia momentos em que vacilava, dizia *Basta, é preciso findar esta loucura*, mas depois vinham ao de cima as recordações excitantes, os encontros secretos, as memórias sensuais desses momentos, e D. Carlota Justina esquecia todos os perigos.

Ela lograva enganar-se a si própria, convencendo-se de que, afinal de contas, não tinha nada a temer. Ninguém sabia de José Policarpo e assim haveria de continuar. Redobraria os cuidados quando fosse encontrá-lo, mas não havia, objectivamente, motivo para se preocupar tanto.

Porém, depois veio Arminda e confidenciou-lhe as impertinências do anão Chico que tinham chocado Maria Alice e, nesse instante, D. Carlota Justina percebeu que estava perdida.

Uma guarda de 20 cavalos comandada pelo capitão D. Felipe de Nápoles saiu a trote do aquartelamento junto ao Pátio das Damas. Levavam as suas ordens: capturar o infame regicida José Policarpo de Azevedo e trazê-lo a qualquer preço.

— Traga-mo vivo, capitão, para o entregar à justiça de Sua Majestade Fidelíssima — ordenou o conde de Oeiras. — Mas, antes matá-lo do que deixá-lo escapar.

O capitão D. Felipe de Nápoles aprumou-se.

— Queira Vossa Excelência confiar que o trarei vivo, assim se confirme que o homem se encontra escondido na propriedade do conde de Montargil.

— Há-de estar — disse o desembargador do Paço. — Nós temos o testemunho desta mulher que nos garante isso mesmo.

— O senhor desembargador do Paço vai-me desculpar o cepticismo, mas a mulher de que fala não viu o fugitivo em pessoa.

— Pois, lá isso não viu.

— Enfim, basta de conversa — atalhou o conde de Oeiras. — Este debate não nos leva a nada. Capitão, vá em nome de Sua Majestade procurar esse homem na propriedade do conde de Montargil. E, se realmente o conde lhe estiver a dar guarida, prenda-o também.

— Assim farei, senhor. Agora, se me permite...

— Vá, vá, e boa sorte.

O capitão D. Felipe de Nápoles bateu bota com bota, energicamente, bateu continência, rodou nos calcanhares, retirou-se.

Sebastião José de Carvalho e Melo estava encantado com a possibilidade de resolver definitivamente este assunto pendente. Sempre era menos uma preocupação, até porque o rei também não o tinha esquecido e, tempos a tempos, voltava ao assunto. Perguntava-lhe se o homem já estava preso. E era embaraçoso responder-lhe que não.

O ministro abanou a cabeça, desconcertado. Pensar que o procuravam pelos quatro cantos do reino e por essa Europa fora e ele estivera sempre ali tão perto.

Dona Consolação foi levada para o Pátio dos Bichos, no Palácio de Belém. Deixaram-na à seca, atrás das grades, sem lhe darem uma explicação, mas também sem lhe fazerem nenhuma ameaça. Não é que fosse preciso ameaçá-la, evidentemente. Ela sabia que se arriscava a passar um mau bocado, se a denúncia não se confirmasse.

Tinha tomado as suas precauções, não se comprometera demasiado, deixara claro ao desembargador do Paço que só estava a repetir o que ouvira. Enfim, se alguém mentia, não era ela.

— O que é que ouviu, exactamente? — perguntou o desembargador do Paço.

— Ouvi que esse homem, responsável pelo insulto ao rei, está escondido no paço do conde de Montargil.

— Disseram-lhe o nome dele?

— É esse José Policarpo, esse monstro que não logrou matar El-Rei, nosso senhor, graças a Deus! — disse, benzendo-se duas vezes.

— E quem lhe contou isso?

— O Chico.

O desembargador do Paço abriu os braços.

— O Chico?

Ela explicou-lhe quem era o Chico. Ele semicerrou os olhos, incrédulo.

— Um anão?

— Sim, mas é de confiança.

Ele debruçou-se sobre a cadeira dela.

— Um anão de confiança?!

Era intimidante, ele de pé, com todo o peso da lei; ela sentada, sentindo-se muito pequenina. Mas quem manipulava quem? O poderoso desembargador do Paço ou a enfermeira insignificante?

Ela desempenhou na perfeição o papel de cidadã cumpridora que vinha denunciar um odioso regicida.

— Só vim fazer a denúncia porque não ficaria de bem com a minha consciência se ignorasse o que ele me contou.

— Ele, o anão?

— Sim.

— Não foi pela recompensa?

— Isso não é o mais importante.

— Mas quer reclamá-la?

Dona Consolação encolheu-se ainda mais no seu lugar.

— Sabe, sou só uma enfermeira, sem bens nem fortuna, passo dificuldades...

Ele viu nela uma mulher séria, humilde e piedosa, uma devota que venerava Deus no Céu e El-Rei na Terra. Mesmo admitindo que estava interessada na recompensa, conseguiu convencê-lo.

Estar detida agora era só um pequeno sacrifício em troca de um grande benefício. Ela ansiava por ver o conde de Montargil e a filha, D. Carlota Justina, numa prisão, ou até executados no patíbulo. E porque não? Depois do que ela passara por causa deles, nada traria maior sentimento de paz à sua alma do que destruí-los.

Pior ficaria se os soldados não dessem com o José Policarpo na mata do conde, mas dona Consolação estava tranquila. Naquela mesma manhã, antes de ir ao desembargador do Paço, conferenciara secretamente com o anão Chico, para receber a confirmação de que o homem ainda lá estava.

O anão Chico garantiu a dona Consolação que José Policarpo continuava escondido na cabana da mata, mas isto foi antes de perder a

cabeça e ter revelado a Maria Alice que os patrões iam ser presos em breve. Depois arrependeu-se, era um idiota, não sabia ficar calado.

Não tinha uma boa cabeça, equilibrada, estável, de confiança. Longe disso. Era de extremos, ora alegre, se não mesmo eufórico, ora deprimido, quase sempre a remoer um ressentimento qualquer que, possivelmente, só existia na mente dele. A sua grande boca estava sempre a metê-lo em sarilhos, mas ele ficou com a esperança de que Maria Alice não o tivesse levado a sério, que tivesse pensado que dissera aquilo só para a assustar.

D. Carlota Justina correu por salas e corredores, segurando a saia com as duas mãos para que não lhe prendesse os movimentos. Era uma corrida contra o tempo, uma corrida pela vida. O que é que lhe passara pela ideia? Que nunca seriam descobertos? Que não seriam denunciados? Como pudera ser tão ingénua?

Ia a pensar estas coisas e a correr em pânico, a descer as escadas, saltando os degraus aos dois e dois. Tinha o coração na boca, nunca sentira tanto medo como naquele momento. Os soldados vinham aí!

Já o conde de Montargil descansava no seu banco de jardim preferido, deleitado a apanhar sol, de bem com a vida e longe de imaginar uma tragédia iminente. Não queria mal a ninguém e não sabia de alguém que lhe quisesse mal.

Desde o terramoto que lhe levara a perna, o conde ficara mais tranquilo, em paz com o mundo e agradecido por não ter morrido. Deixara de frequentar a Corte e só por isso rejuvenescera dez anos, porque já não vivia em permanente sobressalto, olhando por cima do ombro, fazendo intrigas para desmontar as intrigas dos outros. Não havia pior pesadelo do que a Corte. Toda a gente a competir pela atenção e os favores de Sua Majestade.

Maria Alice percebeu que algo estava mal quando viu D. Carlota Justina passar a correr. A senhora ignorou-a, mas a Arminda, que vinha atrás, fez uma expressão medonha e ela percebeu logo que a outra tinha ido contar tudo à senhora. E, a ajuizar pela reacção da patroa, as ameaças do Chico não tinham sido apenas palavras vãs para a assustar e acalmar os ciúmes. Era mesmo verdade, os soldados vinham aí!

O toque-toque dos cavalos da guarda a irromperem pela calçada ecoou no pátio da entrada principal.

— Dois homens a guardar o portão — ordenou o capitão. — Os outros vêm comigo.

A guarda passou a trote por um incrédulo conde de Montargil, boquiaberto ao ver os cascos dos cavalos escavacarem-lhe o jardim, antes de se embrenharem na mata para lá dos buxos. Os soldados nem pararam para lhe dar uma satisfação. O conde ficou vermelho, a estourar de raiva.

No entanto, mais à frente, o capitão D. Felipe de Nápoles deu com D.

Carlota Justina que vinha a passear com um cesto dependurado no braço. O capitão ergueu a mão para imobilizar a coluna. Os cavalos pararam de imediato, levantando uma nuvem de poeira. Quando não, ter-lhe-iam passado por cima, porque o caminho era estreito.

— Credo, capitão! — exclamou D. Carlota Justina. — Que invasão é esta?

— Vimos em nome de Sua Majestade Fidelíssima, prender o criminoso regicida, José Policarpo de Azevedo, que se esconde nesta propriedade.

Ela piscou muito os olhos, como que a absorver o que acabara de ouvir. Depois pasmou, e ninguém poderia dizer com toda a certeza que o seu espanto não foi genuíno e espontâneo. D. Carlota Justina gaguejou:

— Um... um criminoso aqui?!

— É o que vamos investigar — disse secamente o capitão da guarda. — Agora, se fizer o favor de se afastar, precisamos passar.

— E logo *esse* criminoso! — exclamou ela, aparentemente sem se aperceber da ordem para se afastar. — Estamos seguros aqui, capitão? Esse homem não é perigoso?

— Perfeitamente seguros, minha senhora, desde que não tenham dado guarida ao traidor.

D. Carlota Justina empalideceu.

— Por amor de Deus, capitão! Não diga uma coisa dessas nem a brincar. Morro de medo, só de pensar que um homem tão perigoso possa ter entrado na nossa propriedade.

— Há uma cabana ali mais adiante? — perguntou o capitão, ignorando o medo que parecia perturbar a nobre senhora.

— Cabana? Não. Há só um velho barraco onde se guardam coisas velhas.

— A senhora vem de lá?

— Eu não. Ninguém vai lá. O capitão acha que o homem se escondeu no barraco?

— Eu acho que tudo é possível — replicou ele com frieza, mostrando abertamente que não confiava na sua inocência.

Ela fez-se desentendida.

— Nesse caso — disse — sigam sempre em frente por esse carreiro fora, que vão lá dar.

O capitão fez uma vaga continência, à laia de cumprimento. Ela afastou-se e os cavalos passaram.

D. Carlota Justina esperou que a coluna passasse por ela e, apenas se viu sozinha, baixou a cabeça e regressou a casa com as lágrimas a escorrerem-lhe pela cara abaixo. Ia nervosa, perguntando-se se teria conseguido empatar os soldados o suficiente para José Policarpo escapar. Mas não sabia, não fora a tempo de o avisar. Nem sequer o vira. *Deus queira que não dêem com ele*, rezou desesperada.

A angústia dela justificava-se plenamente, pois só pudera virar-se ao pressentir que a coluna de cavalos se aproximava e fingir que voltava de um passeio na floresta, quando na verdade ia na direcção contrária. E agora, eram os soldados que iam direitinhos na direcção de José Policarpo. E ela já nada podia fazer para o salvar.

No gabinete de Sebastião José de Carvalho e Melo, no Pátio das Damas, discutia-se a situação impossível do país, entalado entre as ambições da França e da Inglaterra. Um feroz conflito entre as duas potências ameaçava engolir o reino.

O conde de Oeiras, com a sua perspicácia analítica, previa que o envolvimento português era inevitável. Portugal seria arrastado para a guerra.

O rei estava muito preocupado e o primeiro-ministro convocou o seu irmão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que ocupava a pasta da Marinha desde que Tomé Corte Real fora afastado desse lugar e desterrado para Leiria. Estava também D. Luís da Cunha Manuel, dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. O objectivo era analisarem o assunto, mas a reunião calhou enquanto decorria a operação para capturar José Policarpo e ele estava com a cabeça bem longe da guerra.

— Três anos! Há três anos que aquele José Policarpo me escapa por entre os dedos. É como um fantasma, uma maldição que me assombra! — desabafou.

O conde de Oeiras admitir um fracasso era algo tão raro que os outros dois ficaram a olhar para ele, positivamente perplexos.

— Estou a falar do regicida, aquele que disparou contra Sua Majestade Fidelíssima — impacientou-se, pensando que não tinham percebido.

— Sim, a que propósito vem isso agora? — perguntou D. Luís da Cunha Manuel.

— Vamos apanhá-lo.

— Não duvido — interveio Francisco Xavier de Mendonça Furtado. — O homem não se pode esconder eternamente. Um dia destes é apanhado.

— Não é um dia destes, é hoje! — exclamou, irritado, o conde de Oeiras.

— Não me digas!

— Ai digo, digo. Está a acontecer agora mesmo, enquanto falamos.

— Onde?

Sebastião José de Carvalho e Melo explicou-lhes tudo. Sem conseguir ficar quieto, andando para a frente e para trás, pediu desculpa por não se concentrar na reunião, mas esperava ansiosamente por notícias. Enfim, podiam imaginar o seu grande alívio. Finalmente iria anunciar a Sua Majestade Fidelíssima que tinham caçado José Policarpo. O homem que o tentara matar! Seria uma alegria dar-lhe a boa nova de que já o podiam queimar na fogueira.

— Excelente notícia — considerou D. Luís da Cunha Manuel, abanando a cabeça, impressionado. — O rei vai ficar contente.

— É uma tremenda vitória — disse o primeiro-ministro. — Toda a Terra não é suficiente para um traidor se esconder.

Nesse preciso momento, na propriedade do conde de Montargil, o capitão D. Felipe de Nápoles e os seus homens tomavam de assalto a cabana no meio do bosque. Irromperam no interior de armas aperradas, mas só encontraram velhos móveis empoeirados. Do fugitivo nem um vestígio. Contrariado, o capitão mandou bater a floresta, palmo a palmo; ordenou uma revista, tão minuciosa quanto infrutífera, a todos os cantos da propriedade, incluindo a casa principal, apesar da oposição beligerante do conde de Montargil, que ele simplesmente ignorou; interrogou o conde e a filha, os criados e os escravos. Nenhum deles soube dizer nada. O espanto era geral e genuíno, nunca ninguém vira essa pessoa por aqueles lados.

O capitão supôs que o único que talvez pudesse esclarecê-lo sobre o paradeiro escorregadio de José Policarpo fosse o anão Chico, mas esse também já tinha desaparecido.

Dona Consolação, confrontada com o fiasco da operação, benzeu-se repetidamente e pediu muitas desculpas pelo transtorno. Estava profundamente desapontada, mas ela só queria ajudar. Irritado, o desembargador do Paço gritou com ela, insultou-a, ameaçou-a. Mas, ao final da tarde tirou-a da prisão e pô-la a andar. Que mais podia fazer? Deixá-la a apodrecer na prisão? Dar-lhe tratos? Nada disso adiantaria para capturar o regicida. Em todo o caso, se tivesse de a mandar buscar um desses dias, saberia bem onde a encontrar.

Acabou tudo em desilusão, mas ninguém ficou mais decepcionado do que Sebastião José de Carvalho e Melo, que deitou as mãos à cabeça e gritou com toda a gente. Estava fora de si, com espírito assassino. Os dois ministros saíram da sala e puseram-se a andar, porque ele estava intratável. Pior sorte tiveram os adjuntos do gabinete do conde de Oeiras, que não puderam evitar a fúria do chefe.

Era a maior caça ao homem de sempre e nem assim o apanhavam. Não havia memória de semelhante coisa. Como era possível?! É que andavam nisto há anos.

Logo em Agosto de 1759, apenas nove meses depois das brutais execuções em Belém, tinha-lhe chegado a primeira notícia sobre a captura além-fronteiras de José Policarpo. O conde de Merle, embaixador francês em Lisboa, transmitira-lhe da parte do primeiro-ministro do rei de França, o duque de Choiseul, a informação de que José Policarpo se encontrava em Perpignan. O homem tinha sido localizado, preso e interrogado. E confessara.

Mas era uma situação delicada de gerir, porque o conde de Merle persistia em defender o núncio apostólico e os jesuítas. E o duque de Choiseul ainda não perdera a esperança de vir a convencer o rei D. José a rasgar a aliança com a Inglaterra para alinhar com a França. Enfim, tudo o que, no entender de Sebastião José de Carvalho e Melo, não servia os

interesses de Sua Majestade.

O conde de Oeiras e o conde de Merle trocavam farpas diplomáticas a toda a hora, mas hoje o ministro francês em Lisboa vinha numa missão de boa vontade.

— O meu governo mandou-me informá-lo de que o prisioneiro se encontra à vossa disposição. Caso Sua Majestade Fidelíssima deseje que o assassino seja trazido para Lisboa, só tem de dar as suas ordens para o transportar.

Ao primeiro-ministro de D. José não agradava aceitar presentes de França, mas era o José Policarpo que lhe ofereciam numa bandeja.

— É uma grande prova de amizade de Sua Majestade Cristianíssima, El-Rei Luís XV — reagiu o conde de Oeiras, emocionado.

Apenas recebeu a concordância do rei, Sebastião José de Carvalho e Melo despachou para Perpignan uma comissão musculada, que levava a incumbência de identificar o preso e trazê-lo sob custódia para Lisboa. Mas, ali chegados, os enviados perceberam que tinham ido tão longe para nada. Os franceses tinham o homem errado. O preso que se dizia José Policarpo era doido e mentia.

Foi uma tremenda desilusão, mas não havia nada a fazer. Devolveram o mentiroso aos calabouços da cidade e regressaram a Lisboa de mãos a abanar, ainda que o doido tivesse ficado na prisão de Perpignan a reclamar aos gritos que era mesmo o Policarpo que atentara contra a vida do rei.

José Policarpo tinha a fuga planeada há anos e não podia ser surpreendido pelo capitão D. Felipe de Nápoles porque era metódico e movia-se como uma sombra. Todos os dias pela manhã enrolava o colchão onde dormia e deixava-o a um canto, como se estivesse ali esquecido há muito tempo. De resto, limpava sempre os vestígios da sua presença, prevendo que, se algum metedigo fosse espreitar a cabana, não notaria quaisquer sinais de vida.

Tinha por hábito afastar-se da cabana, porque não queria ser apanhado desprevenido no interior, onde seria fácil cercá-lo.

Assim, quando os pássaros se calaram na floresta, José Policarpo tomou boa nota desse sinal de alarme. Apurou o ouvido e escutou o resfolegar dos cavalos e o barulho dos cascos no solo. Aproximou-se e viu de longe D. Carlota Justina a conversar com o capitão. Nesse mesmo instante, largou tudo e afastou-se.

Ele preparara-se há muito tempo para esta contingência e estava mentalizado para agir insensivelmente e com total disciplina. Sabia tornar-se invisível e deslizar por entre as árvores sem fazer barulho, tinha uma rota de fuga planeada, um saco preparado e escondido pelo caminho e um ponto identificado para saltar o muro da propriedade.

Em poucos minutos desapareceu e foi como se nunca ali tivesse estado.

A guerra rebentou a 5 de Maio de 1762, com a invasão de um exército franco-espanhol. As tropas invasoras entraram em Portugal através da fronteira de Trás-os-Montes e cercaram Miranda do Douro. No dia seguinte, desembarcou em Lisboa uma força britânica comandada pelo general Townshend.

O clima de tensão já se arrastava desde Março, quando Lisboa recebeu o primeiro aviso pela mão dos embaixadores de França e Espanha. Os dois aliados pretendiam forçar Portugal a alinhar com o Pacto de Família, que juntava os países cujas Coroas pertenciam à Casa de Bourbon. O pacto estabelecia um princípio bélico incontornável: Quem ataca uma Coroa ataca a outra!

Aquela que ficaria conhecida como a Guerra dos Sete Anos ia já no seu sexto ano e envolvia a França e os seus aliados contra a Inglaterra e os aliados desta. Era o primeiro conflito com características mundiais e Paris contava com o apoio incondicional de Madrid, enquanto Londres confiava na lealdade da Coroa portuguesa.

No entanto, Paris insistia que Lisboa não podia ajudar os ingleses. Portugal entendia o contrário e ajudava o seu velho aliado, ainda que discretamente, para manter uma aparente e vantajosa neutralidade. Perante a obstinação lusa, o rei Luís XV declarou do alto da sua soberba:

— Se não vai a bem, vai a mal.

A 16 de Março foi apresentado um primeiro aviso a Portugal. Nesse mesmo dia, Sebastião José de Carvalho e Melo foi recebido por D. José na tenda real.

Com um joelho no chão, beijou o anel do rei.

— Que há de novo, conde?

— O ultimato das Coroas de Espanha e de França.

O rei afundou-se pesadamente num sofá.

— Quando chegou?

— Hoje mesmo, meu senhor.

— E que diz esse ultimato?

— Exige que expulsemos dos nossos portos os navios britânicos e os dos seus aliados.

— Em troca de quê?

— Em troca de protecção aos nossos territórios ultramarinos.

— Ah! — exclamou o rei, em jeito reprovador. — Essa é boa. Seria como se metêssemos a raposa no galinheiro para proteger as galinhas.

— Vossa Majestade tem absoluta razão. Se me for permitido sugerir...

— O que sugere o meu primeiro-ministro?

— Que o meu senhor rejeite liminarmente a proposta. A resposta deverá ser seca e firme. Dirá que Portugal não está interessado em aderir a uma guerra que não é sua; que Sua Majestade não trai os amigos e que dispensa a protecção ultramarina.

Sua Majestade ficou pendente de um pensamento vazio e, durante escassos segundos de estranha perplexidade, não se lhe ouviu uma palavra nem se lhe viu inteligência na expressão. Mas logo piscou os olhos e disse:

— Faça isso. Querem, à força, arrastar-nos para a guerra — lamentou-se o rei.

— Não se martirize, Vossa Majestade, porque cuidarei que não sejamos apanhados desprevenidos.

— Mas como? Que podemos nós fazer para contrariar forças tão superiores?

— Sozinhos, nada, meu senhor, mas se recusamos trair a confiança dos ingleses, também temos direito a exigir-lhes protecção.

— Naturalmente. Eles terão de nos valer!

— E vão fazê-lo, Majestade. Com a vossa permissão, assegurarei os contactos necessários para que uma força inglesa desembarque em Lisboa mal o primeiro soldado francês ou espanhol pise solo luso.

— Permissão dada. Precisamos dessa ajuda como de pão para a boca.

D. Luís da Cunha Manuel, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, recebeu a incumbência de dar a resposta aos Bourbon.

— Transmita-lhes a resposta de Sua Majestade Fidelíssima — ordenou

o primeiro-ministro. — O rei de Portugal e dos Algarves recusa a oferta das duas Coroas e não precisa de ajuda na protecção dos territórios ultramarinos.

— Assim farei.

E assim fez, com efeito, mas logo a 1 de Abril chegou uma contra-resposta com uma ameaça ainda mais concreta: França e Espanha reclamavam a participação portuguesa na guerra à Inglaterra, quando não, o exército espanhol invadiria Portugal. Lisboa voltou a dizer que não e a 23 de Abril os ministros das duas nações voltaram a insistir no ultimato.

Dois dias depois, a 25 de Abril, receberam a mesma resposta negativa, e a 27 os embaixadores de França e de Espanha fizeram as malas e partiram. Com as comunicações cortadas e sem interlocutores, já não havia nada a fazer. As posições irreduzíveis e o falhanço da diplomacia só podiam levar a uma consequência: a guerra.

Tendo apenas um Exército irrelevante à sua disposição, em tempo útil o primeiro-ministro obteve a autorização do rei que lhe permitiu ir preparando no maior secretismo o país para a guerra. O pequeno e desleixado Exército português, escasso de efectivos, sem armas e sem uniformes suficientes, era pouco mais do que inútil, dizia ele num particular com o irmão.

— Não só é inútil, como uma desgraça completa — reforçou Francisco Xavier de Mendonça Furtado.

— E no entanto, não podemos permitir que nos deixe ficar mal.

— Sim, mas se contra uma potência como a França o nosso Exército será esmagado em poucos dias, contra as forças de França e Espanha juntas melhor seria que se rendesse antes do primeiro combate.

— Isso nunca — cortou Sebastião José de Carvalho e Melo.

O conde de Oeiras não concebia uma rendição e, para ultrapassar esse problema irresolúvel, gastou as reservas de ouro do Brasil em armas e pediu ajuda a Inglaterra. Depois, contratou o conde de Lippe por indicação de Londres, que conhecia bem este cabo-de-guerra. O conde de Lipa, como ficou famoso em Portugal, valia o seu peso em ouro mas haveria de ter ordenados em atraso quando os conflitos cessassem. Sebastião José de Carvalho e Melo ficar-lhe-ia grato, bem entendido, mas o país era demasiado pequeno para dois heróis.

Era um desconsolo ver as praças portuguesas caírem sem resistência, umas após outras. Primeiro no Norte, depois nas Beiras. Perante tamanha miséria, o conde de Lipa desistiu de fazer uma guerra tradicional e optou pela guerrilha. Tinha apenas 15 mil soldados para parar o avanço de 57 mil. A relação de forças era de uma desproporção avassaladora, mas o milagre aconteceu: ao fim de seis meses os invasores retiraram-se!

Este Exército atrapalhado e sem experiência moveu incansáveis acções na retaguarda do inimigo, cortando-lhe as linhas de abastecimento e aterrorizando-o. No final, as baixas portuguesas e inglesas foram

insignificantes; em contrapartida, 25 mil espanhóis e franceses morreram de fome e doença, desertaram ou foram feitos prisioneiros. Já em combate morreram poucos, porque não houve batalhas dignas desse nome e, por isso, chamaram Guerra Fantástica a este conflito de opereta que se resolveu a tempo do Natal.

Foi uma vitória tremenda para o rei, mas um ano perdido para o reino. Por causa da guerra, as reformas abrandaram. Na maioria dos sectores, pararam mesmo.

O primeiro-ministro tinha um plano para modernizar o país e normalmente produzia um vastíssimo volume de documentos. Ofícios, decisões, leis, pareceres, a sua verve era imparável. A guerra era uma oportunidade para reorganizar a tropa, recuperar o tão depauperado Exército, mas não chegava. A ambição de Sebastião José de Carvalho e Melo era maior do que a vida, como só podiam ser as ambições dos grandes. Ele desejava a perfeição e nada menos do que a utopia!

A revolução no ensino exigia novas escolas básicas e a criação do Colégio dos Nobres e a reestruturação da Universidade de Coimbra. A necessidade de resgatar o país da dependência estrangeira implicava a protecção das indústrias nacionais e o investimento em fábricas modernas. A fábrica das sedas do Rato, em Lisboa, a fábrica de vidro da Marinha Grande, a indústria dos lanifícios na serra da Estrela, tudo isto era, ou haveria de ser, obra do primeiro-ministro do rei D. José. O conde de Oeiras chegou a mandar construir uma cidade de raiz na fronteira algarvia — por carta régia, evidentemente. Seguindo o método da reconstrução de Lisboa, Vila Real de Santo António seria erigida em apenas dois anos.

Mas, se a guerra atrapalhou o progresso e tudo parou no reino de Portugal, não foi inconsequente a perseguição implacável movida pelo conde de Oeiras aos jesuítas. Com efeito, a longa escalada no conflito com a Companhia de Jesus e os seus poderosos aliados conduziu o país à guerra.

A par de acções espectaculares como a expulsão dos padres da Companhia, a fina intriga palaciana fazia o seu caminho com ferozes combates de punhos de renda.

Em 1759 decretou o rei D. José que *os rebeldes, traidores, adversários e agressores que estão contra a minha real pessoa sejam expulsos de todos os meus reinos e domínios*.

No entanto, e para grande desgosto do conde de Oeiras, a 6 de Junho de 1760, D. Maria, herdeira do trono, casou com o seu tio D. Pedro. O rei D. José, que durante anos perseguira o sonho de um filho varão, desanimou nessa empresa frustrada e decidiu que a filha só poderia casar com um príncipe português. Pressionado pela rainha, escolheu o irmão. Aos olhos de Sebastião José de Carvalho e Melo, D. Pedro era um idiota, fanático seguidor da Companhia de Jesus. E D. Maria não o seria menos.

Enfim, D. Pedro até podia ser uma besta, mas que remédio teve o conde de Oeiras senão conformar-se com o enlace entre o infante de 43 anos e a princesa de 26. Só mesmo quem não o conhecesse é que pensaria que ele se ficaria por aí. Não se ficou, bem pelo contrário. Sebastião José de Carvalho

e Melo via conspirações contra ele nos acontecimentos mais inocentes; via o longo braço da Companhia de Jesus por detrás de todos os seus inimigos. Agora, mais do que nunca, era preciso contra-atacar e a sua jogada seguinte foi meticulosamente planeada.

O conde de Oeiras aproveitou o casamento real para armar uma emboscada ao núncio apostólico, esse inveterado defensor de jesuítas. Em conluio com o secretário de Estado, D. Luís da Cunha Manuel, o primeiro-ministro preparou e estendeu a armadilha a Filippo Acciaiuoli.

— Não se lhe manda a participação do casamento real — disse, a pensar alto. — É isso, vamos provocá-lo para ele reagir.

— E como fazemos isso?

— Dando-lhe corda para ele se enforcar.

— Ignora-se o núncio? — estranhou o secretário de Estado.

— A participação ao corpo diplomático será para informar que o rei se decidiu pelo critério da antiguidade na Corte para regular a ordem de acesso dos embaixadores às audiências formais de Sua Majestade.

— E que dizemos ao núncio?

— Nada, porque o núncio tem prioridade em qualquer recepção. Logo, não precisa de ser informado do que já sabe.

— E se ele reclamar, o que lhe digo?

— Isso mesmo, que os embaixadores só foram informados de como seriam geridas as prioridades.

Era escandalosamente fraca a justificação, e o núncio ainda se sentiu mais desconsiderado por não ter direito a uma boa explicação. De tal modo ficou ofendido, que manteve o seu palácio nas trevas enquanto Lisboa, contagiada por uma grande alegria, se iluminava. Por toda a cidade acenderam-se luminárias durante uma semana de festa para celebrar o casamento real.

Justamente, agora era o conde de Oeiras quem sentia o ultraje. Armado de extrema indignação, foi comunicar ao rei a ofensa que lhe era feita pelo núncio.

— O núncio ofendeu-me?!

— Não há outro nome a dar ao insulto que ele fez a Vossa Majestade.

— Mas, que fez ele afinal?

— Deixou a nunciatura às escuras enquanto o reino inteiro festejava o consórcio da princesa com Sua Alteza Sereníssima, o infante.

— Às escuras? Completamente às escuras?!

— Completamente, Majestade.

— Isso é bizarro!

— Como se nada houvesse para festejar. Uma afronta!

— Mas, porque quereria o núncio provocar a minha justa ira?

— Por *revanche*.

O rei pasmou.

— *Revanche*? Essa agora!

— O núncio queixa-se de que foi ignorado porque não se lhe participou o critério das audiências de Sua Majestade. Ora, conforme já lhe foi explicado, não se lhe participou porque o núncio tem sempre prioridade. Não havia nada a participar! Mas ele não aceita a explicação e deita-se a provocar Vossa Majestade, não por este insignificante equívoco, bem entendido, mas por conta dos padres da Companhia que foram expulsos.

— Ele disse tal?

— Não, Majestade, aliás, nem sequer se dignou dizer coisa alguma. Trevas totais e silêncio absoluto, foi este o comportamento intolerável de Acciaiuoli. Mas a questão da participação é um mero pretexto para ele provocar o rei de Portugal! Não pode ficar sem resposta.

— E que resposta lhe damos?

— Não há outra possível, que não seja a expulsão.

— Mas a expulsão do núncio é o corte de relações com a Santa Sé!

— É isso, ou o defensor dos jesuítas a pretender mandar em Portugal.

— Não, isso não! Padre algum, jesuíta ou não, volta a mandar neste reino enquanto eu for vivo.

— O que nos leva de volta à inevitabilidade da expulsão. O núncio está a testar a firmeza de Sua Majestade, atrevendo-se a pensar que um rei tão magnânimo não tem a determinação suficiente para fazer frente a Roma e ao seu representante em Lisboa. Pois engana-se, porque se o rei de Portugal manda pela borda fora toda a Companhia de Jesus, o que lhe custa mandar também o núncio?

— Tens razão, conde. Se o núncio não sabe as regras da boa convivência, mandamo-lo de volta.

— Será expulso, então?

— Seja. E com efeitos imediatos!

Sebastião José de Carvalho e Melo estava nas nuvens. Que grande triunfo o seu! Lograra convencer o rei a expulsar o maior aliado dos jesuítas em Lisboa. Assim, o cardeal Torregiani, em Roma, já não teria motivo para se alegrar com o casamento de D. Pedro com D. Maria. De nada lhe servia o consórcio real se, ao mesmo tempo, se cortava relações com a Santa Sé.

Justamente, enquanto o núncio Acciaiuoli era convidado a sair da Corte sem demora e a passar a fronteira do reino no prazo máximo de quatro dias, o conde de Merle, pasmado com tanta audácia de Lisboa, não desarmava na sua cruzada contra o primeiro-ministro. Nos seus frequentes relatórios para Paris, o ministro francês aplicava-se na intriga. Denegria o conde de Oeiras com tanta paixão que chegava a cair no exagero. Mas, excessos à parte, o conde de Merle era bastante competente a dar má reputação ao conde de Oeiras na Corte de Luís XV. Nas cartas enviadas ao duque de Choiseul, o

embaixador acusava Sebastião José de Carvalho e Melo de estar de conluio com os ingleses e de não ser amigo dos franceses. Dizia que o todo-poderoso ministro português instigava o rei D. José a opor-se à França. Insistia que ele estava cada vez mais próximo de Londres e recomendava vivamente que se tomassem medidas contra a aliança entre Portugal e Inglaterra.

Este veneno persistente ia fazendo o seu caminho. Influenciava as mentes em Paris que, por ora, ainda apostavam na diplomacia para levar Portugal para o seu campo.

A estocada final à Santa Sé e aos poderosos amigos de Roma, deu-a o conde de Oeiras no ano seguinte, em 1761.

A pouco e pouco, sem se mostrar excessivamente ávido de poder, Sebastião José de Carvalho e Melo lá foi colocando as suas peças no tabuleiro. Os homens de confiança do primeiro-ministro iam tomando conta dos principais e mais estratégicos cargos do reino.

O conde de Oeiras não quis eliminar em definitivo a Inquisição, porque a tortura já só se praticava naturalmente no tribunal da fé. Até para dar tratos aos presos no caso dos Távora tinha sido necessário chamar o cirurgião do Santo Ofício. Embora a tortura já não se usasse nos tribunais comuns, o ministro de D. José abria algumas exceções, conforme as suas conveniências, e foi por isso que tomou conta da Inquisição. Em 1760 nomeou o seu irmão, Paulo de Carvalho, inquisidor-geral. Era essa a sua cartada: ficando o irmão com a presidência do tribunal do Santo Ofício, a instituição passou a estar ao seu serviço.

Apesar de ter anulado o poder da Inquisição e o espectáculo dos autos-de-fé, o conde de Oeiras não achou ironia mais deliciosa do que ser um jesuíta o derradeiro queimado na fogueira pública.

Seria mesmo o último, até para não se perder o extraordinário efeito simbólico que ele pretendia que ficasse na memória das pessoas. E não seria um jesuíta qualquer. Sebastião José de Carvalho e Melo escolheu o padre Gabriel Malagrida para este grande acontecimento. Malagrida era a imagem da oposição inaciana ao poder de Sua Majestade Fidelíssima, o mais famoso padre da Companhia a recusar vergar-se e a afrontar o poder absoluto do rei D. José. Logo, não haveria melhor personagem para dar o exemplo.

O conde de Oeiras prendeu-o como cúmplice do insulto ao rei, na mesma altura em que executou os Távora, mas deixou em suspenso o destino do padre, guardando-o para uma ocasião mais proveitosa. Deixou-o a enlouquecer numa masmorra da Junqueira. E Malagrida, realmente, ensandeceu. Estava doido varrido quando o conde de Oeiras o mandou buscar dois anos depois, para ser transferido para o cárcere do Santo Ofício. Tinha 72 anos e vivia no mundo da fantasia.

De qualquer modo, Paulo de Carvalho considerou-o herege e os inquisidores do Santo Ofício condenaram «*a que com baraço e pregão seja levado pelas ruas públicas desta cidade até à Praça do Rossio e que nela morra morte natural de garrote, e que, depois de morto, seja seu corpo queimado e reduzido a pó e cinza, para que dele e de sua sepultura não haja memória alguma*».

O padre Malagrida, num derradeiro momento de lucidez em cima do patíbulo, ainda teve a dignidade de pedir perdão ao rei.

— Servi sempre Sua Majestade Fidelíssima como bom e leal súbdito, todavia, se, contra a minha vontade, a ofendi levemente, peço humilde e sinceramente perdão — disse.

Palavras sábias e honradas que, no entanto, não impediram que fosse queimado vivo e assim se cumprisse mais uma sentença que envergonhou Portugal aos olhos das potências europeias.

A propósito, o filósofo francês Voltaire, figura de proa do Iluminismo, escreveu que *o excesso do horror só foi vencido pelo excesso do ridículo*.

Sebastião José de Carvalho e Melo tornou-se marquês de Pombal em 1770. Já tinha 71 anos quando o rei lhe pagou com essa distinção sublimes tantos e tão extraordinários serviços.

Na década de 1760, as reformas impostas pelo primeiro-ministro começaram a dar frutos. Trabalhando diligentemente, com uma vontade de ferro, o incansável ministro de Sua Majestade cortou os tentáculos do polvo que envolviam toda a sociedade portuguesa, adormecendo-a na letargia das missas.

Derrotou a Companhia de Jesus na Amazónia, onde os missionários pegaram em armas para enfrentar o seu irmão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado; derrotou-a em casa, expulsando primeiro os padres inicianos da Corte e depois de Portugal e do Brasil.

Como diria o marquês de Pombal, Sua Majestade Fidelíssima, o rei D. José, na sua imensa, justa e insuperável sabedoria, usou o seu ministro — ele próprio — como instrumento de poder para esmagar essa força de bloqueio ao progresso. E agora o desenvolvimento era uma realidade.

O sistema de educação foi praticamente refeito do zero, depois de terem sido afastados os jesuítas, que até então dominavam o ensino e formavam mentalidades; a Igreja perdeu todo o poder de influência nos assuntos do Estado e submeteu-se ao arbítrio real; o governo retomou o controlo do comércio brasileiro, de modo a estancar a sangria das riquezas coloniais; tornou mais eficaz a cobrança de impostos e estimulou a criação de novas fábricas.

A indústria desenvolvia-se, o país fazia mais e importava menos. Portugal ganhava o respeito das potências estrangeiras, de quem ia perdendo a dependência. Desde a guerra de 1762, o Exército reorganizado modernizou-se com mais armas, mais efectivos e mais disciplina; o mesmo para a armada, cuja frota cresceu, embora nada que se comparasse com as duas grandes potências marítimas: França e Inglaterra.

Ainda durante a guerra, José Policarpo, acossado por todas as justiças do rei, sabia que não podia continuar em Portugal, quanto mais em Lisboa. Valeu-lhe a sua esclarecida e oportuníssima inteligência que, no momento de discernir uma solução, decidiu ir em direcção à guerra.

Assoberbado com as manobras para sobreviver às hostilidades, o primeiro-ministro esqueceu José Policarpo. Podia ser um mosquito irritante que incomodava Sebastião José de Carvalho e Melo, mas agora não havia tempo para o esmagar.

José Policarpo foi andando livremente, sempre em direcção à fronteira, ultrapassou a linha da frente, deixou a guerra para trás e entrou em Espanha. Pelo menos, ali estaria seguro nos próximos tempos.

Ficou-lhe só a mágoa de não ter podido despedir-se de Carlota Justina. A última imagem que reteve daquela mulher extraordinária foi a da sua

pequena e frágil figura impedindo corajosamente a passagem a uma coluna de cavalos enormes.

Os anos correram céleres e só passaram 14 desde o atentado contra D. José chegou a Lisboa a informação secreta de que José Policarpo estava a viver em Sevilha. Os espanhóis tinham-no capturado por desconfiarem dele. E mantinham-no preso para o identificarem sem sombras de dúvida.

A notícia foi transmitida pelo embaixador espanhol ao secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. D. Luís da Cunha Manuel correu a avisar o primeiro-ministro. Encontrou-o no gabinete, acompanhado do secretário de Estado adjunto dos Negócios do Reino, José de Seabra da Silva. Assim que foi informado, o marquês de Pombal – que nunca, em hipótese alguma, esqueceria o assunto – afiou as garras. Ainda tinha entalada na garganta a afronta do criado do duque de Aveiro, que tantas vezes se atrevera a subtrair-se à justiça de Sua Majestade. E se ele tomava a fuga do regicida como uma ofensa pessoal.

— É imperativo pedir que o enviem imediatamente para Portugal — agitou-se o marquês de Pombal.

— Já deixei o embaixador de sobreaviso — disse D. Luís da Cunha Manuel —, mas irei agora formalizar o pedido, se for essa a vontade de Vossa Excelência.

— Não, deixe, que eu mesmo escrevo a carta imediatamente.

— Preparo-lhe já a pena e o tinteiro — prontificou-se o solícito secretário de Estado, José de Seabra da Silva, sempre ansioso por agradar ao chefe.

Estrela em ascensão, de carácter enérgico, Seabra da Silva tornou-se o predilecto do marquês de Pombal, que primeiramente o testou como procurador da Coroa e guarda-mor da Torre do Tombo.

Ultimamente, Sebastião José de Carvalho e Melo sofrera dois rudes golpes. Em apenas dois meses, tinha perdido os seus principais aliados: os irmãos Francisco e Paulo, ambos mortos por doença. Francisco Xavier de Mendonça Furtado, o ministro da Marinha, morreu aos 68 anos em Vila Viçosa, em Novembro de 1769. Logo a seguir, no início de 1770, foi o outro irmão, o inquisidor-geral, Paulo de Carvalho, que morreu em Lisboa. Era um ano mais novo, tinha 67. Tinha sido nomeado cardeal pelo papa Clemente XIV, mas a notícia só chegou a Lisboa depois da sua morte.

O desaparecimento dos seus irmãos mais próximos foi um choque para o marquês de Pombal, que agora se apoiava muito em Seabra da Silva. No entanto, a tragédia também espreitava o voluntarioso e insinuante secretário de Estado.

Naquela época, D. José sentia-se mais isolado que nunca. Desde o atentado ao rei, o marquês de Pombal tomara medidas excessivamente severas para o proteger. Na verdade, protegia-se a si mesmo, porque sabia que, se o rei morresse, ele próprio também seria um homem morto, sem préstimo. A princesa herdeira odiava-o e, se subisse ao trono, ele estaria acabado.

Justamente, como se não bastassem as tremendas aflições que teve com a morte dos seus dois irmãos, entre o enterro de um e do outro, deu-se um novo atentado contra Sua Majestade Fidelíssima. O primeiro-ministro classificou o incidente de *horroroso desacato praticado por um malvado assassino*. Chamou-lhe *feroz monstro* e *execrando réu*. Na verdade, era apenas um telhudo pouco interessante.

Aconteceu num domingo. D. José passava uns dias em Vila Viçosa para caçar. Logo de manhã, o rei montou a cavalo, acompanhado pelos nobres da Corte. Estava um céu luminoso e o rei, bem-disposto, tomou a dianteira. Ao sair do palácio por uma porta estreita que só permitia a passagem de um cavalo de cada vez, foi atacado.

O homem estava emboscado atrás da parede e saltou-lhe ao caminho armado com um cajado e, qual salteador de estrada, ergueu-o no ar com as duas mãos e tentou desferir um golpe na cabeça do rei. Assustado, D. José inclinou-se para trás e puxou instintivamente as rédeas, levando o cavalo a empinar-se para o lado do agressor. O golpe perdeu-se sem força, o pau só bateu ao de leve no pulso real. A segunda paulada acertou apenas no cavalo.

O agressor, em desvantagem numérica e apeado, foi logo atacado pelos nobres da comitiva, que se adiantaram em defesa do seu rei. Mesmo assim, tiveram dificuldades em dominar o doido enfurecido, que se debateu aos berros, a espumar da boca e com olhos desvairados. Na refrega, ainda conseguiu deixar bem amolgados o conde da Ponte e o conde do Prado.

No final, apurou-se que o atacante se chamava João de Sousa, um ex-militar, doente da cabeça. Tinha ataques de loucura e o atentado contra o rei ficou por conta de um burro que as autoridades locais lhe tinham sequestrado.

O homem foi amarrado de pés e mãos e remetido para o Pátio dos Bichos, em Belém. Nos dias seguintes, prenderam todos os familiares de João de Sousa. Interrogados e torturados, não revelaram nada de mais. Nem podiam, porque se tratava só do louco da família que fizera asneira.

Doido ou não, João de Sousa foi transferido para os calabouços do forte da Junqueira onde, por ordem do marquês de Pombal, foi morto discretamente, estrangulado sem testemunhas e enterrado na cave da prisão, que servia de cemitério aos infelizes que ali morriam. Não era desejável publicitar ataques a Sua Majestade.

O rei passou bem o resto do dia na caça, descontraído e sorridente, como se já tivesse esquecido o incidente, mas a verdade é que, depois do ataque, D. José ganhou medo ao público e passou a cismar com atentados. O marquês de Pombal aproveitou o terror insensato do seu senhor para o isolar ainda mais.

Era tal o zelo protector, que ninguém se podia aproximar de Sua Majestade.

Na Sala do Dossel, onde decorriam as audiências reais, o marquês de Pombal mandou erigir um trono alto no centro de um gradeamento em círculo fechado. E assim recebia D. José os seus vassalos, encerrado numa jaula como um triste animal de feira.

O rei, que não era muito dado ao trabalho de governar, sujeitava-se a estes incómodos de segurança nas suas raras aparições. Quem viesse de fora à presença real tinha de ser minuciosamente investigado pela autoridade do seu distrito e, mesmo assim, não podia ir além do gradeamento que separava Sua Majestade dos comuns mortais.

O marquês de Pombal, que contribuía muito para instilar o terror real, deu ordens rigorosas em nome de Sua Majestade para se restringir drasticamente o acesso ao Paço Real. Os nobres próximos do rei andavam chocados com estas manobras do marquês de Pombal para isolar o soberano. Mas, como só era possível falar-lhe em voz alta desde o lado de fora do gradeamento, ninguém se arriscava a fazer queixas ao rei que melindrassem o seu valido.

Se o homem transtornado que atacou o rei por causa de um burro foi assassinado sem contemplações, muito pior tratamento podia esperar José Policarpo, caso fosse apanhado. O antigo criado do duque de Aveiro não era doido e, ainda que fosse, a loucura não constituía atenuante quando alguém atacava Sua Majestade Fidelíssima.

O marquês de Pombal não esquecia nem perdoava. Tornava-se até obcecado quando perseguia uma pessoa. E se se tratava de José Policarpo ainda pior, ficava feroz e ansioso e atropelava todas as regras do bom senso implícitas na convivência diplomática. Atrevia-se, por exemplo, a pressionar as autoridades espanholas, como se tivesse algum ascendente sobre elas.

Neste caso, enviou uma carta cheia de exigências:

Havendo nesta Corte informações de que, junto a Sevilha, se acha José Policarpo, um dos mais abomináveis réus de alta traição contra El-Rei, meu Senhor, e havendo em Espanha, e em todos os Estados da Europa, ordens dos seus monarcas para a prisão e remessa do sobredito, atrocíssimo e escandalosíssimo réu, requieiro que José Policarpo seja preso antes que se possa esconder, e que o remetam às fronteiras deste

O primeiro pedido da carta era despropositado, porque o embaixador espanhol já confirmara que José Policarpo tinha sido preso. Mas o segundo pedido poderia ser satisfeito, não fosse o caso de os espanhóis não morrerem de amores pelo altivo marquês de Pombal. E o catastrófico epílogo da Guerra Fantástica também não ajudava. Tinham passado dez anos, mas a invasão fracassada ainda não estava esquecida.

Justamente, a burocracia espanhola seguiu o seu tortuoso caminho, sem precipitações, com muita paciência e diligência. A identificação do preso tardava e o processo arrastava-se. O marquês de Pombal percebia o que se estava a passar.

— Querem castigar-me — bradou, erguendo as mãos com grande dramatismo. — É uma vingança mesquinha dos espanhóis.

— Sem dúvida — concordou o secretário de Estado adjunto. Seabra da Silva concordava com tudo o que o chefe dizia. Gostava de acreditar que se complementavam. E que um dia, talvez, herdasse o lugar dele.

— Temos de enviar alguém a Sevilha — disse o marquês.

— Com o pretexto de fazer o reconhecimento do preso.

— E, dessa forma, acelerar o processo.

— Uma embaixada nacional.

— Que você mesmo liderará.

— Com todo o gosto — disse Seabra da Silva, fazendo uma vénia de agradecimento.

— É uma missão vital!

— Estou consciente da sua importância. Descanse, que haveremos de trazer o homem.

— Será muito do agrado de Sua Majestade — disse o marquês de Pombal, pensativo. Ele não admitia que o regicida continuasse a fugir. Entendia até que o homem devia ser seu prisioneiro por direito.

Falavam no recato da sala de estar do primeiro-ministro. Logo que se tornara adjunto dele, Seabra da Silva deixara a sua residência e mudara-se com a mulher para o Alto da Ajuda, onde ficava o complexo do abarracamento real. Ali, junto ao Paço, tinha comprado duas barracas, uma de cada lado da rua, e mandado instalar uma passagem aérea para circular entre elas.

Não só era vizinho do rei, como do primeiro-ministro, embora este nunca tivesse mostrado o menor interesse em ir a casa do seu adjunto.

O marquês de Pombal entusiasmou-se com a ideia de tomar a iniciativa para desbloquear o processo e assim apressar a transferência de José Policarpo para Portugal.

Ainda que por motivos contrários, o próprio José Policarpo também desesperava com a lentidão do processo. Àquele ritmo, arriscava-se a

morrer de tédio na prisão espanhola. Estava como que sepultado numa masmorra infecta, deitado numa palha acamada da enxovia, a ser comido vivo pelos percevejos. Já começava a parecer-lhe que os espanhóis queriam era esquecer-se dele lá.

Valeu-lhe o padre João Sanches, seu protector há anos, que o foi salvar mais uma vez.

— Tenho uma solução para o nosso caso — anunciou-lhe o padre, que era o único que o visitava na prisão e que falava do drama de José Policarpo como se fosse um problema dos dois.

Ia fazer dez anos que o sacerdote acolhera José Policarpo. Ele fora abrigar-se na sua igreja num dia torrencial, depois de ter andado a vaguear ao longo de semanas. Viajara ao acaso com o objectivo único de fugir de Portugal e, efectivamente, só se sentiu em segurança depois de passar a fronteira.

Mas acabou por ir dar à igreja do padre João Sanches que, vendo um desconhecido a entrar-lhe pela porta, foi saber quem era.

— Sou perseguido pelo rei de Portugal e pelo seu ministro, Sebastião José — respondeu, sem rodeios.

— Porque o perseguem eles? — quis saber o padre.

— Porque já mataram o meu senhor, o duque de Aveiro, acusado de conspirar contra D. José, e acreditam que eu colaborava na maquinação.

— E colaborava?

— Ora, com franqueza, padre. Eu lá fazia parte de uma maquinação. Eu só fazia o que me mandavam.

— Mas deu tiros ao rei?

— Lá isso dei, mas fui ao engano, porque não sabia que o rei ia na sege.

O bom padre João Sanches não precisou de ouvir muito mais para simpatizar com José Policarpo. Na verdade, não tinha admiração por um rei que enchia barcos com os padres da Santa Madre Igreja para os expulsar do reino. E, embora não aprovasse atentados, acreditou na redenção do regicida.

Era próprio de um sacerdote católico receber de braços abertos um desconhecido que lhe pedisse ajuda. O padre providenciou-lhe uma refeição quente e um pequeno quarto sem humidade e com cama e roupa lavada. No dia seguinte, foi a sua vez de lhe pedir ajuda para cortar lenha e carregá-la para casa, o que José Policarpo fez de bom grado.

O tempo foi passando e ele foi ficando. Trabalhava para o padre, aliviando-o das tarefas mais pesadas. Andava, sobretudo, no campo, a amanhar a terra, a cortar lenha e a tratar da mula que o padre utilizava quando ia visitar os paroquianos.

Mas agora acontecera o que José Policarpo sempre receara. Fora reconhecido e denunciado por alguém da terra. Não imaginava quem, mas

isso não era o mais importante. Ele só queria sair da prisão e fazer-se novamente à estrada. E ali estava o padre João Sanches a dizer-lhe que havia esperança.

— Já tratei de tudo — anunciou. — Vais ser libertado em breve. Talvez hoje mesmo.

— Vou?! Como é que isso é possível?

Era possível, explicou o padre João Sanches, porque ele próprio ludibriara as autoridades, dizendo-lhes que tinham prendido o homem errado; que o verdadeiro José Policarpo havia morrido tísico há dois meses no Hospital da Caridade de Sevilha. Segundo a sua versão, o moribundo confessara-se a ele no leito de morte; contara-lhe que fugira para Espanha depois de ter disparado contra D. José e que sobrevivera a trabalhar numa horta. E assim se safara da execução horrorosa que o esperava em Lisboa, para acabar morto pela tuberculose em Sevilha.

— Quer então dizer que estou morto? — espantou-se José Policarpo.

— Absolutamente. Oficialmente, morto.

— Nesse caso, quem sou eu?

— És quem tu quiseses, menos o José Policarpo de Azevedo, porque esse está morto e enterrado de vez.

A delegação que o marquês de Pombal planeava enviar a Sevilha não chegou a partir. Mais depressa chegou a Lisboa a notícia da morte de José Policarpo do que se terminaram os preparativos para a viagem.

No entanto, Sebastião José de Carvalho e Melo ficou inconformado. Afigurava-se-lhe inconcebível que o homem mais perseguido de Portugal tivesse ido morrer tranquilamente numa cama de hospital em Sevilha, quando era seu incontestável dever deixar-se despedaçar a golpes de maço antes de ser queimado vivo na fogueira pública. Era, realmente, desanimador.

— São estes golpes do destino que desconsolam uma pessoa. Tanto esforço, tanta gente e tantos meios empenhados durante anos para apanhar aquele canalha e, no fim, vimos a saber que morreu de doença.

Ali estava o poderoso marquês de Pombal — com a sua cabeleira de leão, sentado na cadeira alta em cima do estrado, onde normalmente labutava rodeado de secretários, escriturários e outros adjuntos — cismando com as infaustas surpresas da vida.

— Foi uma grande infelicidade, de facto — afirmou Seabra da Silva, abanando pesadamente a cabeça. — Mas, ao menos, não tem de se preocupar mais com esse sujeito, cuja liberdade ofendia Sua Majestade Fidelíssima.

Com efeito, o marquês de Pombal pediu uma audiência ao rei para o informar destes desafortunados desenvolvimentos e D. José não se mostrou nada contrariado. Bem pelo contrário, ao rei bastava-lhe que o homem estivesse morto. Era alívio suficiente que aquele, como qualquer outro conjurado, se limitasse a fazer o favor de morrer. E não lhe interessava realmente saber como morria essa gente horrível.

Um ano depois do insignificante atentado ao rei em Vila Viçosa, foi a vez de o seu ministro ser atacado também por um desvairado. O marquês de Pombal tinha uma segurança mais impressionante que a do próprio rei, só por sua conta estava permanentemente um esquadrão de Dragões. Mesmo assim, juntas, a escolta especial e a guarda do abarracamento real não chegaram para impedir o destemido maluco de atirar pedras à sege do primeiro-ministro, quando esta ia a sair do Paço.

A primeira pedra entrou-lhe pela janela da portinhola sem danos de maior. A segunda foi ainda mais inofensiva. O doido falhou assim a sua oportunidade de saltar para as páginas da História de Portugal. Foi ao Paço matar o ministro do rei, mas só conseguiu partir o vidro da portinhola.

O homem, que era destravado mas honesto, confessou que estava sinceramente desiludido por ter falhado a sua missão. Era só um pobre de espírito, maltrapilho e sem-abrigo. Foi capturado e imobilizado pelos soldados sem dificuldade e remetido para o forte da Junqueira, como se fosse um perigoso homicida. Ali, submeteram-no a tratos e, depois de

torturado para nada, porque nada tinha a confessar, levaram-no para a cave e mataram-no sem mais delongas. Enterraram-no ao lado do doido que atacara o rei em Vila Viçosa.

Sebastião José de Carvalho e Melo ficava irritado com estes incidentes, mas eram só rele ataques de gente doida, pois já não restava em Portugal um único grupo organizado que ousasse realmente atentar contra a vida dele. Em 20 anos de poder, o marquês de Pombal instilara o medo em toda a sociedade. A começar pelo rei, que concedia audiências enjaulado e fora tão intrigado pelo seu ministro que já desconfiava da própria família.

Mas a saúde do rei, que tinha sofrido um primeiro revés em 1765 com um acidente vascular, era uma constante preocupação. Embora se mantivesse em perfeitas condições para reinar durante os anos seguintes, em 1774 D. José foi severamente abalado por uma tremenda sucessão de derrames. Quase sempre acamado a partir dessa data, o rei deixou de conceder audiências. Estava inutilizado.

A situação política deteriorava-se rapidamente e a posição do marquês de Pombal estava cada vez mais difícil. Sebastião José de Carvalho e Melo lutava pela sobrevivência.

Ainda antes de D. José ficar seriamente debilitado, o primeiro-ministro já procurava uma solução para contrariar a sua excessiva dependência do apoio do rei. Essa dependência exclusiva não tinha sido propriamente planeada. Desde os primeiros anos, à medida que ia anulando o poder do clero, da nobreza e do povo, o marquês de Pombal ia acumulando poder, mas também acumulava inimigos. Políticos, padres, mercadores, agricultores, era só escolher entre aqueles que prejudicou com as suas leis draconianas. Os nobres que afastou, os jesuítas que expulsou, os mercadores que não favoreceu, os produtores de vinho do Porto proibidos de produzir, os colonos brasileiros sujeitados às regras da Companhia do Grão-Pará e Maranhão, os desterrados para África, Brasil ou Índia, os presos esquecidos nas cadeias há anos... Enfim, a lista de pessoas revoltadas que esperavam ansiosamente a morte de D. José e a consequente queda do marquês de Pombal era interminável.

Também havia muitos que ele favorecera com os novos negócios e com as políticas económicas proteccionistas, evidentemente, mas esses, sabia-o bem, no momento certo, haveriam de se afastar para não se afundarem com o seu protector.

No Paço das Damas, o primeiro-ministro passou muitas horas com o seu secretário adjunto a elaborar cenários com a vida de outras pessoas.

— Muitas dores de cabeça me tem dado este tema da sucessão — queixou-se o marquês de Pombal, irrompendo pelo gabinete onde podiam falar à vontade. Vinha seguido de José de Seabra da Silva. Puseram-se em mangas de camisa, sem cerimónias.

— Mas Vossa Excelência tem agora uma solução segura — disse o adjunto.

O marquês fez uma careta de dúvida.

— Meu caro, não há nada que seja seguro, e muito menos garantido, quando se trata dos assuntos da família real.

— Bem sei, mas Vossa Excelência já acertou tudo com a infanta Maria Benedita, não é verdade?

— Chegámos a acordo, sim, o que não foi difícil, visto que o acordo favorece-a mais do que a qualquer outro.

— E qual é, exactamente, o plano, se me é permitido perguntar?

— O plano é o mesmo que o rei concebeu para unir D. Maria com o seu tio, D. Pedro. Se na altura não me pareceu a melhor solução, agora é, talvez, a única.

Enquanto falava, o marquês de Pombal procurava nos bolsos do casaco, pendurado nas costas da cadeira, a sua caixa de rapé para cheirar uma pitada.

Por fim, disse, tudo se resumia a convencer o rei a casar o príncipe D. José com a infanta Maria Benedita. O príncipe, filho de D. Maria e de D. Pedro, estava bem preparado para assumir o trono, e o que o marquês de Pombal pretendia era casá-lo primeiro com a sua tia Maria Benedita, que era muito das suas relações e o apoiava tanto como o senhor seu pai, o que facilitaria a vida dele. A infanta, em casando com o sobrinho e tornando-se este rei, poderia perfeitamente influenciá-lo a favor de Sebastião José de Carvalho e Melo.

— Mas, para o plano resultar é preciso afastar D. Maria do trono que é seu, por direito, com a morte do pai.

— Essa será a segunda dificuldade: o rei deverá ser persuadido a invocar a lei sálica, que exclui as mulheres do trono, e a optar pela sucessão masculina para dar o trono ao jovem D. José.

— E o rei concorda que o trono passe directamente para o neto?

O marquês de Pombal teve um sorriso malicioso.

— Digamos que o rei vê este arranjo com interesse. Bastante interesse, na verdade.

— Hurra... — disse Seabra da Silva, em sussurrada e arrastada congratulação. A vitória do chefe alegrava-o muito.

— Vamos com calma — disse o primeiro-ministro, restando o entusiasmo dele. — Nada está decidido, longe disso.

A questão de subir ao trono não se apresentava de todo fácil e pacífica para D. Maria. A herdeira da Coroa era frágil de cabeça e não se sentia com forças para levar o reino às costas. Dominada pela depressão, D. Maria tremia só de pensar que um dia teria de ser rainha. Só podia imaginar o alívio que seria se transmitisse essa responsabilidade directamente ao filho, o príncipe D. José.

Era uma ideia que ela acalentava, mas depois punha-se a pensar que o seu primogénito estava, desde os 7 anos, sob a influência directa do avô, o rei D. José, que lhe impusera como preceptor o frei Manuel do Cenáculo, pessoa reputada de grande cultura e fina inteligência, mas que era muito do marquês de Pombal, essa figura sinistra que a ela repugnava. E pensava em todas as coisas detestáveis que essa gente tinha ensinado ao seu filho, uma criança educada no ódio aos jesuítas. E estes pensamentos faziam-na recuar na ideia de abdicar a favor do príncipe.

D. Maria, tão bondosa e devota, contristava-se com o que tinham feito ao filho. O rei referia-se ao neto com orgulho, mas ela sabia que a *boa* preparação de que falava D. José havia sido supervisionada pelo marquês de Pombal para que, ao tornar-se rei, D. José continuasse a guiar-se pelos sábios conselhos do primeiro-ministro do seu avô.

Por vezes, D. Maria sentia-se desesperar com estas intrigas palacianas que a deixavam à beira da loucura. E era tal a sua revolta, que desejava ser rainha, nem que fosse só por um dia, para afastar de vez do poder o marquês de Pombal. Queria-o longe do Paço e da sua família. Ansiava realmente desfazer muitas das suas políticas e reabilitar os bons padres jesuítas e esvaziar as prisões.

O marquês de Pombal e o seu adjunto sabiam que D. Maria e D. Pedro consideravam que o rei D. José era totalmente dependente do seu ministro para governar e, em boa verdade, já não tomava uma decisão sozinho há longos anos. Eles mesmos sentiam-se reféns no seu próprio palácio e queriam muito libertar-se.

— A mais do que certa oposição de D. Maria a abdicar a favor do filho é um problema, naturalmente — comentou Seabra da Silva.

— E a da rainha — acrescentou o marquês de Pombal. — D. Mariana Vitória também não nos vai facilitar a vida.

Seabra da Silva ficou a cismar com esta conversa. O marquês de Pombal aludia, por vezes, à sua saída de cena. Eram só comentários vagos e inconsequentes, mas que sugeriam a possível passagem de testemunho, um dia que o marquês se retirasse. Ora, para ele se tornar primeiro-ministro era preciso que não caísse em desgraça juntamente com o marquês de Pombal, quando o rei morresse. Porque era evidente que, se não fizesse nada, a sua sobrevivência política estaria condenada, ou não fosse ele um dos mais íntimos colaboradores do marquês.

Mas José de Seabra da Silva era um homem de inteligência superior e cheio de recursos. Doutorado aos 19 anos, desembargador no Porto aos 21, fora, de resto, a fama de génio que atraía a atenção do marquês de Pombal. Agora, pensou, estava na hora de ir cortando os velhos laços e criando novas alianças.

Ao outro dia, o rei reclamou a presença urgente do marquês de Pombal

no Paço. O ministro, alarmado, veio a correr.

Apoiou um joelho no chão, beijou o anel do rei.

— Em que posso servir Vossa Majestade?

— Fui traído, marquês! — explodiu D. José, furioso.

— Traído, meu senhor?!

— Isso mesmo, traído!

— Mas... traído, como? Quem ousou?

O rei apontou-lhe o dedo indicador, todo a tremer de nervos, e o primeiro-ministro empalideceu.

Por momentos, Sebastião José de Carvalho e Melo pensou que era o seu fim. Algo acontecera, uma intriga de alguém que o implicara e ele já não se achava nas boas graças do rei. Estava perdido!

D. José não passava bem de saúde, encontrava-se debilitado e, por vezes, ficava confuso, o que o tornava irritadiço. Mas não era o caso de hoje. Aliás, não podia estar mais lúcido, porque explicou muito sucintamente e assertivamente o motivo da sua exasperação.

— A rainha confrontou-me sobre o consórcio do meu neto com a infanta Benedita. D. Mariana foi informada de tudo o que conversámos e já me disse muito directamente que não admite que a filha seja afastada do trono só por ser mulher. Só por cima do seu cadáver, foram estas as palavras que a rainha empregou, para ser mais exacto.

Sebastião José de Carvalho e Melo não podia acreditar no que ouvia. A seguir, imaginou, o rei iria acusá-lo de traição ou de incompetência, e nenhuma das duas hipóteses era boa. Na verdade, eram francamente más. Sentiu-se à beira do pânico, mas o instinto de sobrevivência prevaleceu. Por dentro estava um tumulto, mas por fora manteve a expressão impassível de sempre.

— Explique-me lá, marquês, como é que a rainha está a par de um assunto tão secreto que só nós dois e o José de Seabra tínhamos conhecimento.

— A infanta Benedita também sabia.

— Mas não foi ela! — gritou o rei, numa fúria repentina. — Foi um traidor do *seu* serviço!

— José de Seabra da Silva... — disse Sebastião José de Carvalho e Melo, profundamente consternado.

— Esse mesmo — disse o rei. — Confirmou-o a rainha.

A traição de Seabra da Silva foi um tremendo golpe para o marquês de Pombal. O seu protegido, o jovem de reconhecido rasgo e talento insuperável que ele acompanhara desde o exame da universidade e que lhe devia uma carreira fulgurante; que ele ajudara a enriquecer, a ter casa e quinta da Coroa e até a casar bem; este miserável ingrato, que ele favorecera na ascensão política e social, tinha ido contar à rainha o plano que era a sua última esperança de sobreviver à morte do rei. Parecia impossível...

No entanto, a vida na Corte ensinara-lhe há muitos anos que quando se tratava de cumprir ambições não havia limites para o que as pessoas podiam fazer.

Já recomposto do choque, o marquês de Pombal analisou a situação com a frieza que se impunha. Portanto, o Seabra da Silva acreditava que ele estava politicamente morto e não queria ser arrastado na queda. Logo, o

que fizera? Fora ter com a rainha e avisara-a do plano para afastar a filha do trono e mantê-lo a ele, Sebastião José de Carvalho e Melo, a manobrar os cordelinhos do poder. Era um bom plano, se a rainha não o boicotasse. E o rei, já se sabia, com o seu feitio irresoluto, não seria capaz de se impor e contrariar a rainha. Quanto a Seabra da Silva, conquistava os favores da rainha para lhe assegurar o futuro.

Tinha sido uma jogada inteligente, a do adjunto, mas o marquês de Pombal também estava a lutar pela sobrevivência e ainda não se rendera. Muito longe disso. De modo que era necessário esmagar o traidor, fazer dele um exemplo e mostrar à rainha que ali não havia medo. Portanto, Sua Majestade que recolhesse as garras, porque o ministro do rei estava mais poderoso que nunca. Com efeito, até a família real receava contrariar o marquês de Pombal.

O rei e a rainha tiraram o dia para visitar o Convento do Desagravo e a Igreja de Santa Engrácia. Embarcaram depois em Belém num barco que os esperava para subirem o rio. A Corte acompanhava Suas Majestades. José de Seabra da Silva, que tinha lugar habitual neste grupo, representava o governo junto do rei. Em boa verdade, o secretário de Estado adjunto insinuava-se muito no círculo real, demasiado, na opinião do primeiro-ministro. Tinha um à-vontade que era mais próprio do chefe do governo que do adjunto.

O marquês de Pombal fechava os olhos e tolerava esse comportamento de excessiva intimidade, porque Seabra da Silva se revelara um *grand seigneur* e, naquela altura, uma figura encantadora até calhava bem para transmitir uma imagem mais calorosa do governo. Ele próprio, com o seu temperamento frio, não prestava para esses jogos sociais. O charme não era o seu forte.

Mas Seabra da Silva tinha pisado o risco, quebrado o feitiço, e o seu futuro já estava traçado.

O secretário de Estado adjunto beijou o anel do rei, à chegada deste ao cais.

— As suas ordens, meu senhor?

— Vá recebê-las do marquês, que já as deixei com ele — foi a resposta seca do rei. O adjunto engoliu em seco, fez uma vénia, retirou-se às arrecuas.

Mais tarde, tendo chegado ao Paço das Damas já muito preocupado, Seabra da Silva foi logo procurar o primeiro-ministro. O marquês de Pombal recebeu-o com a mais completa frieza. E, ainda que não estivesse a ler, deu-lhe a ordem de extermínio quase como se dissesse de cor um documento formal.

— Como o senhor doutor José de Seabra da Silva foi traidor a El-Rei, manda o mesmo senhor que Vossa Mercê deixe Lisboa num prazo de 24 horas. Deverá recolher à Quinta do Canal e aí aguardar por novas ordens de

Sua Majestade.

A notícia era terrível para Seabra da Silva, mas não havia como negar-se a uma ordem do rei. O adjunto demitido partiu com a mulher sem sinal de espanto e sem sequer perguntar por que motivo o acusava El-Rei de traição.

O marquês de Pombal, aliás, que quando queria sabia ser supinamente despudorado, mostrou-se desconcertado e sem uma explicação para a fúria do rei. Estava às escuras e sem palavras, disse.

Não menos hipócrita, Seabra da Silva resignou-se à vontade de Sua Majestade e agradeceu ao marquês de Pombal todos os ensinamentos e todas as oportunidades.

Dias mais tarde, o secretário de Estado adjunto caído em desgraça foi levado preso para o Forte de São João da Foz, no Porto, e daí embarcou, com ordem de degredo para toda a vida, para o interior de Angola.

Foi, portanto, desterrado para as Pedras Negras, no profundo e isolado sertão angolano, o mais promissor colaborador do marquês de Pombal. Mas, não obstante o espírito pérfido e serpentino de Seabra da Silva, o futuro não muito longínquo haveria de dar razão à sua inteligência tortuosa, pois, por ocasião da morte de D. José, seria perdoado, reabilitado e chamado de novo a Lisboa pela rainha D. Maria I para integrar o novo governo, a que chamaram a *Viradeira*, como secretário de Estado dos Negócios do Reino.

O jovem príncipe D. José casar-se-ia efectivamente com a tia, a infanta Maria Benedita, que tinha quase o dobro da sua idade. Ele com 16 anos e ela com 31. Não obstante, D. Maria Benedita era a princesa mais bonita, inteligente e alegre. Casaram conforme a vontade do rei, numa cerimónia quase fúnebre, três dias antes da morte do soberano. Mas o príncipe D. José nunca chegaria a subir ao trono. Já a sua mãe era rainha quando ele morreu de varíola, em 1788, com apenas 27 anos. A vacina tinha sido descoberta há pouco tempo, mas D. Maria I não quisera que o filho fosse vacinado.

Uma das últimas aparições públicas do rei foi em 1775. O marquês de Pombal conseguiu arrastá-lo para a grandiosa inauguração da estátua de D. José a cavalo, no Terreiro do Paço. O terramoto arrasara a cidade há 20 anos e a capital estava oficialmente reconstruída, embora não estivesse de facto.

Lisboa continuava uma choldra, as ruas imundas, os esgotos a céu aberto onde se despejavam os dejectos das casas mantinham-se um foco de doenças, os andrajosos ainda pululavam pela cidade e os cães vadios vagueavam em matilha como sempre.

Lisboa não estava acabada, mas a maior estátua do reino foi inaugurada a 6 de Junho, dia em que o rei fez 61 anos. A estátua equestre de D. José foi colocada no centro da praça e, como faltava construir os vastos edifícios públicos em redor, milhares de operários ergueram tapumes altíssimos

onde desenharam os ditos futuros edifícios com as suas arcadas e com o Tejo ao fundo. A praça resumia-se, portanto, à estátua do rei a cavalo no centro do cenário de uma Baixa falsa.

Houve uma festa popular que durou três dias, houve discursos e fogo-de-artifício, saltimbancos e fantoches, barraquinhas de comida para o povo e o maior banquete da História para os convidados ilustres. Festa na rua e baile no Palácio da Alfândega.

Gastaram-se quantias astronómicas para homenagear o rei, mas, enquanto a rainha comentava bem alto que a estátua era uma porcaria, D. José, parado e macilento, permaneceu mudo e indiferente. O rei olhava para aquilo tudo com uma apatia gritante.

Apesar de novo, D. José era já uma sombra do passado. Meses depois, haveria de ser atingido por uma severa hemorragia cerebral e a apoplexia deixá-lo-ia definitivamente inútil para reinar. A rainha, D. Mariana Vitória, assumiria a regência até o rei morrer.

Mas não foi só a inauguração da estátua equestre de D. José que ficou na memória dos extraordinários acontecimentos de 1775. Nos meses que precederam a inauguração deu-se o estranho caso do pintor Giovanni Battista Pelle.

O artista genovês, que em má hora viera morar em Portugal, tornou-se então um homem famoso. Mas ficou mais conhecido por causa de uma misteriosa *máquina infernal*, que alegadamente construíra, do que pelas telas e pincéis.

Pouco antes, surgiu em Lisboa uma estranha e desconhecida personagem. Luís José de Figueiredo, um cadastrado recentemente deportado do Brasil para Portugal, conseguiu chamar a atenção do marquês de Pombal, que aceitou recebê-lo no Paço das Damas. Dizia-se médico e insistira muito em falar-lhe.

— A que devo a presença de Vossa Graça? — perguntou-lhe o primeiro-ministro, intrigado com a persistência do homem.

— Obrigado a Vossa Excelência por me receber. Venho fazer uma denúncia de um caso.

— Que caso vem a ser esse?

— O caso é que um genovês, que vim a conhecer fortuitamente no botequim do Casaca, fez-me uma revelação chocante.

— Que foi?... — perguntou o marquês de Pombal, já impaciente.

— Que tinha uma máquina infernal, fabricada por ele para colocar na carruagem de Vossa Excelência no dia da inauguração da estátua equestre de El-Rei, nosso senhor.

— Uma máquina infernal? — repetiu o marquês, de sobrelance erguida.

— Exactamente, Excelência.

— Para um atentado à minha pessoa?

— Foi o que ele me disse.

Ali estava o imponente ministro, de braços cruzados no meio da sala, formalmente encasacado, com a sua grande peruca bem encaixada na cabeça, a olhar perplexo para aquele tipo singular. O homem parecia sincero, mas nada do que dizia fazia sentido. Por outro lado, todos os bons vigaristas pareciam sinceros.

— Estou aqui a pensar e não consigo encontrar uma justificação razoável para um homem, com uma missão tão arriscada, contar a um desconhecido o que ia fazer, entre dois copos de tinto no botequim. Está a ver o meu problema? — disse o marquês, de olhos franzidos, como se eles os dois estivessem só a resolver uma charada.

— Vossa Excelência tem toda a razão. Não faz sentido nenhum. Também pensei o mesmo — admitiu o outro, agitando energicamente a cabeça a dizer que sim. — E no entanto, ele contou-me isto.

— E o senhor perguntou-lhe porque lhe contava ele tamanha barbaridade?

Luís José de Figueiredo bateu com as palmas da mão nas coxas, sinal de que ficara desiludido com ele mesmo.

— Não perguntei — confessou.

— Porque não?

— Porque tive medo. Pronto, está dito, tive medo. O homem podia estar armado, seguir-me, abater-me numa viela, eu sabia lá! Naquela altura, passou-me tudo pela cabeça. Mas depois, mais tarde, percebi que não podia ficar calado, mesmo correndo o risco de ser só um maluco inofensivo.

O marquês de Pombal olhou-o de alto a baixo. Havia na sala um soldado de sentinela, que revistara minuciosamente o homem à entrada e que não tirava os olhos dele, pronto a saltar-lhe em cima ao menor indício de agressividade. O ministro pensou que já tinha a sua conta de doidos, mas ainda se sentia indeciso sobre se o devia levar a sério ou corrê-lo a pontapés.

O marquês de Pombal dispensou Luís José de Figueiredo com algum desprezo e sentiu-se tentado a esquecer o caso. Até porque a seguir entrou o embaixador de Espanha, sempre com assuntos graves para tratar, devido às relações tensas entre os dois países. Madrid voltava a juntar-se a Paris para atormentar a frágil tranquilidade das fronteiras portuguesas. As disputas territoriais nas Américas perpetuavam-se, assim como as picardias entre o sobranceiro marquês de Pombal e o não menos altivo secretário de Estado espanhol, Jerónimo Grimaldi. A nuvem negra da guerra voltava a pairar sobre Portugal.

Porém, o ministro de D. José não era pessoa para esquecer fosse o que fosse. Ultimamente, andava debaixo de muita tensão. A saúde do rei claudicava e a sua situação ia-se tornando progressivamente insustentável. O rei, destroçado, passava o tempo a caminho das termas de Alfama. Ia mergulhar as pernas nas águas medicinais das Alcaçarias do Duque para tratar as úlceras nas pernas, uma praga que herdara do pai e de muitos outros Bragança, seus antepassados. Na verdade, D. José sofria de sífilis herdada do pai, D. João V, que por sua vez a herdara de seu pai, D. Pedro II. E as lesões nas pernas mais não eram do que resultantes dessa doença. Os médicos cobriam-lhe as feridas com um unguento de alvaiade, fezes de ouro e vinagre, que secava as chagas, mas que, sendo um composto de óxido de chumbo, era tão nocivo que o envenenava até à alma. O rei vacilava, mas persistia ainda em ir acompanhando os assuntos do reino.

A doença de D. José atrapalhava as expectativas do marquês de Pombal, que sempre contara com a protecção do soberano. Guiando-se pela lei natural da vida, o marquês, já bem avançado nos seus 76 anos, contava desaparecer primeiro que o rei, 15 anos mais novo do que ele, o que o deixava descansado quanto ao desfecho de duas décadas a fazer inimigos. A moléstia de Sua Majestade trocou-lhe as voltas e deixou-o numa posição bastante ingrata. Sempre pensara que morreria a trabalhar ou, quando muito, retirado no sossego do seu palácio de Oeiras. Quem poderia prever uma coisa assim?

Sebastião José de Carvalho e Melo pressentia que o fim da sua carreira estava próximo, mas ainda detinha a autoridade e dirigia os acontecimentos. De resto, era quase impossível aceitar que iria perder o poder, depois de mais de 20 anos a mandar. Talvez por insegurança, irritava-se com facilidade e estava mais irascível que nunca.

Ocorreu-lhe, a propósito da insólita denúncia de Luís José de Figueiredo, que, tirando a sua família, o rei e alguns bons e leais amigos, não devia haver ninguém no reino que não desejasse a sua desgraça. Este pensamento deprimia-o, mas também o revoltava, pois entendia a absolvição de todos os actos terríveis cometidos sob as suas ordens justificadíssima pela sua obra reformadora, que tantos proveitos trouxera ao

reino e ao povo. Mas se o povo era ingrato e não reconhecia os extraordinários e importantíssimos melhoramentos da sua governança, e se da velha nobreza não podia esperar senão o desdém disfarçado pelos sorrisos e pela lisonja servil, era o medo que os continha a todos, ainda e sempre.

Esta denúncia destrambelhada do médico brasileiro, que acusava o pintor genovês de ter concebido uma *máquina infernal* para o assassinar, era simplesmente ridícula. O marquês de Pombal reconhecia que a acusação não tinha pés nem cabeça e, por isso, nem se deu ao trabalho de mandar investigar a dita máquina que, evidentemente, não existia. E no entanto mandou prender o genovês!

O marquês de Pombal estava furioso. O rei morria aos poucos; a fidalguia rapineira começava a levantar a cabeça, antevendo com júbilo a queda do déspota ao anelar do derradeiro suspiro de Sua Majestade Fidelíssima. O homem da rua já não se coibia de falar abertamente contra o tirano. Perdia-se o medo e o respeito. Sebastião José de Carvalho e Melo reagiu como sempre fizera: fulminante, feroz e exemplar.

Ele que sempre preferira tratar discretamente as ameaças isoladas, como tinha sido o caso do louco que lhe apedrejara a carruagem e acabara executado na prisão sem qualquer publicidade, fez exactamente o contrário com o genovês. Entregou-o aos juizes viciosos de um tribunal corrupto, que submeteram o pobre pintor a tormentos inimagináveis, antes de o condenarem à morte.

Não havia qualquer prova contra Giovanni Pelle, senão o falso testemunho do cadastrado que queria ganhar os favores do marquês de Pombal, mas mataram-no à mesma. Morte requintada a dele, com um apuro de selvajaria que já não se via no reino desde há tempos imemoráveis.

A execução pública decorreu na praia da Junqueira e foi supervisionada pelo próprio marquês de Pombal, que teve interesse em ir ver morrer o cordeiro sacrificado à sua política de terror.

Giovanni Pelle foi arrastado para o suplício já num estado físico e psicológico deplorável. Com os olhos esbugalhados, espantado com algo que ia muito para além da sua compreensão, enredado numa grande confusão mental, viu, sem resistir, o carrasco decepar-lhe as duas mãos com uma espada afiada. Estenderam-lhe os braços em cima do cepo e cortaram-lhe as mãos com um só golpe, rápido, violento, certo.

Pelle demorou um instante a processar o que acabara de lhe acontecer. Depois, começou a berrar e a debater-se em pânico, enquanto esguichava sangue dos cotos amputados e os algozes, insensíveis, o amarravam a quatro cavalos.

Ficou preso por cordas entre os cavalos, dois para cada lado, e durante largos minutos fustigaram os animais na expectativa de o desmembrarem vivo, mas não conseguiram mais do que desconjuntar-lhe os ossos todos.

Decepcionado com os cavalos que não foram suficientemente determinados para partir ao meio o corpo do infeliz Pelle, o marquês de Pombal ordenou ao algoz que o estrangulasse ele mesmo e acabasse de vez com aquilo. Em seguida, voltou para o seu gabinete na Ajuda, moderadamente satisfeito com o horror da execução. O homem morrera com grande alarde de sofrimento e... bem, já não se via nada assim, tão brutal e traumatizante, desde há muito tempo.

De facto, não se falou de outra coisa em Lisboa durante semanas e o horror da execução resultou na perfeição, porque voltou a infundir o pavor nos espíritos rebeldes que tinham começado a despontar.

Quanto mais imunes ao medo, maior tinha de ser o terror a inspirar nas pessoas capazes de tudo para derrubar o primeiro-ministro. Para Sebastião José de Carvalho e Melo era uma questão de sobrevivência. Sempre fora.

Os tempos eram de inevitável mudança, não obstante os esforços desesperados do marquês de Pombal para contrariar o futuro, chegando a ser de uma brutalidade patética.

Luís da Cunha Manuel, o único colega de governo, além do irmão, que Sebastião José de Carvalho e Melo não tinha afastado, morreu em Junho de 1776, sendo substituído na pasta dos Negócios Estrangeiros e da Guerra por Aires de Sá e Melo. Martinho de Melo e Castro ficara com a Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha depois da morte do irmão do marquês de Pombal e era pouco chegado ao primeiro-ministro, que só o tolerava por imposição do rei.

Mas o rei estava extremamente debilitado. A infecção ganhava terreno e o soberano tinha o lado esquerdo do corpo paralisado, a boca torta e a língua inchada. O rei babava-se e não conseguia falar. Comunicava por escrito. Sempre deitado, escrevia com a mão direita e em letra errante os seus desejos a lápis num caderninho.

Finalmente, em Dezembro de 1776, D. Mariana Vitória assumiu a regência do reino e, nesse mesmo dia, o marquês de Pombal foi proibido de aceder ao rei. Por determinação da rainha, o quarto de D. José passou a ser acessível só à família, aos médicos, ao padre confessor e aos camaristas. O próprio rei, já sem ânimo para nada, fez-lhe sinal para que não entrasse. E com esse gesto infeliz Sua Majestade selou 27 anos de colaboração com o intrépido e visionário estadista que, em seu nome, reerguera o país dos escombros.

Doravante, o ministro, banido do círculo mais íntimo do rei, não teria o respeito nem sequer assustaria mais os nobres que o odiavam e sempre o menoscabaram pelas costas. Sebastião José, como se referiam a ele, por desprezo ao seu apelido, estava acabado.

Mas o relaxamento da autoridade do ministro do rei era catastrófico, pois convidava o povo a ignorar a lei.

A Espanha, sedenta, preparava a invasão e Portugal, assustado, multiplicava os efectivos do Exército. Eram já 36 mil homens nas tropas regulares e 71 mil nas milícias. Mas não chegavam para defender o país, e a Inglaterra, calculista, não se comprometia a ajudar o aliado. Londres aguardava pacientemente a morte de Sua Majestade Fidelíssima, no pressuposto de que o marquês de Pombal seria afastado e de que não era prático nem avisado confiar fosse em quem fosse antes de perceber para que lado soprariam os ventos.

Com isto, crescia a ameaça espanhola. No entanto, o fervor patriótico dos portugueses em defesa do reino não se manifestava plenamente. Eram cada vez mais os refractários que se esquivavam ao recrutamento, recusavam o serviço militar e fugiam em grupos para a Trafaria, onde se iam esconder numa povoação de pescadores. Muitos deles trocavam a arma pela faina.

Os acontecimentos precipitavam-se.

Um de Novembro de 1776, dia de Todos os Santos e dos 21 anos do terramoto, foi um dia chuvoso e escuro e, no deprimente breu dos seus aposentos, D. José ouviu o toque fúnebre dos sinos das igrejas e uma lúgubre sugestão infundiu no soberano um terror súbito.

Assustado, o rei chamou pelo seu particular, José Caetano, que lhe acudiu de imediato. O soberano usava uma campainha de mão, que agitava até ser atendido.

— Vossa Majestade chamou? — perguntou o particular.

O rei, enervadíssimo, conseguiu escrever numa letra quase imperceptível:

Por quem tocam os sinos?

— É pelo cardeal patriarca, Majestade.

D. Francisco morreu?

— Morreu, sim, meu senhor.

Soleníssimas exéquias em sua honra — escreveu. — *Diga-lhes isso. Sou eu que ordeno!*

— Absolutamente, meu senhor, vou já comunicar a ordem de Vossa Majestade.

O corajoso cardeal patriarca, D. Francisco de Saldanha, opositor e perseguido de Pombal, morreu na miséria. O prelado recusara apoiar o marquês no Conselho de Estado e este retaliara mandando prender os seus dois irmãos: um, vice-rei, regressado da Índia, e o outro, embaixador, chamado de Paris. Ambos acusados de se apropriarem de dinheiros públicos, desonrados e encarcerados nas masmorras do Estado. O patriarca, que recusara submeter-se à vontade do primeiro-ministro do rei, vira a família inteira ser engolida por processos tiranos e acabara por delapidar toda a sua fortuna para socorrer os irmãos.

Nos dias seguintes, o rei, muito impressionado com a tragédia do cardeal, teve febres altas. A doença alastrava-lhe pelo corpo todo, D. José mal se mexia, tinha a perna e o braço esquerdos apanhados. A língua tumefacta e a cara aflitivamente arrepanhada tolhiam-lhe os movimentos e impediam-no de falar.

O rei definhava no seu leito, atemorizado, receando o juízo final. Pensava ter tantos pecados para expiar que, em pânico, mandou chamar o padre Manuel Baptista, da freguesia da Ajuda, para receber dele os sacramentos. Defendia-se assim das eternas chamas do Inferno.

Em pouco tempo, a Corte acumulou-se à porta dos aposentos reais. A família real, os principais da Igreja, os nobres e todos os outros palatinos montaram guarda a velar o rei. Crendo-o moribundo, já se pensava até em trazer de volta o padre Manuel Baptista para lhe dar a extrema-unção.

O marquês de Pombal foi alertado ao final da tarde para o que se passava na Corte. O primeiro-ministro, assoberbado de trabalho, estava imerso em documentos, a despachar, quando lhe chegou a notícia ao gabinete. Alarmado, o marquês largou tudo e correu ao Paço. Era incompreensível o arraial de tragédia que já se montava à volta da doença do rei. Com efeito, o primeiro-ministro recebera ao longo do dia relatos fidedignos e tranquilizadores de diversos espiões e todos lhe tinham garantido que o rei se encontrava bem. E agora, de repente, estava à beira da morte?!

Furioso, o marquês de Pombal irrompeu pelo sinistro cortejo que se estendia dos corredores aos salões do palácio real e cancelou o funeral antecipado de Sua Majestade.

— São intempestivos e precipitados estes estrondosos aparatos — declarou, autoritário, perante aquela gente assustada. — Imaginem o pavor que descarregam em todos os corações dedicados que amam o seu rei. E que alegria dão aos seus inimigos estrangeiros. Os perigos de vida dos monarcas devem ser encobertos, sempre! A sua publicidade enfraquece-nos perante o inimigo.

De modo que o rei não chegou a morrer, mas o ano de 1777 começou entretanto e, com ele, novas tragédias vieram. A princesa D. Maria, que a 12 de Dezembro dera à luz uma filha, baptizada Maria Isabel de Bragança, viu a sua bebé morrer de infecção cutânea a 14 de Janeiro do ano seguinte. A erisipela levou-a com poucos dias de vida, uma desgraça que afectou tremendamente a futura rainha. D. Maria sentia-se enlouquecer. Em seis filhos, era o terceiro que lhe morria bebé.

Seu pai e rei de Portugal, o senhor D. José, também morreria em breve. Mas até lá Sebastião José de Carvalho e Melo ainda mandava. No momento certo, pedira a demissão à rainha regente. Quisera deixar o governo quando lhe foi impedido o acesso aos aposentos do soberano, apesar de ser o mordomo-mor do rei. Nessa altura, o marquês pretendeu retirar-se da vida pública com o argumento da idade avançada.

— Vou fazer 78 anos, Majestade, levo um dia a fazer o que antes fazia numa hora. Penso que devo ser substituído por ministros mais jovens e mais dinâmicos e, embora me abstenha de propor nomes, estarei, naturalmente, disponível para orientar os meus sucessores nos complexos negócios do Estado.

No entanto, D. Mariana Vitória negou-lhe a saída honrosa. A rainha topou-lhe a jogada e entendeu que devia permanecer no cargo. Pensou que o habilidoso marquês queria tornar-se a eminência parda do reino, retirando-se de cena, mas ficando a manobrar discretamente por detrás dos panos. A raposa velha não dava ponto sem nó. Era o génio a funcionar, mas desta vez a inteligência fina não lhe valeria de nada.

A rainha não gostava dele, e a sua filha e herdeira do trono ainda menos

gostava. Seria liminarmente afastado do poder logo que o rei morresse, mas, para já, D. Mariana Vitória respeitava escrupulosamente a vontade do marido. Assustado com a ameaça espanhola, D. José exigia que o primeiro-ministro permanecesse. O rei continuava lúcido e a escrever as suas determinações a lápis no caderninho das ordens, o que para ela era uma bênção.

— O seu desaparego ao poder é notável, marquês, mas o reino precisa de si mais do que nunca — disse a rainha, em resposta ao pedido de demissão. — A ameaça de Espanha em conluio com a França é uma aflição que não vai desaparecer. Sobretudo, contamos consigo para continuar a preparar a defesa do reino.

O marquês de Pombal fechou momentaneamente os olhos, solidário com a rainha e compungido com a situação perigosa de Portugal, enquanto fazia que sim com a cabeça — um grave e pausado aceno de cabeça. Depois, curvou-se numa respeitosa vénia, recuou com os olhos no chão, retirou-se. A rainha fingia apreciá-lo e ele fingia-se apreciado.

A prioridade do primeiro-ministro era recuperar a sua autoridade constringida e, depois então, retomar com plenitude e mão firme os preparativos para a guerra, que não iam nada bem. A Inglaterra porfiava em negar o auxílio militar solicitado e o alistamento para a formação de novos regimentos era desastroso. Reinava a indisciplina e a impunidade, os mobilizados tinham perdido o respeito à lei do recrutamento e eram cada vez mais os refractários que fugiam para a Trafaria para não cumprirem o serviço militar.

Pensavam que não lhes aconteceria nada, mas enganavam-se, porque, debaixo da fria fleuma, o impassível marquês de Pombal fervia. Nada o perturbava mais do que perder a capacidade de se fazer obedecer imediatamente e incondicionalmente. O poder era tudo, e a fraqueza, inadmissível.

Compreendeu que era preciso estancar a sangria dos refractários e acabar com o mau exemplo que davam. A essa necessidade acrescia a sua determinação em fazer uma demonstração de força arrasadora.

Não partilhava com ninguém as suas intenções estratégicas, nunca partilhara, porque era desconfiado por natureza e porque, de tanto vitimar os outros, receava ser vítima de alguma vingança. Mas sentia-se mais isolado do que nunca. Tinha do seu lado a marquesa D. Leonor, sua mulher, os cinco filhos e alguns familiares e amigos. Entre eles, havia o frei João de Mansilha, representante em Lisboa da Real Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro. O marquês dera-lhe o cargo e o frei comprava-lhe as uvas da sua quinta de Oeiras para fazer vinho no Douro. Depois, havia o frei Manuel de Mendonça, seu sobrinho e habitual visita de casa, e o bispo de Beja, frei Manuel do Cenáculo.

Justamente, este último estava presente quando, em Janeiro desse

perigoso ano de 1777, Sebastião José de Carvalho e Melo chamou o desembargador Diogo Inácio de Pina Manique, superintendente-geral dos Contrabandos e Descaminhos, a quem encarregou de uma empresa de fogo.

— Senhor desembargador, tenho uma missão para si — anunciou, quando o recebeu no Paço das Damas.

— O que aprouver a Vossa Excelência — disse Pina Manique, baixando respeitosamente a cabeça.

O desembargador tinha a mesma ambição e o génio feroz do marquês, por isso o compreendia lindamente e era tão desassombrado. Já o bispo de Beja, frei Manuel do Cenáculo, também ele próximo de Pombal e igualmente contagiado pelo vício do poder, assistiu a esta reunião e escutou sem pestanejar a extraordinária ordem do primeiro-ministro ao desembargador Pina Manique.

— Estes refractários são tudo o que o país não precisa neste momento — declarou o marquês de Pombal. — Dão aos nossos inimigos a imagem de uma nação que não sabe nem quer defender-se. Permitirmos esta situação é o mesmo que convidarmos os espanhóis a entrarem-nos pela fronteira adentro. É urgente exterminar esses traidores que comprometem a segurança nacional.

— É só Vossa Excelência dar a ordem e eu acabo com esses cobardes — respondeu o desembargador. Tal como o marquês, Pina Manique não tolerava traidores.

— É o que estou a fazer, a dar-lhe a ordem. De que força precisa para castigar os foragidos?

— Sessenta praças, entre Cavalaria e Infantaria — respondeu, sem hesitação.

— Tê-la-á. Mais alguma coisa?

— Penso que não. Sendo assim, vou já requisitar, em nome de Vossa Excelência, os homens, nos regimentos de Infantaria da Corte e nos de Cavalaria.

— Faça isso, sim. — disse o marquês, pensativo. E depois, como se se lembrasse de algo, acrescentou: — E, senhor desembargador, é vital que a missão não falhe. Olhe que este país só avança na ponta da espada.

— Bem sei — concordou Pina Manique. — Esteja Vossa Excelência descansado.

— E estou, mas, pelo sim, pelo não, mande pegar fogo à povoação.

O desembargador arqueou uma sobrancelha, duvidando que tivesse ouvido bem.

— Para termos a certeza de que prendemos todos os refractários e de que ninguém volta a fugir para lá — acrescentou o marquês.

— Incendio a povoação?

— Toda.

— Mas, há que ter em conta os pescadores e as suas famílias.

— Os pescadores também têm de aprender a lição — retorquiu ele com frieza e indiferente ao destino da gente pobre da Trafaria. — Não podemos correr o risco de voltarem a dar guarida aos refractários. A segurança do país está em causa e isso é o mais importante.

Pina Manique reflectiu um momento sobre as razões do primeiro-ministro, antes de fazer um aceno determinado com a cabeça e responder:

— Perfeitamente.

A 23 de Janeiro, homens e cavalos atravessaram as águas alterosas do rio numa barçaça larga, ao abrigo de uma noite sem luar, escura e rigorosa. O Tejo desaguava mesmo ali à frente, algures nas trevas geladas que tudo apagavam num grande borrão negro, e o mar batido, a ameaçar tempestade, deu uns valentes abanões à pesada barçaça.

Os soldados, mareados, desembarcaram na praia da Trafaria, mais aliviados por estarem outra vez em solo firme do que preocupados com os perigos da operação militar. Avançaram terra adentro, em silêncio e de espingarda pronta a disparar, e cercaram a povoação onde dormiam quatro mil almas desprevenidas. Era só um monte de barracas miseráveis e um armazém central onde se guardavam as artes de pesca.

Quanto aos refractários, seria preciso ir de barraca em barraca para os apanhar à unha. Mas a ordem do primeiro-ministro facilitava muito as coisas. A bâtega e o vento que fustigavam a aldeia mantinham as pessoas dentro de casa e impediam que ouvissem a tropa a tomar posição e os cavalos a resfolegar.

De repente, dezenas de archotes romperam a noite. O oficial que comandava as tropas fez sinal com o braço e, à ordem surda, os soldados lançaram fogo à primeira linha de barracas de madeira e lona, que começou a arder sem esforço. Os archotes atearam as chamas e o vento ululante fez o resto.

O incêndio saltou de barraca em barraca e as pessoas acordaram com o fogo a queimá-las. Pularam da cama cercadas pelas chamas e fugiram em pânico e aos gritos. Homens, mulheres, crianças, ninguém foi poupado. Alguns foram vistos a correr para o mar a arder, como tochas humanas. Os soldados pescaram-nos da água, assim como apanharam todos os homens que lhes saíram ao caminho ou tentaram romper o cerco.

Insensível à tragédia daquela gente, Pina Manique supervisionou a operação do alto do seu cavalo, observando tudo com uma expressão de pedra. Usava chapéu e capote pretos para se proteger das chicotadas de vento e chuva que o açoitavam. Havia gente a morrer à sua frente e o clarão do incêndio mostrava que o fogo progredia descontrolado, mas ele não tinha compaixão por cobardes que preferiam fugir, a defender a pátria. Nem tão-pouco por aqueles que os acolhiam.

Na verdade, o desembargador não sentiu qualquer emoção, tirando o orgulho da missão cumprida. Não teve pena das pessoas indefesas, não o comoveram as vítimas em carne viva, nem os corpos chamuscados que foram sendo agrilhoados pelos soldados. Tinha só um enorme fascínio, quase um interesse científico, pela forma como aquelas coisas se passavam.

Ao longe, na areia, por entre o dardejar de fogo que iluminava a praia, Pina Manique reparou num menino que dava a mão à sua irmã, ambos em camisa de dormir, desorientados, vagueando no centro da violência, do fumo, da pólvora, dos cavalos enervados, das ordens dos soldados, brandindo espadas e baionetas, dos berros das famílias que fugiam aterrorizadas. As duas crianças não teriam mais de nove, dez anos, descalças, esquivando-se aos cavalos que ameaçavam espezinhá-las. Os olhos deslumbrados do desembargador seguiram as crianças com avidez durante largos segundos, mas depois perdeu-as de vista na confusão e

distraiu-se com outra coisa qualquer.

Ouviam-se tiros e o cheiro acre do enxofre pairava no ar húmido da noite carregada de nuvens baixas e escuras. O fogo atingiu o armazém onde se guardavam as artes de pesca, as resinas, os óleos e a aguardente em barricas, e, de repente, as labaredas agigantaram-se no céu sobre a povoação e ganharam novo fulgor.

Só com a alvorada foi possível abarcar a verdadeira dimensão dos estragos provocados pelo ataque das tropas. Os primeiros raios de Sol despontaram tímidos, revelando os destroços fumegantes. O incêndio estava extinto, porque já não havia nada para arder e a povoação desaparecera, mas a devastação era total. Não restava uma barraca de pé, só os pedaços de madeira queimada.

A tropa assistiu os feridos, juntou os refractários e encaminhou-os para a barça. Os rostos enfarruscados e chocados dos sobreviventes contemplavam a desolação. A aldeia da Trafaria tinha sido dizimada.

Ao surgir a alvorada, o desembargador desmontou do cavalo e caminhou pela praia, onde os soldados tinham alinhado os corpos das vítimas. Pina Manique seguiu a pé ao longo dessa fila macabra, até dar com as duas crianças em camisa de dormir, deitadas uma ao lado da outra, com os olhos fechados e a pele do rosto cinzenta. Abanou a cabeça, vagamente desolado com a inútil tragédia daquelas crianças, e seguiu em frente.

Uma aldeia inteira desaparecera, engolida pelo fogo. No entanto, na manhã seguinte, enquanto a Trafaria ainda fumegava, o marquês de Pombal foi a despacho com a rainha. Levou-lhe para assinar o decreto da reforma do Terreiro do Trigo. Sobre o massacre, nem uma palavra.

Mas essa brutal demonstração de força, que pretendia revitalizar a sua posição, foi fogo-fátuo e até inútil, porque o rei sucumbiu pouco depois da meia-noite de 24 de Fevereiro de 1777. E com a morte do rei, extinguiu-se a autoridade do seu todo-poderoso ministro. Foi tão rápida e tão estrondosa a derrocada política do homem que sequestrara o país durante 27 anos, que começou logo na mesma noite.

Abalado com a morte do seu senhor, o marquês de Pombal dirigiu-se aos aposentos reais, onde se velavam os restos mortais de Sua Majestade. Ia a conjecturar todas as possibilidades, consciente de que vinham aí tempos difíceis para si e para os que lhe eram próximos. Não antecipava senão traições e ingratidões, mas foi tal a ignomínia, que não se preparara para o que aconteceu a seguir.

O arcebispo de Évora, D. João Cosme da Cunha, Távora de seu pai, renegara ao perigoso apelido logo que o marquês de Pombal mandara massacrar a sua família a pretexto do insulto ao rei. Não obstante, colaborara na farsa do ministro de D. José, ao escrever uma pastoral onde acusava os jesuítas de estarem por detrás do regicídio falhado, conferindo assim maior credibilidade à teoria de que a conspiração fora inspirada pelos padres da Companhia de Jesus.

Por isto, e porque o marquês de Pombal desejava distanciar-se das execuções sanguinárias dos Távora, tornou-se protegido do primeiro-ministro.

No início, compreendia-se, o medo falava mais alto e ele fazia qualquer coisa para sobreviver. Renegou os Távora, mudou de nome, bajulou Sebastião José de Carvalho e Melo. E este, em vez de mandar matá-lo, promoveu-o.

D. João Cosme da Cunha foi nomeado cardeal, inquisidor-mor, ministro assistente ao Despacho do Gabinete e juntou a estes muitos outros cargos de grande prestígio e melhores salários. Todas essas nomeações tiveram o dedo do marquês de Pombal, que premiava a sua lealdade, e D. João Cosme da Cunha aceitou-as todas sem que lhe pesasse a consciência. Na verdade, habituou-se depressa aos cargos que o enriqueciam e adaptou-se muito bem às honras que lhe conferiam. E apreciava muito os luxos do *seu* palácio da Inquisição, onde ficaram célebres as suas faustosas recepções ao corpo diplomático.

Sua Eminência, o cardeal da Cunha, era superiormente educado, um fidalgo de muito bom gosto, mas sem cultura alguma. Não se podia dizer que fosse um douto homem de estudo ou que primasse pelo saber. Era, de facto, um ignorante, pouco mais do que básico. Tinha uma extraordinária biblioteca particular com 11 mil livros, mas nunca lera nenhum. E daí a ironia de lhes chamarem as «11 mil virgens».

O cardeal da Cunha, que era muito próximo do irmão do marquês de Pombal, andava sempre atrelado a Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Tanto que, quando os via, o marquês costumava brincar com isso: «Lá vem São Roque e seu cão», dizia, em tom de gozo.

Na sua imensa astúcia, Sebastião José de Carvalho e Melo aproximou-se ainda mais do cardeal da Cunha nos últimos dias de Sua Majestade Fidelíssima. Sabia que, por sua vez, o cardeal da Cunha se reaproximara do infante D. Pedro, irmão do rei, casado com a futura rainha, ele próprio rei consorte muito em breve. Era esperança do marquês ter no cardeal um amigo e aliado que influenciasse o próximo rei a seu favor. No entanto, D. Pedro era admirador e defensor dos jesuítas perseguidos pelo primeiro-ministro do seu irmão e não via a hora de se livrar do marquês de Pombal, de quem aliás tinha muito medo. Na verdade, seria um alívio vê-lo pelas

costas.

Mas o cardeal da Cunha não tencionava interceder pelo marquês. O cardeal só queria estar ele próprio nas boas graças de D. Pedro, e já concorria para isso, passando-lhe todos os segredos que ouvira da boca de Sebastião José de Carvalho e Melo. O marquês, tendo o cardeal na conta de fiel amigo, desabafara-lhe que se sentia derrotado pela doença de D. José, porque esta lhe diminuía o poder. E estava esmagado pela responsabilidade que lhe caía sobre os ombros de contrariar sozinho os tortuosos desígnios das Cortes de Madrid e França.

— A mim, que sempre acreditei que partiria primeiro que o rei, nosso senhor, desespera-me bastante ver que vou ficar só e rodeado de inimigos quando El-Rei nos deixar — admitiu o marquês de Pombal ao cardeal da Cunha, enquanto passeavam depois do almoço pelo jardim de sua casa, no Alto da Ajuda. Estava um bonito dia de Fevereiro, rasgado de um imenso azul, claro e luminoso. Quase não fazia frio. Sua Eminência, de mãos atrás das costas, ouvia mais do que comentava.

— E logo eu, que sou bem mais velho do que o rei e passo os dias preso a uma banca, a escrever. Que diabo, ao menos Sua Majestade sempre andara a cavalo e na caça, e no campo. Eram actividades saudáveis. Agora eu, sempre enfiado no gabinete... Isto, só a mim! — abanou a cabeça, desalentado.

O príncipe da Igreja fez um ar pesaroso. Tinha de admitir que lhe dava satisfação ver o grande e feroz Sebastião José de Carvalho e Melo a lastimar-se. Agora já não parecia tão altivo nem poderoso. Era só um velho com medo das retaliações por uma vida a atropelar pessoas. Mas depois lembrou-se dos recentes acontecimentos na Trafaria e pensou que o velho leão podia estar ferido mas ainda era perigoso. De um momento para o outro podia mostrar as garras e dar uma patada. Aquilo provocou-lhe um calafrio.

— Está com frio, cardeal? — perguntou o marquês, notando como se arrepiara.

Não é frio, pensou, é medo!

— Não, não, não... — disse, abanando a cabeça, como se não quisesse distrair-se de um pensamento mais importante que lhe prendia a atenção. — E as negociações com Londres, em que ponto estão?

O marquês de Pombal encolheu os ombros.

— Não estão — disse. — O governo de Sua Majestade, Jorge III, recusa comprometer-se com o auxílio militar que lhe pedi.

— É uma pena, realmente.

— Em que pensa, cardeal?

— Penso que seria um trunfo importantíssimo para si obter o apoio de Inglaterra e acabar com a ameaça espanhola.

— A quem o diz. Bem que precisava de um pouco de sorte, mas recebi a informação secreta de que o governo britânico não vai mexer um dedo

para nos salvar, pelo menos até o rei morrer.

Não vai mexer um dedo para te salvar, queres tu dizer. O problema és tu, não é o rei, pensou o cardeal da Cunha.

De qualquer modo, o purpurado prometeu intervir a seu favor junto de D. Pedro, com quem voltara a ser unha com carne. Podia o marquês ficar descansado que, enquanto ele fosse vivo, estava ali para o servir. Tinha ali um amigo para a vida! Sebastião José de Carvalho e Melo ficou-lhe muito grato e aliviado.

Se o cardeal da Cunha não o conhecesse de ginjeira, diria que ele se comoveu. Seria que o tirano de coração de pedra começava finalmente a ter sentimentos? Ou o velho estaria apenas a ficar senil?

Fosse lá o que fosse, o cardeal não tencionava fazer nada do que prometeu para ajudar o primeiro-ministro. Em breve o marquês de Pombal iria cair com grande estrondo e Sua Eminência considerava prudente manter-se bem afastado do seu amigo. Nem sequer voltaria a encontrar-se com ele, até à morte do rei. Aquele almoço foi assim como uma espécie de despedida para a vida.

Poder-se-ia pensar que chegara o momento de o purpurado se vingar da sua família derrotada e destruída no patíbulo de Belém, mas não era o caso, porque nos últimos 17 anos o cardeal da Cunha fora um dos frequentadores mais fiéis, mais bajuladores e mais assíduos da casa do marquês de Pombal. E nada nem ninguém o obrigava já a ser amigo de casa dos irmãos.

Justamente, o cardeal da Cunha não estava preocupado em desforrar-se do massacre dos familiares que tinham sido executados, nem tão-pouco dos que sobreviviam há 19 anos nas enxovias do reino e que nem roupa tinham. O que preocupava realmente o cardeal era estabelecer pontes e ganhar a confiança do novo poder, para não perder os seus privilégios de luxo.

Mas o rei morreu e o marquês de Pombal apressou-se a ir aos aposentos reais, onde a família velava o corpo do real defunto. Contudo, ao entrar, foi barrado pelo *amigo* D. João Cosme da Cunha que, sem rodeios, o convidou a retirar-se.

— Vossa Excelência saia, por favor, porque já nada tem a fazer aqui.

O marquês de Pombal gelou, transtornado com esta desconsideração perante os membros da Corte, mas ergueu dignamente o queixo, sustentou o olhar do purpurado com uma expressão de nojo e desprezo, deu meia volta, saiu.

Nem do funeral do rei o marquês se pôde encarregar, como era sua obrigação enquanto mordomo-mor. A tarefa foi atribuída ao marquês de Tancos.

Depois de fugir de Sevilha e desde que deixara de ser perseguido, porque as autoridades o julgavam morto, José Policarpo voltou a poder respirar.

Regressou a Portugal. Pretendia enfiar-se num buraco qualquer, sem dar nas vistas, passar discretamente pela vida, evitando sarilhos durante o resto dos seus dias. E assim fez, no início, deixando-se ficar épocas inteiras a trabalhar no campo. Empregava-se na agricultura, como trabalhador sazonal.

Com o tempo foi ganhando confiança. Fazia uma colheita e seguia em frente, sendo que em frente estava sempre Lisboa. É verdade que demorou muito tempo a lá chegar — anos, mais exactamente —, mas a capital do reino era o último lugar que José Policarpo devia escolher para se mostrar. Mesmo *morto* podia ser reconhecido por alguém e meter-se novamente em apuros. O anonimato era a sua melhor defesa e não era improvável que um dia desse de caras com alguém que se lembrasse dele.

No entanto, havia algo que o atraía irresistivelmente para Lisboa e que ele não conseguia contrariar, ainda que fosse só uma ideia que nem sequer podia ser seriamente considerada. Com efeito, o pensamento parecia-lhe tão absurdo, que José Policarpo se recusava a levá-lo a sério.

Tinham-se passado 15 anos desde que vira pela última vez Carlota Justina. E em 15 anos uma vida inteira podia ter acontecido. De modo que seria insensato bater-lhe à porta tanto tempo depois, sem uma carta, sem uma notícia de que estava vivo. Ela — tal como a família dele e todas as pessoas que o conheciam — não fazia ideia que José Policarpo ainda existia algures. De resto, a última informação que havia sobre ele era que tinha morrido tísico há cinco anos, em Espanha, no Hospital da Caridade de Sevilha.

Lembrava-se agora que uma vez, há muitos anos, numa outra vida, lhe tinha ido bater à porta num final de tarde chuvoso. Fora saber de Arlete, a doce Arlete que ele não pudera salvar dos escombros do terramoto. Mas hoje, se lhe fosse permitido voltar a bater-lhe à porta, era de Carlota Justina que queria saber.

Um dia, foi a Lisboa. Estava perto, em Santarém, e não podia deixar de pensar que o longo caminho que percorrera o levava justamente ali, às portas da capital. De maneira que decidiu atribuir ao destino a sua ida a Lisboa. Se era esse o seu fado, não havia como evitá-lo. Por outro lado, José Policarpo animou-se com os ventos de mudança. Em todo o lado se ouvia dizer que a vida do rei estava por um fio e que o poder do marquês de Pombal acabaria no momento em que esse fio se partisse. O rei ia morrer numa questão de horas, isso era garantido. Os sinais de transição eram notórios. Na rua falava-se abertamente contra o estadista insensível e

absoluto que durante 27 anos governara Portugal com uma brutalidade histórica. O medo esbatia-se nos servos como a débil saúde de Sua Majestade.

José Policarpo não se esqueceria jamais de quando os carrilhões começaram a fazer soar os sinos à meia-noite e meia. Era o toque de finados para anunciar que o rei morrera, mas foi tal o ambiente de alívio e os sorrisos e abraços que se viram na rua, que o toque triste dos sinos da cidade mais pareceu o anúncio festivo de uma coisa boa.

Com efeito, havia esperança e o povo estava feliz.

D. José deixara escrito e lacrado um documento com as últimas vontades, de seu título: «Recomendações de El-Rei Nosso Senhor à sua muito amada e prezada filha, a Sereníssima Princesa do Brasil, sua imediata sucessora no governo deste reino». E, no ponto sexto desse documento, D. José pedia à filha que perdoasse os criminosos de Estado, *enquanto à culpa e ofensa que cometeram contra a minha Pessoa ou contra o Estado. A todos tenho perdoado para que Deus me perdoe os meus pecados*. E assinou: *Rei*.

Por medo do Inferno, D. José deu assim a sua bênção para que a filha fizesse depois da sua morte o que ele não se decidira a fazer em vida: libertar os presos que enchiam as cadeias.

José Policarpo andou à deriva pela cidade, com um sorriso tolo na cara, vendo as manifestações contra o marquês de Pombal que proliferavam nas ruas. Multidões de archotes na mão saíram espontaneamente num protesto pela noite dentro. Um ambiente de revolução atravessava Lisboa. O povo queria a cabeça do tirano que o subjugara durante décadas.

Sebastião José de Carvalho e Melo fechou-se sozinho no seu gabinete, na Ajuda. Hoje, nem um dos seus adjuntos aparecera para trabalhar. Tinham-no abandonado, os malditos cobardes! E tanto que havia ainda para fazer, tanto trabalho inacabado.

O velho leão, desorientado, foi sentar-se na sua banca com as suas canetas de pena, os seus tinteiros, a despachar documentos e a remoer a má vontade. Sentia-se ofendido para a vida. Estava chocado com o ódio que a população lhe votava e que jorrava nas ruas. Não conseguia perceber tanta revolta e convenceu-se que por detrás da fúria do povo só podia estar a vil propaganda dos seus inimigos da velha nobreza, amiga dos jesuítas, que convenciam as pessoas a amotinar-se.

Pensou que o homem da rua, naturalmente, não abarcava a verdadeira dimensão das suas reformas; não se apercebia da importância das suas políticas para melhorar a produção nacional e diminuir a dependência económica em relação à Inglaterra. E no entanto, ele modernizara o país.

Ele criara a Companhia Geral da Agricultura e das Vinhas do Alto Douro para retirar privilégios aos ingleses e defender a qualidade do vinho do Porto, mas o povo revoltara-se na rua!

Ele revolucionara a indústria, recuperara a Real Fábrica da Seda e fomentara novas fábricas de lanifícios, de louças, de vidros, de cutelarias e muitas mais. Criara emprego, mas o povo já se esquecera. Atribuíra o monopólio do comércio com a metrópole à Companhia do Grão-Pará e Maranhão e limitara o comércio com a costa africana à Companhia Geral para o Comércio de Pernambuco e Paraíba, sempre para enriquecer Portugal.

Ele, Sebastião José de Carvalho e Melo, católico devoto, libertara o país da bafienta influência dos jesuítas, que manipulavam as almas ignorantes, fomentando o medo da vingança divina. Arrancara a educação das crianças às garras dos padres da Companhia e reformara a Universidade de Coimbra com os mais modernos instrumentos. No século das Luzes, ele tirara Portugal das trevas, afastando os vendilhões do misticismo e fomentando a ciência; domando o poder da Inquisição e acabando com os autos-de-fé; eliminando a distinção entre cristãos-velhos e cristãos-novos e tornando todos iguais.

Ele libertara os índios do Brasil e proibira o transporte de escravos negros para a metrópole para acabar com os desempregados que se dedicavam ao ócio e ao vício. Recuperara o Exército nacional que rechaçara os invasores espanhóis e franceses.

Ele, marquês de Pombal, reerguera Lisboa dos escombros. A cidade medieval destruída pelo terramoto fora substituída por uma das capitais mais modernas do mundo, reconstruída com técnicas anti-sísmicas inventadas pelos arquitectos e engenheiros portugueses.

Enfim, a lista de benefícios era enorme e ele poderia continuar a recapitulá-los durante horas e horas, se não dias, mas, de tudo isto, de todos estes espantosos sucessos, que guardava o povo? Medo e fúria! Era extraordinário...

Sebastião José de Carvalho e Melo estava abismado com a moral da história. Perguntava-se, espantado, se acaso haveria almas ingénuas que pensassem ser possível fazer tanto sem derrubar poderes instalados, anular privilégios abusivos e alterar brutalmente as mentalidades?

Blancheville, o seu fiel particular francês que o servia há anos, seria talvez o derradeiro incondicional do primeiro-ministro que reformara o país de uma ponta à outra e que agora não tinha a estima de ninguém.

Ao final da noite, o marquês recolheu à sua sala, depois de ter redigido mais uma súplica à rainha para que o dispensasse de todos os cargos e o deixasse recolher à vila de Pombal. Blancheville materializou-se imediatamente com uma bandeja de chocolate quente que serviu ao patrão.

Blancheville era extraordinariamente silencioso e grave e só falava se o patrão falasse com ele. Evitava dar opiniões sobre os assuntos, embora não se acanhasse nas respostas quando era solicitado a comentar.

— O que se diz por aí sobre a minha pessoa, Blancheville?

— O povo não sabe o que diz, senhor marquês. Não merece uma

citação.

— Tempos estranhos estes que vivemos, Blancheville.

— Sem dúvida, senhor marquês.

— De todas as reformas que fizemos, não vai ficar pedra sobre pedra.

— Sirvo mais chocolate?

— Pois sim.

Blancheville deitou o chocolate na chávena.

— O meu poder está na lama — comentou o marquês de Pombal. — Só nos resta irmos acabar os nossos dias em Pombal.

Blancheville franziu um sobrolho.

— O senhor marquês acha que devo fazer a mala de Vossa Excelência, ou será mais sensato aguardar o desenrolar dos acontecimentos?

— Talvez mais uns dias — respondeu ele. — Ainda que não nos reste muito tempo. Mais cedo do que tarde, a rainha terá de se livrar de nós.

— Somos, portanto, um incómodo para a senhora D. Maria, que Deus a proteja?

— Somos o motivo da agitação nas ruas e um grande embaraço para a senhora D. Maria, porque a minha política era a política de seu pai e castigar-me será denegrir a memória de D. José.

— Em suma, é uma situação impossível.

— Em suma, é. Prevejo que a rainha nos deixe partir em breve. É do interesse de Sua Majestade acalmar a população com a nossa partida. E não será possível atacar-me sem atacar a política do senhor seu pai.

O criado perfilou-se, com a bandeja entalada debaixo do braço.

— O senhor marquês necessita de mais alguma coisa?

— Não, Blancheville, pode ir. Obrigado.

— Nesse caso... — Fez uma curta vénia, rodou nos calcanhares, retirou-se.

Para o marquês de Pombal, que jamais partilhara com alguém uma estratégia política, desabafar com Blancheville sobre a sua própria sobrevivência era uma estreia impressionante. O esfíngico criado, que, tal como o patrão, era incapaz de uma emoção em público, saiu da sala sinceramente impressionado. Não se apercebera que as coisas estavam assim tão más.

Às nove da manhã de todos os dias, D. Carlota Justina já estava levantada, arranjada, a tomar o pequeno-almoço ou a dar as suas ordens aos criados. Longe iam os tempos em que Arlete e a ama, a dona Consolação, respondiam prontamente ao toque da pequena campainha que ela tinha à mão, na mesinha-de-cabeceira, e que agitava ao despertar para que fossem ajudá-la a vestir-se. E nos dias especiais vinha o cabeleireiro, o saudoso *monsieur* Marcel — tão exuberante que ele era —, fazer-lhe aqueles extraordinários penteados para ela ir à missa a São Roque com o paizinho. E, na igreja, encontrava-se com as amigas e passavam toda a santa missa a trocar segredos e risinhos abafados, enquanto provocavam os «faceiras» elegantes que as tinham debaixo de olho. Na confusão das idas e voltas à comunhão, os atrevidos de rosto empoado passavam-lhes bilhetinhos para as mãos e beliscavam o traseiro às meninas. Faziam-nas corar de prazer e ficar de coração palpitante e peito a arfar.

Por algum motivo sem explicação, D. Carlota Justina lembrou-se desses tempos áureos em que era muito nova e gozava de despreocupada felicidade. Tomava, como sempre, o pequeno-almoço na sala de jantar, sozinha, sem pressa. Em geral, era o momento em que organizava mentalmente o seu dia, mas hoje, ia-se lá saber porquê, tinha acordado pensativa, a cismar com o passado, mas também com uma estranha sensação de abandono. Os rostos da sua mocidade, que lhe transmitiam uma sensação de eterna segurança quando ela era uma jovem núbil, tinham desaparecido aos poucos. *Monsieur* Marcel morrera no terramoto, esmagado por uma parede, Arlete também, o paizinho mais recentemente, e a ama traíra-a. Quanto às amigas de antigamente, eram quase todas casadas e raramente as encontrava. Só ela tinha ficado para trás.

Da família, restava-lhe duas primas afastadas, da parte da mãe, irmãs solteironas, que por vezes iam passar o serão lá a casa. Organizavam-se serões engraçados, porque as primas eram caturras e gostavam do seu pedaço de espírito. E ainda se juntavam um ou outro peralta do antigamente e o padre Tomás da paróquia, que não dispensava um copinho de aguardente e acabava a noite a ressonar no sofá com os dedos gordos entrelaçados sobre o basto estômago. Enfim, fazia-se um pouco de música e punham-se as intrigas em dia.

Mas agora, nem isso, há um ror de tempo que não recebia. As despesas eram muitas, e as rendas, poucas. O rendimento baixara a pique, a casa estava em decadência e fazia-lhe muita impressão receber visitas sem ter condições. O ressentimento do marquês de Pombal também não ajudara. Desde que o paizinho fora preso por ordem do primeiro-ministro — ainda que por pouco tempo — os reis passaram a ostracizá-los e tinham, praticamente, passado a ser tratados como párias pelo resto da Corte. As pessoas de qualidade tinham medo de serem relacionadas com eles. Receavam ser igualmente maltratadas, ou mesmo presas. Eram tempos

perigosos e ninguém estava a salvo. Se até os Meninos de Palhavã, D. José e D. António, que eram irmãos do rei, tinham sido desterrados para o Buçaco por terem ofendido o marquês de Pombal, qualquer um poderia passar mal por capricho do primeiro-ministro.

O jardim da casa, desleixado, parecia uma selva, com as sebes por aparar e a relva por cortar. D. Carlota Justina poupava nos jardineiros, depois de já ter dispensado a maior parte dos criados. Lembrava-se muito de José Policarpo e das suas idas ao bosque para ir ao encontro dele na cabana abandonada. Não obstante, nunca mais voltara à cabana depois daquele dia terrível em que ele tivera que fugir dos soldados.

Mais tarde chegara-lhe por portas travessas a notícia chocante de que José Policarpo morrera sozinho numa cama de hospital em Sevilha. Que dia esse, todo a chorar...

Nos seus mais secretos pensamentos, D. Carlota Justina não tinha qualquer dúvida em reconhecer que os anos em que ele estivera escondido na cabana do bosque tinham sido a época mais feliz da vida dela.

Se nada mais de extraordinário lhe acontecesse, haveria de viver o resto dos seus dias pautados pelo sentido prático de uma mulher só e envelhecida, a quem cabia dirigir as propriedades da família.

Já não lhe interessavam os homens. O desaparecimento precoce de José Policarpo fora uma desilusão tremenda que a deixara de rastos. Perdera, definitivamente, o arrebatamento de outrora. Longe iam os tempos de menina, em que ainda sonhava com o casamento, quando o paizinho andava a negociar um noivo para ela e mal podia respirar de entusiasmo, ansiosa, à espera de notícias.

Tinha a certeza de que teria um casamento feliz e um futuro maravilhoso, de fazer inveja às amigas, mas o terramoto arruinara-lhe a vida. Tinha sido o dealbar de uma época negra, sob o jugo do inefável marquês de Pombal, de dia para dia mais poderoso, mas também cheio de preconceitos recalcados. Em tudo e todos o homem via ameaças e desconsiderações e, por conseguinte, obstinava-se em perseguir as pessoas de bem, os nobres a quem ele usurpara os favores do rei e o poder de facto.

No entanto, D. Carlota Justina ainda se surpreendia a meio do dia, como que parada no tempo, a sonhar acordada com José Policarpo. Divagava pelas memórias felizes daquela paixão impossível, que mesmo agora continuava a espantá-la, de tão absurda e inquietante que fora. O que ela sofrera de amor, dividida entre o terror de ser apanhada nos braços do criado regicida e a louca ansiedade de voltar a deitar-se com ele.

Volta e meia tinha uma lágrima para ele, muitas vezes, na verdade, desconsolada na sua ingrata situação de viúva falsa.

Durante o pequeno-almoço, D. Carlota Justina tomou uma resolução nostálgica. Aquelas recordações todas mexeram com ela, desassossegaram-

na, e assim, vinda do nada, impôs-se-lhe a decisão impulsiva e caprichosa de voltar naquele mesmo dia à cabana do bosque.

Nada tinha lá a fazer, senão talvez macerar-se com a recordação de José Policarpo e debulhar-se em lágrimas de saudade, mas, mesmo assim, foi.

Saiu de casa e atravessou o matagal negligenciado em que estava transformado o jardim que outrora tinha sido o orgulho do paizinho. Mas já não havia o conde de Montargil, nem jardineiros, nem tesouras para podar as sebes em belas formas geométricas e fascinantes labirintos verdes.

Reparou no banco de pedra onde o pai costumava apanhar sol pela manhã. Lembrou-se dele e da Maria Alice, a rapariguinha bonita, filha da Alicinha e do Augusto, que o pai atraía aos seus aposentos para serões obscenos. Agora ria-se, desconcertada com a pouca-vergonha, mas na altura também se calara, porque ela fazia muito pior do que o pai.

O bom do Augusto, mordomo insubstituível, tinha morrido, coitado, mas a Alicinha ainda por lá andava, muito velhinha. Já nem trabalhava, mas tinha o seu quartinho e era bem tratada. A filha, a Maria Alice, acabara por casar com um soldado e estava a viver para Abrantes. Há anos que não a via, mas sabia que tinha tido duas filhas, gémeas, ainda mais bonitas do que a mãe. E se ela era bonita! Mas as miúdas, dizia quem as conhecia, eram realmente uma perdição de olhos azuis.

D. Carlota Justina, apesar de já bem avançada nos seus 39 anos, também não perdera a beleza. Não se arranjava como antigamente e não mantinha a mesma frescura da mocidade, bem entendido, mas, caramba, havia na Corte poucas mulheres da sua geração que pudessem gabar-se de serem mais belas que a discreta condessa de Montargil.

Passou o jardim, alcançou a linha das árvores e embrenhou-se no bosque. Meteu pelo caminho de sempre para chegar à cabana, embora aquele tivesse sido praticamente engolido pela Natureza viva no decorrer dos últimos anos. Mas ela seguiu em frente, imersa nos seus pensamentos, sem notar nada de especial.

Só quando se aproximava da cabana e levantou a cabeça é que se alarmou, porque avistou ao longe o recorte de uma figura humana. Não se deteve, porém, mais curiosa do que assustada com a presença de uma pessoa estranha nos terrenos da sua propriedade. Aproximou-se mais um pouco e percebeu que era um homem, tranquilamente sentado nos degraus do alpendre.

Tem graça..., pensou, o homem parecia-se mesmo com o José Policarpo. Se não soubesse que ele... Mas, enfim, acontecia-lhe isso constantemente, encontrar parecenças com ele em rostos de desconhecidos.

Mas quanto mais se aproximava, mais estranhava as semelhanças. Ele levantou-se e tinha exactamente a mesma altura e a mesma postura elegante...

Agora, D. Carlota Justina, já muito perto da cabana, conseguia vê-lo perfeitamente. Abrandou o passo, até parar. As pernas fraquejaram-lhe e o sangue fugiu-lhe todo da face. Sentiu-se lívida. Abriu a boca para falar, mas não lhe saiu nenhum som.

É... é impossível..., pensou.

José Policarpo dera consigo em frente ao muro que saltara para fugir aos soldados, fazia agora 15 anos. Parecia impossível que tivesse passado tanto tempo. Olhando hoje para a mesma parede escalavrada, tudo estava absolutamente imutável, como se nada tivesse acontecido entretanto.

Porém, no outro lado do muro, seria inevitável que a história fosse diferente e que muitas coisas se tivessem passado durante esses longos anos de ausência.

Ele próprio não saberia dizer como acabara de novo ali, senão que uma inexplicável força interior o atraía insensivelmente de regresso àquele ponto de partida.

Dia após dia, ano após ano, dissera a si mesmo, para se autoconvencer, que seria impossível e inútil reencontrar Carlota Justina. O passado era o passado e assim devia ficar. Afinal, interpunha-se no seu amor a incontornável realidade de um abismo social. Ela era da nobreza, e ele, um mero criado.

Sempre que pensava nisso, José Policarpo concluía que ela tivera aqueles anos todos para cair em si e perceber que eles os dois tinham sido um erro. Provavelmente, até acabara por se sentir aliviada por ele ter sido obrigado a fugir.

E agora?, perguntou-se. Por momentos, ponderou voltar costas e ir-se embora. Esquecer o assunto e seguir a sua vida para onde quer que esta o levasse. Mas, como sempre lhe acontecia pensar quando se via metido em situações impossíveis, voltar costas a um problema, sendo a solução mais fácil, revestia-se na sua cabeça de uma cobardia inaceitável. E como vivia obcecado pela necessidade de ser corajoso, optava sempre pela solução mais difícil. Desta vez não foi diferente.

No entanto, impôs a si próprio um limite. Não iria intrometer-se na vida de Carlota Justina. Se a conseguisse ver ao longe, já seria uma enorme recompensa por todos os anos em que sonhara com esse momento.

Com a destreza física de homem do campo, José Policarpo saltou o muro junto ao tanque onde outrora costumava refrescar-se todos os dias pela manhã. Molhou a mão na água fresca, só pela graça da tradição. Seguiu depois por um velho caminho dissimulado, que ele sabia de cor, embora a Natureza o tivesse estreitado bastante, pois já ninguém o usava.

A floresta, intocada, com os seus verdes lustrados de todos os tons, fervilhava de cor e vida. O dia, maravilhoso, de um azul brilhante e muito transparente, augurava optimismo. Raios de sol faiscavam por entre as folhas altas das árvores, cegando-o momentaneamente. Mas ele seria capaz de chegar ao seu destino de olhos fechados e, efectivamente, dali a pouco desembocou na clareira do barracão onde se escondera durante três anos.

A visão da velha cabaninha rústica com o seu alpendre espicaçou a

saudosa melancolia de José Policarpo. A porta estava partida e escancarada. Tinha sido arrombada com um pontapé, talvez, ou com um ombro atirado à madeira frágil, fazendo saltar fechadura e dobradiças.

Entrou a custo, passando por cima da porta derrubada, mas ainda presa por um gonzo entortado. Dentro, pó e teias de aranha. A janela de quadrícula fora partida a golpes de coronha, as velhas mobílias destruídas por raiva. Os soldados que o procuravam, irritados, tinham vandalizado o interior da cabana para vingarem a frustração. Tinham chegado demasiado tarde para o prender.

Ficara tudo exactamente como os soldados haviam deixado, mas nada o perturbou naquele cenário de violência maldosa embargada no tempo. Vasculhou a cabana, procurando um sinal dela, até encontrar um lenço branco rendilhado caído no chão, junto à parede. Apanhou-o e sacudiu 15 anos de pó. Lembrou-se de Carlota Justina abanando-o na mão, embora não pudesse garantir que não fosse só uma sugestão da memória e que a tivesse visto realmente com o lenço. Quem sabia?

Relanceou pela cabana um olhar enlevado, lembrando com um sorriso os momentos felizes que ali passara com ela. Deixou escapar um profundo suspiro e saiu. Foi sentar-se lá fora, nos degraus do alpendre.

Foi então que aconteceu uma daquelas situações impossíveis de explicar, a que, com todo o desprezo da incredulidade, os mais cépticos chamariam romanescas, enquanto os mais crédulos, encantados com o insondável poder do amor, diriam que só podiam suceder às almas gémeas.

Ele sorriu, descontraído, encostado a um poste do alpendre. Trazia roupa informal, umas calças castanhas de sarja de má qualidade e uma camisa de algodão branca. Mas era sobretudo o cabelo cortado curto e a barba aparada que o distinguiam do José Policarpo que ela recordava.

— Parece que viu um fantasma, D. Carlota — disse, vendo-a muito pálida.

— E vi mesmo — replicou, chocada.

— Mas não é o caso. Peço desculpa, se vim perturbar a sua paz. Nem sei o que me deu para cá vir. Saltei o muro... — disse, quase envergonhado, voltando-se para trás, na direcção do muro que não se via dali.

— Perturbar a minha paz? Ah, ah! — Ela deixou escapar uma gargalhada curta, algures entre a ironia e a exasperação.

— Sim, não era minha intenção incomodá-la.

Ela estava incrédula.

— Como assim, incomodar-me?

Ele embatucou.

— É que já passou tanto tempo — disse.

— E então?! — Agora, estava mesmo irritada, com o sangue a subir-lhe à face.

— E então, eu...

— Vieram dizer-me que você tinha morrido, que se ficara, tísico, num hospital em Sevilha.

— Pois, isso foi uma coisa que...

— Imagina como eu fiquei? Consegue imaginar o que eu passei quando me contaram isso?! — Ela ia falando e ia subindo de tom à medida que se aproximava dele. — Sabe o que eu chorei e o que tenho sofrido, pensando que nunca mais iria vê-lo?! Não achou que devia ter-me avisado que estava vivo? Não correu que eu ficaria aflitíssima, desesperada, perdida?!!

— Eu não sabia, eu pensei que... enfim, a D. Carlota talvez tivesse...

— Eu tivesse o quê? Eu tivesse o quê?!

— Casado.

Ela calou-se, subitamente, de boca aberta, apanhada de surpresa. Nunca lhe passara pela cabeça que ele a imaginasse casada com outro. E ele ficou muito surpreendido por ela dizer que desesperara com a notícia da sua morte.

Houve um momento de impasse. Um silêncio sentido caiu entre os dois. Grossas lágrimas encheram os olhos dela.

— Eu não casei com ninguém — disse, finalmente, numa voz sumida, quase ofendida. — Como poderia?

José Policarpo achou-se um idiota insensível, uma besta! Não antecipara um reencontro com Carlota Justina, quanto mais um reencontro tão emotivo. Pensara que, no máximo, se tivesse sorte, poderia vê-la ao

longe, talvez até de mão dada com uma criança. Mas não foi nada disso que aconteceu.

Desceu os degraus, aproximou-se dela, abraçou-a. Ela afundou o rosto no seu peito e ele, sentindo os seus ombros sacudirem-se, apertou-a mais contra si, cingindo-a para a confortar. Mas era de alívio que ela chorava e não de ressentimento. Se tivesse de se indignar com alguém ou alguma coisa, seria com a vida e as partidas que esta lhe pregava. E chorava de emoção, porque, sem saber como, protagonizara um milagre.

— Sabe que eu nunca mais voltei a este lugar? — confessou-lhe, quando serenaram e foram sentar-se nos degraus do alpendre, abraçados como antigamente, ela de costas para ele, perfeitamente encaixada no seu corpo.

— Oh! — espantou-se. — Nem uma única vez?

— Nem uma única vez.

— Não posso crer!

— Mas é verdade.

— Então, como explica ter vindo hoje? Logo hoje, que eu também vim!

Ela encolheu os ombros, desconcertada.

— Não sei explicar — disse.

Mas ele insistiu no assunto, porque não podia acreditar.

— Quer dizer, passaram quinze anos e, de súbito, por coincidência, resolvemos os dois vir à cabana onde nunca mais tínhamos voltado, no mesmo dia, à mesma hora. Assim, sem mais?

— Foi uma intuição, acho.

— Qual intuição, é mas é um milagre!

— Também pode ser. Acredita em milagres?

— Só quando os vejo — disse José Policarpo. E riram-se com gosto. Mas a verdade é que, por mais anos que vivessem, nunca encontrariam uma justificação razoável para aquele encontro imprevisto, a não ser o poder sobrenatural de duas almas apaixonadas.

As horas passaram, nem deram por isso. Havia tanto que falar, tanto para contar. José Policarpo tinha 15 anos de aventuras.

— Foram dez anos em Espanha e cinco em Portugal, mas sempre fora de Lisboa. Se eu soubesse, D. Carlota...

Nisto, ela, autoritária, levantou a mão para o interromper.

— Dona, não — disse. — Não há mais dona. Aqui, só há a Carlota e o José.

Ele assentiu com a cabeça.

— Seja, Carlota.

— Não quero mais barreiras entre nós.

— E o seu pai? — lembrou-se, de repente. — Não vai dar pela sua falta?

- O meu pai morreu.
- Morreu? Como?!
- Depois de você fugir, levaram-no preso para a Junqueira.
- Meu Deus! Prenderam-no por minha causa.

Ela abanou a cabeça.

— Não foi por sua causa — disse —, não pense isso.

— Foi por causa de quem, então?

— Os soldados vieram, fizeram a rusga, não o encontraram e foram-se embora. O assunto teria ficado por aí, se o paizinho tivesse ficado calado. Mas ele não era capaz de engolir uma afronta. Tinham-lhe tocado na honra, sabe?

Apenas os soldados tinham abalado, o conde de Montargil, que era um fidalgo dos antigos e não admitia desconsiderações a ninguém, fora directo ao Paço queixar-se ao rei. E foi tal o alvoroço que provocou, que conseguiu ser recebido por D. José durante os minutos suficientes para protestar contra a ofensa de que fora vítima. Sebastião José acusava-o de esconder o regicida, ou pelo menos desconfiava, o que ia dar ao mesmo. Pois bem, o conde de Montargil nunca tinha ouvido nada tão absurdo em toda a sua vida!

O rei tomou boa nota da indignação do conde e, logo que este saiu, mandou chamar o seu ministro para lhe contar o sucedido. Ora, Sebastião José de Carvalho e Melo não só estava convencido de que o conde de Montargil mentia, como não gostava de ser desautorizado perante Sua Majestade.

Ao recorrer à boa vontade do rei com tanto à-vontade, o conde de Montargil exorbitava uma influência que, na realidade, não possuía. Tudo isto irritava supinamente o primeiro-ministro. Com testemunhas bem menos credíveis, fizera ele condenar e executar os Távara, que eram infinitamente mais poderosos e influentes do que o *conde pernet*a, como Sebastião José de Carvalho e Melo se referia a ele, por desprezo. Por isso, mandou prendê-lo.

Como tantos outros nobres, o conde de Montargil foi levado para o forte da Junqueira, onde o encerraram *ad aeternum*, sem qualquer prova nem tão-pouco um julgamento. Enfim, minudências legais, que não constrangiam a arrogância de Sebastião José de Carvalho e Melo, nem impediam as consequências dramáticas que, normalmente, os acessos de cólera do primeiro-ministro provocavam a outras pessoas.

— Portanto, se alguém aqui teve a culpa, fui eu, porque não contei ao papá que tinha um foragido escondido em casa.

— Quer dizer que a indignação do senhor seu pai era genuína, mas não tinha razão?

— Justamente.

— E morreu na prisão?

— Não! Libertaram-no muito antes disso.

— Esteve preso quanto tempo?

— Um ano e tal, quase dois.

— E depois libertaram-no?

— Sim, foi de repente. Apareceu-nos aqui à porta, parecia um mendigo.

— Mas, nem lhe deram uma explicação?

— Oficialmente, nem uma explicação. Foi como se nunca tivesse sido preso. Diz-se que foi Sua Majestade, que um dia se lembrou e perguntou por ele. O Sebastião José respondeu-lhe que o tinha preso por vontade do senhor seu rei. Ao que D. José lhe replicou que, também por vontade do senhor seu rei, o mandasse libertar de imediato.

— Foi uma sorte — comentou José Policarpo.

— Foi, mas já veio tarde, porque ele voltou doente para casa. Sofria de escorbuto e de outras coisas mais. As doenças mais urgentes trataram-se. Veio um cirurgião e tratou-o. O pior foi o resto — disse, apontando significativamente com o indicador para a própria testa. — Esteve sozinho numa cela durante praticamente dois anos. Imagina uma coisa assim? — perguntou ela, voltando-se para trás para o encarar.

Ele abanou a cabeça.

— Não posso imaginar.

— O paizinho era um fidalgo honrado e um homem de palavra. Prenderam-no como um vulgar traidor. Foi a maior ofensa que lhe podiam ter feito. Pior ainda, ele é que se sentiu traído pelo seu rei, porque foi preso por se ter legitimamente queixado a D. José. Ficou doido!

Justamente, depois da prisão, o paizinho nunca mais fora o mesmo. Andava sempre transtornado. Na Junqueira mantinham-no fechado numa cela, isolado, sem a companhia de alguém, sem ouvir uma voz humana que não fossem apenas as ordens secas dos guardas. E foi isto meses a fio, quase dois anos em silêncio e vestido com a mesma roupa. Era de perder a razão, ou não?! Quando finalmente o libertaram e voltou a casa, o papá não passava de uma sombra do passado, um espectro, lívido, magro como um esqueleto, incapaz de um pensamento razoável. Não dizia uma frase inteira, só uns grunhidos para chamar a atenção. Recolheu-se no seu quarto, retomou o silêncio da cela e nunca mais saiu de lá, como se realmente nunca tivesse chegado a deixar a cela onde o prenderam. Enfim, tinha perdido o juízo na Junqueira e foi acabar de enlouquecer em casa, onde definhou até morrer.

José Policarpo estava boquiaberto com as violências que ela descrevia. O caso do conde de Montargil era de uma brutalidade chocante.

— Felizmente, o marquês de Pombal tem os dias contados no governo — disse, com genuíno ressentimento. Aliás, já se falava em todo o lado que a rainha ia mandar esvaziar as prisões e perdoar também os desterrados.

Podia ser que sim, admitiu D. Carlota Justina, mas, no meio disso tudo, como ficava a sua situação?

— A minha? Suponho que não fica em nada, visto que estou oficialmente morto.

Mas D. Carlota Justina duvidava que fosse assim tão simples. Afinal de contas, ele tinha sido condenado no processo dos Távora e, de todos os condenados, fora o único queimado vivo apenas na figura de um boneco. A sentença, que ainda se mantinha em vigor, não o perdoava, quer o Sebastião José se fosse, quer não. Portanto, na opinião dela, não deixava de ser uma imprudência José Policarpo andar livremente pelas ruas de Lisboa, como se não pendesse sobre a cabeça dele uma pena de morte.

— É, no mínimo, temerário — declarou.

— Vistas as coisas nesses termos, sim — admitiu ele.

— E há outra maneira de ver as coisas?

— Há, porque ninguém anda à minha procura. Estou clinicamente morto — gracejou.

— Mas não está livre de ser reconhecido.

— Pode acontecer, de facto, mas, diga-me, não estou com um aspecto muito diferente?

— Nem por isso. Está mais apumado, é certo, de barba e cabelo aparados, mais bem vestido. Enfim — sorriu, maliciosa —, o aspecto geral é consideravelmente melhor, mas isso não muda nada, porque eu reconheci-o logo. Apesar de...

— Apesar de?...

— Apesar de ter corrido o boato de que você tinha desfigurado o rosto com vitríolo para não ser reconhecido.

— Também ouvi dizer isso. Foi um rumor que me deu bastante jeito, mas não deixou de ser um boato.

— De qualquer maneira, o problema mantém-se — insistiu ela.

— Bem sei, bem sei. Não tencionava demorar-me em Lisboa, mas também não contava com isto.

— De modo que, por minha culpa, está outra vez confinado a esta casa.

— Não — recusou —, não vou sujeitá-la novamente a essa situação. Prefiro arriscar-me sozinho lá fora.

— Mas, se você mesmo disse que ninguém o procura!

— É verdade, mas não devemos abusar da sorte.

— Abusamos só esta noite, então — disse, determinada. — Hoje, fica cá comigo; amanhã, logo vemos.

Ele quis objectar a decisão dela, mas D. Carlota Justina, quando metia uma na cabeça, não havia como demovê-la. No entanto, José Policarpo tinha razão: estavam a desafiar demasiado a sorte.

Arminda, a criada interesseira de D. Carlota Justina e falsa amiga de Maria Alice, a bela criada que enfeitara o conde de Montargil, fora muito valida da patroa até a tropa levar o senhor conde para a Junqueira. Arminda espiava Maria Alice, que amiudadamente se esgueirava para os aposentos do senhor conde e, entre risinhos abafados e expressões lascivas, despia com deliberada lentidão todas as peças de roupa, até ficar nua e rendida ao seu senhor.

Embora fosse uma rapariguinha inocente quando foi seduzida pela primeira vez pelo senhor conde, depressa se tornou mulher experiente e hábil nos jogos de cama. Maria Alice era bastante inteligente e aprendeu sozinha como devia fazer para excitar o poderoso conde, até o deixar louco de desejo.

Antes de se introduzir na cama dele, provocava-o com uma dança sensual. Depois, enfiava-se por baixo das cobertas e, para gáudio do seu senhor, montava-o e guiava-o para que a possuísse sem demora. Ao conde faltava-lhe uma perna, mas em compensação tinha ânimo e vigor de sobra.

Maria Alice nua era um anjo desconcertante. Não se podia conceber tanta beleza assim num corpo de mulher. E, justamente, sabendo o efeito que provocava nele, Maria Alice já se imaginava a carregar durante nove meses na barriga um bastardozinho do senhor conde. Não seria garantia de nada, evidentemente, porque o que não faltava por aí eram fidalgos a renegarem os seus bastardos, mas sempre era um plano para a vida. De resto, era muito segura do seu nariz e tinha plena confiança de que saberia gerir com proveito a situação.

Maria Alice, deslumbrante e desejada, tinha o conde na mão. O homem nem respirava enquanto ela se despia. No entanto, enfadava-se dela logo que se aliviava. Não queria conversas nem romance, só o seu sossego, embora gostasse de a contemplar nua e ficasse maravilhado a vê-la dormir a seu lado. Ficava como que hipnotizado com o ligeiro arfar dos seios, ao ritmo da respiração pacífica da bela adormecida.

Mais difícil seria D. Carlota Justina, que sabia que ela se deitava com o paizinho e não admitia armadilhas de cama. Por isso, Maria Alice tinha pouco tempo para conseguir o que queria. Inevitavelmente, D. Carlota Justina acabaria por chamá-la à parte e fazer-lhe um aviso solene. Seria, com toda a certeza, uma insensível e brutal investida. A patroa dir-lhe-ia que não consentia putas naquela casa, muito menos na cama do pai, e, finalmente, ameaçá-la com a expulsão.

Maria Alice receava a vergonha, mas sobretudo temia pelos pais, que eram os criados mais antigos e respeitados da casa e não mereciam o opróbrio que lhes pesaria nos ombros.

E no entanto, no fim de contas, nada aconteceu. Nem Maria Alice teve o seu bebé, nem D. Carlota Justina se revoltou com ela, porque antes do escândalo fatal os soldados invadiram a casa e a vida mudou.

Com a prisão do paizinho, D. Carlota Justina desinteressou-se de Maria Alice e enxotou Arminda da sua beira. Como já não precisava dela para espiar a outra, desprezou-a friamente.

Maria Alice compreendeu que, desde esse momento, não havia quem a protegesse da repugnância que a patroa lhe tinha. Portanto, não lhe restava outra alternativa senão partir. Em breve surgiu uma oportunidade que ela agarrou, e lá foi para Abrantes, onde se arrumou com o seu soldado.

Mas Arminda, que não era bonita e cobiçada, foi ficando. E quanto mais ficava, mais remoía o ressentimento. Não voltou a ter uma oportunidade com D. Carlota Justina, nem um reconhecimento, nem uma simpatia. Só um desdém de que não se achava merecedora. De modo que, para seingar, Arminda tornou-se informadora da bruxa.

Ela chamava-lhe bruxa porque, ao fim de tantos anos, dona Consolação envelhecera muito. Apanhava o cabelo todo branco num rabo-de-cavalo rigoroso e só usava vestes de luto. Ninguém lhe conhecia a idade exacta, mas já se encurvava toda e o seu rosto proecto era um pergaminho engelhado. Andava apoiada na bengala, mas continuava com uma cabeça muito boa. A eterna expressão sisuda podia não querer dizer nada, mas fazia crer que ela curtia mágoas antigas que não podia esquecer.

E, realmente, essa impressão não andava longe da verdade, porque dona Consolação nunca se conformara com o mal que devia a D. Carlota Justina. E era obstinada com a ideia de lhe pagar em dobro.

Ora, já tivera a grande satisfação de contribuir para a prisão do paizinho dela, e empolgara-se muito com a morte prematura do conde. Sabendo como D. Carlota Justina era apegada ao pai, dona Consolação pôde imaginar com gáudio o que ela sofreu com o seu terrível fim, destroçado de corpo e alma.

Mas ainda não estava satisfeita, porque não era tanto o conde que a incomodava e que pedia desforra. Não lhe bastava fazer sofrer a filha por intermédio do pai, queria mesmo arrastá-la pela lama. Por isso pagava todos os meses uma rica moeda a Arminda, para que esta lhe contasse tudo o que se passava dentro de casa da condessa de Montargil. E Arminda fazia-o com tanto gosto, que era diligente no detalhe.

Normalmente, a criada pérfida ia à bruxa reportar as coisas do mês, e era quase sempre uma sensaboria, mas, em caso de emergência, deixava um sinal na janela e dona Consolação mandava-lhe o anão Chico para lhe levar o recado.

Os colegas de governo do marquês de Pombal, Martinho de Melo e Castro e Aires de Sá e Melo, ambos secretários de Estado, já concorriam para influenciar a rainha D. Maria I contra ele. Melo e Castro era o mais expedito e carismático. O marquês de Pombal quisera contrariar a vontade do rei D. José, tentando eternizá-lo como ministro em Londres, para não o ter no governo em Lisboa, o que valera ao marquês o eterno ressentimento do colega. De resto, a jogada de Sebastião José de Carvalho e Melo em nada compensara, porque o rei insistira que Martinho de Melo e Castro viesse ocupar a pasta dos Negócios da Marinha e, contra a última e determinante palavra do rei, não havia nada a fazer.

Embora fosse aliado do cardeal da Cunha nas intrigas palacianas, Martinho de Melo e Castro rivalizava com o prelado para ganhar os favores da rainha. Quanto a Aires de Sá e Melo, uma mosquinha morta sem rasgo, alinhava com os outros dois só para sobreviver.

A rainha não suportava o marquês de Pombal, mas como, em 27 anos de tirania, este nunca dera uma ordem a ninguém sem acrescentar que o fazia por vontade de El-Rei, era impossível acusá-lo de tudo o que ele merecia ser culpabilizado sem manchar o bom-nome de seu pai, o senhor D. José.

Pela mesma razão, a rainha não quis expulsar o ministro do governo, mas, como o marquês de Pombal persistisse em pedir a demissão, D. Maria I aceitou-a de bom grado.

Publicamente fez-lhe os mais altos encômios e prometeu-lhe as mais vantajosas prerrogativas. Mantinha os ordenados e recebia as comendas de Santiago de Lanhoso, do Arcebispado de Braga, e da Ordem de Cristo. Mas longe dos ouvidos do público enviou-lhe os cães de fila com a ordem estrita de lhe lerem de viva voz uma carta humilhante e ameaçadora, assim como o decreto que o demitia.

Martinho de Melo e Castro, secundado por Aires de Sá e Melo, foi ao encontro do marquês de Pombal para lhe ler o que resultava dos humores de Sua Majestade. Dizia a carta que a Rainha Nossa Senhora iria mandar examinar com a mais escrupulosa circunspecção as memórias do primeiro-ministro, que lhe tinham sido enviadas pelo próprio. E acrescentou:

— Pode Vossa Excelência estar certo de que, com a mesma constante e perpétua vontade com que Sua Majestade quer que se administre justiça aos seus vassalos, segundo o merecimento de cada um, se fará a Vossa Excelência toda a que lhe for devida.

O marquês de Pombal, de semblante grave e impávido, recebeu sem um comentário estas palavras ultrajantes como bofetadas. Deixou ficar sem resposta a ameaça de castigo. Manteve um silêncio estóico, embora estivesse capaz de espetar uma faca no peito do cínico Martinho de Melo e Castro, que assim se vingava das maldades que ele lhe fizera no passado.

O marquês de Pombal não compreendia que o povo o odiasse e quis provar que não tinha necessidade de ser guardado, porque pensava que estava em perfeita segurança. Num gesto de humildade que não lhe assentava bem, dispensou a escolta de 60 soldados que o guardava dia e noite. Mas a fúria vingativa andava à solta pelas ruas de Lisboa e, ao contrário do que ele se queria convencer, o povo tinha-lhe um rancor de morte pelo terror e pelos tormentos sofridos durante o seu governo. À noite, multidões de archotes na mão percorriam as ruas, dando largas à sua raiva. De dia, era o mesmo. Foi necessário trazer a escolta de volta.

De qualquer modo, já se preparava para partir no dia seguinte, 5 de Março, desterrado de Lisboa, para Pombal, onde contava ter um retiro tranquilo na sua quinta e ali envelhecer em paz e com a consciência do dever cumprido.

Faria a viagem por etapas. Era seu intuito deixar para os livros de História o relato, com o sabor amargo da tragédia, de um longo caminho para o injusto exílio. Iria primeiro visitar o seu palácio de Oeiras e depois ainda a quinta da Granja, propriedade igualmente sua que ficava na região de Sintra. E tudo isto encerrando um grande dramatismo, como convinha ao político que não dava um passo sem fazer um cálculo.

Enquanto Portugal mudava, José Policarpo e Carlota Justina pairavam nas nuvens da paixão. Davam uma segunda oportunidade ao amor e já se tinham esquecido das precauções que prometeram tomar desde o início. Tal como da primeira vez, José Policarpo jurara a si próprio que não permaneceria mais de uma noite, mas já lá iam sete. Ela baixara todas as defesas, julgando que não havia perigo.

O marquês de Pombal partiria sem honra e sem glória e, até se ir, a rainha, piedosa e tolerante, deixava o povo à solta na rua, enfurecido com o estadista que o fizera tremer com tantos e tão suados terrores, durante os longuíssimos 27 anos do seu cruel governo. Era justo que não se reprimissem a população sequiosa de sangue, até porque assim incentivava-se a partida do indesejável estadista. Em resultado destas liberdades excessivas, reinava a balbúrdia lá fora. Os militares, proibidos de sair, aguardavam nos quartéis em contenção. Portanto, as ruas eram do povo e ninguém viria procurar José Policarpo.

No entanto, Arminda colocara o sinal na janela e aguardava o anão Chico para ir ao seu encontro na rua e passar a mensagem à bruxa.

Depois da morte do pai, D. Carlota Justina fizera mudanças profundas na casa. Mandara desfazer os quartos do paizinho, no último andar, e mudara-se ela para esses aposentos mais espaçosos e reservados.

Agora, insistira com José Policarpo que dormisse com ela no luxo cómodo da sua cama. Não permitiria que passasse uma noite que fosse no chão da cabana empoeirada e com a porta e a janela irremediavelmente

destruídas. Ele protestou:

— É um risco, se me vêem.

— E vão vê-lo, certamente, porque não vou andar escondida consigo na minha própria casa.

— E se alguém nos denuncia, como da outra vez?

— Isso foi o anão Chico, que já não mora cá. Teve o bom senso de fugir. Se algum dia o apanho, mando dar-lhe umas boas chicotadas.

— Hum, não sei se...

— As ruas estão um pandemónio, agora. Ninguém se preocupará connosco. Mais tarde, sim, quando a vida voltar ao normal, teremos de pensar no que faremos.

Ele aceitou, por ser confortável, mas foi uma grave imprudência.

Na quarta-feira, 5 de Março, erguia-se no Alto da Ajuda o fumo de uma fogueira que ardia no jardim do marquês de Pombal. Antes de partir, o primeiro-ministro, dispensado do pesadíssimo esforço de governar, queimava os documentos comprometedores de quase três décadas de poder. Resumia-se a cinzas os sucessos inconvenientes que o marquês entendia excluir da História do século XVIII. Era a sua imagem e a sua segurança que queria preservar. Ele próprio supervisionava a fogueira das suas mais negras memórias, quando lhe vieram trazer uma velha de negro, que desejava falar-lhe.

— Que me queres, mulher?

— Com a licença de Vosselência, venho fazer uma denúncia.

— Pois, vens tarde, porque já não sou ministro e tampouco me interessam as denúncias.

— Esta, vai por certo interessar a Vosselência.

— De que se trata, então?

— Do regicida foragido, José Policarpo de Azevedo.

O marquês de Pombal pasmou.

— O que tem ele?

— Sei onde se encontra escondido.

— Estás louca? Esse homem está morto.

— Não, senhor. Está vivo.

— Onde?

— Em casa do meu antigo senhor, o conde de Montargil, agora de sua filha, a condessa.

O marquês teve uma brutal indignação.

— Acaso pensas que podes vir a minha casa trocar de mim?! — gritou-lhe, pálido.

— Não, senhor, não me atreveria a...

— Guardas!!

O próprio capitão da sua guarda, D. Felipe de Nápoles, acudiu de imediato, secundado por dois praças.

Sebastião José de Carvalho e Melo não podia recordar-se da velha de negro, porque, da outra vez, dona Consolação só tratara com o desembargador do Paço, porém, lembrava-se perfeitamente do episódio da denúncia que levara a sua guarda pessoal a invadir a casa do conde de Montargil e acabara com o altivo fidalgo a expiar a sua insolência numa enxovia do forte da Junqueira.

Os soldados intimidantes enquadraram a velha mulher, encolhida, ridiculamente pequena no meio deles. A um gesto do marquês, os soldados contiveram-se.

— Foste tu que fizeste idêntica denúncia há uns anos, que depois se revelou falsa?

Ela fez que sim a medo, atordoada com a reacção intempestiva do marquês e com a presença dos soldados.

— Fui, sim, senhor, mas não foi falsa a denúncia. O foragido estava lá, só que fugiu a tempo.

— Eu próprio fui prendê-lo e não encontrei nenhum vestígio de que ele lá tivesse estado — interveio o capitão.

— Mas ele esteve lá, tenho a certeza.

O capitão estranhou a persistência dela.

— Porque insistes nesse disparate, mulher?

— Porque é verdade, senhor.

— E agora ele voltou, dizes? — perguntou o marquês.

— Sim, senhor.

Sebastião José de Carvalho e Melo virou costas à mulher. De olhar fixo nas labaredas da sua fogueira, deu uma ordem carregada de desprezo:

— Capitão, ponha essa maluca na rua, antes que eu perca a paciência.

O capitão assentiu com a cabeça e fez sinal aos praças que a rodeavam. Logo, duas mãos poderosas agarraram-na pelos braços e levaram-na quase pelo ar. Carregada pelos soldados, dona Consolação nem piou, certa de que já abusara da condescendência do estadista mais impiedoso de que havia memória no reino. Ter conseguido chegar à fala com o marquês de Pombal já lhe parecia bastante insólito, quanto mais insistir na denúncia, quando ele acreditava que era maluca.

Mas estava enganada, não era assim tão estranho o marquês de Pombal tê-la recebido, porque mais depressa ouvia um plebeu que um fidalgo, tal como preferia falar com um comerciante do que com um nobre.

E, apesar de tudo, enquanto os soldados escorraçavam dona Consolação, desconsiderando-a com insultos, Sebastião José de Carvalho e Melo ainda continuava a matutar no que ela dissera.

D. Felipe de Nápoles fazia-lhe companhia, à espera de ordens.

— Estarei pronto para partir com o toque das Ave-Marias, capitão.

— Ao meio-dia, então. Perfeitamente, senhor.

O marquês de Pombal, como que hipnotizado pelo fogo, não tirava os olhos das chamas que consumiam os documentos com a sua letra

escrupulosamente desenhada.

— Capitão?

— Pois não, senhor marquês?

— Parece-lhe verosímil que o José Policarpo esteja vivo, afinal?

O capitão ergueu uma sobrancelha.

— A única coisa que tenho como certa, excelência, é que ele desapareceu como um fantasma, porque nunca lhe vimos o cadáver.

— Tem razão, capitão. E só isso chega para me deixar em pulgas. É que, ou a mulher é genuinamente doida ou temos de acreditar que diz a verdade.

— De facto, não teria nada a ganhar com uma falsa denúncia. Ainda para mais, sendo a segunda vez que a faz.

— Justamente por isso, estou tentado a acreditar nela. Ou, pelo menos, a acreditar que ela acredita no que diz.

E assim, a horas de partir para o exílio, o marquês de Pombal esqueceu-se que já não detinha o poder e, na sua cabeça, voltou a encarnar o todo-poderoso primeiro-ministro. Era mais forte do que ele. Qualquer outro teria desleixado o assunto, considerando que já não lhe dizia respeito, mas Sebastião José de Carvalho e Melo não era qualquer um.

Acrescia que ele perseguira José Policarpo ao longo de quase todo o seu mandato e falhara repetidamente a captura. Pensara que o regicida estava morto, mas agora ele voltava para o atormentar. Era como uma maldição que o perseguia.

— Temos de tirar isto a limpo — disse, pensativo.

— Não é aconselhável desviarmo-nos do nosso plano, senhor.

— Mas também não podemos ignorar o assunto. O homem é perseguido pela justiça.

— Nesse caso, posso fazer chegar a denúncia ao desembargador do Paço.

— Não — disse, peremptório. — Ele não vai ligar. Há demasiada confusão por estes dias e ninguém se vai interessar por um fantasma.

O fiel capitão que o guardava há muito tempo espreitou-o pelo canto do olho e alarmou-se com o que viu. Subitamente, o estadista soberbo, sem a imponente peruca e com o cabelo todo branco, em mangas de camisa e com as costas curvadas, pareceu-lhe só um velho desorientado. Perdido o poder, não restava mais do que o homem no declínio da vida. O seu corpo parecia definhar. E tudo isto de um dia para o outro. A figura arruinada do grande marquês de Pombal fez muita impressão ao capitão que, por pena dele, prontificou-se a ajudá-lo nesse derradeiro capricho.

Era o fim de uma época. A aristocracia portuguesa acabava o reinado de D. José de rastos, aniquilada, esmagada pelo marquês de Pombal. Entre supliciados no patíbulo, presos nas cadeias e desterrados no outro lado do oceano, eram poucos os fidalgos subservientes que restavam no Paço Real. E mesmo estes raramente viam o rei arisco, amedrontado pelos perigos inventados pelo seu ministro para o manter isolado. Para chegar ao rei era preciso passar pelo marquês de Pombal.

A decadência alastrava pela fidalguia. As casas apalaçadas, como a da condessa de Montargil, eram grandes e inúteis, decrépitas, com dezenas de salas vazias que ninguém usava, cujas paredes tortas do terramoto estavam cobertas de manchas de humidade que arrancava pedaços de cal e destruía aos poucos mobílias ricas e tapeçarias exóticas.

O paço dos condes de Montargil, apesar de vergonhosamente degradado, não destoava muito dos outros paços. Ali vivia uma legião de criados e de escravos que tinham os seus lugares bem definidos na hierarquia da casa. O cozinheiro com os seus ajudantes, o mordomo com os seus chefes de mesa e os seus copeiros, os boleeiros e o pessoal das cavaliças, os criados de libré e os criados de quarto. Enfim, eram muitos e viviam em comunhão com os seus senhores, quase como se fossem família. Os fidalgos cobriam-se de dívidas e não pagavam salários a ninguém, mas o pessoal da casa não se incomodava com isso, porque nada lhe faltava.

Entre cavalos orgulhosos e burros indiferentes, pululavam pelo pátio da casa galinhas assustadas que abriam as asas e saltavam à frente das pessoas que passavam. Nalguns palacetes havia mais de uma centena de moradores, familiares do senhor da casa e empregados. No paço dos Montargil soçobravam D. Carlota Justina e 50 criados. No meio desta gente toda tornava-se difícil esconder segredos.

A sorte de uns foi o azar de outros. Quis o acaso que uma criada da casa, a Laurinha, que era muito da confiança de D. Carlota Justina, tivesse visto o anão Chico a rondar o paço dos Montargil e, tendo ficado curiosa, acabasse por surpreender o encontro dele com a Arminda no segredo de uma rua esconsa. Foi logo contar tudo à senhora.

D. Carlota Justina entrou em pânico.

— Não pode ser coincidência — disse depois a José Policarpo.

— Certamente que não o é — concordou ele, igualmente alarmado.

Dias antes, José Policarpo atravessara o pátio da casa ao lado dela, sob os olhares curiosos da criadagem, que interrompeu o serviço para ver o estranho passar. D. Carlota Justina e José Policarpo confiaram que ele não fosse reconhecido tantos anos depois, mas, para se precaverem de algum dissabor, José Policarpo escondeu o rosto debaixo do capuz de uma capa negra.

Ele ficou confinado aos aposentos de D. Carlota Justina, onde só era

permitido o acesso à jovem Laurinha.

D. Carlota Justina e José Policarpo partilharam o leito dela, uma enorme cama de dossel donde pendia um pesado damasco de cor alaranjada, com os seus desenhos em relevo. O dossel podia fechar-se pelos quatro lados, como se fosse uma larga tenda de luxo, com um colchão de palha coberto por grossas colchas de seda e muitas almofadas grandes e fofas. Era cómodo e convidativo. Durante dias, ele não saiu dos aposentos. Ali dormia, comia e passava o tempo com a sua amada. E não podia imaginar ou desejar nada melhor. José Policarpo vivia a felicidade plena, quando ela lhe contou que o anão Chico andava a espiá-los.

— Tem de sair daqui, imediatamente — disse, preocupada.

Ele saltou da cama e começou a vestir-se à pressa. Estivera à espera dela e agora uma notícia daquelas! De repente, a realidade voltou a impor-se na sua vida e o sonho em que vivera nos últimos dias desfez-se como uma bola de sabão.

— Quando é que a Arminda se encontrou com o anão Chico?

— Esta manhã, não sei ao certo, mas não podem ter passado muitas horas.

Ao longe, ouviram-se três badaladas. O sino da igreja dava o toque das Ave-Marias.

— A tropa vem a caminho, de certeza — disse ele, muito branco, perdendo o equilíbrio e quase caindo a vestir as meias brancas e os culotes aos pulinhos pelo quarto. Alto e forte como era, parecia ridículo naqueles preparos. Ela ter-se-ia rido da sua figura, se não estivesse também assustadíssima.

Apesar de todos os cuidados para se manter incógnito, José Policarpo fora reconhecido e denunciado. D. Carlota Justina admitiu a imprudência e recebeu que fosse demasiado tarde. *Se o apanham, matam-no*, pensou.

— Por amor de Deus, despache-se!

E, com efeito, eles tinham o instinto de sobrevivência apurado, porque nesse momento a caravana de carruagens, escoltada pelos cavaleiros da companhia de Dragões que protegiam o marquês de Pombal, já ia a caminho, tal como José Policarpo previra. Hoje, mais discreta e apressada do que antigamente, não levava à frente o timbaleiro monumental, fardado com a pele de urso e o turbante de igual pele, que marcava a marcha com o toque dos tambores a ressoar muito antes de a coluna passar. Este rufar marcial impressionava muito o humilde popular que, surpreendido na rua, se sentia pequenino ao pé do temido primeiro-ministro escoltado pelos soldados armados.

Ficou célebre o caso do padre António da Fonseca Claro, sacerdote espirituoso e de grandes talentos, que, estando de visita a uma família das suas relações, ao ouvir os tambores da escolta do marquês de Pombal, exclamara alegremente em público: «Lá vem o urso! Lá vem o urso!»

Alguns dias depois, a piada chegou aos ouvidos do primeiro-ministro, que entendeu que era a ele que o padre António da Fonseca Claro se referia, pretendendo chamar-lhe urso. O bom padre foi logo despachado para Aveiro, acabando degredado mais perto da capital, em Vila Franca de Xira, por especial favor. Mas a Lisboa é que não voltou, senão agora — 14 anos depois da calamitosa piada —, com a aclamação da rainha e a demissão de Sebastião José de Carvalho e Melo.

O marquês de Pombal já não desterrava ninguém e também não se fazia anunciar a toques de tambor. Mas ainda tinha a sua guarda de Dragões e muita vontade de despejar a frustração e o ressentimento em cima de alguém.

José Policarpo correu escada abaixo, sem esperar por D. Carlota Justina. Ela não conseguiria acompanhá-lo e só iria correr mais riscos, se fosse apanhada a fugir com ele. De modo que se despediram no quarto. Tiveram um abraço forte, dramático e necessariamente breve. Já se ouvia o tropel da cavalaria no portão principal, quando José Policarpo virou a esquina da casa e deu de caras com os soldados.

O capitão da guarda vinha à cabeça da coluna. D. Felipe de Nápoles acabara por aceitar o argumento do marquês de Pombal, que lhe disse:

— Tirando nós, não há mais ninguém interessado em fazer cumprir a lei. Mas é uma dívida que tenho à memória do senhor D. José e que faço questão de pagar.

Na verdade, não era tanto a promessa ao rei morto que o movia, mas mais o tique autoritário de déspota esclarecido combinado com a irritação latente por José Policarpo lhe ter levado a melhor durante 18 anos de perseguições e desencontros.

O marquês de Pombal sentiu que seria um bom epílogo entregar à justiça o homem que tentara matar Sua Majestade Fidelíssima. Como se a captura falhada de José Policarpo fosse a única tarefa inacabada de um longo mandato que, para uns, transformara Portugal num cemitério de homens livres, mas, para outros, resgatara o país e as almas submissas ao obscurantismo supersticioso da Igreja. O clero queria manter o povo ignorante agarrado às missas e travar o progresso que lhe retirava influência. O marquês de Pombal queria acabar com essa ascendência bafienta dos insaciáveis prelados.

Tanto ou mais que os padres, sofreram os nobres, outrora orgulhosos, ricos e influentes. Mas antes de libertar os presos do Estado, a rainha D. Maria tratou de estabelecer os membros do seu ministério. A presidir ao novo governo ficou o marquês de Angeja que, embora odiasse o marquês de Pombal, sempre soubera iludi-lo com habilidade e hipocrisia tais que ele o tomara como aliado. Não o era, de facto. Logo que tomou posse, a primeira decisão do marquês de Angeja foi suspender os trabalhos para

reconstruir Lisboa, que vinham desde o terramoto de 1755. Na verdade, o marquês de Angeja era uma nulidade como governante e, em vez de fazer obra, preocupou-se mais em destruir a obra do antecessor. Era tão inútil, que o homem da rua, comentando o novo governo, não tardou a arranjar uma frase que dizia tudo: «Mal por mal, antes Pombal.»

Nesse período de mudança, que ficou conhecido como a *Viradeira*, a rainha mandou abrir as prisões e o primeiro notável a ver a luz do dia foi o bispo de Coimbra. D. Miguel da Anunciação impressionou sobretudo pelas suas longas e ebúrneas barbas de velho desvalido. O bispo deixara crescer a barba com a promessa de só a cortar quando fosse libertado. Saiu da prisão de Pedrouços pouco mais do que um farrapo humano, quase cego, doente, amparado por dois criados. D. Miguel da Anunciação era Távora pelo lado da mãe, perseguido pelo marquês de Pombal, mas muito querido da rainha D. Maria I, que também ordenou a libertação dos outros Távora, mas com uma estrita condição:

Que sejam soltos, das prisões em que estiverem, o marquês de Alorna, D. Nuno Gaspar de Lorena, D. Manuel de Lorena, D. José Maria de Lorena, e que nem a justiça de Sua Majestade nem a honra dos mesmos presos permitirão que apareçam na sua Corte sem primeiro se haverem justificado da mais leve mácula de culpa de Inconfidência.

Com efeito, haveria de se fazer meia justiça à família Távora, inocente, perseguida e massacrada. Quatro anos depois de os familiares dos marqueses de Távora executados no patíbulo de Belém terem sido libertados das prisões e dos conventos, um tribunal de recurso absolveu os supliciados marqueses, os seus dois filhos e o conde de Atouguia, seu genro, do *execrando desacato levado a cabo contra El-Rei, nosso senhor, D. José*. No entanto, o procurador da Coroa embargou a sentença revisória e a rainha nomeou uma junta para dar um parecer. A junta nunca chegou a manifestar-se e a sentença não foi confirmada nem revogada.

A revisão do processo dos Távora muito se deveu à pertinácia do marquês de Alorna, D. João de Almeida Portugal, que depois de libertado do forte da Junqueira logrou convencer a rainha a autorizá-la. Contudo, como a sentença não transitou em julgado, a defesa dos sogros e cunhados do marquês de Alorna redundou somente numa vitória moral. O nome Távora continuou proibido à família, que adoptou o apelido Lorena; os bens confiscados aos réus nunca foram devolvidos e a rainha D. Maria pôde dormir mais descansada porque, embora simpatizasse com a reabilitação dos Távora, esta ofendia a memória de seu pai, o rei D. José.

Alheio a todos os desfechos das medidas inovadoras do seu governo, que os seus inimigos agora se empenhavam em contrariar, nem que fosse por acinte, o marquês de Pombal tinha só em mente uma obsessão: capturar José Policarpo. Era, provavelmente, uma preocupação fútil e descabida,

que só se podia justificar pelo espírito tortuoso de um homem que definia um objectivo e podia levar a vida inteira a persegui-lo, mas nunca desistiria.

Justamente, o primeiro-ministro demitido vinha, a título particular e já sem qualquer autoridade que lhe valesse, prender um fugitivo na mesma altura em que a rainha mandava esvaziar as prisões com uma tal falta de discernimento que se libertaram os presos políticos e os outros, de delito comum.

Os criminosos devolvidos à sociedade confundiam-se assim com as genuínas vítimas das prisões políticas e, a estes, ainda se juntavam outros aproveitadores, que iam para a porta das igrejas e concorriam com os verdadeiros presos a contar sofrimentos inventados, clausuras imaginadas, a troco de uma esmola.

As pessoas enganadas pelas falsas histórias de tortura iam engrossando a fúria do povo contra o marquês de Pombal. Como se não lhe bastasse a responsabilidade de tantas e tão graves iniquidades, eram-lhe atribuídas todas as maldades do reino, ainda que grande parte delas não passasse de boatos.

Mas agora, metendo a cabeça para fora da janela da portinhola da carruagem, Sebastião José de Carvalho e Melo indignou-se com D. Felipe de Nápoles.

— Por amor de Deus, capitão, prenda o nosso homem!

Mas o capitão ficou desorientado com o que viu e sem saber como reagir.

D. Carlota Justina correu escada abaixo, com o credo na boca, convencida de que tinha acontecido o pior: que José Policarpo fora preso e seria executado sem que ela pudesse fazer algo para o evitar.

Assomou ao pátio principal de sua casa a condessa de Montargil com um ímpeto tal que desembocou sem fôlego no centro de um tenso impasse.

Ali estava o odiado marquês debruçado da janela da sua carruagem, gesticulando e gritando ordens furiosamente. No entanto, ninguém se mexeu para lhe obedecer.

Segundos antes, José Policarpo dobrou a esquina da casa e viu-se à frente de uma barreira de soldados a cavalo.

— Alto! — gritou o capitão da força.

José Policarpo paralisou, aflito, sem se decidir a tentar a fuga, se é que havia fuga possível. Ele, apeado, a correr à frente dos cavalos, não iria longe, certamente.

Aquela hora, juntavam-se no pátio os boleeiros e os palafreiros, tratadores de cavalos que se ocupavam dos animais e dos apetrechos de montar. Estavam também por ali, ociosos, os lacaios de libré, que, caso a condessa saísse, se equilibravam na traseira da carruagem com uma vara na mão para enxotar os inconvenientes metediços. E ainda havia as mulheres que davam ração aos porcos e às galinhas, e um negro de proecta idade, que um dia fora escravo da casa e agora se rodeava da sua prole de homens feitos e incondicionais defensores da senhora condessa.

O que valeu a José Policarpo foi ter hesitado em fugir, porque os soldados não reagiam senão a uma ordem do capitão e D. Felipe de Nápoles também ficou embaraçado, sem conseguir tomar uma decisão. Por conseguinte, nem ele fugiu, nem o capitão o mandou prender. E, entretanto, um dos boleeiros que estavam no pátio colocou-se ao lado de José Policarpo com um ar bonacheirão, um sorriso franco e um braço amigo sobre os seus ombros.

— Ria-se, homem — disse-lhe de esguelha o boleeiro. — Tire essa cara de espantinho.

José Policarpo soltou uma gargalhada forçada, como se o outro lhe tivesse dito algo hilariante.

Logo, juntou-se a eles um segundo boleeiro, muito pachola, de mãos nos bolsos. E depois, como que atraídos pela extraordinária presença dos soldados a cavalo e do notável marquês de Pombal — de quem toda a gente falava, mas que agora estava ali mesmo, em carne e osso, a esbracejar como louco —, aproximaram-se todos para ver melhor o que se passava.

Olhando à sua volta, José Policarpo percebeu o que estava a acontecer. Os da casa, unidos como uma família, juntaram-se em seu redor para o dissimular na multidão e, de repente, ele era só mais rosto anónimo entre vinte ou trinta naquele pátio.

Embaraçado, o capitão dos Dragões deu-se conta de que desconhecia a

cara de José Policarpo e que tanto podia ser um daqueles homens ali à frente, como outro qualquer. Ele, simplesmente, não sabia.

O marquês de Pombal parou de gritar. Ninguém parecia ouvir o que dizia e não era da sua natureza falar muito alto durante muito tempo. Estava habituado a ser obedecido sem ter de levantar a voz. Por isso gritara, irritado por ninguém reagir às suas ordens.

Num dia normal, uma ordem sua teria sido como uma catapulta para o capitão prender alguém, qualquer um daqueles, ou mesmo toda a gente, que diabo! Que lhe interessava? Mas já não havia dias normais e agora os capitães tinham escrúpulos em prender pessoas. Era desanimador, pensou o marquês. Para onde iria o mundo se os agentes da ordem deixassem de exercer a autoridade?

Atrás da multidão curiosa que observava o famoso marquês como se fosse uma atracção de circo, D. Carlota Justina parou um instante para se recompor da corrida. Respirou fundo, deu um jeito ao cabelo e foi em frente. Furou pelas pessoas para chegar à fala com o capitão. José Policarpo estava lá no meio e ela passou por ele sem lhe dar importância.

— A que se deve esta intromissão na minha propriedade? — perguntou, de queixo levantado, confrontando intrepidamente o capitão nas alturas, ele enorme no cavalo, ela pequenina em terra.

— Viemos prender o regicida, José Policarpo de Azevedo, que anda fugido às justiças do reino e que consta que se tem acoitado nesta casa.

— Capitão, é a segunda vez que vêm a minha casa fazer a mesma ridícula acusação — disse D. Carlota Justina, muito pálida, toda a tremer de indignação.

— As minhas desculpas pelo incómodo, senhora condessa — disse D. Felipe de Nápoles —, mas decerto concordará que é do seu interesse e segurança que nos certifiquemos de que o criminoso não a ameaça.

— Não me sinto minimamente ameaçada, capitão. E, tanto quanto julgo saber, esse homem morreu há muito em Espanha, o que me deixa ainda mais sossegada.

Impaciente, o marquês de Pombal não se conteve, abriu a portinhola, saltou da carruagem. A multidão, expectante, seguiu-o com os olhos enquanto ele se aproximava. O capitão apressou-se a desmontar o cavalo para o acompanhar.

— Senhora condessa — disse o marquês —, não vim com o intuito de a incomodar, mas para a aligeirar da responsabilidade e do perigo de ter na sua propriedade o homem mais procurado do reino.

D. Carlota Justina empertigou-se e ergueu a voz.

— Foram os seus soldados, senhor marquês, que levaram para a Junqueira o senhor meu pai. Foi por ordem sua que o fecharam sozinho numa cela durante meses. Foi sem ânimo de espírito que o meu pai voltou a casa para morrer. Por isso, quem devo temer aqui? O perseguido ou o

perseguidor?

O marquês de Pombal encavacou com a ousadia dela, mas depois respondeu-lhe com uma fórmula a que haveria de recorrer incontáveis vezes, quando mais tarde tivesse de responder a uma extensíssima devassa ordenada pela rainha a todos os casos do seu governo: — Senhora condessa, tem os meus respeitos, tal como eu tinha a maior simpatia e amizade pelo senhor seu pai. Mas foi o rei, e só o rei, quem mandou prender o conde de Montargil.

— O rei mandou prendê-lo porque ele se queixou de si — replicou ela, indignada com os protestos de amizade do marquês pelo paizinho. Era demasiada desfaçatez! Encheu-se de coragem e fez-lhe peito, sem ceder um milímetro.

O marquês teve um suspiro de desalento.

— Oh, senhora, se todos os que se queixavam de mim tivessem sido presos, não teriam chegado as prisões deste país.

— O paizinho foi. E a si o deveu, ainda que o negue.

O marquês nunca tinha visto nada assim e os criados da casa, ouvindo-a acusá-lo abertamente da morte do patrão, encolerizaram-se e ganharam ânimo de vindicta. O velho estadista inflexível que aterrorizava toda a gente já não os assustava como antes e, no calor do debate, já se entusiasmavam para o linchar ali mesmo. Mas o capitão estava atento e, assim que os sentiu a fechar o cerco em torno do marquês, desembainhou a espada e colocou-se à frente do seu protegido. Atrás deles, a cavalaria reagiu de imediato, esporeando os animais. Foi o suficiente para retomar o controlo. Os cavalos avançaram lentamente em formação compacta e os cavaleiros, de espada em riste, puseram a multidão em sentido. Perante a severa ameaça da guarda montada, a ira perdeu o fôlego como um balão sem ar.

Entretanto, o capitão conduziu o marquês de volta à carruagem.

— Vamos embora daqui, senhor — disse. — A última coisa que nos interessa agora é um banho de sangue.

— Sim, sim, vamos... — concordou, desanimado, o marquês de Pombal, deixando-se encaminhar pelo guarda-costas. Teria de se conformar com o fracasso da investida. José Policarpo escapara-lhe uma e outra vez ao longo dos anos, e esta fora, certamente, a derradeira oportunidade. *Se é que o homem ainda está mesmo vivo*, pensou.

Partiram rapidamente, desejando evitar tragédias incorrigíveis, mas não lograram sair de Lisboa sem mais incidentes graves.

Não se imaginava os tormentos que o marquês de Pombal, a marquesa sua mulher e a filha, D. Maria Francisca, passaram na dura viagem para o exílio em Pombal.

Ao princípio da tarde, iniciou ele a primeira jornada, que o levaria ao seu palácio de Oeiras, onde depois se juntariam a si mulher e filha.

Mas já não era seguro para o marquês percorrer as ruas de Lisboa por entre a ira do povo que ele rebaixara durante décadas com as suas prepotências de estadista esclarecido. Era grande o desejo de violências contra o primeiro-ministro de D. José. As pessoas ouviam as histórias de pavor das prisões do Estado, que circulavam de boca em boca, exageradas até ao limite da fantasia, e, acreditando em tudo o que se dizia, exigiam a cabeça do marquês de Pombal. A situação descontrolava-se. As explosões de ódio aconteciam a qualquer momento. A população queria fazer justiça pelas próprias mãos.

A coluna militar pôs-se em movimento, escoltando a carruagem do marquês, precedida de outras duas de apoio. Chegando a Belém, à passagem pelo Mosteiro dos Jerónimos e pelo local de má memória onde tinham erguido o patíbulo para exterminar os Távora, o povo reconheceu a famosa sege do marquês de Pombal. O cortejo avançava tranquilamente para evitar chocalhar demasiado as carruagens no piso incerto, que era todo de buracos e pedra solta. Um pequeno grupo de populares embasbacados começou a acompanhar a comitiva, apontando para a carruagem do marquês de Pombal. A este se juntaram mais pessoas, que foram engrossando a turba que perseguia a carruagem, sempre com a cavalaria interposta. Os primeiros comentários de gente pasmada depressa passaram a insultos gritados. «Olha, é o urso!» «É ele, é, o *ganda* cabrão!» «Estás na berlinda, ó porco! Não te escondas aí dentro!»

Alguém no meio da população apanhou uma pedra do chão e atirou-a contra a carruagem do marquês de Pombal. Outros, vendo a passividade dos soldados, seguiram o exemplo. Estalou a revolta, mas a escolta, disciplinada, aguentou firme a formação em torno das carruagens, só intervindo quando algum popular mais afoito tentava passar por entre os cavalos. Nessa altura, barravam-lhe a passagem com os animais.

A uma ordem do capitão, os Dragões desembainharam as espadas e fizeram brilhar as lâminas bem alto. O primeiro que se aproximou levou uma paulada tal com o ferro na cabeça que recuou trôpego, aos tombos, até se abater, sentado no chão a sangrar pela testa abaixo.

Apesar da serenidade da escolta, Sebastião José de Carvalho e Melo perdeu a cor do rosto ao ver o tumulto avançar sobre a sua carruagem e atacá-la com palavras e pedras. Um chorrilho de insultos e uma chuva de pedras abateram-se sobre a berlinda do ministro caído em desgraça. Lívido, o marquês de Pombal, que afinal viajava escondido numa das seges da

frente, testemunhou o ódio acumulado em quase 30 anos de prepotência.

Parece impossível..., pensou, chocado com o que via. Da profunda obra reformadora e do imenso progresso arrancado a ferros, as pessoas só se lembrariam das execuções, das prisões e dos desterrados?! Seria assim tão difícil de perceber que tudo isso fora necessário? Que ele fora obrigado a esmagar aqueles que se opunham ao desenvolvimento?

Teve vontade de lhes gritar: *Foi a dedicação da minha vida!*

A cavalaria estugou o passo para se livrar da fúria da população. Em breve, alcançaram os subúrbios e tudo acalmou. A viagem prosseguiu sem mais incidentes e depois, já em Oeiras, o marquês pôde respirar de alívio. Contudo, a violência do povo, ansioso por o massacrar e arrastar pelas sarjetas, deixou-o muito impressionado. Não fora a sua guarda franca e teria sido morto como um miserável, apedrejado na rua. As pedradas contra a sua carruagem, o ódio puro, sincero, das pessoas não se podia esquecer. Assombrado por aqueles acontecimentos, Sebastião José de Carvalho e Melo recolheu ao seu palácio de luxo. Mas já não se sentia seguro ali. Oeiras não era suficientemente afastada daquela corja de vândalos que lhe queriam mal. Precisava de partir urgentemente para Pombal, onde contava acabar os seus dias esquecido e em sossego.

No entanto, a sorte não o favorecia. Nada lhe corria de feição, realmente. O ministro onnipotente, despojado do seu poder, deambulou desorientado pelos corredores do palácio. O velho corpo, fragilizado, sem a vitalidade de outros tempos, cedia aos tremores da febre e à dor de cabeça que lhe latejava no cérebro. Eram, porventura, os primeiros sintomas de uma doença pior. E ele, sem ânimo, já não teria capacidade para a combater.

Esperava ansiosamente a mulher, D. Leonor, que chegaria no dia seguinte. E a entrada dela no palácio teve a virtude de o sossegar imediatamente. A condessa, com a sua mentalidade prática de austríaca de gema, tomou logo o comando da criadagem e transmitiu as suas ordens secas e assertivas no seu português arranhado.

Era preciso carregar móveis, faqueiros, toalhas, tapetes, roupa de cama, enfim, levariam este mundo e o outro nas carruagens de apoio para tornarem mais habitável o modesto palácio de Pombal. O marquês estava incapaz de tomar uma decisão doméstica. Sem ela não teria levado nem um guardanapo. Nem sequer se lembraria de levar fosse o que fosse.

— Precisam de alguma coisa? — perguntou, por descargo de consciência.

— Precisamos só que não nos empate e que deixe isto connosco, que tratamos de tudo.

Ela estava muito preocupada, mas não deixou transparecer nem uma ponta da sombra negra que desceu sobre o seu espírito. Preocupava-se com ele, bem entendido, já as ameaças vagas que circulavam como boatos, de

que seriam atacados durante a viagem e que não escapariam aos salteadores e que lhes fariam isto e aquilo, não lhe causavam a menor perturbação. Guerra a sério tivera ela na Áustria, quando a monarquia da imperatriz Maria Teresa estivera ameaçada pelas invasões estrangeiras. Isto, oh, encolhia os ombros, eram coisas de garotos arruaceiros que não a intimidavam. De resto, seriam escoltados todo o caminho pela Cavalaria.

Dos cinco filhos do casal, só uma, D. Maria Francisca, mais abnegada, largou o marido e o seu conforto para os acompanhar na longa viagem para o degredo, que em nada seria facilitada pela rigorosa inverno.

Copiosas chuvas desabaram nesses meses inclementes. Os campos estavam alagados e as estradas, intransitáveis, desapareciam debaixo das cheias.

Ainda assim, partiram sem demora para a Granja, uma quinta rústica de família que ficava perto de Sintra e que seria a segunda etapa para o exílio.

Foi uma viagem pavorosa, toda sacudida nas estradas impensáveis, feitas de terra e buracos, com as janelas fechadas e os vidros embaciados e açoitados pelas chicotadas de chuva.

Da Granja, partiram a 10 de Março. Foram por Alenquer e a Ota, aonde chegaram já de madrugada, encharcados, debaixo de grandes tempestades, numa esgotante caminhada final, a cada passo enterrados na lama, depois de obrigados a deixar para trás as carruagens atascadas. Andaram muitas horas procurando o caminho com os archotes frouxos que mal resistiam à ventania e pouco alumiam o caminho.

Mas lá chegaram e ali pernотaram, apesar da má vontade do senhor do Solar da Ota, D. Pedro da Câmara, cujo tio, o quinto conde da Ribeira Grande, morrera no forte da Junqueira.

Embora talvez ainda não tivesse recebido a notícia da morte do tio, ocorrida e ocultada pelas autoridades há distantes sete anos, bastava-lhe que estivesse preso para não se comprazer com a presença do marquês de Pombal em sua casa.

D. Pedro da Câmara era casado com a irmã da mulher de D. Henrique José de Carvalho e Melo, filho mais velho do marquês de Pombal. E ambas as irmãs eram filhas de um Távora. Acontece que o segundo filho do marquês de Pombal também casara com outra Távora, D. Francisca, filha de D. Nuno de Távora, igualmente preso anos a fio nas enxovias da Junqueira. A D. Pedro da Câmara, estas tremendas hipocrisias revolviam as entranhas, mas engoliu o ressentimento de antigas velhacarias e resignou-se ao comportamento civilizado que a situação impunha, para dar um acolhimento apropriado ao ministro caído em desgraça, à sua família, criados e escolta.

Os viajantes resguardaram-se no conforto da sala, aliviados por se encontrarem finalmente entre quatro paredes, recebendo o abençoado calor de uma enorme lareira, enquanto esperavam por uma malga de sopa para

confortarem o estômago. Com uma expressão de mármore, D. Pedro da Câmara guardou um silêncio obstinado. D. Mariana, vigiando pelo canto do olho o estado de espírito do marido, procurou fazer as despesas da conversa, mas o constrangimento era evidente e os viajantes, atormentados e desmoralizados, pouco falavam. O silêncio pesado foi caindo, a espaços, na penumbra da sala, iluminada pelo fogo da lareira e as chamas tremeluzentes de dois ou três candeeiros.

D. Pedro da Câmara sentiu-se tentado a confrontar o velho leão. Assim de repente, ocorriam-lhe vários assuntos da maior gravidade de que podia muito legitimamente pedir-lhe satisfações. Mas se começasse a falar, teriam discussão para toda a noite e ele só via ali à sua frente um homem triste, abatido e desmazelado pelas atribulações da viagem, e não lhe pareceu que estivesse capaz de grandes debates. Chegou mesmo a ter pena do estado de decrepitude em que ele se encontrava.

Enganava-se, porém, se pensava que o orgulhoso marquês estava demente. Não estava. Sentia só o extremo cansaço das provações da jornada. De resto, por esses dias de viagem, nunca deixou de enviar cartas ao seu filho Henrique com instruções precisas sobre disposições várias a tomar, quer fossem de estratégia política ou familiares.

A 13 de Março, mais retemperados, partiram para a derradeira etapa do exílio. Andaram sacudidos e atolados em pântanos, perderam bagagens e esfalfaram os animais até chegarem a Pombal no dia 15. Esperava-os, naquela vila, a desolação de um palácio desleixado, que não tivera obras de conservação nos últimos 27 anos. O estado em que se encontrava foi um choque para os marqueses de Pombal, habituados aos luxos do sumptuoso palácio de Oeiras e da barraca da Ajuda, que tinha mais de 15 quartos e era toda em madeira e telha, e com amplos e frescos jardins com vista para o Tejo.

Mas a rainha queria-o bem longe da Corte e, portanto, só lhes restava o improvisado para o célere melhoramento daquele longínquo palácio, há muito esquecido pela família. Era um solar tosco e sem condições, todo ao comprido e com janelas gradeadas, ironicamente, fazendo lembrar uma prisão. No andar de cima ficavam os amos, e no andar de baixo os criados.

D. Leonor tomou a seu cargo as benfeitorias mais urgentes. Embora doente e sem préstimo para ajudar a marquesa — também ela adoentada devido aos excessos da viagem —, o marquês de Pombal já se obcecava com a sua defesa e ocupava-se a desempoeirar um escritório onde pudesse escrever à rainha um longo e detalhado documento para explicar, caso a caso, os sucessos da sua governação, assim como uma justificação rigorosa para os formidáveis bens e fortuna acumulados durante esse longo período ao serviço do senhor D. José.

Precipitou-se, porventura, porque a súplica dirigida à rainha acabaria por se revelar contraproducente. D. Maria, irritada com os termos da sua

defesa, mandou instaurar-lhe uma devassa. Como consequência, o marquês esteve 50 dias intermináveis a responder ao exaustivo interrogatório de dois magistrados bastante empenhados em comprometê-lo. E muito os exasperou a sua defesa metódica, bem documentada e assente numa memória prodigiosa.

Para todas as acusações teve refutações à altura. Para cada execução, prisão ou desterro havia uma razão de Estado, quer fosse uma conspiração contra a Coroa, uma sedição intolerável ou um insulto ao rei. E, se eram demasiados os enredos, os dramas e as tragédias protagonizados pelo seu governo, o marquês de Pombal tinha para eles uma resposta final, que não podia ser contrariada:

— O governo não era meu, era de Sua Majestade, o senhor D. José. E, se Sua Majestade me ordenava, eu executava, como era minha incontestável obrigação.

Na maior parte dos casos, apresentou como prova a ordem escrita e assinada pelo rei, que, avisadamente, sempre tivera o cuidado de lhe pedir. Os magistrados até deviam entender que o marquês manipulava o rei, mas jamais poderiam dizer tal coisa. Chegou a pensar que os vencera, porém, acabou por descobrir que não se podia esconder atrás das formalidades legais.

Os juízes foram bater-lhe à porta em princípios de Outubro de 1779 e só se foram embora de Pombal em Dezembro desse mesmo ano. A saúde do marquês deteriorava-se a olhos vistos. Sofria de arteriosclerose, tinha furúnculos e hemorragias. Já se movia com muita dificuldade quando teve conhecimento da humilhante sentença dada pela rainha, a 16 de Agosto de 1781, a qual, ouvido o Conselho de Ministros, o declarava culpado e merecedor de castigos corporais *«a que porém não mandei proceder atendendo às graves moléstias e decrépita idade em que se acha»*.

Ordenou-lhe que se mantivesse fora da Corte na distância de pelo menos 20 léguas e deixou claro que não isentava o ex-ministro de eventuais processos judiciais interpostos pela Coroa ou por qualquer dos seus vassallos que entendesse ser indemnizado por perdas, danos e interesses em que o marquês de Pombal o tivesse prejudicado.

Ao fim de cinco longos anos de desterro, que se arrastaram penosamente, travando sempre grandes batalhas com a doença, com os juízes da rainha e com os seus inimigos de todos os lados, o marquês de Pombal sucumbiu, destroçado e esgotado. Tinha 82 anos e já não havia praticamente ninguém, dentre os que no passado haviam lucrado com a sua amizade, que se aproximasse da casa de Pombal. Em redor do seu leito, no quarto abafado, estavam só, na derradeira hora, a inconsolável marquesa e dois dos seus filhos, o conde de Oeiras e o conde da Redinha. Acompanhavam-nos dois padres humildes e dedicados à sagrada missão de abrir as portas do Céu ao marquês que outrora fora onnipotente.

A morte foi confirmada pouco depois das 18 horas pelos dois incansáveis facultativos que, tendo já capitulado perante o inevitável desfecho, se dedicaram desde manhã a mitigar as dores excruciantes do paciente. Os médicos não sabiam, mas a causa da morte foi uma infecção da vesícula, catastroficamente agravada por um estado de debilitação geral.

Rostos expectantes à porta do quarto, pelo corredor fora, na escada até lá abaixo, e daí até à rua, receberam chocados a grave notícia, que passaram de boca em boca. Logo, um rumor de sofrimento estendeu-se por toda a casa.

Assim morreu o homem e nasceu a lenda.

— Com ou sem o Sebastião José a mandar, a sentença de morte não foi revogada e você corre perigo de vida — disse D. Carlota Justina a José Policarpo, depois da célebre invasão da sua casa pelo marquês de Pombal, protegido pelos Dragões.

O marquês, derrotado pela circunstância da morte do rei, seu senhor, não concebia que o criado do duque de Aveiro triunfasse enquanto ele se afundava. Era tal o rancor, que alvitrou ao capitão da guarda capturarem o fugitivo quando iam a caminho do exílio.

Depois de ele partir com a sua escolta, D. Carlota Justina e José Policarpo recolheram a casa, muito pálidos e assustados.

— Eles não o reconheceram — disse ela, incrédula. — Eles vinham atrás de si sem saberem como você é.

— Pois não, pois não! Que coisa incrível!... — exclamou José Policarpo. E ria-se, eufórico com tamanha insanidade. Acabara de escapar à morte porque era invisível. Estivera de frente com o inimigo e ele não o vira! Ninguém o reconhecia!

Soltou uma grande e insana gargalhada. Ela, atónita, interrompeu-o.

— José! Não é caso para festejos. Não devemos baixar a guarda nem perder o juízo — disse, refreando-lhe o entusiasmo. — Você nunca estará a salvo em Lisboa. Um dia, quando menos esperar, vai ser reconhecido por alguém. É um grande risco.

Ele embatucou, engoliu o riso e teve de concordar, fazendo só que sim com a cabeça. Nos últimos dias, andara nas nuvens. O rei morto, o marquês de Pombal afastado do poder, os soldados que não o reconheciam, eram só boas notícias. Chegara a sentir-se intocável. Mas era uma falsa sensação, que lhe atrofiara o pensamento. Nesse instante, caiu em si e apercebeu-se de que, por mais anos que vivesse, nunca deixaria de ser um homem perseguido.

— A rainha nunca me perdoará — murmurou, desanimado.

— Seguramente que não — concordou ela. — Por isso, temos de arranjar uma solução mais definitiva, que o garanta, para que viva em segurança.

Ele olhou para ela espantado, a pensar que não a podia arrastar para uma vida de foragida.

— Tenho de sair daqui imediatamente — disse num repente. — Eles podem voltar.

— Eles ou outros, mas do Sebastião José tudo se pode esperar — disse a condessa de Montargil, referindo-se ao malquisto marquês pelos dois nomes simples que a fidalguia empregava para o desprezar.

— Sem dúvida. E esta foi por pouco.

A ideia de José Policarpo, naquele momento desvairado, era um grande abraço, um grande beijo e um adeus para sempre. Partiria para muito longe,

esconder-se-ia onde não pudesse ser encontrado ou reconhecido e aí ficaria definitivamente. Mas não a podia levar. Amava-a, mas não a podia levar. Torná-la-ia infelicíssima longe do seu palácio, dos seus criados, levando uma existência toda de perigos e aventuras incertas. Ele, na estrada, era como o outro, estava habituado, agora ela não, ela não resistiria a uma vida assim... De repente, teve uma ideia!

— Eu tenho uma pessoa a quem posso recorrer — disse, pensativo.

— Quem?

— Estou aqui a lembrar-me...

— De quê?

— Há uma pessoa, com quem não falo há muitos anos, mas que talvez pudesse ajudar-me. Enfim, deve poder...

— Quem? — insistiu ela, já impaciente.

— ... mas havia que chegar a ela, perguntar-lhe...

— Mas quem é essa pessoa, homem de Deus?!!

Gonçalo Cristóvão Teixeira Coelho, senhor da Teixeira e fidalgo do Bonjardim, esteve preso no forte da Junqueira durante 16 anos sem saber muito bem o motivo. Contudo, a sua prisão deu-se pouco depois de um episódio bizarro que não deveria orgulhar o fidalgo.

Foi a intervenção de Gonçalo Cristóvão num litígio de amor que iniciou a trapaçada que lhe custou tantos anos de vida na cadeia. Um jovem cadete de um regimento do Porto, filho de uma prima sua muito próxima, anunciou à mãe que iria casar com uma menina Roque, irmã doutras Roque que levavam uma vida licenciosa em Lisboa em consórcio com homens de pouca categoria. Com efeito, era tal a impudicícia das manas Roque que a fama delas chegou a Vila Real, onde morava a mãe do cadete apaixonado.

A senhora, chocada com a notícia, mandou ao Porto o seu outro filho, com a missão de meter juízo na cabeça do irmão.

— O teu irmão endoidou — declarou, peremptória, a lutuosa e sofrida viúva. — Ele não está bom da cabeça, João Bernardo.

O pobre João Bernardo não teve outra hipótese senão interromper a própria vida para ir de urgência ao Porto chamar o irmão à razão. Foi extenuante e inútil a viagem porque, lá chegado para demover o cadete de semelhante disparate, este respondeu que já estava demovido.

— Foi uma tolice da mamã, porventura um mal-entendido, mas não era caso para tanto alarido — disse o cadete, incomodado por se meterem na vida dele.

João Bernardo lá seguiu de regresso a casa com a boa nova de que era engano, não havia casamento nenhum com a Roque. Mas uma nova carta do irmão, irritado com a intromissão, antecipou-se ao sacrificado João Bernardo e chegou a Vila Real primeiro do que ele.

Escrevia o cadete à mãe que casava com a Roque, sim senhora, e se ela não queria abençoar o amor deles, pelo menos que não atrapalhasse.

Era demasiado. A mãe passou mal, teve faltas de ar, foi preciso chamar o facultativo. Mas, a seu pedido, João Bernardo já tomava medidas mais drásticas. Escreveu ao primo Gonçalo Cristóvão, expondo-lhe a abjecta vergonha que ameaçava a família, e rogou-lhe que fosse ao Sebastião José pedir-lhe para que prendesse o cadete, seu irmão, e providenciasse o envio dele para a Índia. Com o desterro, evitava-se a desonra e, tendo o filho rebelde desterrado no outro lado do mundo, bem longe da Roque do seu coração, a mamã já poderia dormir descansada.

Gonçalo Cristóvão concordou que o cadete perdera a cabeça.

— Com a honra não se brinca! — gritou, indignado, para ninguém, enquanto percorria quilómetros com a carta na mão, de lá para cá e de cá para lá, no soalho rangente do corredor entre a sala e o escritório da sua casa de Lisboa. Matutou longamente no que a prima lhe pedia por interposto filho. No final, decidiu ajudá-la.

Tal era a infância, que até se dispôs a passar por cima da humilhação de um antigo pleito judicial, que o poderoso ministro viciara para extorquir à família Teixeira uns vínculos da casa do marquês de Montalvão, de que era cabeça um palácio no Largo do Carmo, destruído pelo terramoto que arrasou Lisboa.

Pai e avô de Sebastião José de Carvalho e Melo já tinham tentado a mesma fraude heráldica com falsos atestados genealógicos que pretendiam torná-los descendentes e herdeiros de quem não eram de facto. Não o tinham logrado. Mas à terceira confirmou-se, porque não havia tribunal que dissesse que não a Sebastião José de Carvalho e Melo, bem entendido.

Mas isto eram águas passadas e o que se impunha agora era impedir o casamento que assustava a família.

O então conde de Oeiras, que, na sua megalomania, sentia uma certa condescendência com toda a gente abaixo do rei — não se achasse ele um pai da nação —, recebeu Gonçalo Cristóvão de coração aberto, escutou com atenção o seu drama familiar e decidiu ajudá-lo.

— Perfeitamente — disse, seco, assertivo, magnânimo. — O assunto será tratado a seu contento.

— Fico muito agradecido a Vossa Excelência.

E ficava mesmo, porque logo, logo o cadete foi preso, conduzido a Lisboa, deu entrada no Limoeiro e dali só saiu para o degredo.

O detido desesperava no cárcere sobrelotado, rodeado de verdadeiros bandidos. Era só um jovem a começar uma carreira militar e com o sonho de casar, e não compreendia o que lhe estava a acontecer. Parecia impossível que tivesse a juventude assim cortada, a vida estragada pela própria família. Sentiu-se furioso, revoltado, vingativo. O tempo esvaía-se e nada acontecia. Tornou-se evidente que estava sozinho e ninguém viria ajudá-lo. Era preciso reagir, fazer alguma coisa!

— Guarda! — gritou. — Guarda!

— Que queres tu, ranhoso?

— Falar com o desembargador.

— O desembargador tem mais que fazer.

— Por favor, só uma palavrinha. Diga-lhe que é importante.

— Importante para quem? Para ti? Não tarda nada, estás embarcado para Goa e não penses que te safas com uma conversa manhosa.

— Diga-lhe que tenho informações sobre o regicida fugido.

O cadete acusou o primo de sua mãe e o irmão que o pretendia enterrar em vida lá no fim do mundo, em Goa, de terem escondido José Policarpo durante a fuga. A denúncia, embora bombástica, não era credível, porque o irmão João Bernardo morava em Vila Real e o primo Gonçalo Cristóvão em Lisboa, o que tornava improvável a cumplicidade para ajudarem o fugitivo. Porém, a inesperada e desesperada declaração do cadete batia certo com a desconfiança de Sebastião José de Carvalho e Melo, que

acreditava que houvera realmente mão do fidalgo da Teixeira na fuga do criado do duque de Aveiro. Por isso, fizera desaparecer dois criados da casa de Gonçalo Cristóvão três meses depois da execução dos Távora no patíbulo de Belém, para os submeter a tratos, a ver se entregavam o patrão. Este facto tanto espicaçava a desconfiança do conde de Oeiras, como reforçava a inocência de Gonçalo Cristóvão, uma vez que nem mesmo torturados os criados o culpavam de algo que justificasse mandar prender o amo.

Acrescia a isto tudo que Gonçalo Cristóvão era primo afastado do marquês de Távora e do duque de Aveiro. Descendia dos Távora por parte do pai, e dos Mascarenhas por parte da mãe.

O conde de Oeiras era desconfiado por natureza e, como tal, dado a grandes melindres, ao ponto de uma palavra inofensiva poder ferir a sua susceptibilidade e, só por isso, tomar de ponta o infeliz que a proferira. Um espírito assim, condicionado pela desconfiança crónica, não poderia deixar de juntar todas estas migalhas de suspeição e criar na sua cabeça um grande caso. Por muito menos já ele enviara dezenas de outros *suspeitos* para a prisão ou para o desterro.

De maneira que o cadete foi devolvido à liberdade quando o irmão já o fazia a caminho de Goa e acabou mesmo por casar com a famosa Roque. Enquanto isso, João Bernardo foi preso, Gonçalo Cristóvão foi preso, e as seis irmãs de Gonçalo Cristóvão foram presas!

Dezasseis anos passavam destes acontecimentos mais próprios da rale do que de uma família fidalga. À medida que os presos eram libertados por ordem da rainha, muita gente se juntava à porta das cadeias, alguns eram só curiosos, mas a maioria eram familiares dos presos. Carlota Justina aproveitou essa confusão para se aproximar de Gonçalo Cristóvão.

Era a suprema ironia! O fidalgo da Teixeira estivera mais de uma década e meia na prisão, presuntivamente, por ter ajudado um homem que nunca vira, e era no momento da libertação que este desconhecido lhe mandava pedir ajuda. Dava-se o caso insólito de o preso só ter oportunidade de praticar o crime depois de cumprir a pena! O que efectivamente aconteceu.

Cem anos depois destes acontecimentos, assinalava-se a morte do marquês de Pombal com discursos encomiásticos, enquanto o renomado Camilo Castelo Branco escrevia o livro iconoclasta que resultava num libelo contra o primeiro-ministro do senhor D. José.

Nessa biografia arrasadora, o escritor contou uma conversa antiga que tivera com um jovem advogado chamado Valentim Mascarenhas. Na ocasião, este bacharel em Direito revelou a Camilo Castelo Branco que os seus avós eram de Padrões da Teixeira, na serra do Marão, paisagem caiada de escarpas, algures entre Amarante e a Régua. Era, porventura, uma terra

de belezas majestosas e incomparáveis mas, à altura, esquecida do resto do reino. Padrões da Teixeira era também território abrangido pelos domínios de Gonçalo Cristóvão. Lá no alto da serra havia uma estalagem que só servia os almocreves de passagem e que pertencia aos avós de Valentim Mascarenhas.

O advogado contou ao escritor que o seu avô se tinha estabelecido naquela terra ignorada do mundo para se esconder de um crime de lesa-majestade.

— O meu avô foi condenado à morte no célebre processo pelo atentado a D. José e escapou por pouco quando o duque de Aveiro foi preso ao seu lado, no palácio da quinta de Azeitão.

Anos depois, os Távora e o genro, o conde de Atouguia, foram absolvidos pela sentença revisória de 23 de Maio de 1781, que anulava a da Junta da Inconfidência, mas nem o duque de Aveiro e o seu desgraçado e inocente filho, o marquesito de Gouveia, nem os plebeus condenados, foram reabilitados. Uns tinham morrido no patíbulo, outros cumprido longas penas e libertados, só José Policarpo de Azevedo é que continuava em falta com a justiça.

Valentim Mascarenhas não conhecia o avô por esse nome, nem a avó como Carlota Justina, embora fosse uma senhora de uma educação esmerada e de modos aristocratas. E, perante a curiosidade do escritor por o seu apelido ser o mesmo do duque de Aveiro, revelou-lhe que o pai dele o dera aos filhos por ouvir de sua mãe — então já viúva de José Policarpo — que este era descendente bastardo de um fidalgo com o mesmo nome.

NOTA DO AUTOR

Sendo um romance, *A Maldição do Marquês* conta com algumas liberdades criativas do autor, incluindo a introdução de personagens fictícias que ajudam ao desenvolvimento do drama.

No entanto, trata-se de um romance histórico e que contou com uma pesquisa exaustiva e rigorosa, a qual se reflecte no texto.

Assim, todos os acontecimentos históricos descritos nestas páginas são tão verdadeiros quanto foi possível apurar através de diversas fontes, mas, definitivamente, baseados em factos verídicos.

A vida de José Policarpo de Azevedo, criado do duque de Aveiro e personagem central no atentado contra o rei D. José, permaneceu um mistério ao longo dos séculos. Muito se disse e fabulou sobre o único sobrevivente da brutal sentença que condenou a uma morte selvagem os réus do processo da Inconfidência. Este livro seguiu as pistas por ele deixadas no seu percurso de fuga. José Policarpo de Azevedo foi perseguido durante 18 anos pelo marquês de Pombal e por todas as justiças do reino e do resto da Europa.

Como sempre, a pesquisa bibliográfica foi da responsabilidade do meu irmão, Francisco Montanha Rebelo. Não obstante, a interpretação dos factos históricos aqui descritos é, naturalmente, da minha inteira e exclusiva responsabilidade.

BIBLIOGRAFIA

- BRANCO, Camilo Castelo, *Perfil do Marquês de Pombal*, Alêtheia Editores, Lisboa, 1882.
- CANCIO, Francisco, *Lisboa, Tempos Idos*, Lisboa, 1958.
- CHANTAL, Suzanne, *A Vida Quotidiana em Portugal ao Tempo do Terramoto*, Editora Livros do Brasil, Benfca, 2005.
- DANTAS, Júlio, *Lisboa dos Nossos Avós*, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1966.
- DIAS, Rodrigo Alves Rodrigues, *A Quinta de Recreio dos Marqueses de Pombal Oeiras*, Oeiras, 1987.
- FRANÇA, José-Augusto, *A Reconstrução de Lisboa e a arquitectura Pombalina*, Biblioteca Breve, Lisboa, 1976.
- GRAMOZA, José Pedro Ferrás, *Sucessos de Portugal, Memórias Históricas, Políticas e civis*, Tipografia do Diário da Manhã, Lisboa, 1883.
- JUNIOR, Campos, *O Marquês de Pombal*, João Romano Torres & C.a Editores, Porto, 1924.
- MARTINS, Rocha, *O Marquês de Pombal Desterrado*, Edição da Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa, 1939.
- MAXWELL, Kenneth, *O Marquês de Pombal, Ascensão e Queda*, Manuscrito, Queluz, 2015.
- PORTUGAL, D. João de Almeida, marquês de Alorna, *As Prisões da Junqueira*, Frenesi, Lisboa, 1857.
- RATTON, Jacome, *Recordações Sobre Ocorrências do seu Tempo em Portugal de Maio de 1747 a Setembro de 1810*, Fenda Edições, Lisboa, 1813.
- SANTOS, Guilherme G. de Oliveira; CORREIA, Leandro; REIS Roberto Carlos, *O Processo dos Távoras*, Caleidoscópio, Lisboa, 2017.
- TÁVORA, D. Luiz de Lancastre e, marquês de Abrantes, *D. Leonor de Távora*, Quetzal, Lisboa, 2010.